

Universidade Federal de São Carlos
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

O engajamento político entre o “renomear o vivido” e dispositivos de normatização social: experiências femininas pelos ativismos e militâncias populares

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCAR/São Carlos para obtenção do título de doutora em Sociologia

Cessimar de Campos Formagio

Orientação: Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Cessimar de Campos Formagio, realizada em 07/05/2019:

Profa. Dra. Cibeles Saliba Rizek
UFSCar

Profa. Dra. Alinne de Lima Bonetti
UNIPAMPA

Profa. Dra. Carla Cristina Garcia
PUC-SP

Profa. Dra. Joana da Silva Barros
UNIFESP

Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez
UFSCar

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Alinne de Lima Bonetti, Carla Cristina Garcia e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Profa. Dra. Cibeles Saliba Rizek

INDICE

Agradecimentos	p. 5 a 6
Resumo	p. 7
Introdução	p. 08 a 22
Capítulo 1 – A publicização dos conflitos e as configurações de gênero em meio à expansão da racionalidade neoliberal	p. 23 a 48
1.1 – A racionalidade neoliberal, a privatização do público e a produção dos consensos	p.24 a 31
1.2 - Privatização do público e configurações de gênero: o fortalecimento do centralismo familiar e do “dispositivo da cuidadora”	p. 31 a 39
1.3 – A produção de consensos em tempos neoliberais: partilhas no governar	p. 40 a 48
Capítulo 2 – Dos estranhamentos às renomeações: as possibilidades do envolvimento em ativismos e militâncias populares	p. 49 a 97
2.1 – Sujeitos, processos de subjetivação e estranhamentos	p. 50 a 55
2.2 – Dos estranhamentos às renomeações: experiências femininas pelos ativismos e militâncias populares - p. 55 a 97	
2.2.1 – O estranhar que leva ao ativismo	p. 55 a 70
2.2.2 – Estranhamentos no envolvimento político	p. 71 a 83
2.2.3 – Maternidades sob rasura	p. 83 a 95
2.3 – (Des) encontros do engajamento político: reinvenções em meio a sobreposição de governos	p.95 a 97
Capítulo 3 - A construção do engajamento político como espaço de nomeação de dissensos: as linhas de mediação	p. 98 a 139
3.1 – Encontros entre desencontradas: afetos de aproximação	p. 100 a 105
3.2 – Retribuições militantes	p. 106 a 109
3.3 – Ampliação do acesso a espaços de formação	p.109 a 114
3.4 – Contexto Familiar e Lugar de origem na cidade	p. 115 a 120
3.5 – Variações nos arranjos e sentidos familiares as rasuras à família centralizada	p. 120 a 129
3.6 – Dispersão de diferentes formatos e racionalidades ativistas	p. 129 a 132
3.7 – Paradoxos do “lugar de fala”	p. 133 a 139

Capítulo 4 – Conflitos, distinções e sujeições que transpassam os ativismos e militâncias populares _____ p. 140 a 172

4.1 – Conflitos, diferenciações e subordinações _____ p. 140 a 142

4.2 – Dinâmicas de gênero I: violências masculinas _____ p. 142 a 154

4.3 – Dinâmicas de gênero II: assimetrias entrelaçadas _____ p. 154 a 163

4.4 – Dificuldades nos debates entre diferentes posições políticas _____ p. 163 a 166

4.5 – Moralidades dos “círculos politizados” _____ p. 167 a 172

Capítulo 5 – O envolvimento em ativismos e militâncias populares contemporâneos: entre a política e a polícia _____ p. 173 a 211

5.1 – Militâncias e ativismos populares dos anos de 1970 aos de 1990: do “fazer por nós mesmos” aos desmanches _____ p. 177 a 185

5.2 – Paradoxos dos anos de 1990/2000: ativismos e militâncias como parte do governar _____ p. 186 a 190

5.3 – Reinventando o engajamento: nevascas _____ p. 190 a 193

5.3.1 – As críticas à institucionalização do engajamento político popular _____ p. 193 a 204

5.3.2 – Dispersão de diferentes racionalidades ativistas _____ p. 204 a 211

Considerações Finais _____ p. 212/214

Trajetórias e algumas experiências das principais interlocutoras da pesquisa _____ p. 215

Bibliografia _____ p. 216/226

Agradecimentos

Esta tese existe porque há um conjunto de pessoas que direcionaram/direcionam grande parte do tempo de suas vidas para construir espaços públicos de aprendizado. Todas as pessoas que, por diferentes modos, lutam para que os espaços urbanos sejam de acesso popular e público contribuem para que os diferentes conhecimentos e saberes se fortaleçam e ampliem sua circulação. Início agradecendo a elas, pois, sem esses esforços, muitas pessoas como eu, vindas das camadas populares e estudantes de escolas públicas, não chegariam nas universidades públicas, espaços ainda muito elitizados, mas que têm passado por inúmeras transformações nos fluxos e sujeitos que os compõem.

Agradeço a todas as pessoas, ligadas ou não ao artesanato da sociologia, que se interessaram pelo tema da pesquisa e me concederam momentos de conversa e reflexão, permitindo que as ideias fossem, aos pouquinhos, amadurecendo. Às mulheres/ativistas/militantes que contribuíram na construção da pesquisa, socializando tanto suas impressões sobre o cotidiano dos ativismos populares como parte de suas trajetórias e experiências de vida.

Agradecimento carinhoso à Cibele Saliba Rizek, orientadora da tese e pessoa que sempre me provocou profundas reflexões, seja pelas suas observações teóricas, seja pelo seu modo de ser e pelos seus olhares ao mundo em que estamos enredados. O respeito de Cibele a meu tempo de elaboração e às minhas dificuldades foi algo crucial para que este trabalho se desenrolasse. Obrigada, querida Cibele!

Pela leitura atenta e crítica, pelas recomendações e por todo o carinho seja no momento da qualificação ou da defesa, agradeço a Alinne Bonetti, Carla Cristina Garcia, Fábio Sanches, Joana Barros e Wagner Xavier de Camargo. Estes foram dois momentos em que, apesar do nervosismo e tensão que decorrem destes rituais, me senti acolhida e respeitada e tive a oportunidade de vivenciar debates muito estimulantes.

Não poderia deixar de lembrar os efeitos do trabalho de Gabriel de Santis Feltran e Sonia Regina da Cal Seixas Barbosa no percurso de minha formação acadêmica. Gabriel me estimulou muito na orientação do mestrado e Sônia, durante a iniciação científica e nas trocas posteriores, me

encorajou a seguir estudando e a acreditar que havia possibilidades de seguir um percurso acadêmico.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa.

Agradecimento especial a Silmara Dionísio, secretária da pós-graduação, e às professoras e professores do departamento de Sociologia da Ufscar pela organização, qualidade das aulas e pelas reflexões construídas no cotidiano desta instituição.

Agradeço aquelas pessoas que, numa convivência mais próxima, me proporcionaram afetos, discussões, acolhimentos e silêncios que fazem, de vários modos, parte da composição deste trabalho. Entre elas, é preciso destacar: Antonia Cecília de Campos, minha mãe e parceira de “batalhas”; Celso Auto Costa, meu querido e sempre amigo que, com seu carinho e grande talento nas análises históricas, me ajudou tanto, tanto; Marcela e Matheus, que, aos seus modos, me ensinam muito; e às amigas históricas que, onde quer que estejam, sempre estão um tanto comigo: Fabi Pavani, Thaisa Tiba, Lala Hoffstater e Davi Pinhata.

Finalizando, expresso carinho e gratidão ao coletivo que me permitiu, durante estes dois últimos anos, viver e repensar os ativismos urbanos, assim como vivenciar momentos em que os isolamentos e dilacerações provocados pela lógica empresarial que impregna as cidades fossem rompidos. Tais momentos são faíscas daquilo que Rancière nomeou como política: um desvio na ordem policial que nos hierarquiza, explora e desiguala. Maloca, querida Maloca, coletivo periférico da Vila União em Campinas: um salve e vida longa a ti e a todas às pessoas maloqueiras que vagueiam pelas cidades e, em roda, repartem seus estranhamentos e os transformam em indignação.

Resumo

O objetivo desta pesquisa é examinar as possibilidades do engajamento político feminino contribuir na nomeação e publicização – simultaneamente individual e coletiva - de estranhamentos a dispositivos que normalizam sujeições e desigualdades que compõem a vida social. O ato de nomear e tornar público tais estranhamentos possibilita dar a fatos e relações sociais nomes diversos daqueles propagados pela normatividade social, exercício que Rancière nomeou como “literalidades” e que, nesta pesquisa, chamamos de “renomear o vivido”. A proposta é investigar em que medida o envolvimento feminino em ativismos e militâncias populares, duas formas de engajamento político que possuem traços em comum e também suas especificidades, possibilitam, para além dos exercícios de governamentalidade que atravessam tais práticas, formas de socialização que contribuem neste renomear. Para desenvolver as análises, nos apoiamos em dois procedimentos: interlocuções realizadas com mulheres envolvidas, com ou sem ligação a um grupo político em específico, em ações que compõem os ativismos e militâncias nas cidades de Campinas e São Paulo, e na observação participante, durante os anos de 2015 a 2017, de alguns atos, manifestações, rodas de conversa e oficinas culturais - realizados em espaços públicos e de acesso aberto - que foram propostas nestas cidades com o objetivo de problematizar desigualdades de classe e seus cruzamentos com diferenciações de raça, gênero, entre outras. Este caminho investigativo, unido aos exercícios de reflexão teórica, nos permite indicar que o envolvimento feminino em ativismos e militâncias populares, para além das formas de sujeição que estas práticas circulam e reiteram, possibilita, entre outras, duas principais renomeações: às relacionadas a representações de gênero que sujeitam mulheres a determinadas atribuições e comportamentos nos espaços sociais, inclusive nas relações familiares, e às que remetem a publicização de conflitos (de classe, gênero e outros) que, no processo de privatização do público ampliado pela racionalidade neoliberal, tendem a confinar-se no que Rancière (1996) nomeou como “ordem doméstica”: espaço social onde se concentram os assuntos que não seriam de interesse público e sim da particularidade dos agentes envolvidos.

Palavras-chave: engajamento, estranhamentos, dispositivos sociais, gênero, neoliberalismo

Introdução

Esta introdução se desenrola seguindo um movimento analítico que, como o desenho de um caracol, se inicia num ponto que pode parecer, a alguns olhares sociológicos, pequeno e até insignificante, quase descolado da grande política, marcada pelos abrangentes processos sociais e econômicos. Este ponto é a experiência subjetiva em que não ocorre a identificação com alguns dos elementos ou mesmo com toda a racionalidade que constitui um dispositivo de normatização social. Esta desidentificação pode, pensando com Marx e apropriando-se de suas reflexões sobre organização capitalista das relações de trabalho e as subjetividades consequentes, ser chamada de estranhamento.

Em “Trabalho alienado”¹, Marx pontua o processo de transformação do trabalho em mercadoria, relaciona o monopólio dos meios de produção à configuração das classes sociais, indica como abundância e pobreza se constituem relacionalmente, mas o autor, também, lança um olhar à subjetividade estranhada² daqueles que vivenciam a situação de venda de sua força de trabalho para conseguirem sobreviver:

O que constitui a alienação do trabalho? Primeiramente, ser o trabalho externo ao trabalhador, não fazer parte de sua natureza, e por conseguinte, **ele não se realizar em seu trabalho mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido.** O trabalhador, portanto, só se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contrafeito. (O trabalho alienado. Manuscritos Econômicos Filosóficos. Karl Marx)

A dimensão subjetiva, no caso o sofrimento, e o modo de ordenação e distribuição dos lugares e riquezas sociais aparecem diretamente associados no trecho acima indicado. Marx

¹ “O trabalho alienado”, primeiro texto dos “Manuscritos Econômicos Filosóficos”, escritos por Marx em 1844.

² Ranieri (2006) pondera que para pensar o trabalho no capitalismo, Marx trabalha dois termos de concepções diferentes, o de “alienação” e o de “estranhamento”. Alienação está relacionada a algo inerente à existência humana, se refere ao agir com o intuito de produzir algo ou, nas palavras de Ranieri: “tem a ver com atividade, objetivações do ser humano na história” (Ranieri, 2006:1), já estranhamento é uma condição social que pode ou não ocorrer e está no centro da configuração do trabalho no capitalismo, refere-se ao fato de que trabalhador e produto do trabalho existem em contraposição, o primeiro não reconhece o segundo como parte de si e das suas necessidades. No modo trabalhado por Ranieri, destaca-se que o estranhamento é algo que remete a dimensões econômicas e políticas, mas também a algo subjetivo e existencial, marcado pela desidentificação. Para nosso trabalho, alongamos o conceito de estranhamento surgido nas análises das relações de trabalho para pensá-lo enquanto desidentificação em relação a dispositivos de normatização social.

relaciona essas duas dimensões, evidenciando que estas se constroem interligadas. O autor desenha o caracol ao associar aspectos que, numa lógica cartesiana, aparecem distantes, algumas vezes até dissociados.

Na tentativa de construir um exercício analítico semelhante, a pesquisa vai se estruturando para pensar os traçados contemporâneos da relação entre estranhamentos a práticas e discursos que justificam assimetrias sociais e o engajamento político. Em que medida, considerando a capacidade de policiamento e produção de consenso neoliberal no mundo contemporâneo, o engajamento político popular, seja como militância ou ativismo, pode ocorrer enquanto uma forma de traduzir subjetivações que trazem dissensos a normatizações sociais?

Num plano mais amplo, a relação entre a tradução de estranhamentos a dispositivos de normatização social e o engajamento político está no centro das indagações que norteiam a pesquisa. O modo escolhido para encaminhar a questão foi refletir experiências femininas em ativismos e militâncias populares, indagando em que medida esse envolvimento possibilita às envolvidas traduzir e publicizar discordâncias a dispositivos de regulação social, inclusive os que se relacionam às representações de gênero e que direcionam o tempo de vida feminino, sobretudo de mulheres em contextos econômicos mais precários, ao invisível trabalho do cuidado doméstico e familiar. O engajamento político via ativismos/militâncias pode ser mediado por uma miríade de desejos, interesses e buscas, não é o objetivo desta pesquisa se concentrar nessa amplitude de motivações, mas sim refletir como se constituem (ou não) as possibilidades contemporâneas da relação entre a tradução de estranhamentos e publicização de conflitos e o engajamento político popular feminino.

O desenho do caracol, que faz ligações de ida e vinda entre as subjetividades e os contextos político, econômico e social, constitui o pilar da pesquisa e, por essa razão, as expressões envolvimento e “renomear o vivido” aparecem no título. A maior ou menor possibilidade de traduzir estranhamentos e publicizar conflitos, atos que nomeio como “renomear o vivido”, está diretamente relacionada às estratégias políticas de produção de consensos, estas que Rancière (1996a) nomeia como sabedoria consensual. Num momento em que as condições precárias de sobrevivência (desemprego, trabalhos precários sob vários formatos, dificuldade extrema de conseguir moradia) se intensificam e os espaços públicos são tomados pela lógica empresarial, “renomear o vivido” torna-se algo ainda mais complexo. Em que medida o envolvimento ativista/militante feminino pode contribuir na elaboração de contrapontos a privatização dos espaços públicos e às subordinações de

gênero, duas facetas que são reforçadas no processo de dispersão da racionalidade neoliberal que atinge mais intensamente o Brasil a partir dos anos de 1990?

Uma vez colocadas as questões que movem a pesquisa, são necessárias algumas considerações sobre o que se entende por ativismos e militâncias populares, pois este entendimento também direciona os caminhos das investigações. Sob a denominação de engajamento político há uma variedade de formas de se envolver e de se organizar coletivamente, de modo que este termo, por si somente, não consegue pontuar as especificidades dos envolvimento para os quais estamos a olhar. Além disso, a partir dos anos de 2000, as formas mais comuns de organização dos grupos políticos populares de esquerda, baseadas em instâncias diferenciadas de deliberação e em assumidos graus de hierarquia entre seus integrantes, passam a ser mais questionadas, de modo que irão se constituir, de forma mais expressiva, grupos que se agregam a partir de outras formas de interação, dando preferências a modos mais descentralizados de se organizar e veiculando com maior frequência críticas aos mecanismos que constroem lideranças personalizadas e aos sistemas de valoração desigual, relacionados sobretudo às representações de gênero, raça e classe, que tendem a se estabelecer dentro dos grupos.

Há uma mudança considerável, portanto, nas formas e questões que compõem o engajamento político popular sob o espectro de esquerda e para abarcar essa diferenciação, percebida no desenrolar deste trabalho e também apontada em uma variedade de pesquisas³ sobre a política contemporânea, partimos da mesma consideração em que se baseiam Frugoli Jr. (2018) e Di Giovanni (2015): de que é preciso fazer uma distinção entre militâncias e ativismos populares. Embora estes dois conjuntos de práticas se configurem como engajamentos políticos e possuam objetivos em comum, sobretudo o que se relaciona à reflexão sobre desigualdades sociais, o termo militância é mais frequentemente usado, seja na literatura seja entre os grupos políticos, para se referir ao envolvimento em grupos de formatos mais centralizados e hierarquizados, em que os participantes têm diferentes funções e poder de deliberação conforme sua posição dentro do grupamento, enquanto ativismo é mais comumente usado para se referir a práticas e agrupamentos em que há uma recusa mais acentuada às direções centralizadas e a rituais mais rígidos e normatizados de interação entre os integrantes dos coletivos. Além disso, conforme é apontado em partes dos capítulos 3 e 4, as práticas ativistas trazem referências de engajamento em que as divisões

³ Aderaldo, 2017; Alvarez, 2014; Augusto, 2017; Di Giovanni, 2015; Feltran, 2006; Frugoli Jr, 2018; Moraes et al, 2014; Moraes e Tible, 2015; Ortellado, 2005; Ortellado et al., 2013; Rago e Vieira, 2009; Rizek (2007), Rizek et al (2014)

emoção/razão, arte/política, desigualdade de classe como centro/ desigualdades secundárias são mais diluídas e tendem a mobilizar outros critérios de valoração entre os participantes.

Ao realizar uma consulta nos dados do “SciELO” a partir das palavras militantes, militância, ativismo, ativistas, constatamos que os trabalhos que mencionam as palavras militantes ou militância referem-se, em sua maioria, a movimentos sociais, sindicatos e partidos. Já nos trabalhos que usam a expressão ativismo e ativista, são mais amplos os agrupamentos e as temáticas citadas, tais como grupos contra discriminação de pessoas com HIV, sexualidades, coletivos ambientais, sobre saúde popular, cultura, etnias, racismo e poucas menções a movimentos e partidos. Parece, portanto, que o mais comum na bibliografia está sendo trabalhar a concepção de ativismo como algo que se constrói a partir de certa diferenciação daquilo que se entende como militância. Seguimos trabalhando com esta distinção, sem desconsiderar que militâncias e ativismos caminham muito próximos e, como aponta Alvarez (2014), grupos de diferentes formatos se produzem em relação, é possível entendê-los a partir dos sistemas de diferenciações que estabelecem entre si.

Uma das questões fundamentais na diferenciação dos grupos que compõem o engajamento político popular é o posicionamento em relação aos espaços de mediação Estado/ demandas populares. No capítulo 5, é feita uma breve análise histórica dos discursos (em relação ao Estado) veiculados pelos movimentos sociais nos anos de 1970/80 e como esses vão se transformando e se reformulando nas décadas seguintes, conforme a racionalidade neoliberal, balizada pelas orientações do Banco Mundial e da ONU em torno do que veio a ser chamado de “doutrina da boa governança” (Maranhão, 2016), vai sendo incorporada nas práticas sociais e programas estatais. É possível indicar que, neste contexto, um conjunto de procedimentos de gestão de conflitos sociais são operacionalizados através de parcerias Estado/ segmentos empresariais/ movimentos sociais e outros grupos ligados ao engajamento político popular. Ao refletir as mudanças nas relações entre Estado e grupos populares ativistas/militantes nos anos de 1990 em diante, é possível indicar que nos governos de FHC houve um considerável investimento nas parcerias entre Estado/ ONGs/ organizações empresariais na gestão dos problemas sociais, algo que se mantém nos governos petistas, porém com uma diferenciação em relação aos grupos ligados ao engajamento político popular. O grau de organicidade entre alguns movimentos sociais e os governos petistas parece ter possibilitado, de forma mais hábil ao que seria possível no governo de FHC, o envolvimento de parte da militância e dos ativismos em práticas e procedimentos estatais que reproduzem a lógica de empresariamento da cidade e circulam narrativas que tendem a produzir consensos em relação ao processo de privatização do público que se acirra no contexto neoliberal. De forma mais complexa e

em alianças entre grupos militantes/ativistas e Estado, os conflitos são intensamente controlados e policiados em várias instâncias – seja pelo Estado ou nas formas como o engajamento político se desenha – e há maior dificuldade dos dissensos serem nomeados e publicizados.

Este processo, que pode ser nomeado como uma captura e monitoramento do potencial de criação dissensual que rodeia os ativismos/militantes ou como uma “arte de governar” (Foucault, 2008b), encontra resistências de parte de ativistas/militantes, as quais se mostram tanto na formulação de discursos de diferenciação e crítica aos movimentos populares que vão adquirindo um caráter mais institucionalizado, como na busca por formas de se relacionar e se organizar menos suscetíveis aos variados dispositivos de normatização, inclusive os estatais, que transpassam o engajamento político popular. A difusão de inúmeros e pequenos coletivos, veiculando propostas de organização mais horizontalizadas e de maior questionamento a formas de distinção que operam entre ativistas/militantes, pode ser entendida como críticas aos procedimentos governamentais que passaram a guiar parte dos grupos ligados ao engajamento político popular e também como buscas pela reinvenção de espaços de produção de nomeação e produção de dissensos. Os relatos das interlocutoras das pesquisas, sejam as que estão ligadas a grupamentos mais institucionalizados ou a pequenos coletivos, indicam que há uma crítica crescente de parte dos grupos ativistas/militantes em relação ao caráter normativo que uma parcela dos grupamentos políticos de esquerda incorporou, assim como crescem as buscas por formas de agregar que indiquem saídas a tal enquadramento.

Estas reflexões de caráter mais histórico do capítulo 5, passando pelos percursos dos grupos ativistas/ militantes das décadas de 1970/80 e pelas transformações que se desenrolam a partir dos anos de 1990, estão ligadas de forma mais direta às considerações que compõem o capítulo 1. Neste, buscamos indicar os fios que compõem a racionalidade neoliberal, a qual é interpretada por Francisco de Oliveira (2007) como um amplo processo de “privatização do público” e de “destituição da fala”, os quais se ampliam em consonância com a precarização das formas de sobrevivência. As contribuições do autor se unem, no capítulo 1, aos apontamentos de autores como Dardot e Laval (2016) e Nildo Avelino (2016), que se apropriam dos textos foucaultianos sobre a biopolítica para pontuar que o neoliberalismo é, antes de tudo, um modo de governar em que várias formas de “controle da condutas”, operadas pelo Estado, por variados grupos dispersos no social e até nas formas de autocontrole individual, se entrelaçam e constroem um cenário marcado não por menos Estado, mas por um Estado que possui sofisticadas formas de controle e atua em conjunto com outras “formas governo” que o transpassam e legitimam. Como pontua Avelino, o Estado (neo)liberal é o Estado governamentalizado: marcado por partilhas entre Estado, mercado e vários

outros atores sociais na gestão do social, algo que se torna pode ser visualizado no trabalho etnográfico de Rizek⁴.

Além das relações que se estabelecem entre grupos ativistas/ militantes e o Estado, há dimensões governamentais de outras matrizes que se expressam nos conflitos e assimetrias que se produzem nas relações entre ativistas/ militantes. O capítulo 4 traz exemplos de alguns destes dispositivos: os que se relacionam às configurações de gênero, de raça e de classe e os que remetem a um conjunto de expectativas morais que se constroem em torno do “ser politizado”, uma classificação que opera como forma de distinção entre ativistas/militantes e que acaba por se configurar como um mecanismo de sujeição similar ao que Foucault chamou de poder pastoral: um controle mais minucioso do comportamento dos pares de modo que esses sigam a verdade veiculada por uma figura ou um grupo - o “pastor” - o qual, no caso dos ativismos e militâncias, é aquele cujo comportamento demonstraria menor adesão às sujeições operadas pelos dispositivos de normatização social. Ao assinalar um “comportamento ideal politizado” como parâmetro de julgamento dos participantes de um grupo, as contradições e ambivalências que perfazem os mecanismos de normatização social são pouco consideradas e o “ser politizado” torna-se um parâmetro de diferenciação entre integrantes dos grupos políticos e, conseqüentemente, de estigmatização dos comportamentos que fogem ao esperado. O capítulo 4, em sua tentativa de pontuar algumas formas de “governos dos outros” que coexistem à governamentalidade estatal e que a esta dão subsídios, está ligado de forma mais direta aos capítulos 1 e 5.

Voltando ao ponto inicial do caracol, este que é transpassado pela “grande política”, está a questão da subjetivação e seus efeitos. O capítulo 2 se envolve nesta questão, ao indagar as possibilidades contemporâneas do engajamento político feminino configurar-se enquanto um exercício de nomeação e publicização de estranhamentos a dois dispositivos que são acentuados pela racionalidade neoliberal: o que se refere ao processo de privatização dos espaços públicos – e o conseqüente cerceamento dos dissensos – e o que remete às representações de gênero que conferem aos sujeitos sociais atribuições sociais específicas.

Para a construção do capítulo 2, foi importante partir da consideração, amparada pelas reflexões de Foucault, Joan Scott e Edward Thompson sobre a produção social dos sujeitos. Pensando com esta autora e autores, podemos considerar que os seres tornam-se sujeitos a partir de experiências constituídas principalmente por duas dimensões: o contexto econômico concreto que

⁴ Cibele Saliba Rizek (2011).

lhes impõe restrições e condicionalidades (Thompson, 1978) e conjuntos de práticas e discursos que veiculam normas e classificações que diferenciam e constroem variadas escalas de subordinação entre os sujeitos. Estas duas dimensões parecem estar contempladas na formulação de dispositivo que Foucault foi operando ao longo de seus escritos. Tanto nas considerações de Deleuze (2016) como nas de Agamben (2005) sobre a definição de dispositivo em Foucault, é possível indicar que este conceito pode abarcar tanto as condicionantes materiais quanto as discursivas que regulam a vida social. A definição de dispositivo de Agamben, inspirado nos usos que Foucault faz da expressão, ajuda-nos a pensar a possibilidade de uso este termo:

Generalizando posteriormente a já amplíssima classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panoptico, as escolas, as confissões, as fabricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc, cuja conexão com o poder é, em um certo sentido, evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e - porque não - a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata - provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam - teve a inconsciência de se deixar capturar (Agamben, 2005: 13)

Destacamos aqui os verbos que Agamben associa a um dispositivo: “capturar”, “orientar”, “determinar”, “interceptar”, “modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”. Esses verbos permitem expressar de forma bem definida as capacidades de um dispositivo, relacionadas ao controle, à gestão de ações e comportamentos. Dispositivos remetem a variadas formas de governamentalidade que, além serem operadas por diferentes grupos sociais, envolvem o político, o econômico, o cultural e o afetivo e são elementos centrais da constituição dos sujeitos sociais.

Todavia, se os dispositivos têm o efeito de produzir sujeitos, isto não significa que a produção é sempre e totalmente positiva e consensual. Desde Marx, os estranhamentos – enquanto desidentificações aos contextos e discursos que organizam e significam a vida social – sempre compuseram a política e foram traduzidos em caminhos que permitiram a produção de dissensos às

racionalidades hegemônicas de diferentes momentos históricos. Talvez Judith Butler⁵ (2001) seja uma das autoras contemporâneas que mais tenha insistido em destacar as possibilidades de que os processos de subjetivação das normas regulatórias possam ter como resultado deslocamentos, rasuras e mesmo rupturas a estes feixes normativos.

Algumas das experiências das dez ativistas/ militantes que contribuíram de forma mais específica com a pesquisa são apresentadas no capítulo 2 e indicam que o envolvimento em ativismos e militâncias é, também, uma busca por nomear e publicizar estranhamentos que, em momentos anteriores, existiam na forma de angústias e inquietações ainda difusas e pouco nomeadas. O engajamento político, nas experiências destacadas, parece se colocar enquanto uma possibilidade de construção e enunciação de contranarrativas a normatividades sociais, inclusive as de gênero. Embora as últimas décadas tenham sido permeadas de sofisticadas técnicas políticas de produção de consensos à lógica de existência neoliberal, os ativismos e militâncias ainda reservam momentos em que inventividades políticas são possíveis.

O capítulo 2, sendo o que se detém mais profundamente na questão dos processos de subjetivação e no engajamento político como forma de nomear estranhamentos às normas sociais, pode ser entendido como o ponto mais interno do caracol, aquele que é transpassado pelas questões mais totalizantes que são elencadas nos capítulos 1, 4 e 5. Está, portanto, a eles ligado, mas numa dimensão que exige da sociologia a construção de pontes com a filosofia e a psicanálise e, talvez por isso, Judith Butler, Vladimir Safatle e Foucault tenham ajudado a construir as bases da reflexão que compõe este capítulo.

O capítulo 3 segue desenrolando o caracol, ao pontuar quais as relações e fatos sociais que podem ter atuado como mediadores em percursos femininos de aproximação ao engajamento político que ocorre enquanto uma forma de “renomeação do vivido”. Esta expressão “renomear o vivido” foi construída para destacar a capacidade de produção de dissensos, de construção de outras nomeações do mundo sensível (Rancière, 2000) que o engajamento político pode operar. A mediação entre este renomear e o envolvimento em ativismos e militâncias é feita, como indicam as experiências das interlocutoras da pesquisa, por afetos, formas de retribuição, ampliação das possibilidades de acesso

⁵ Em “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo”, assim como em outros de seus escritos, a autora amplia a discussão sobre a produção de subjetividade em meio aos dispositivos sociais, caminho que nos é interessante para investigar o engajamento político em sua relação com estranhamentos acumulados no cotidiano.

a espaços de reflexão política, mudanças nos arranjos e lógicas familiares e também pelas configurações que marcam o engajamento político popular contemporâneo.

Os capítulos ligam-se, portanto, a partir dessa metáfora do caracol, imaginando o capítulo 2 como a parte mais interna e subjetiva deste desenho e que vai traçando ligações de idas e vindas com os outros capítulos. Buscar as ligações entre o que é mais subjetivo, elástico e performático e os dispositivos de normatização mais totalizantes e violentos que compõem as experiências sociais contemporâneas foi uma tentativa que acompanhou a produção da pesquisa, delineando momentos em que essa relação parece mais evidente e bem delineada, outros em que os argumentos ainda estão frágeis, precisando de maior tempo de maturação e indicando que as questões seguirão, de alguma forma, adiante.

O caminho das reflexões: conversas com ativistas, observação participante e escrevivências

O material base da pesquisa foi se construindo na interação entre os seguintes elementos: conversas⁶ (entrevistas em profundidade e conversas informais) com mulheres, moradoras das cidades de Campinas e São Paulo, que têm envolvimento contínuo em práticas ativistas/militantes populares, estas entendidas como ações coletivas que propõe reflexões públicas sobre desigualdades tanto de classe e às que a esta se interseccionam; observação e participação em atividades promovidas por grupos ativistas (atos, rodas de conversa, oficinas, debates, saraus, entre outros) nestas duas cidades e leituras sobre movimentos sociais, relações de gênero e conflitos políticos contemporâneos. Estes três momentos formam os pilares que me permitem as reflexões que apresento aqui.

A construção das questões que guiaram as conversas, assim como o modo de fazê-las, foi sendo elaborado a partir das percepções que foram se somando nas interlocuções de campo. De certo modo, houve uma rede de pessoas que foram me ensinando tanto sobre o pesquisar como sobre relação entre pessoas na produção das reflexões que vão compor a pesquisa e o texto resultante.

⁶ As ativistas com quem estabeleci interlocuções mais aprofundadas são indicadas em vários momentos deste texto e também através de alguns de seus relatos que exponho durante a escrita. Em Anexos, há um quadro com uma síntese de seus contextos sociais e percursos ativistas.

Antes de decidir concentrar a pesquisa em mulheres com experiências ativistas/ militantes, entrevistei dois homens. Um deles, um militante há muito tempo envolvido na organização de um importante espaço de convivência política e cultural em Campinas, fez observações sobre o ato de entrevistar que me ajudaram bastante a pensar as entrevistas. Ele contou-me sobre sua experiência com cinematografia e história oral, fez uma crítica ao formato “entrevista” pelo fato de que ela pode direcionar as questões e respostas, além de poder trazer momentos de intimidação, em que a pessoa não se sinta à vontade para falar ou mesmo fale para cumprir determinada expectativa de resposta. O relato de sua experiência e sua reflexão sobre o ato de entrevistar me serviram como uma importante contribuição. Passei, então, a me preocupar em tornar os momentos das conversas com as ativistas mais abertos e dialógicos, de modo que nós construíssemos juntas os rumos das conversas.

Ao deixar que os temas se ampliassem e outras questões se colocassem, foi possível identificar as associações de ideias que faziam sentido e as que não se sustentavam. Não poderia deixar as questões que formulei de lado, pois elas me davam apoio para refletir as indagações da pesquisa, mas atentei-me em garantir maior espaço para as ativistas/ militantes trazerem os elementos que julgavam importantes, e passei a fazer mais “ganchos”, dando continuidade às conversas a partir de fatos e detalhes que elas me traziam. Assim, questões mais ou menos relacionadas ao tema da pesquisa acabavam por emergir e questionar o próprio conteúdo de minhas questões. Fui modificando as perguntas, tornando-as mais flexíveis e adaptáveis aos percursos das ativistas. Esse procedimento deixou tanto a mim como as entrevistadas mais à vontade nesses momentos de interlocução. As entrevistas são também um momento de partilha e interação, de uma troca que envolve reflexão intelectual, diferenciações sociais operando e também afetos. Essas trocas se deram em vários momentos, seja nos encontros marcados ou nas conversas “soltas” que aconteciam nas atividades de que participei, são momentos que se complementam e os valorizei no tear da pesquisa, em concordância com o procedimento que Schucman⁷ (2017) seguiu na construção de seu trabalho.

Em relação ao registro, que, em algumas das conversas, se deu por meio de gravador, reafirmei a percepção de pesquisas passadas: o gravador torna-se um elemento de influência⁸ nas

⁷ Como afirma a autora: “Não separo o que poderia ser chamado de “trabalho de campo” daquilo que vivo no dia-dia. Na tese de doutorado, incluí muitas falas informais das pessoas com quem interagia. Registrei tanto as entrevistas como as conversas do dia-dia”.

⁸ Logo na primeira entrevista, que realizei com uma ativista com quem há anos encontro em atos e manifestações, notei a diferença da presença do gravador. Nossa conversa foi muito boa e trouxe várias reflexões, mas na hora em que

conversas. Há pessoas que, por estarem mais acostumadas a dar entrevistas, selecionam mais tranquilamente o que vão ou não falar, outras pensam mais, fazem mais pausas, como uma forma de elaborar melhor a fala e selecionar seu conteúdo.

Preocupe-me, pensando em deixar as conversas mais fluídas e espontâneas, em manter o sigilo do nome das entrevistadas, assim como em não expor informações mais específicas, como nomes de pequenos coletivos e de outros ativistas, que possam identificá-las ou mesmo expor conflitos entre grupos que possam, de alguma maneira, trazer algum constrangimento político específico para alguma interlocutora da pesquisa. Coloquei isso a elas antes das entrevistas. A intenção é não pessoalizar nenhuma relação ou grupo político, mas analisar as relações sociais que perfazem a aproximação e convivência feminina nas práticas ativistas e militantes. Mantive o nome de grupos e partidos maiores, todavia optarei por não mencioná-los quando entender que a situação pontuada pode levar à identificação da ativista. Como conflitos internos de grupos políticos, incluindo desentendimentos entre ativistas, aparecem nas falas, me comprometi em tomar cuidados para não cair em exposições desnecessárias.

Outra preocupação que se liga a esta é a de estar atenta para que as interlocutoras colocassem os sentidos que conferem às relações vivenciadas, sem que os sentidos que criei enquanto pesquisadora se sobreponham, mas dialoguem. Algo que Lechner (2012) indicou como importante em seu trabalho etnográfico sobre o atendimento médico em campos de refugiados. A antropóloga⁹, que acompanhou consultas psiquiátricas de mulheres imigrantes, pontua a necessidade de questionarmos às posições hegemônicas que os saberes acadêmicos estabelecem sobre outros saberes e interpretações.

Para escolha das principais interlocutoras da pesquisa, tomei como um dos critérios principais o envolvimento contínuo (mínimo de dois anos) em atividades (rodas de conversas, debates, atos,

desliguei o gravador, percebi Laura ainda mais falante, mais à vontade pra trazer elementos de sua vida, mais detalhes que interferiam no seu envolvimento na militância. Mesmo que já tenhamos uma relação mais próxima, o gravador é sempre uma presença, por mais que digamos que não o é.

⁹ Reproduzo uma citação da autora que julgo importante para pensar as relações que permeiam a produção das pesquisas acadêmicas: Para que o saber hegemônico dos médicos e o das ciências sociais standardizadas se questionem é preciso desenvolver uma consciência histórica sobre as posições de poder dos seus representantes cotidianos (médicos e cientistas sociais), bem como uma capacidade de nos sintonizarmos com os instrumentos de conhecimento que são os nossos próprios corpos, aquém e além do império da racionalidade macrocéfala, ou daquilo a que Derrida chamava de “dogmatismo do paternal *logos*”. Este poder é também o poder de aniquilar os saberes outros e negar, com frequência, as vivências subjetivas... Por consequência, tomar consciência da nossa hegemonia e posição de poder requer rejeitar (re)produzir um saber que é destituído de corpo, separado dos corpos, como as psicoses que os psiquiatras diagnosticam nos seus pacientes (Lechner, 2012: 06)

manifestações, entre outros) que compõem os ativismos e militâncias populares, estas entendidas com práticas em que desigualdades sociais são alvo de reflexão. Há uma variedade de posicionamento entre as mulheres com quem conversei, desde as mais próximas aos rituais partidários, as mais autonomistas¹⁰ até as mais próximas a referenciais anarquistas. Creio que essa amplitude de posições é um dos pontos de maior riqueza e inspiração do material de análise. Todavia, exigi das ativistas e de mim uma abertura ao diálogo, um cuidado para pontuar as diferenças e problematizá-las, evitando cair em generalizações que nos são comuns na prática política.

Há também diferenças de gerações entre as interlocutoras da pesquisa, o que possibilita a discussão tanto de vivências nos movimentos sociais dos anos de 1970/80 como, por exemplo, nas ocupações das escolas estaduais paulistas realizadas por jovens estudantes em 2015. Procurei, também, perceber a receptividade da ativista para com o tema e evitei entrevistar lideranças no intuito de destacar as percepções de mulheres menos conhecidas e mais distantes das disputas que geralmente permeiam estas posições, mas esse não foi um critério de exclusão, tanto que algumas das mulheres com quem conversei são vistas como lideranças em seus grupos, mas são lideranças que, pelas suas inserções periféricas na cidade (moradoras de periferia, dificuldade de acesso à escolaridade formal e um percurso de expulsão do lar e violência doméstica) encontram maiores dificuldades de se colocarem e serem ouvidas nos espaços de interação pública em geral e também nos que envolvem o engajamento político popular. Outro fator que guiou a escolha das ativistas foi a não profissionalização na questão em que atuam (ocupação de algum cargo técnico institucional em órgãos estatais ou ONG), assim como a não ocupação de posições institucionais que lhes coloquem em situação diferenciada dos demais participantes dos grupos em que atuam/atuaram. Este recorte tem o objetivo de focar uma das dimensões que perfazem os ativismos/ militâncias: a aproximação movida pelo desejo de problematizar discursos que desigualam. Não se supõe, com esta delimitação, que a profissionalização ou inserção institucional exclua tal desejo, o objetivo do recorte envolve apenas uma tentativa de priorizar o olhar para o desejo de participar que é movido, principalmente, pelas reflexões existenciais e políticas que este envolvimento pode suscitar.

¹⁰ Posições autonomistas são aquelas que destacam a necessidade de se organizar em relações verbalizadas como horizontais e de forma autônoma a partidos ou organizações de esquerda mais tradicionais. Podem ter variadas inspirações filosóficas, mas têm como ponto comum as divergências a interpretações leninistas, as quais defendem o partido como vanguarda operária. Maurício Tragtemberg, em “A Revolução Russa”, apresenta algumas narrativas de grupos autonomistas e de suas divergências com os bolcheviques. John Holloway, no capítulo 9 de seu livro: “Mudar o mundo sem tomar o poder”, pontua algumas das divergências do autonomismo italiano, presente no pensamento de Antonio Negri e Michael Hardt, em relação ao marxismo leninista.

A disposição da interlocutora para conversar foi o arremate para o meu interesse em entrevista-la. A aproximação, que se deu em algum evento ou por um contato anterior, ocorreu mais espontaneamente pelo fato de algumas já terem me visto em manifestações anteriores, mas houve também dificuldades. Recebi alguns não¹¹, que não se deram diretamente, mas através de justificativas várias (“falta de tempo”, “não sei se vai te ajudar”, “mês que vem marcamos”) e imagino que estejam ligados a motivos pessoais variados, mas também à crítica que parte da militância dirige ao trabalho acadêmico, algo que se reforça quando a militante não conhece bem a pesquisadora ou mesmo discorda dos posicionamentos políticos desta. As pontuações de Nalu Faria, ativista da MMM¹² e de Ana Pacheco sobre a receptividade da pesquisa por militantes expressam uma parte da questão:

Participamos de muitas entrevistas feitas por pesquisadores, mas temos pouco retorno. Creio que temos um problema do ponto de partida: o que estudar. Sempre chegam com propostas do que querem estudar e somos as pesquisadas. Na verdade acho que seria importante uma definição conjunta de estudos que nos ajudasse a aprofundar determinadas questões que são consideradas desafios para nós (Tornquist e Fleischer, 2012: 310. Entrevista com Nalu Faria, 2012)

A consideração de Nalu Faria pontua que há um conflito ativismos/academia no que se refere às delimitações do que é colocado como interesse de estudo. Outra questão, ligada a esta primeira, é certo incômodo em ver-se como “sujeito de pesquisa”, algo que remete tanto a uma percepção que pode ser comum a qualquer pessoa que contribua com uma pesquisa - pois ser observado, deixar-se ser observada(o), é também abrir-se a interpretações variadas - como a um questionamento mais direto ao modo como as pesquisas acadêmicas são construídas. Há ainda outra questão, e esta é mais comum de se ouvir entre pessoas envolvidas no engajamento político, que é a de questionar pesquisadores quando estes parecem distantes de práticas ativistas/ militantes. Já ouvi relatos de ativistas que entendem que muitas críticas intelectuais se nutrem de um distanciamento de uma prática política concreta, momento em que se vive as contradições e assume-se ações. Do mesmo modo que ouço, na academia, muitas críticas e até certa desvalorização dos ativismos/ militâncias,

¹¹ Houve algumas ativistas com quem tentei aproximação e pedi contribuição à pesquisa, mas não tive êxito em conseguir conversas mais focadas. Nesses casos, concluí que repetir as tentativas poderia acabar por prejudicar de vez o contato. Talvez, num momento futuro, essas entrevistas sejam possíveis. O tempo também é um elemento da construção dos contatos da pesquisa, da construção (ou não) da afinidade entre as pessoas envolvidas.

¹² Marcha Mundial de Mulheres

ouço também entre ativistas/ militantes muitas críticas à academia. Há, de fato, maior identificação e contato mais fácil com pesquisadores também ligados ao engajamento político popular e essa facilidade aumenta se o pesquisador partilhar de posições próximas à pessoa entrevistada, assim como as identificações raciais, de gênero e de origem de classe também facilitam as conversas, como mostra Ana Cláudia Pacheco (2008) ao comentar a sua aproximação com uma das entrevistadas em sua pesquisa:

Conhecemos a informante no movimento negro. Este fato nos favoreceu no acesso a algumas informações. Segundo a informante, “nem todas as pesquisadoras eu conto tudo que acontece”. Percebemos que a situação de uma antropóloga negra e ativista política, ao invés de causar-me estranhamento nesta etapa da pesquisa, favoreceu-nos. Sabe-se através de outras experiências de campo, que isso nem sempre é possível (Pacheco, 2008:89)

A consideração de Pacheco indica que a identificação entre ativista e pesquisadora, seja a que se relaciona a posicionamentos políticos ou a marcadores de classe e raça, pode facilitar os contatos e influencia o próprio teor das interlocuções, visto que a pessoa entrevistada seleciona o que vai falar de acordo com essas identificações e a confiança que estabelece com quem está construindo a pesquisa.

Uma questão que se colocou como dificuldade foi que o tema da pesquisa acabava por levar a um olhar para diferenças e hierarquias que são reiteradas no interior dos engajamentos populares. E essas relações nem sempre são reveladas verbalmente, menos ainda para alguém que não componha o grupo político mencionado. Percebi em algumas a intenção de “proteger” a militância ou o grupo político a que está ligada, como que para proteger a si mesma e a coerência de seu “acreditar num mundo de outras relações” ou mesmo proteger sua organização das críticas colocadas por outras organizações. Percebi, em alguns momentos, essa “proteção” ao grupo a que estão ligadas, este é um fator a ser considerado. Algumas insatisfações e percepção de diferenças no tempo de fala, valorização de argumentos aparecem em comentários mais informais, mas, no falar sobre essas relações, percebi um cuidado político de algumas, um mecanismo de proteção política necessária e bem comum nos ativismos de esquerda, até como forma de precaver-se em relação às mídias que constroem uma imagem negativa e de criminalização de movimentos sociais. Esse mesmo mecanismo de proteção pode se manifestar em integrantes de qualquer grupo social, inclusive das pessoas com maior identificação com as práticas do coletivo, de modo que as conversas (entrevistas

e relatos informais) fornecem elementos que devem ser considerados em conjunto com as percepções dos outros momentos do trabalho de campo. A construção das análises tem como elemento fundamental o cruzamento entre as interlocuções com as ativistas, a observação participante, os dados levantados e as leituras realizadas, esses são elementos que vão se ligando e constituindo as bases da pesquisa.

Considerando a necessidade da ligação entre esses momentos da pesquisa, utilizei-me dos seguintes procedimentos de investigação:

- a) Observação participante: de 2015 a 2017, acompanhei atividades que foram organizadas por grupos de ativistas nas cidades de Campinas e São Paulo, tais como atos, passeatas, rodas de conversa, exibições de filmes seguidas de debates e oficinas diversas.
- b) Realizei conversas com ativistas e militantes durante atividades públicas organizadas por grupamentos de esquerdas (manifestações, atos, rodas de conversa, apresentações culturais, entre outras), buscando entender os incentivos e dificuldades que as ativistas encontram para se manifestar.
- c) Interlocuções mais detalhadas e em profundidade com ativistas de diferentes gerações que atuam em mobilizações classistas e mantêm vínculos, mais ou menos intensos, com grupos feministas. Foram realizadas 10 conversas abertas e mais aprofundadas, as quais foram norteadas por 4 subtemas: a) formas de aproximação e envolvimento na militância, b) trajetórias de ligação com movimentos, partidos e coletivos, c) envolvimento com grupos feministas e d) dificuldades nas relações militantes/ ativistas. Dez dessas interlocuções compõem as análises deste texto. Um resumo dos contextos e trajetórias das ativistas está no Anexo.
- d) Consulta a documentários sobre mulheres militantes no Brasil, sobre as jornadas de junho, os atos do MPL e a ocupação das escolas.
- e) Organização de arquivos com fichamentos de textos, estudos sociais, levantamentos estatísticos sobre os seguintes temas que tangenciam a questão pesquisada: a) mudanças nas relações e lógicas familiares, b) permanências e mudanças nas representações de gênero, c) trajetórias de envolvimento em práticas ativistas populares no Brasil e d) política contemporânea e subjetividades

CAPÍTULO 1

**A publicização dos conflitos e as configurações de gênero em meio à
expansão da racionalidade neoliberal**

1.1 – A racionalidade neoliberal, a privatização do público e a produção dos consensos

Em uma sociedade marcada por extremas desigualdades e violências, são inúmeros os dispositivos sociais que irradiam discursos com justificativas à distribuição desigual dos lugares, dos afetos e das riquezas sociais. Se esses dispositivos geram concordâncias e têm, assim, seus efeitos produtivos garantidos, é fato que entre as diversas formas de subjetivação destas regulações sociais o mal-estar é, também, um dos possíveis resultados. Este mal-estar foi em alguma medida apontado por Freud¹³ (2011) quando o autor elucidou que uma das três fontes de sofrimento humano na constituição da vida moderna é a “inadequação às regras que tentam ajustar os relacionamentos entre os seres na família, no Estado e na sociedade”.

Este incômodo, que podemos nomear também como um conjunto de descontentamentos e discordâncias às formas como se organiza o mundo social, precisa, para concretizar sua existência, encontrar caminhos para ser nomeado e vir a público, momento em que esboça seu potencial de questionamento. Colocar em público o mal-estar significa tirá-lo daquela dimensão social que Rancière chama, apropriando-se da argumentação de Aristóteles, de “ordem doméstica”: aquela em que os conflitos sociais são lidos enquanto algo que se refere estritamente aos indivíduos em litígio e que, sendo assim, não haveria interesse público nos embates desta arena, esses devem restringir-se às interações particulares entre os indivíduos, não fazendo sentido que venham a público¹⁴. Na argumentação de Rancière, o público e o doméstico fogem ao sentido em que comumente são utilizados e podem ser entendidos como duas dimensões sociais interligadas e construídas a partir

¹³ Na apropriação que Vladimir Safatle faz da obra de Freud, numa perspectiva diferenciada da que propuseram Gilles Deleuze e Gattari na construção da crítica tanto a Freud como à psicanálise, o sujeito é lido numa clivagem entre a sujeição e as desidentificações às normas que constroem as identidades na civilização ocidental. Essas desidentificações, que compoem aquilo que o próprio sujeito desconhece em si mesmo e seriam expressas através de um mal-estar relacionado à vida moderna. Uma síntese da interpretação que Safatle faz de Freud pode ser conferida em “Freud hoje: repensar a liberdade depois do inconsciente”, palestra proferida no “Café Filosófico” da CPFL Cultura em setembro de 2018. As ponderações de Safatle influenciam a citação de Freud neste texto para refletir o mal-estar diante das sujeições sociais, sobretudo daquelas que originam e justificam subalternidades.

¹⁴ Rancière trabalha relacionalmente as categorias “ordem política” e “ordem doméstica” para apontar que há temas sociais que, num determinado momento histórico, são entendidos como tema restrito àqueles que o vivenciam mais diretamente, ficam confinados à “ordem doméstica”, mas que, dependendo das lutas sociais em operação, podem vir a ocupar o espaço público, impondo-se como assunto de interesse coletivo. Rancière traz como exemplo as relações de trabalho, cercada por tentativas de significá-las como uma questão de negociação restrita a patrões e empregados. Tal confinamento é rompido, por exemplo, quando se inicia uma greve, forçando os conflitos a virem a público. Podemos usar este mesmo raciocínio, por exemplo, para pensar a violência doméstica, até pouco tempo subestimada no debate público. Podemos pensar, também, que há questões que vêm a público em um momento e posteriormente retornam a “ordem doméstica”, como é o caso da reforma agrária no Brasil.

dos critérios definidores do que importa ou não na discussão pública, dos fatos que devem ou não compor os debates públicos

Restringir um conflito à “ordem doméstica” ou torná-lo público são direcionamentos que dependem de uma variedade de forças sociais, de modo que publicizar o mal-estar, visualizá-lo como parte da coletividade, significa se deparar com maiores ou menores dificuldades de acordo com os contextos políticos e econômicos. Rancière traz o exemplo do movimento operário, o qual, em alguns momentos da história, conseguiu trazer conflitos que tendiam a configurarem-se como assuntos restritos a patrões e empregados para a dimensão pública, tornando possível evidenciar socialmente o vínculo entre o que parecia local e pontual e o modo como a sociedade se organiza e se divide. Evidenciar esse vínculo é adentrar ao público. Este é o caminho que o mal-estar, para assumir sua dimensão dissensual, precisa buscar. Trata-se de um exercício político que se torna mais difícil e embaralhado nos momentos em que a noção de indivíduo atomizado, sustentada pelo pensamento liberal, se dispersa pelo social. Podemos, neste sentido, considerar que o liberalismo traz como premissa de organização social, tendo como base de idealização um indivíduo autônomo e com capacidades natas que transcendem as barreiras socialmente colocadas, uma “ordem doméstica” ampliada e uma dimensão pública restrita, em que a possibilidade de nomear as desidentificações com os discursos hegemônicos de ordenação do social é reduzida.

A narrativa que afirma a existência de indivíduos que, por suas capacidades próprias e empenho, desenham seus destinos e driblam as dificuldades naturais ou sociais é a base do dispositivo liberal que ascendeu socialmente nos séculos XVIII e XIX (Rego, 1988) e justificou os critérios de definição das questões legítimas de serem tratadas em público. Desde então, esta narrativa parece mesclar momentos de contenção e expansão, conforme se dão as nuances históricas de alargamento/contração dos espaços públicos. Autores que se detiveram na análise do percurso das ideias liberais na política, como Anderson (2007) e Dardot e Laval (2016), indicam que o questionamento do pensamento liberal, inclusive as críticas à ideia de indivíduo autônomo e à de Estado não interventor, se fortaleceu entre as décadas de 1940 e 1970, mas, com reformulações e readequações, as premissas liberais voltam a expandir seu potencial de adesão a partir dos anos de 1980, quando os governos como os de Reagan nos Estados Unidos e de Margareth Thatcher na Inglaterra implementam políticas de privatização de serviços públicos, de cortes na redistribuição social dos impostos, de desregulamentação de direitos trabalhistas e de enfraquecimento de sindicatos e organizações coletivas (Anderson, 2007), medidas que passam a ser reproduzidas por governos de outros países do globo.

Entre fins dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, as bases do pensamento liberal, com reformulações e atualizações, se ampliam novamente no cenário político, difundindo a concepção de indivíduo que, por seus talentos e esforços pessoais, possui considerável autonomia¹⁵ em relação às condicionantes sociais. A difusão desta lógica restringe as questões que devem compor o público e amplia aquelas que cabem ao doméstico, em que indivíduos, com suas capacidades e interesses, devem agir e encontrar, por si, meios de adequar-se aos padrões de conduta socialmente esperados. Se esta narrativa se enfraqueceu a partir da configuração do Estado de bem-estar social em países europeus, ela retorna à cena e passa a regular a vida social em várias dimensões a partir dos anos de 1980 (Anderson, 2007; Dardot e Laval, 2016), quando formulações neoliberais, como as propagadas pela sociedade de Mont Pelerin¹⁶, ganham potencial de ordenação política.

Para compreender o que é esse conjunto de práticas, discursos e valores disseminados de forma mais intensa a partir dos anos de 1990 e que nomeamos de neoliberalismo, remeto a um conjunto de autores que visualizam este como uma racionalidade política que desenha tanto as movimentações do capitalismo financeiro, as ações do Estado e também as interações sociais em múltiplos planos, propagando valores, pensamentos e comportamentos mediados pelo ideário do indivíduo empreendedor e do empresariamento de serviços e espaços públicos. Francisco de Oliveira (2007), ao analisar a dispersão dessa lógica política no Brasil, destaca que a financeirização do capital, aliada às inovações tecnológicas, trouxe o atropelo das relações trabalhistas que se faziam sob a égide de direitos e garantias sociais, construindo um cenário de amplo desemprego, intensa precarização das “formas-trabalho” e expansão do “trabalho sem-formas”¹⁷ (Oliveira, 2007:34). A fragilização da perspectiva de mobilidade social via trabalho, somada à privatização dos espaços públicos, algo que remete tanto a uma configuração material, de venda de patrimônio público, como a uma dimensão subjetiva de desnecessidade da sociabilidade pública e igualitária¹⁸ configuram o

¹⁵ Safatle (2016) propõe uma discussão sobre autonomia na política, indicando que esta pressupõe a ideia de um indivíduo com certa capacidade de controlar as variáveis sociais que o afetam, pensamento que cria uma associação entre liberdade e esta suposta possibilidade de escolha

¹⁶ Anderson define a Sociedade de Mont Pelerin como uma rede mundial de intelectuais, entre eles Friedrich Hayek, Raymond Aron e Jacques Rueff, que, a partir da reformulação de premissas liberais, difunde críticas ao Estado provedor de políticas sociais e ao coletivismo das vertentes social-democratas ou socialistas. Essas críticas, como salienta Anderson, são feitas desde a Guerra Fria, mas não encontram dissonância até os anos de 1980, quando as transformações advindas da financeirização da vida e da economia vão construindo a necessidade de novos discursos e novas práticas e políticas sociais. Em Dardot e Laval (2016), é realizada uma análise minuciosa desse processo.

¹⁷ A expressão abarca o amplo conjunto de atividades de sobrevivência que se desenrolam sem acesso a direitos trabalhistas básicos, como vínculo previdenciário, repouso remunerado e jornada regulada de trabalho.

¹⁸ Francisco de Oliveira (2007) trata essa questão ao mencionar a “subjetivação da desnecessidade do público”, que é uma das dimensões do processo de privatizações: “A privatização do público é a falsa consciência da desnecessidade do

contexto neoliberal no Brasil. A interpretação minuciosa construída por Oliveira pode ser cruzada às observações de autores que buscam destacar, interpretando os textos de Foucault, que neoliberalismo não remete somente a uma relação entre Estado e mercado, mas sim ao que Foucault chamou de “arte de governar” ou “governamentalidade” (Foucault, 2008), um exercício político tecido na esfera estatal e nas múltiplas formas com que os seres sociais governam uns aos outros. Neste sentido, podemos afirmar que o neoliberalismo consiste em uma nova forma de governamentalidade (Dardot e Laval, 2016) que se fortalece nos anos de 1990 e se difunde nos cruzamentos entre as políticas estatais e as variadas formas de governamentalidade que compõem a vida social e atravessam/interseccionam os projetos do Estado.

Algumas leituras sobre o neoliberalismo mediadas pela perspectiva foucaultiana permitem que não centralizemos o olhar nas modificações estatais em relação aos serviços públicos e aos conglomerados empresariais, sem que visualizemos, também, a variedade de dispositivos de controle que perfazem a lógica neoliberal e se manifestam em diferentes momentos da vida social. Atento-me, neste texto, a três autores que ajudam a pensar, apropriando-se de Foucault, a racionalidade neoliberal. Um deles é Nildo Avelino (2016), o qual aponta que Foucault, em “Nascimento da Biopolítica” e também outros textos, se diferenciou de outras leituras por visualizar o neoliberalismo enquanto uma complexa gestão social operada por múltiplos atores e dispersa nas relações sociais. Acompanhando Foucault, Avelino destaca o neoliberalismo enquanto uma sofisticada forma de governamentalidade, como salienta o autor:

Para Foucault, aquilo que é peculiar, relevante e específico na história do liberalismo não é a valorização da liberdade, tampouco é o exercício da opressão; mas é sua configuração enquanto racionalidade política governamental, como a maneira como os homens governam uns aos outros (Avelino, 2016:251)

O neoliberalismo pode ser contemplado, como enfatiza Avelino, em sua amplitude se o tomarmos não somente em sua dimensão econômica, que remete à expansão do capitalismo financeiro, corrosão e restrição dos direitos trabalhistas, supressão de serviços públicos estatais, mas como uma racionalidade política que, a partir dos anos de 1980 e com maior intensidade nos anos de

público” e se faz presente, de modos diferentes, em todas as classes sociais, ou seja, há um disseminado consenso a ela, algo que tece a dificuldade de elaboração de um dissenso que realmente se coloca como contranarrativa neoliberal e permeie, no sentido de Jacques Rancière, o coração da política.

1990, se expande e passa a ser expressa de forma mais incisiva em múltiplas dimensões sociais, nos modos de se relacionar, de estabelecer as relações, em diferentes situações sociais. Dardot e Laval (2016), em interpretação semelhante, utilizam termos como dispositivo e racionalidade política para referir-se ao conjunto de práticas e discursos que compõem o neoliberalismo e afirmam que este remete, num sentido amplo, a uma razão de existência que passou gradativamente a compor a vida social:

O neoliberalismo destrói não apenas regras, instituições, direitos. Ele produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver e subjetividades. Com o neoliberalismo, o que está em jogo é a forma de nossa existência, o modo como somos levados a nos relacionar com os outros e com nós mesmos (Dardot e Laval, 2016:16)

Se, acompanhando as leituras desses autores, podemos nomear essas formas de se relacionar, de pensar o público e de “conduzir a conduta” como neoliberalismo, é necessário indicar quais os principais componentes desta específica “arte de governar”, assim como as relações sociais que, nessa racionalidade, passam a ser constantes. Um dos aspectos comumente mencionado na bibliografia (Oliveira, 2007; Foucault, 2008, Avelino, 2016; Dardot e Laval, 2016) é a lógica utilitarista empresarial que passa a ser difundida tanto no e pelo Estado – seja através da transferência de propriedades públicas para grupos privados ou pela gestão do público conforme critérios empresariais¹⁹, como nas várias dimensões da vida social, em que os seres passam a se relacionar mais incisivamente sob uma lógica do custo/benefício em que mostrar-se “produtivo” opera como critério valorativo e de seleção do acesso a espaços e oportunidades. A atitude empreendedora, cuja exigência é bem comum em espaços empresariais, passa a ser um parâmetro comum nas interações sociais e configura-se como uma das formas de governo, de “controle da conduta” que opera tanto entre sujeitos como do sujeito para consigo mesmo. Como salientam Dardot e Laval (2016), a especificidade da governamentalidade neoliberal se desenha na valorização da concorrência e de uma lógica utilitarista empresarial, sendo que ambas atuam como “técnicas de dominação exercidas sobre os outros” e, também, como “técnicas de si”, ou seja, o “espírito”

¹⁹ Rizek (2011), acompanhando algumas transformações recentes em três regiões da cidade de São Paulo (Nova Luz, Jardim Panorama/Parque Cidade Jardim, Jardim Olinda), mostra como a “forma empresa” é incorporada na ordenação das cidade paulistana, apoiando-se em um intenso policiamento espacial, destino de recursos públicos a grupos imobiliários privados e gestão social de favelas, através de agentes como ONGs ou OSs (Organizações Sociais) que especializam-se no chamado “trabalho social”.

empreendedor não é uma cobrança apenas externa, vinda das instituições ou de pessoas próximas, mas uma “relação consigo”, algo que tende a existir como expectativa do ser em relação a si próprio para que tenha um bom “desempenho”, como um “empresário de si”. Neste sentido, é interessante a contribuição de Avelino, ao observar, interpretando Foucault, que as políticas estatais se sustentam não por uma centralização da figura do Estado, mas inclusive por uma série de “formas de governo” que transpassam a esfera estatal e a sustentam, por formas de controle, inclusive individual, que estão dispersas no social e que podem ser nomeadas como o que Foucault chamou de “poder pastoral”²⁰. No contexto de expansão da racionalidade neoliberal, podemos visualizar que se disseminam estratégias de poder pastoral, que têm uma atuação mais incisiva sobre as subjetivações dos sujeitos, ao mesmo tempo em que são elaboradas estratégias de gestão populacional. Essas duas formas de controle atuam em concomitância e em complementação, há uma “sofisticada justaposição entre, de um lado, um poder pastoral individualizante e, de outro, um poder biopolítico totalizante” (Avelino, 2016:270)

Desemprego, ampla precarização das formas-trabalho, intensa dificuldade de acesso à moradia, restrição dos espaços de convívio e debates públicos, são esses fatores sociais que, envolvidos pelas narrativas do empreendedorismo (de si e dos outros) configuram o dispositivo neoliberal. Num cenário de extremas desigualdades sociais, reduzidas nos governos petistas, mas mantidas suas grandes proporções (Rizek, Georges e Ceballos, 2014; Ivo 2008), a lógica da concorrência e do “empreender” passam a atuar de forma cada vez mais intensa através de sofisticadas e multidirecionadas “forma governo” que nutrem os dispositivos de normatividade que operam socialmente.

Na expansão da racionalidade neoliberal no Brasil, se fortalece uma forma específica de privatização do público, em que conflitos e alguns temas sociais são camuflados por um constante exercício da produção do consenso, o qual busca invisibilizar divergências por sofisticados

²⁰ Poder pastoral seriam todas as estratégias de controle individual para que os sujeitos se comportem de acordo com a racionalidade hegemônica em cada contexto. Os atores que atuam como “pastor” na propagação de uma determinada forma de conduta podem variar (o chefe, o pai, o empresário, o Estado, o líder carismático, a liderança comunitária, os colegas de trabalho), a forma específica de difundir condutas e valores é o que determina esta técnica política, marcada por um controle mais próximo e minucioso dos comportamentos. O poder pastoral é algo que marca a difusão do cristianismo, mas se manteve, em suas atualizações, como forma de “conduzir a conduta”, tendo formas atualizadas na sociedade contemporânea. Foucault trata do poder pastoral tanto em “Segurança, território, população” como em “Nascimento da Biopolítica”

mecanismos²¹ de renomeação. Estas reformulações, que mesclam continuidades e readequações das ideias liberais, nomeadas como neoliberalismo, podem ser entendidas como “novas formas de governar” em que o controle das condutas se exerce tanto entre Estado, indivíduos e grupos sociais como do ser sobre si (Dardot e Laval, 2016).

Ao minimizar as condicionantes sociais que produzem os sujeitos, a racionalidade neoliberal torna possível difundir o exercício do “empresariar-se a si mesmo”: tomar centralmente para si as responsabilidades por um acesso aos segmentados e restritos bens e direitos sociais, entregar-se arduamente à lógica da concorrência, investir em si e deixar que conflitos e angústias retornem à “ordem doméstica” e tenham suas vinculações sociais esfumaçadas, silenciadas. Quanto mais auto-empresendedores tornam-se os sujeitos, mais a dimensão pública, a vinculação entre acontecimentos específicos e os contextos sociais são reduzidos, de modo que, como enfatiza Francisco de Oliveira, a privatização do público que marca a racionalidade neoliberal não se constitui somente dos processos de privatização de bens e serviços públicos, mas também de um modo de se relacionar e de se perceber no mundo em que as questões que compõem o debate público se encolhem e, como consequência, grande parte do que se mostra nos espaços públicos é o consenso ao teor empresarial que se espalha nas relações e passa a reger os espaços públicos. A “anulação da fala” que Oliveira menciona remete ao fato de que as discordâncias, o mal-estar, as desidentificações às fábulas neoliberais encontram imensas dificuldades até mesmo de serem identificadas, uma vez que os conflitos que as geram tendem a retornar ao doméstico, a serem vistos como desvios ocasionais dentro de uma normalidade que se expande. Quando Rancière (1996) pontua que os episódios das greves que marcaram o século XX são vitoriosos em colocar em público conflitos que antes pareciam dizer respeito somente a negociações particulares entre patrões e empregados, podemos pensar que a restrição de direitos trabalhistas que acena no mundo contemporâneo indica um retorno ao doméstico, um encolhimento do público.

²¹ São impressionantes os exemplos elencados na literatura sobre os sofisticados mecanismos de controle e gestão das possibilidades de dissenso que venham a se esboçar. Rizek (2011) traz exemplos a partir de análises das modificações urbanas na cidade de São Paulo e também aponta exemplos na análise do Minha Casa, Minha Vida Entidades. Baierle (2009) questiona em que medida os conselhos e orçamentos participativos não se tornaram espaços de “distração” e controle, uma vez que as grandes decisões sobre a riqueza social ocorrem em outros espaços. São exemplos de criação de consenso, também: a) os programas de avaliação individual implantados inclusive no funcionalismo público (Souza e Cunha, 2013), b) a coexistência, em uma mesma categoria, de diferentes contratos de trabalho, com diferentes acessos precários a direitos, como acontece entre o professorado estadual paulista; criam-se diferenças entre um mesmo grupo laboral, reforçando a ideia de que diferentes capacidades atingem diferentes condições de trabalho, c) nas universidades públicas, o produtivismo e o currículo Lattes tornam-se requisitos de competição entre “fracos” e “produtivos”, reforçando disputas entre pares e dificultando em grau extremo eventuais mobilizações coletivas.

Se a cena política contemporânea é marcada por este encolhimento na publicização dos conflitos, os dissensos, para serem nomeados e colocados em público, encontram obstáculos ainda mais complexos. Esta pesquisa busca identificar, refletindo esta questão, as possibilidades do engajamento político contribuir para que a nomeação e publicização de dissensos ocorram.

1.2 - Privatização do público e configurações de gênero: o fortalecimento do centralismo familiar e do “dispositivo da cuidadora”

Em vários momentos da construção do projeto que originou esta pesquisa, a questão dos porquês de um recorte baseado em experiências femininas se colocava. Era uma questão complexa porque exigia responder outras duas perguntas que pareciam básicas, mas, ao se deparar com a literatura feminista, percebe-se logo que não é: com que referencial de “mulher” é possível trabalhar e em que medida o trabalho com esta categoria pode ocorrer sem que se caia em definições imediatas e em essencialismos culturais, como se representações sociais e agência sempre travassem entre si relações imediatas e previsíveis. Se houve um trabalho argumentativo de quase todo o século XX para mostrar que não são as condições biológicas que fazem o gênero, um complexo debate se faz depois, quando diferentes perspectivas analíticas vão se debruçar sobre qual seria a relação entre as representações de gênero dispersas no social e os comportamentos e reconhecimentos generificados dos seres sociais.

Essa discussão que marcou parte do debate, sintetizado em textos de Adriana Piscitelli e Cláudia da Lima Costa sobre os eventuais perigos e necessidades de trabalhar com denominações como “homem” ou “mulher”. O uso dessas categorias possibilitou às reflexões sobre desigualdades de gênero dos anos de 1980 pontuar de forma mais contundente os efeitos das construções culturais relacionadas ao feminino/masculino nas experiências dos seres sociais, sobretudo das mulheres. No desenrolar deste debate, entretanto, foi identificado que há o risco, ao trabalhar com identidades de gênero, de não operar uma distinção entre as representações sociais e a variedade de maneiras como essas são subjetivadas. Judith Butler (1991) é uma autora muito importante no apontamento sobre o risco que se ocorre, ao trabalhar com a categoria “mulher”, de realizar uma associação direta e linear entre as representações binárias de gênero e o agenciamento dos seres sociais, como se houvesse algo de definitivo que marcasse o ser feminino ou masculino, como se as representações fossem sempre subjetivadas positivamente de modo a fixar um “lastro comum” nos seres que são “lidos” como

homens ou mulheres a partir de suas características anatômicas. Por outro lado, como pontuam Picistelli e Cláudia Costa, muitas feministas pedem um contraponto à argumentação de feministas pós-estruturalistas como Butler, argumentando que as representações de gênero resultam em intensas e contínuas expectativas sobre os seres sociais, de modo que pode haver um risco de “relativização extrema” ao descartar o uso da categoria “mulheres”. As duas autoras posicionam-se no sentido de considerar a multiplicidade de subjetividades que resultam das interpelações sociais, de modo que o recorte “mulheres” deve ser entendido em sua dimensão performática e não linear, mas, ao mesmo tempo, defendem que o trabalho a partir desta categoria é importante para pensar as representações sociais acerca do que é ser mulher e como elas criam situações sociais com as quais seres reconhecidos como mulher têm de lidar. Em consideração semelhante, Tereza de Laurets (1994), nos ajuda a pensar um caminho para trabalhar os efeitos diferenciados das representações de gênero e, ao mesmo tempo, considerar que a agência social não é imediata e linear, e sim permeada de desidentificações e deslocamentos às normas:

A discrepância, tensão e um constante deslize entre, de um lado, a Mulher como representação e, de outro lado, as mulheres como seres históricos, sujeitos de “relações reais”, são sustentadas por uma contradição irreconciliável: as mulheres se situam tanto dentro como fora do gênero, estão, ao mesmo tempo, dentro e fora da representação. A construção de gênero envolve a representação e a autorepresentação” (Laurets, 1994: 217)

As representações sociais acerca do construto “mulher” – indicadas por Laurets pela expressão Mulher como “m” maiúsculo – interpelam continuamente os seres sociais, inclusive os seres reconhecidos como femininos. Como enfatizou Butler (2001), mesmo antes do nascimento, os seres já são “chamados”, “intimados” a se reconhecerem como homens e mulheres e a terem comportamentos que são considerados apropriados a estas classificações. Todavia, estas interpelações não resultam sempre em expressões consensuais a estas normatizações. A autorepresentação pode operar deslizes, deslocamentos de graus variados, rupturas e, por esta razão, Laurets enfatiza que as mulheres estão dentro e fora das representações de gênero, de modo que não é possível deixar de trabalhar com esta classificação, que não cessa de atuar via incentivos, retribuições, táticas de convencimento, obrigatoriedade, violências e punições aos “desvios”. Trata-se da mesma linha de argumentação que Rancière se utiliza para nos lembrar que os “proletários” indicados por Marx – estes que poderíamos, numa atualização contemporânea, identificar como os

seres sociais sem meios de produção e que sobrevivem pela venda, precarizada, “uberizada”, de inúmeros contratos e com direitos em queda – falam, ao mesmo tempo, em dois mundos: um em que estão subjulgados em uma situação social e outro em que lutam contra esta ordenação, contra os nomes e lugares em que as representações tendem a lhes colocar: “um sujeito político é sempre um operador de desclassificações” (Rancière, 1996: 377).

Concordando com os apontamentos de Costa, Piscitelli, Laurets e Rancière, esta pesquisa parte da consideração de que há um conjunto de representações de gênero que interpela seres reconhecidos/que se reconhecem como femininos de modo a “cercar-lhes” de expectativas, discursos e imposições sociais que constroem diversas dificuldades de envolvimento e atuação nos espaços públicos e privados. São estes dispositivos que nos permitem apontar um grupo social a que chamamos “mulheres” e pontuar que expectativas, cobranças e violências em comum o condiciona. Se estas experiências em comum existem, há também diferenciadas formas de subjetivação que dela derivam, as quais também são influenciadas por outros dispositivos (de classe, raça, concepções corporais, geração, entre outros), de forma que não há um modo de existir especificamente feminino e nem uma unidade de experiência feminina, mas uma ampla variedade de “sujeitos-efeitos” dos dispositivos de gênero que operam no social. Somente é possível pensar em experiências femininas ao considerar essa “ambiguidade constitutiva” indicada por Laurets e Rancière.

A opção em focar experiências femininas é um caminho na busca de compreender como as representações de gênero que conferem a seres reconhecidos enquanto mulheres um conjunto de expectativas, cobranças e violências sociais irão interferir no modo como esses seres participam ou não de atividades públicas, como usam seu tempo de vida e as dificuldades encontradas quando o agir/ pensar ocorre em discordância com aquilo que preconizam as regulações sociais. Uma das representações sociais que interferem diretamente no envolvimento feminino em atividades sociais, de modo diverso do que ocorre com seres reconhecidos enquanto homens, é a que se relaciona aos cuidados familiares e domésticos. Desde a infância, há incentivos e constrangimentos para que “meninas” direcionem parte de seu tempo ao cuidado doméstico ou de entes próximos, de modo que este “cuidar” passe a ser algo constitutivo de sua existência política e moral e seja uma atividade que, em muitos momentos de suas vidas, há de colocar-se como uma obrigatoriedade que secundariza o envolvimento em atividades que não remetam ao universo doméstico e familiar ou ao trabalho remunerado, dada a importância para a sobrevivência familiar que o salário feminino ganhou no contexto contemporâneo. Essa premissa será tão mais intensa conforme a classe social, pois, como indicam algumas pesquisas (Sorj, 2005; Sorj, Fontes e Machado, 2007), a desoneração do trabalho

doméstico e familiar vivida por algumas mulheres está mais ligada à possibilidade dessas pagarem por esses serviços do que a uma divisão destes entre gêneros, de modo que, para a grande maioria das mulheres, os trabalhos relacionados aos cuidados domésticos e dos entes próximos segue compondo um dispositivo de ordenação do tempo de vida e do envolvimento em atividades que extrapolem estas atribuições.

Sem desconsiderar a influência de outros espaços sociais, é no interior da família, seja no papel de esposa, irmã, tia, avó ou outro parentesco, que as mulheres são mais diretamente interpeladas por estas representações e produzem-se/são produzidas enquanto seres mais ou menos propensos a arcar com as atividades de cuidado necessárias à produção e reprodução da vida. Essas acabam por se configurar como um instrumento de regulação social que pode ser nomeado como “dispositivo da cuidadora”. Este dispositivo acompanha os seres reconhecidos/que se reconhecem como mulheres por toda vida, tomando diferentes nuances e intensidades conforme a idade, a maternidade ou não, as configurações familiares e as condições econômicas.

Se o “dispositivo da cuidadora” é operado com uma específica intensidade no grupo familiar, pode-se deduzir que as concepções de família - dispersas pelas políticas públicas, por diferentes espaços sociais e pelos próprios integrantes deste coletivo - podem configurar situações em que há maior ou menor possibilidade de se deslocar desse feixe regulatório. Conforme o núcleo familiar tem maior centralidade e potencial regulador, mais difícil é resistir à associação entre o feminino e a centralidade dos cuidados domésticos e familiares, tornando mais difícil o envolvimento em atividades que não remetam ao trabalho dentro e fora de casa. Quanto mais o modo de organização familiar centraliza atenção e tempo de seus integrantes - algo que podemos chamar de **centralismo familiar** - maiores as dificuldades de que seus integrantes se envolvam em outras atividades sociais e, considerando as representações de gênero relacionadas às atribuições das mulheres na família, haverá dificuldades mais acentuadas para que o tempo de vida feminino seja direcionado para atividades que não estejam direta ou indiretamente associadas ao cuidado familiar. Há, portanto, uma relação entre o modelo familiar e o envolvimento feminino em ações coletivas que se dão nos espaços públicos.

O centralismo familiar é baseado em uma concepção de família que acentua a dependência de cuidados e assistência dos integrantes entre si, construindo a tendência de que a mulher, sob a expectativa de cuidadora central, esteja mais suscetível a envolver-se prioritariamente nestas tarefas. Pensando neste sentido, pode-se pontuar que o “dispositivo da cuidadora” se faz presente em vários

espaços sociais, influenciando os tipos de atividades coletivas em que mulheres serão mais incentivadas a se envolver e como irão fazê-lo, todavia no centralismo familiar este dispositivo encontra maior possibilidade de manter-se operando socialmente. Além disso, as noções de relacionamento que constituem esse modelo de família permitem que seus integrantes tenham considerável possibilidade de controle e monitoramento do comportamento e movimentação entre si, o que torna mais embaraçoso àqueles que não se identificam com este modelo existencial se relacionar de outras formas. Entre as ativistas interlocutoras da pesquisa, foi comum a menção à preocupação por relacionarem-se com parceira(o)s que partilhem de concepções de família em que os envolvimento em outras atividades e grupos sociais tenham tanto valor quanto o dos encontros entre os integrantes familiares. Todas as ativistas entrevistadas tiveram em algum momento de suas vidas confrontos com algum familiar em razão do engajamento político, e disso decorre a busca pela aproximação a pessoas que valorizem este envolvimento público tanto quanto o compromisso familiar.

O centralismo se fortalece ou dilui nos acordos cotidianos que são traçados entre os integrantes do grupo familiar, todavia estes acordos não dependem apenas dos desejos existenciais e valores políticos e culturais dispersos por seus integrantes. A hegemonia que alguns modelos de família ganham na organização social está diretamente relacionada aos contextos políticos e econômicos que criam ou não possibilidades de haver maior independência entre os integrantes do núcleo familiar. Neste sentido, é possível indicar que o centralismo familiar é algo que se define por variadas dimensões, que envolvem os acordos e expectativas entre os integrantes, mas também os mecanismos de redistribuição de renda de um momento histórico e as concepções de família que são dispersas pelas mídias comerciais, pelos conglomerados econômicos e pelas políticas públicas. Estas últimas são especialmente responsáveis pela dispersão de discursos, regras e obrigatoriedade institucionais que induzem formas de organização familiar mais suscetíveis às formas de “governo da vida” que operam no social. Santos, Heckert e Carvalho (2017), inspiradas nas reflexões de Foucault sobre a biopolítica e nas de Donzelot sobre a família como forma de controle político, observam que inúmeros incentivos, tentativas de convencimento e obrigatoriedades foram dispersas, em diferentes momentos históricos, por instituições estatais para que os grupos familiares se organizassem e estabelecessem relações conforme as necessidades do projeto dominante que vigora em cada momento. A monogamia feminina como controle da propriedade privada e das heranças; o incentivo à reprodução, no século XIX, entre escravos e o uso dos vínculos afetivos entre esses para impor comportamentos e evitar fugas; a propaganda do regime militar sobre a família disciplinada

que vigia os filhos para que esses não se misturem à “subversão”. Todos esses são exemplos trazidos pelas autoras e que ilustram que o centralismo familiar é construído ao longo do tempo pelas legislações e políticas públicas e podemos alongar esta interpretação afirmando que outras formas de “governo da vida” espalhadas pelo social contribuem para este processo, atuando como dispersores de inúmeros procedimentos que permitem ao centralismo familiar normatizar comportamentos e dificultar movimentações individuais e coletivas que transgridam as nomeações e formas de distribuição social que operam conforme o projeto político dominante em cada momento.

É importante reiterarmos o grau de influência que as políticas públicas, enquanto indutoras da expansão/retração de direitos sociais universais, têm nos modelos de organização familiar. Parte da bibliografia sobre políticas sociais e configurações familiares (Mioto, 2010; Esping-Andersen, 1991, Mariano, 2009) destaca esta relação, pontuando que nos momentos de maior precarização do trabalho e contenção da oferta de serviços públicos amplia-se a menção, nas políticas públicas, da família enquanto um grupo central na prestação de cuidados aos seus integrantes. Mioto (2010) reflete a proximidade que existe entre família centralizada e políticas de cunho liberal, indicando que quanto menor a amplitude dos serviços públicos, maior a centralidade da família nas políticas públicas. A autora se apropria do conceito de familismo, construído por Esping-Andersen, para pensar a concepção de família que tem hegemonia nas políticas públicas brasileiras. Familismo remete ao conjunto de procedimentos estatais no sentido de atribuir à família maior responsabilização pelo cuidado e assistência social, ao mesmo tempo em que o acesso aos serviços públicos é restringido. Mioto observa que o familismo é presença constante nas políticas sociais brasileiras e, numa análise similar à realizada por Maranhão (2011), pontua que há uma ambiguidade que marca o processo de expansão da racionalidade neoliberal no Brasil ocorrido a partir dos anos de 1990, visto que este vem a se dar num mesmo momento em que direitos sociais, defendidos por movimentos populares e presentes na redação da Constituição de 1988, começavam a ser implementados, como são exemplos o Sistema Único de Saúde (SUS) através da lei 8080 de 1990 e a lei orgânica de assistência social (LOAS) de 1993. No mesmo momento em que se esboça o início de serviços de caráter mais universalizados, práticas neoliberais de restrição do público ganham força e passam a ser difundidas internacionalmente e em toda América Latina:

Contraditoriamente no Brasil, a partir dos anos de 1990, ao mesmo tempo em que toma corpo a versão liberal de proteção social – atingindo a previdência social através de reformas que impactam a vida dos trabalhadores, a assistência social com a estruturação de uma série de programas de transferência de renda – tem lugar também a luta pela implementação do SUS, do ECA e do LOAS. Neste momento, o

Brasil passa a sofrer interferência direta das orientações dos organismos internacionais na condução das políticas sociais (Mioto, 2010: 143)

No contexto apontado acima por Mioto, os discursos e práticas que restringem o público e, ao mesmo tempo, difundem a concepção de família como núcleo fechado e com um alto grau de dependência – econômica, afetiva e moral – se espalham e tendem a acentuar as representações sobre comportamentos masculinos/femininos que constroem as desigualdades de gênero. A concepção de família como centro privativo de cuidados, em detrimento dos espaços públicos – não necessariamente estatais - em que parte de cuidado e assistência poderiam se dar, sempre norteou as políticas sociais no Brasil, com uma expectativa de alteração desse modelo a partir da ampliação de direitos sociais prometida pela Constituição de 1988, porém, a partir dos anos de 1990 em diante, o que ocorre é o fortalecimento do centralismo familiar, um norteador dos programas de transferência de renda e de discursos que permanecem a se proliferar em diferentes espaços sociais:

Assiste-se a um processo de supervalorização da família, especialmente no âmbito das políticas públicas. Este fenômeno acontece em decorrência do projeto neoliberal instaurado em escala global e que tem se configurado de diferentes formas nos diferentes países. Esse incremento passa a acontecer sob auspícios de organismos internacionais, especialmente a partir da década de 1990, que direcionam as políticas sociais com base nos critérios de localização, privatização e da participação da sociedade civil na execução de programas e serviços sociais (Mioto, 2010: 141)

Podemos deduzir, a partir destas ponderações, que o centralismo familiar não se constrói apenas por “acordos livres” entre seus integrantes ou por concepções e desejos que estes projetem. Há condições sociais viabilizadas pelos contextos econômicos e políticos que induzem e legitimam as subordinações que ocorrem no interior da família e que condicionam a capacidade de interação dos seres com os vários espaços sociais. Em tempos de expansão da racionalidade neoliberal, por exemplo, difundem-se um conjunto de práticas e discursos que responsabilizam tantos indivíduos como famílias pela situação social que vivenciam. Os estigmas e subordinações sociais são reforçados através de procedimentos em que o Estado exige dos indivíduos comportamentos específicos para que sejam reconhecidos enquanto beneficiários de políticas públicas.

Estudos sobre as políticas sociais contemporâneas no Brasil e na América Latina (George; Rizek; Ceballos, 2014; Mariano, S, 2009; Mioto, 2008) coincidem no apontamento sobre o papel que

programas contemporâneos, como o Bolsa Família²², exercem no sentido de aplicar procedimentos que potencializam os recursos aplicados através da transferência de responsabilidades para integrantes da família, sendo freqüente que isso ocorra com as mulheres, de modo que no desenrolar desta política social em específico são reiteradas as subordinações de gênero que compõe o “dispositivo da cuidadora”. Ao priorizar que o benefício seja registrado no nome da mãe²³ e que seja esta, portanto, que responda pela permanência das crianças na escola e pela atualização da vacinação, o programa, sob a justificativa de lidar com as representações sociais para potencializar os efeitos da política, acaba por reforçar a centralidade do cuidado familiar na figura materna. Como considera Mariano (2009), esta política social toma as representações de gênero como referência e ponto de partida, ao invés de buscar enfrentá-las e problematizar as desigualdades de gênero. A figura da mãe centralmente responsável pelo cuidado é reforçada e será a “boa mãe” associada aos efeitos (positivos ou negativos) do programa. A associação entre mulher e centralidade do cuidado doméstico e familiar segue sendo naturalizada e operada nas políticas estatais, alimentando cobranças, expectativas e obrigadoriedades sociais que incidem sobre seres que se reconhecem/são reconhecidas como mulheres.

O “dispositivo da cuidadora” e o centralismo familiar são contextualizados e reforçados pela racionalidade neoliberal. Esta reiteração das subordinações de gênero e da família como controle ocorre ao mesmo tempo em que um conjunto de novas experiências vivenciadas por mulheres (acesso a outros espaços de trabalho, a centros de formação e à universidade, concepções de relacionamento mais críticas em relação aos papéis tradicionais de gênero) também se expandem. Tem-se um cenário ambíguo, já apontado por Sorj (2005), em que aquilo que mantém as normatizações de gênero e sexualidade e aquilo que as contesta são, ao mesmo tempo, realçados. Deste contraste, é possível imaginar, ou acompanhar pelos relatos das ativistas, que inúmeros conflitos e dissensos permearão as relações sociais. Em tempos de “domesticação dos conflitos”²⁴,

²² O Bolsa Família é um programa de transferência de renda formalizado no governo Lula em 2004, a partir da unificação de programas sociais (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio gás) implementados nos governos de Fernando Henrique Cardoso. O objetivo é a transferência de renda para famílias em situação de extrema pobreza e pobreza, desde que sejam cumpridas algumas condições, como vacinação e escolarização das crianças. Análises sobre o contexto e efeitos deste programa, assim como sobre os critérios de classificação social veiculados por este podem ser conferidos em Ivo (2008), Bello (2016) e Mariano (2009).

²³ A lei 10.836/2004 determina que benefícios federais, como o Bolsa-Família, sejam pagos prioritariamente às mulheres. 93% das pessoas titulares do programa Bolsa-Família são mulheres (Santos, Heckert e Carvalho, 2017).

²⁴ A divisão do social proposta por Rancière (1996) entre a dimensão do doméstico, aquele em que os conflitos sociais permanecem silenciados como se não remetessem à coletividade social, e o mundo público, aquele em que os conflitos

torna-se mais complexa a nomeação dos estranhamentos²⁵, assim como sua expressão pública, todavia a busca por caminhos para nomear e expressar dissensos permeia o cotidiano, como nos mostra as experiências de Emília, que são mais detalhadamente apontadas no capítulo 3, em item que discute as mudanças nas configurações familiares.

Emília, entre as ativistas interlocutoras desta pesquisa, é a única que é mãe de filhos pequenos. Por estar nesta condição, Emília está envolvida, de forma mais acentuada que as outras ativistas, com o dispositivo da cuidadora. Exatamente neste momento, a jovem mãe também se envolveu com práticas ativistas, tendo participado, entre outros temas, de algumas conversas sobre maternidade e desigualdades de gênero. Estas experiências foram, como o decorrer do tempo, permitindo à Emília traduzir angústias que sentia em relação às representações de mulher e de mãe que a cercam. Esse processo de tradução levou a ativista a direcionar parte de seu tempo “extra-trabalhos” para o envolvimento ativista, mas, para que isso ocorresse, teve que reorganizar seu relacionamento amoroso, “intimando” o companheiro a compartilhar de forma mais igualitária o cuidado da casa e filhos. Para que o envolvimento ativista²⁶ ocorresse, Emília também teve que enfrentar sua mãe, que lhe cobrava uma postura materna “adequada”, tal qual a que foi ensinada e que, hoje, ela difunde. Do modelo familiar centralizado em que Emília estava se aproximando, a ativista caminhou para outra forma de existência. Hoje o tempo do convívio familiar se mescla e se confunde com o tempo direcionado a práticas ativistas, em que os problemas da coletividade social são tão valorizados como os que se dão nas relações familiares. As experiências relacionadas ao engajamento político de Emília contribuíram para o fortalecimento de suas desidentificações em relação a dispositivos que lhe conferiam um lugar e atribuições específicas no interior da família, assim como a própria lógica familiar foi alvo de questionamentos. O encorajamento a contrapor-se a narrativas que direcionam as mulheres à centralidade do cuidado familiar, tão reiteradas na sociedade contemporânea, foi realçado nas interações que Emília vivenciou nas práticas ativistas e conforme ela reconhece em alguns pares um ponto de apoio para que se posicione diante do companheiro e da mãe.

se assumem enquanto algo que remete ao modo de organização e distribuição dos lugares sociais nos ajuda a refletir a retração do público que marca o contexto neoliberal.

²⁵ No capítulo 2, há uma discussão sobre o estranhamento às normatizações sociais e as (im)possibilidades de tradução e publicização do “estranhar”.

²⁶ Os conflitos de Emília com o companheiro e com sua mãe serão retomados nas reflexões do capítulo 2.

1.3 – A produção neoliberal de consensos: partilhas no governar

Quando a Constituição de 1988 foi promulgada, com 28 de seus artigos oriundos de grupos atuantes na ditadura militar²⁷, havia também muitas expectativas de expansão de direitos sociais e de interferência popular na definição dos programas e políticas governamentais. As leis 8.080/90 e 8.142/90²⁸, por exemplo, foram ressonâncias da Constituição e traziam as expectativas de um sistema de saúde de atendimento amplo e irrestrito, independente da classe ou situação de trabalho. Nesse momento histórico, a maioria das ativistas com quem interagi durante a pesquisa eram muito jovens ou nem nascidas. Raquel é a única delas que já havia passado por experiências militantes e já estava muito envolvida em movimentos por moradia e na construção do PT. O Estado era inimigo declarado, como comenta. A intenção de autonomia institucional de um movimento era um elemento de reconhecimento do potencial político do grupo e algo que aglutinava muitos militantes. O sentido da participação política estava muito atrelado a um imaginário em que os espaços estatais e grupos empresariais eram diretamente associados aos círculos políticos e econômicos que produzem as desigualdades, de modo que a reivindicação por mecanismos de interferência nas decisões de governo era pensada como modo de reiterar publicamente que havia um antagonismo.

Esse significado de participação política, nutrido nas mobilizações dos movimentos populares dos anos de 1970/80, vem se deparar com as imposições e reformulações políticas e econômicas da década de 1990, formando um cenário em que expectativas de ampliação de direitos e desmanches existem de forma simultânea. Tatiana Maranhão (2011) traz uma observação muito oportuna sobre este momento, indicando que havia muitas expectativas políticas de um lado, mas um cenário político e econômico que já se “desmanchava” antes mesmo que muitos direitos passassem do papel a algum tipo de concretude:

²⁷ Como pontua Safatle em “Há um golpe militar no Brasil hoje” (vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=BwLg13hSkRk>), em consonância com outras leituras recorrentes no cenário intelectual, a “transição democrática” no Brasil se deu com a incorporação de táticas ditatoriais na estrutura governamental e com a garantia dos privilégios militares na Constituição de 1988. Como informa o autor, 28 dos artigos da Constituição são frutos de “propostas” fechadas trazidas por representantes dos governos militantes, sendo um deles o que define a função das forças armadas no Brasil.

²⁸ Estas duas leis foram muito importantes na implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil ao longo dos anos de 1990 e 2000, contribuindo para a ampliação do atendimento público de saúde.

A Constituição de 1988 consagrou muitos direitos ancorados na ampla mobilização da sociedade contra o Estado militar autoritário. A intenção era universalizar os direitos políticos, sociais, econômicos, políticos, culturais. Contudo, a realização daquilo que a Constituição prometia encontrava obstáculos numa espécie de impasse histórico, no qual a luta pela ampliação de direitos ocorria ao mesmo tempo em que o Estado se desresponsabilizava, transferindo o ônus da questão social para a “sociedade civil” (Maranhão, 2011: 243)

Impasse histórico. Com estas palavras, a autora nomeia a coexistência de projetos tão díspares e indica um deslocamento político fundamental que, neste momento, se dá na forma de atuação do Estado: este vai se configurando enquanto um construtor central de parcerias com grupos que, teoricamente, estariam fora do Estado e que passam a atuar, sob financiamento ou outros incentivos estatais, na administração de questões sociais. Ao mesmo tempo em que se tem grupos representando projetos que cobram um “Estado de participação popular”, o Estado vai se tornando mais poroso à atuação em parcerias, porém a partir de uma lógica empresarial bem diversa daquela que almejavam alguns movimentos sociais. Entre os anos de 1990 e 2000, há, portanto, no mínimo duas propostas diferentes de relacionamento entre Estado e formas de associativismo que lidam com demandas sociais, uma mais ligada aos discursos de mobilização popular e outra mais ligada à lógica empresarial que pensa o associativismo como uma forma de prestação de serviço a um “público-alvo” (Souza, 2007). Esse segundo formato foi incentivado por organizações internacionais como o Banco Mundial (Maranhão, 2016) e, em sintonia, pelo Estado brasileiro, que passou a oferecer subsídios e incentivos a grupos que formam o chamado terceiro setor²⁹, para que esses executassem projetos sociais que envolvessem, como receptores de serviços, os grupos mais atingidos por desigualdades sociais. Houve uma apropriação e deslocamento de sentido do discurso da participação social, sem que parte de militantes ligados a movimentos de mobilização interpretasse tal deslocamento como um problema³⁰. Pode-se afirmar que essa reinvenção das parcerias entre Estado e formas de associativismo comunitário foi parte da produção de consenso neoliberal:

²⁹ Setor de responsabilidade social de empresas, ONGs, associações comunitárias sem fins lucrativos.

³⁰ Feltran (2006) acompanhou a trajetória de sete militantes, considerando a atuação destes dos anos de 1970 até os anos de 2000. O autor indica que nos anos de 1980, houve uma ascensão do envolvimento em movimentos sociais; nos anos de 1990 e 2000, torna-se expressivo o deslocamento de militantes para o interior do Estado e para setores empresariais relacionados a programas sociais. Algumas das narrativas dos militantes, trazidas pelo autor, indicam que os deslocamentos movimentos-Estado-mercado não são vistos por estes como um risco no sentido de passarem a atuar como parte da gestão governamental das questões sociais.

Aquela população excluída politicamente da cena pública, que encenou a luta a partir dos movimentos sociais e apostou no Estado como medida de reconhecimento de direitos “encontrou” uma nova forma de “inclusão”, está agora “inserida” num circuito que faz convergir agências de financiamento internacional, fundações empresariais, grandes ONGs e pequenas associações de bairro nas periferias das grandes cidades. Elas são o “público-alvo” de programas sociais que buscam o “desenvolvimento local e sustentável” de comunidades vulneráveis (Maranhão, Tatiana, 2011: 255)

O apontamento de Maranhão ilustra a importância que um Estado de “porosidades” ganha no contexto de expansão de práticas neoliberais, algo que parte da bibliografia (Anderson, 2007; Dardot e Laval, 2016; Rizek, 2011; Avelino, 2016) que analisa os percursos estatais vem frisando também: a questão do Estado contemporâneo não é a sua retirada ou ausência, mas sua expansão sob o molde de parcerias Estado/ empresas/ formas diversas de associativismo que constroem conjuntamente consensos à lógica empresarial de organização da vida e a diferentes dispositivos de normatização social, como os que se relacionam mais diretamente às distinções de raça, gênero e classe.

As ponderações de Maranhão nos ajudam a deduzir que uma determinada concepção de sociedade civil tornou-se necessária neste momento e passa a ser estimulada pelo Estado. A invenção da sociedade civil e o fortalecimento dos dispositivos que esta, para além ou junto do Estado, opera foram questões que compuseram as inquietações de Foucault³¹ sobre a governamentalidade neoliberal. Para este autor, havia evidentes limites analíticos em se pensar governamentalidade unicamente como governo estatal, sendo necessário investigar quais os elementos que fortalecem e garantem ao Estado o poder de governo. Neste caminho de investigação, Foucault irá destacar que, conforme a lógica empresarial vai se espalhando para várias dimensões da vida social, aquela antiga necessidade de um poder estatal centralizado perde consistência e outra forma de Estado, transpassada por várias outras formas de “governos dos outros” (ou de “controles da conduta”), ganha sentido e se fortalece. O Estado, para continuar exercendo seu papel de gerenciador da vida social, precisa apoiar-se em outras formas de governo (ou de “controles da conduta”), exercidas por atores sociais que estariam fora do Estado. Neste momento, a idéia de sociedade civil ganha relevância, assim como as parcerias “Estado-sociedade civil” tornam-se elementos fundamentais da governamentalidade. A este aparato, Foucault deu o nome de “estado

³¹ Nildo Avelino (2016) destaca a preocupação de Foucault em analisar os aparatos dispersos no meio social que conferem sustentação aos governos de Estado, tanto que Foucault se deteve, como enfatiza Avelino, numa bibliografia de perspectiva “anti-maquível”, ou seja, que buscava indagar que o Estado não consegue se sustentar se não houver outras formas de governo que o apóiam e legitimam.

governamentalizado” em alusão à multiplicidade de “governos dos outros” que percorrem o social e transpassam o Estado, garantindo a este o seu potencial de regulação social. As considerações do autor nos ajudam a visualizar a importância que, no neoliberalismo, as parcerias entre Estado e grupos da heterogênea “sociedade civil” vão ganhar na implementação dos projetos políticos oriundos da economia globalizada. Sem essas parcerias, o Estado não conseguiria seguir adiante em seu papel de gerenciamento do social.

Exatamente a importância que ganharão essas parcerias é o que Tatiana Maranhão destaca ao analisar os relatórios do Banco Mundial, produzidos entre os anos de 1990 e 2000, acerca dos resultados da implementação das reformas neoliberais nos anos de 1980. Estes documentos³² apontam, como mostra a autora, a interpretação de que houve um relativo “fracasso das prescrições do Consenso de Washington”³³ (Maranhão, 2016: 23) e a necessidade de construção de uma nova forma de governança, em que tanto os atores locais de cada país sejam envolvidos nos programas de enfrentamento à pobreza como os estados locais sejam cobrados e avaliados em seu potencial de suscitar o envolvimento destes agentes internos na execução de políticas sociais. Passa a ocorrer, a partir dessas interpretações, uma série de procedimentos, tanto por parte do Banco Mundial como por parte da ONU, no sentido de cobrar dos governos locais, sobretudo dos países com grandes margens de pobreza, uma partilha entre Estado, agentes empresariais, associações comunitárias e até mesmo indivíduos na execução de programas e projetos que, sob a justificativa de amenizar problemas sociais relacionados à pobreza e outras desigualdades, diluiriam os conflitos e resistências às lógicas empresariais e privatistas que passaram de forma cada vez mais intensa a orientar as decisões estatais.

Das reflexões acima, podemos indicar que há, entre os anos de 1990 e 2000, uma mudança considerável na relação entre Estado, mercado e outros agentes da “sociedade civil” e esta mudança é fundamental na produção de consensos tanto à privatização do público aos moldes neoliberais que irá se propagando tanto no Brasil como a formas de subordinação que permanecem a operar no social. Ao estabelecer parcerias com agentes locais, torna-se mais viável ao Estado executar políticas em que premissas como “não há outro caminho possível” seja compartilhada até pelos grupos que, em

³² A autora cita, por exemplo, o “Reforma Social e Pobreza”, organizado em conjunto pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), os “Relatório Africano de 1989” e “Relatório sobre o Desenvolvimento, 2000/2001”, ambos do Banco Mundial, como exemplos de documentos em que são colocados os efeitos e dificuldades de implementação das reformas e a necessidade de construir políticas de colaboração com grupos civis no sentido contar com o apoio das populações na execução das reformas, propagadas como caminhos para o combate à pobreza.

³³ Uma expressão desse fracasso teria sido a crise financeira nas economias asiáticas.

outro momento, questionariam a invenção desta impossibilidade. Como argumenta Rancière (1996), há uma arte de produzir consensos – a sabedoria consensual – em que os Estados são propagandeados como reféns de contextos internacionais e passam a estabelecer com múltiplos atores sociais partilhas na irradiação das “soluções possíveis”, essas que vão estigmatizar eventuais dissensos como incoerências ou “caduquices” de um passado enterrado, um “fim da história” como tantos personagens passaram a acreditar. Nos termos do autor:

Em seu enunciado ordinário, a sabedoria consensual apresenta-se como uma tese sobre a evolução do político resumida na seguinte ideia: a antiga forma da política, a do conflito, caducou. A forma moderna e a do concerto, para lidar, entre parceiros responsáveis, com os dados objetivos da situação que se impõe a todos ... O consenso se depara com um daqueles paradoxos que eu mencionava no começo, os atores sociais chamados a assumir suas responsabilidades para o tratamento concertado dos problemas são sobretudo convidados a verificar que a solução “mais razoável” é na verdade a única solução possível, a única autorizada pelos dados da situação tais como conhecem os Estados e seus especialistas. O consenso então não é nada mais que a supressão da política. Os Estados consensuais apresentam à sua maneira essa supressão. Apresentam-na como um desapossamento do poder da autoridade estatal em proveito da iniciativa dos atores sociais. Apresentam-se eles próprios como Estados “modestos”, que renunciam a suas prerrogativas para deixar que se opere no núcleo da sociedade a adaptação ótima dos interesses e dos direitos. Mas na verdade os Estados exercem essa “modéstia” muito menos em relação a si próprios que em relação à política. O que eles tendem a fazer desaparecer não é seu próprio poder, é a própria cena política do exercício do dissenso. (Rancière, 1996: 379/380)

Este sistema de parcerias Estado/ mercado e outros agentes sociais, indicado em caminhos analíticos diferentes por Foucault, Maranhão e Rancière, é peça fundamental na produção de consensos contemporâneos e se projetou, de formas e em nuances diferentes, nos governos de FHC e nos petistas. Nos governos de FHC, a ênfase se deu nas parcerias³⁴ entre Estado/ grupos empresariais e organizações não-governamentais na formulação de projetos que se apropriam de nomes acionados anteriormente por movimentos sociais (cidadania, solidariedade, participação política) de modo a conferir-lhes um sentido diverso, relacionado a uma racionalidade empresarial que justifica os sistemas de acumulação que geram as desigualdades e tece uma idéia de participação política enquanto procedimentos que amenizariam os efeitos de um ordenamento social divulgado como

³⁴ Dados apresentados por Silvia Carla Ferreira (2011) apontam que: a) o número de ONGs no Brasil passou de 220 mil em 1991 para 400 mil em 2007 e b) na década de 1990, o terceiro setor passou a abarcar 1,12 milhões de trabalhadores remunerados e 330 mil voluntários, quase o dobro de funcionários públicos federais na ativa.

necessário e inevitável. Houve um deslocamento do sentido da idéia de participação popular, a qual se deu num contexto que mescla precariedade material, reformas da previdência, privatizações do erário público e um sofisticado empenho discursivo em desconstruir as alusões à democracia direta que ganharam forças em determinado momento. Para nomear esta tentativa de inversão de termos, Evelina Dagnino (2006) batizou-lhe como confluência perversa, indicando as táticas – em parte bem sucedidas – de governos e grupos empresariais para desmancharem um anseio político por participação direta que se fortalecia entre grupos que compõem o engajamento político popular. O perverso, indicado pela autora, reside no fato de que o empenho discursivo tem êxito em influenciar posições e pensamentos, muitas vezes sem que se perceba o abandono do que é essencial.

A *sabedoria consensual* (Rancière, 1996) agiu nos anos de 1990, no contexto brasileiro, através de medidas que fortaleciam segmentos empresariais e entidades sociais não governamentais a atuar como prestadores de serviços sociais aos grupos mais drasticamente atingidos pelo sistema desigual de distribuição econômica e política. O “sujeito popular” transforma-se em “público-alvo” e o sentido da participação política, como frisou Regina Magalhães de Souza (2007), restringiu-se ao atuar em consonância com decisões tomadas em outras instâncias.

Já em meados dos anos 2000, quando há uma considerável ascensão do PT aos aparatos estatais, parece ter havido uma continuidade nas parcerias com organizações e entidades sociais, porém o que parece ser destaque deste momento como modo de produção de consensos é o maior envolvimento de grupos ligados ao engajamento político popular, sobretudo movimentos sociais mais estruturados, na gestão dos conflitos sociais. Dados apresentados em Ribeiro (2010) apontam que, em 1988, o PT tinha vereadores eleitos em 18% dos municípios do estado de São Paulo, esse número passa a 47% em 2005. A progressiva entrada do PT em cargos de governo (Federal, Estados e prefeituras) leva também parte da militância a assumir vagas eleitorais e cargos comissionados e a atuar na linha tênue entre representantes dos grupos populares que os elegeram e agentes de programas governamentais construídos a partir de interesses gerenciais. Parte da bibliografia que analisa os percursos dos orçamentos participativos em São Paulo (Rizek, 2007) e Porto Alegre (Baierle, 2009) pontua as ambiguidades que sempre marcaram estas iniciativas de interação Estado e população e como é possível, passados anos de implementação dessas, pontuar o caráter de mapeamento e controle de lideranças comunitárias que este projeto acabou tomando. Na pesquisa de mestrado que antecedeu esta investigação (Formagio, 2013), houve o episódio de um grupo de moradores da periferia de Campinas que, ameaçados de despejo, procuraram auxílio de um famoso movimento de moradia de São Paulo, o qual lhes recomendou procurar ajuda com um secretário municipal de Campinas ligado ao PT. O secretário indicado compunha a mesma gestão de governo

que planejava o despejo. Os moradores, julgando absurda a indicação, afastaram-se do movimento. Este fato exemplifica a função de controle que parte dos movimentos sociais acabou por exercer sobre as mobilizações populares, algo que parece marcar de forma expressiva os anos de 1990 e 2000. A análise construída por Rizek, Amore e Camargo (2014) sobre a modalidade “Entidades”³⁵ do programa “Minha Casa Minha Vida” elucida o efeito político que esta proposta de parceria “associações comunitárias-Estado” pode ocasionar no sentido de induzir movimentos sociais à colaboração na execução de um programa habitacional que reproduz a lógica empresarial de ordenação e segmentação do espaço urbano. Sendo a modalidade de menor investimento e de menor número de unidades construídas dentro do programa, o segmento “entidades” pode estar ligado menos à demanda por moradia em si do que a seu efeito político de construção de consenso entre movimentos e associações comunitárias em relação a este programa governamental que transferiu recursos públicos às construtoras e reforçou a supervalorização de terras urbanas sob o controle da especulação imobiliária. O programa pode ser lido, considerando as reflexões das autoras, como expressão da atuação do Estado contemporâneo, o qual, seja sob direção de governos de direita ou mais à esquerda, tem se direcionado na construção de partilhas na gestão e em conter conflitos sociais, com o diferencial de que governos de esquerda, pelo grau de ligação e proximidade que mantém com parte dos grupos ligados ao engajamento político popular, conseguem estabelecer procedimentos que trazem parte destes grupos à colaboração na execução de programas e políticas sociais que mantêm e aprofundam as desigualdades, afirmando trazer as “soluções possíveis”.

No interior dos ativismos e militâncias populares, há grupos que passam, muitas vezes de forma pouco perceptível a parte de seus integrantes, a atuar na propagação de valores políticos e procedimentos que estabelecem pontos de concordância a dispositivos de normatização que estes atores dizem contestar. Se a subjetivação da racionalidade neoliberal, como salienta Chico de Oliveira e também Dardot e Laval (2016), se expande no social e transpassa as classes e grupos subalternos, é um exercício analítico entender como este enredamento se efetua nas práticas sociais

³⁵ A modalidade “Entidades” do programa Minha Casa Minha Vida, criado em 2009, se direciona a famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.600,00 e que estejam ligadas a associações comunitárias ou movimentos sociais, ficando estes grupamentos responsáveis pela administração dos recursos e procedimentos que envolvem a construção das unidades habitacionais. Rizek, Amore e Camargo (2014:532) enfatizam que: “A produção dessa modalidade é contratada por organizações populares, associações, cooperativas, que compõem o universo de “entidades”, que devem se responsabilizar integralmente pela indicação das famílias e por todo o processo de produção – da pesquisa do terreno à entrega das chaves, passando pelo desenvolvimento e aprovações de projeto e execução das obras civis. Trata-se, de um lado, de uma produção ínfima em termos quantitativos, se comparada a toda produção do programa; de outro lado, a presença e permanência (para não dizer insistência) dessa modalidade tem uma dimensão política paradigmática, apoiando-se na tradição de políticas habitacionais autogestionárias, envolvendo os mais representativos movimentos de luta por moradia e reforma urbana do país”

e, no caso da pesquisa em específico, nas interações que compõem as militâncias e ativismos populares.

Alguns eventos presenciados durante a observação participante, assim como as interlocuções com as ativistas, instigam a apontar algumas situações do cotidiano ativista/ militante em que ocorrem elaborados exercícios de produção de consensos a dispositivos de normatização social. Trazem exemplos destes momentos os relatos de Ana Piva sobre a greve dos professores estaduais em 2015, em que um dos sindicatos mais ricos da América Latina, sintonizado com as posições hegemônicas da CUT e PT, redireciona, usando do aparato burocrático, as questões mais dissensuais trazidas por parte da categoria; as observações de Janaína sobre as dificuldades de atravessar interpretações prontas que se impõem no movimento estudantil universitário: “os partidos pensam que a gente não pensa”; os mecanismos no interior de grupos ativistas e militantes que operam diferenciações hierarquizadas de gênero, de raça e outros atributos. Estas são situações que estiveram nos relatos das interlocutoras da pesquisa e são exemplos das “novas e sofisticadas formas de produção de consenso” (Rizek, Amore e Camargo, 2014: 541/542) que marcam a cena política contemporânea.

A percepção de que tal colaboração destrutiva pode ocorrer impulsiona iniciativas de movimentos como o MTST³⁶ que, em crítica à institucionalização, constrói-se propagando a importância da ação direta em sua atuação, algo que o diferencia, como frisa o movimento, de outros grupos de atuação mais institucionalizada. Com críticas semelhantes e buscando se diferenciar do modelo “parceria na gestão”, se construiu o Movimento Passe Livre (MPL)³⁷ que, em crítica às hierarquias e empecilhos democráticos no interior dos movimentos, traz a bandeira da horizontalidade. Outros exemplos de ações coletivas que buscam se organizar de forma a não

³⁶ Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) organizou sua primeira ocupação urbana na cidade de Campinas – SP, no Parque Oziel, em 1996. No site do movimento (<https://mtst.org>), em consonância com os discursos que seus integrantes comumente propagam em seus espaços de atuação, há destaque ao que diferencia este de outros movimentos sociais: “As formas de atuação do MTST estão centradas na luta direta contra nossos inimigos. Isto é importante porque nos diferencia da maioria dos movimentos urbanos, que optaram por focar suas ações na participação institucional: negociações de projetos com o Estado, participação em Conselhos e parcerias com os governos. Embora o MTST também saiba negociar, para nós esta parte do processo está sempre em função das mobilizações e ações diretas de pressão”

³⁷ Movimento Passe-Livre. Entrevista com Marcelo Pomar sobre a fundação do movimento em Florianópolis pode ser conferida em: <http://tarifazero.org/2013/07/25/ele-ajudou-a-fundar-o-movimento-passe-livre-entrevista-com-marcelo-pomar>, acesso em outubro de 2017.

compactuar com as técnicas governamentais de produção de consensos são os inúmeros e pequenos coletivos que tentam se construir a partir do enfraquecimento da figura da liderança e de ações que priorizem mais o incentivo à mobilização coletiva que os cumprimentos dos requisitos para atuação nos trâmites institucionais.

CAPÍTULO 2

Dos estranhamentos às renomeações:

as possibilidades do envolvimento em ativismos e militâncias populares

2.1 – Sujeitos, processos de subjetivação e estranhamentos

O modo como as subalternidades sociais agem nos processos de constituição dos sujeitos é ponto de reflexão permanente das Ciências Sociais. Analisar em que medida os sujeitos repetem/ rasuram/ contestam, em suas expressões, subordinações implícitas nas racionalidades que ordenam a vida social é um exercício analítico contínuo e, dentro dele, a questão colocada por Étienne de La Boétie³⁸ no século XVI, indagando os porquês do consenso do próprio subalterno à razão que o subordina, há de seguir atual e sempre presente nas observações das ciências sociais, seja qual for o alvo para o qual se direciona seu olhar. Ao trazer o engajamento político popular para reflexão, as dinâmicas de reprodução e contestação de desigualdades se destacam. Na construção destas práticas, a menção à palavra igualdade é constante e vai se repetindo em rituais que mesclam consensos e rupturas aos dispositivos de subordinação. Discursos sobre igualdades vão fluindo ao mesmo tempo em que as distinções e assimetrias também são operacionalizadas por inúmeros gestos, palavras e formas de agir.

Algumas perspectivas de análise partem do princípio de que são os instrumentos repressivos (violência econômica, aparato militar, punições morais e institucionais) que, contrapondo-se a uma tendência dos sujeitos a se revoltarem, coagem os seres subalternizados a agirem de acordo com uma racionalidade que subordina e explora a si próprios. As subordinações se propagam, inclusive pelos subordinados, porque a repressão opera quase sem deixar espaços para alguma contestação, de modo que nos contextos em que as táticas repressivas deixassem de operar ou se amenizassem, os seres alvo da subordinação não mais agiriam de acordo com seu rebaixamento social e nem com o das pessoas alheias. Em contraposição a este olhar, que prioriza as forças repressivas e minimiza a produção de consensos, há inúmeros trabalhos das ciências sociais que destacam e homenageiam as contribuições de Foucault, sobretudo em seu livro “História da Sexualidade”, na desconstrução da “hipótese repressiva”. O trabalho de Foucault, na contramão desta hipótese, vem argumentar que as regulações sociais operam de modo a produzir sujeitos, menos do que coibir uma suposta tendência – seja ela natural ou social – à contestação das normas. Ao tomar a sexualidade como ponto de discussão, Foucault considera que menos que reprimir, os dispositivos sexuais produzem formas de ordenação da sexualidade, modos de classificar corpos e produzir/direcionar desejos. As considerações do autor incentivaram a produção de muitas análises cujo olhar se concentra na

³⁸ “Discurso da servidão voluntária”.

capacidade dos feixes de regulação social em produzir seres que pensam e agem em sintonia com os dispositivos sociais que os fundam. Não há uma essência humana que tenderia a outras direções mas foi coibida, há os dispositivos sociais a operar formas de se pensar e de se relacionar. O sujeito é, portanto, “sujeito-efeito” de regulações sociais que o concebem.

A desconstrução da “hipótese repressiva” serviu, entre outros debates, às discussões feministas, inclusive às que se construíram em perspectivas pós-estruturalistas, como forma de ampliar o questionamento a argumentos biologizantes que ainda rondavam as definições sociais de gênero. Butler é uma das autoras que, pensando com Foucault, leva esta desconstrução a um grau ampliado, permitindo pensar que as regulações sociais criam subjetivações nas camadas mais profundas do ser, e ali estão elas, mesmo onde parecem não estar.

A ênfase na dimensão produtiva dos dispositivos de normalização social permite considerar que as subordinações sociais se propagam de forma capilar e ampliada porque as práticas e discursos que as fundamentam estão no centro da produção social tanto dos sujeitos prestigiados como dos que ocupam os lugares sociais de subordinação. Neste sentido, as situações em que a subordinação conta com um consenso social ampliado se tornam mais compreensíveis, porém é possível também que, ao privilegiar os efeitos produtivos dos dispositivos, os momentos em que o consenso se dilui ou mesmo se desfaz acabem subnotificados. Esta observação é feita por Stuart Hall quando analisa o trabalho arqueológico de Foucault (*História da Loucura*, *O nascimento da clínica*, *As palavras e as coisas*, *Arqueologia do saber*) e aponta que na produção do autor neste momento³⁹ faltou considerar que nos processos de formação dos sujeitos podem ocorrer uns e outros posicionamentos, não necessariamente em concordância com as normatizações sociais em que são interpelados. Em sua crítica, Hall argumenta que:

Por mais convincentes e originais que seja o trabalho “arqueológico” de Foucault, a crítica que lhes é feita parece justificada. Eles dão uma descrição formal de posições-de-sujeito no interior do discurso, revelando muito pouco sobre as razões pelas quais, em variadas situações, os sujeitos ocupam certas posições-de-sujeito e não outras ... Mesmo considerando o trabalho de Foucault, sem dúvida, estimulante

³⁹ Os escritos de Foucault a que se refere Stuart Hall foram escritos nos anos de 1960 e englobariam, conforme algumas leituras, um momento específico da obra de Foucault, diferente das fases seguintes: de produções pautadas por uma genealogia histórica (*História da Sexualidade I*, *Segurança, Território e População*, *Nascimento da Biopolítica*) e, nos últimos textos de Foucault, por uma ênfase nos processos de subjetivação e na questão da construção das subjetividades (*Subjetividade e verdade*, *A hermenêutica do sujeito*, *O governo de si e dos outros*, *O uso dos prazeres*).

e produtivo, podemos dizer que ele “pula” muito facilmente de uma descrição do poder disciplinar como tendência das modernas formas de controle social para uma formulação do poder disciplinar como uma força monolítica plenamente instalada, uma força que satura todas as relações sociais (Hall, 2004: 123)

As observações de Hall remetem a permanente discussão que compõe as Ciências Sociais sobre a relação entre estruturas e processos sociais e indicam a existência de uma dificuldade quando nos propomos a pensar as divergências/dissidências aos processos de normalização. O autor considera que Foucault reconheceu, em seus últimos trabalhos⁴⁰, a dificuldade de pontuar a imensa complexidade que se faz na relação entre as técnicas de sujeição e os processos de subjetivação e passou a dar maior atenção a questão da produção das subjetividades. Ao trazer essas ponderações, Hall defende que pensemos as regulações sociais considerando os consensos, mas também os deslocamentos e as desidentificações em relação aos dispositivos que operam as distribuições dos lugares sociais e suas justificativas. Safatle (2016, 2018), numa apropriação dos textos freudianos que parece trazer um Freud distinto daquele criticado por Deleuze e Guattari⁴¹, destaca que, pensando com Freud, é possível considerar que assujeitamento e subjetivações divergentes se mesclam na subjetividade dos sujeitos, de modo que entre a dispersão dos dispositivos sociais e suas subjetivações há um profundo conflito que envolve um emaranhado de consensos e dissensos, estes são constitutivos dos seres sociais.

Na intenção de refletir como os dissensos – ou as desidentificações – se elaboram e se materializam no social, as observações sobre as ambiguidades que perfazem as expressões dos sujeitos são importantes e podemos lembrar, em decorrência, que as desidentificações às normas regulatórias estão no centro da definição de política de Jacques Rancière: “um sujeito político é sempre um operador de desclassificações” (Rancière, 1996a, p.378). A política, na argumentação de Rancière, refere-se à dimensão da subjetivação que se manifesta através da desidentificação, do não

⁴⁰ Stuart Hall considera que em seus últimos textos foucaultianos, como “Uso dos prazeres” de 1987 e “Cuidados de si” de 1988, Foucault teria avançado nas discussões sobre os processos de subjetivação. Embora, como defende Hall, a aversão de Foucault pela psicanálise o impediu de considerar as oscilações e complexidades da produção dos processos psíquicos, caminho que Judith Butler teria aceitado seguir, como ocorre no texto “Corpos que pesam”.

⁴¹ Em “Anti-édipo”, Deleuze e Guattari constroem uma crítica à psicanálise, indicando que o processo psíquico nas teorias psicanalíticas é pensado de forma distanciada dos contextos políticos e sociais ou, quando é considerado, centra-se nas interações familiares. A leitura de Safatle parece trazer um Freud mais próximo de Foucault e Deleuze, próximos ao construir uma historização profunda do sujeito, como transparece na exposição que Safatle faz sobre o inconsciente em Freud: “Freud hoje: repensar a liberdade depois do inconsciente”. Apresentação de Safatle no Café Filosófico do Instituto Cultural da CPFL, em março de 2018.

se reconhecer naquele conjunto de atribuições e nomes sociais que são impostos no cotidiano. É possível imaginar, pensando com Rancière e também alguns da(o)s autora(e)s que se concentraram em pensar a atuação dos dispositivos e a variedade de “sujeitos-efeitos” resultantes (Butler, 2001; Safatle, 2016, Hall, 2004) que da reiteração cotidiana dos dispositivos de normatividade social – que podemos chamar⁴² de interpelação (Althusser, 1974) ou de citação (Butler, 2001) – se produzem sujeições/consensos, deslocamentos e desidentificações, todas essas são dimensões dos processos de subjetivação.

Na pesquisa, há uma preocupação em pensar os caminhos de elaboração, em específico, das desidentificações, visto que se procura verificar em que medida o envolvimento em ativismos e militâncias populares pode: a) decorrer de pontos de não identificação a interpelações sociais e b) contribuir para que discordâncias à normatividade sejam nomeadas e rompam a “ordem doméstica” (Rancière) em que tendem a se confinar, sobretudo conforme se expande a privatização neoliberal do público⁴³. Os processos de subjetivação passam a ser, portanto, alvo de reflexão para se pensar não somente os efeitos produtivos das regulações sociais, mas os sofrimentos e constrangimentos que elas também ocasionam e alguns caminhos em que as divergências podem se construir. Neste objetivo, é preciso ponderar que nem a sujeição e nem as divergências são processos que remetem exclusivamente ao consciente, ao trabalho argumentativo que os sujeitos podem realizar ao experienciar as situações sociais. Há um espaço do imaginário, uma arena do inconsciente que compõem a produção dos sujeitos e age na elaboração das (des)identificações. Esse argumento é destacado tanto por Butler (2001:12), quando salienta que a identificação não se refere a uma “atividade imitativa” consciente, mas sim a uma “paixão assimiladora” e também por Safatle, quando, em diálogo com Freud, pontua que há algo além de nossa memória racionalizada que também se constitui no “diálogo” com as regulações sociais e remete a uma outra linguagem, uma outra forma de lidar com os dispositivos sociais que nos afetam. Esse “algo além” pode ser chamado de inconsciente e, como Safatle (2018) propõe ao pensar com Freud, este “age” em nós para além de nossas vontades e contribui para desenhar as (des)identificações que traçamos com os discursos e

⁴² Althusser, Butler e Safatle refletem os processos de subjetivação por caminhos analíticos bem diferentes. Althusser, em “Aparelhos Ideológicos do Estado”, considera que os discursos normativos se reafirmam nos sujeitos, estes são interpelados e a interpelação é, caso não haja intervenção da ciência ou do partido de massa, positiva. Butler, fazendo ligações entre a filosofia e a psicanálise, pontua que as assimilações e os dissensos se produzem ao mesmo tempo, sendo diferentes respostas às citações (chamamentos) cotidianos operados pelas representações sociais dominantes.

⁴³ Os traçados da privatização do público em contexto de expansão da racionalidade neoliberal são trabalhados no primeiro tópico do Capítulo 1.

práticas que nos interpolam: “O inconsciente é transindividual e age em nós de forma involuntária, nos transpõe”

A presença desta dimensão do “inconsciente”, da “paixão assimiladora” na produção dos consensos e dissensos sociais parece se evidenciar em algumas narrativas das ativistas. Há, nas falas das interlocutoras, uma constante menção a uma sensação anterior de angústia que perfaz, de algum modo, o sentido de estabelecer o vínculo ativista. Uma angústia, que pode ser entendida como uma sensação social, que não consegue, inicialmente, ser bem explicada e nem nomeada, e que impulsiona a uma busca por caminhos de construção de narrativas que, em alguma medida, permitam formas de renomear as relações sociais e suas justificativas hegemônicas. São angústias que não podem, inicialmente, ser relacionadas à desidentificação a discursos e práticas que compõem a normatividade social, exatamente porque não se manifestam através dos códigos da argumentação racional, os quais permitiriam uma associação direta entre elas, mas são expressões que impulsionam, ao seu modo, a busca por nomear sensações que decorrem de discordâncias a narrativas que justificam certa ordem social. Em todas as ativistas com quem estabeleci interlocuções mais prolongadas, foi possível identificar menções a esta angústia, algo que parece remeter a esta dimensão do inconsciente que Safatle indica e que parece estabelecer pontos de semelhança com a ideia de estranhamento que Marx formula para explicar a relação entre o trabalhador e uma atividade laboral em que não se estabelece uma arena de identificação, onde há uma desconexão de sentidos. Se o estranhamento indicado por Marx remete a dissensos em relação às formas, nomes e ordenação dos lugares que perfazem o trabalho no capitalismo e este estranhamento muitas vezes não se manifesta, primeiramente, através de argumentações, mas do mal-estar da experiência do trabalho, é possível estabelecer associações entre este estranhamento e as sensações sociais de angústia, indicadas pelas ativistas, que impulsionam a busca por formas de construir contranarrativas. Se essa analogia pode ser estabelecida, é possível indicar que essas sensações são também estranhamentos e estes podem estar ligados, também, a elaborações dissensuais produzidas no inconsciente. O estranhamento remete, neste raciocínio, a um inconsciente que sinaliza uma subjetivação divergente, um não encontro ao normativo, que se manifesta através de uma linguagem emotiva e, por esta razão, não é, de imediato, traduzido como divergência a dispositivos sociais; essa tradução pode se dar num momento seguinte, caso se efetive a possibilidade de construção de narrativas que assumam o dissenso e permitam que ele seja publicizado. O estranhamento pode ser interpretado como um primeiro momento no processo de construção das desidentificações sociais, que podem ou não se efetivar. Em contextos em que o espaço público se encurta, aumentam as dificuldades de que o

estranhamento seja traduzido como uma discordância a feixes da regulação social, o percurso de construção do dissenso é mais frequentemente rompido, como analisa Safatle ao pensar a sofisticação das fábulas neoliberais:

Será o caso de procurar reler o conceito de trabalho em Marx como se tal trabalho fosse a “expressão do impróprio” com seus afetos de estranhamento. Isso para defender a necessidade de pensarmos como as sociedades neoliberais produzem não apenas a espoliação econômica da mais-valia, mas também a espoliação psíquica do estranhamento, como o poder espolia o estranhamento levando que toda negatividade somente se manifeste como depressão ou melancolia (Safatle, 2016: 27)

2.2 – Dos estranhamentos às renomeações: experiências femininas pelos ativismos populares

2.2.1 - O estranhar que leva ao ativismo

Discordar de algo, mas não conseguir identificar exatamente do quê e nem ter as palavras próprias para nomear o incômodo relacionado à vida social e rebatê-lo. Essa sensação foi frequentemente apontada nos eventos ativistas que acompanhei, por pessoas que, entre uma e outra discussão, refletiam o impacto das interações ativistas na forma de perceber e nomear desidentificações em relação a discursos e práticas hegemônicas que justificam certa ordem das coisas, uma “ordem do sensível” (Rancière). Quatro das interlocutoras da pesquisa permitem-nos, através de suas experiências e relatos, estabelecer mais facilmente a relação entre seus envolvimentos em práticas ativistas e a nomeação de estranhamentos que se sucediam em suas vivências cotidianas. Ana Piva, Janaína, Sulamita e Marília parecem ter encontrado nas experiências ativistas ferramentas para interpretar constrangimentos sociais que se acumulavam em suas memórias.

Ana Piva

Ana Piva nasceu em 1976, cresceu em São Paulo, na Vila Formosa, zona leste de São Paulo. Vivia com a mãe e os quatro irmãos numa casa de aluguel, onde passaram a morar depois da separação de

seus pais. Ana estudou sempre em escola pública. Do ensino fundamental e médio, tem lembranças das grandes greves de professores, mas não se lembra de mobilização de estudantes. Havia um grêmio, no ensino médio, que não tinha envolvimento político e se centrava na organização de campeonatos esportivos. A escola em que Ana estudou dos 6 aos 18 anos estava localizada numa região próxima ao centro de São Paulo, recebia muitos alunos de regiões mais pobres, mas também alguns vindos de escolas particulares, depois dos pais não conseguirem mais pagar mensalidades.

A infância e adolescência de Ana, pela convivência escolar e também no seu bairro, foram marcadas pela convivência com esses dois grandes grupos sociais: de um lado, um grupo que vivenciava fragilidades econômicas mais acentuadas e enfrentava maiores dificuldades de acesso a trabalho, a educação, lazer e cultura e, de outro, um grupo que, estando numa faixa de renda um pouco maior, via-se como diferenciado em relação ao primeiro grupo e também nutria maiores expectativas sociais de acesso a serviços públicos, sobretudo às universidades e a cursos de formação que lhes permitissem um modo de vida e padrão de consumo que os indicava como integrantes de uma fatia subalterna da heterogênea⁴⁴ classe média brasileira. Esses dois grupos foram atingidos pela onda de desemprego e precarização do trabalho que se alastrou no Brasil a partir dos anos de 1990 (Oliveira, 2007). Ana se lembra de vários amigos cujos pais estavam desempregados. Foi nesse período também que sua mãe, que cursara o ensino médio com muita dificuldade em mesclar trabalho e estudo numa família pobre de 12 irmãos, passou num concurso público na prefeitura de São Paulo, foi trabalhar como técnica administrativa na secretária municipal de saúde e, assim, conseguiu sustentar a família, visto que as contribuições do pai eram pequenas e ocasionais. A condição salarial da mãe possibilitou a Ana estudar e, com exceção dos bicos que fazia nas férias, não ter que trabalhar até os 18 anos. A jovem pôde ter uma vida de adolescente mais próxima dos valores e anseios distinção social que seduziam familiares e alguns de seus amigos de escola. Seja pela condição econômica, seja pelos valores sociais ambíguos com que convivia, sempre esteve no entremeio dos dois grupos mencionados acima, de modo que os desejos de distinção nutridos por alguns amigos e pela família conviviam com momentos de mal-estar, de um distanciamento em relação às narrativas

⁴⁴ A pesquisa intitulada “Nova classe média”, realizada pelo Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), sob coordenação do economista Marcelo Neri (2008) e divulgada em agosto de 2008, suscitou uma discussão sobre os fatores que constituiriam o reconhecimento de um grupo como “classe média”. Márcio Pochmann, em “*Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*”, questionou a classificação “nova classe média”, salientando que o grupo social assim nomeado, apesar de ter as possibilidades de consumo ampliadas, permanece vivenciando condições sociais precarizadas, com escasso acesso a bens sociais (moradia, educação, lazer, entre outros) que marcam a composição da classe média. Para esta reflexão específica sobre a trajetória de Ana nos interessa refletir os anseios de distinção que o processo social de ser reconhecido/reconhecer-se como “classe média” envolve, algo que foi trabalhado na dissertação de mestrado de Rebeca Rebollo de Campos (2016).

de subordinação, embora Ana nunca tivesse dado maior atenção a estas esparsas percepções. Em sua primeira experiência em um trabalho regular e ritmado, as incoerências dos discursos que justificam assimetrias se mostraram mais intensas e as estranhas sensações que Ana acumulava vieram à tona, tanto que se aproximou de mobilizações sindicais. Nestas, conheceu um ativista ligado a um coletivo cultural na periferia Sul de São Paulo. O moço foi a ponte para que percebesse que o que a angustiava estava além da “loucura do trabalho” (Dejours, 1992). Ao conhecer outras ativistas e movimentações subalternas na cidade, interpretou, considerando os percursos de seu cotidiano, que vivia numa “bolha”. Quis buscar uma saída.

Uns anos mais tarde, Ana foi para Campinas, cursar Letras na Unicamp. Lá se aproximou de um movimento de educação de jovens e adultos e também das discussões sobre educação popular, muito influenciadas pelo trabalho de Paulo Freire. Um tempo depois, trabalhou como professora na rede estadual em Campinas e fez parte de um coletivo de oposição sindical à Apeoesp. Em Campinas, em 2013, também se aproximou do movimento passe-livre que na época se reestruturava e tentava se organizar com os mesmos princípios do MPL-São Paulo. Decepcionou-se com o movimento e se afastou em 2014, quando começou a trabalhar na administração de um órgão estadual. Em 2016, se aproxima de um coletivo de mulheres que se encontram periodicamente para ler poetas e escritoras, compartilhar textos que escrevem e incentivar a si e a outras a circularem seus escritos.

Janaína

Nasceu em 1991, em São Paulo, no Jabaquara, zona sul de São Paulo. Cursou uma parte do ensino básico na escola pública, outra na rede particular. Seus pais têm uma empresa de serviços gráficos já há algum tempo, desde que se conheceram na faculdade. Esta atividade manteve o sustento da família de quatro pessoas (pais e um casal de filhos) e, assim, foi possível a Janaína estudar sem a preocupação do trabalho, conseguindo passar no vestibular logo depois que terminou o ensino médio.

Janaína não tem as greves de professores tão marcadas na memória quanto Ana e nem vivenciou mobilizações estudantis ou sindicais. A primeira aproximação a ativismos se deu quando ingressou na faculdade de Geografia da USP e se envolveu num cursinho popular que atuava também em movimentações pela expansão das universidades públicas. Foi nesse período também que Janaína

arrumou um estágio e foi dividir as contas e morar com a namorada, atitude que a família não apoiou, mas também não tentou impedir, diferente do que ocorreu com Laura (nas próximas linhas). Na família de Janaína, as conversas sobre desigualdades sociais eram mais ou menos frequentes, de modo que tinha mais momentos de reflexão sobre as contradições que vivenciava. Se os estranhamentos de Ana se intensificaram a partir do trabalho, os de Janaína se mostravam mais nas dificuldades de socialização no cotidiano: não gostava de sair e nem de frequentar os lugares que a maior parte dos amigos da escola iam. Teve um namoro de anos com um menino e, mesmo não sendo um relacionamento bom, preferia a ficar sozinha ou mesmo dar vazão aos momentos em que se sentia atraída por mulheres.

Janaína não tinha em seu cotidiano espaços de mobilização política, mas já trazia consigo há algum tempo a vontade de participar de algum grupo, de fazer parte de algo em que pudesse dialogar sobre angústias relacionadas à vida social e a sua sexualidade escondida. A escolha por um curso de humanas foi balizada também por este desejo, sabia que encontraria na universidade muitos grupos políticos e que poderia encontrar um espaço em que se sentisse melhor.

A vivência universitária a desapontou. Entrou com muitas expectativas, mas nos grupos que encontrou não se sentiu envolvida. As disputas partidárias tomavam considerável parte do movimento estudantil e pareciam sufocar as divergências que havia entre estudantes, dificultando debates mais profundos. Através de uma amiga de turma, teve contato com um cursinho ligado a um movimento de educação e cultura popular na Lapa. Começou a participar das reuniões, ajudar na organização da biblioteca e a propor oficinas temáticas. Ali conheceu sua primeira namorada e as duas, tempo depois, se engajaram na formação de um coletivo lésbico, onde partilhavam as dificuldades que enfrentavam em espaços públicos e na família e pensavam formas de lidar com estas situações. A convivência com o coletivo foi boa, até que diferenciações políticas, relacionadas sobretudo a perspectivas de classe, foram se tornando um ponto de distanciamento entre as integrantes. Janaína começou a achar o grupo, formado por universitárias, muito homogêneo e se questionava porque mulheres de outros percursos não se aproximam, embora elas tentassem atraí-las. Janaína passou a questionar se ser lésbica seria um motivo de aglutinação que poderia se sobrepor a tantas distâncias que sentia em relação a algumas ativistas ali. Conforme essa dúvida cresceu, Janaína deixou de ir aos encontros do grupo, se inscreveu no curso de Promotoras Legais Populares⁴⁵

⁴⁵ O projeto “Promotoras Legais Populares (PLPs)” se formatou, inicialmente, no Chile e a partir de um *seminário sobre os direitos da mulher organizado pelo Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres (Cladem)*, em São Paulo. A partir deste seminário, ONG feminista Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de

e ali gostava de ficar mais quieta, para ouvir as histórias tão diversas das mulheres que compunham o curso. Um tempo depois, passou a lecionar numa escola estadual e se aproximou de um grupo de oposição sindical de influência anarquista.

Sulamita

Nasceu em 1995, em São Paulo, na Brasilândia, zona oeste de São Paulo. Em seus primeiros anos, foi criada por uma tia, até que a mãe, recuperada de um problema de saúde mental, veio buscá-la. Desde então, foi uma vida muito difícil, pelas questões financeiras e pelo relacionamento muito conflituoso com a mãe.

No ensino médio, Sulamita decidiu percorrer grandes distâncias diárias para estudar numa escola estadual no centro da cidade. Percebia muitas diferenças entre a escola de seu bairro e a da região central: fez passeios a espaços culturais, teve aulas com professores que estavam ligados a grandes universidades, conheceu espaços de São Paulo que nem imaginava que existiam. Assim julgou que valia a pena o tempo de deslocamento. Pensava muito no estudo como forma de conseguir um trabalho com uma remuneração que lhe permitisse sair logo de casa, quem sabe morar num bairro em que fosse mais fácil o acesso a eventos que aconteciam na cidade.

Nunca havia se envolvido em nenhuma mobilização política, isso nem passava por seus pensamentos. Na escola, conheceu estudantes que estavam ligados a grupos políticos e havia também um grêmio e um coletivo feminista. Mas Sulamita não se motivou a aproximar-se desses, pensava que era perda de tempo, coisa de estudante que o “pai banca”. Via-se como diferente ali, meio que como uma estrangeira num espaço temporariamente concedido, percebia que não era convidada para alguns encontros que colegas de turma faziam fora da escola, e, para alguns convites que recebia, não tinha dinheiro pra ir. Em relação às meninas do coletivo feminista, tinha maior aversão, não se

Gênero, de Porto Alegre (RS), se dedicou a capacitar grupos de mulheres para esse projeto em diferentes capitais do país. Em São Paulo, a primeira versão ocorreu em 1992, a partir de uma parceria entre União de Mulheres de São Paulo, a organização THEMIS - Gênero e Justiça (RS), o Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (IBAP) e o Movimento do Ministério Público Democrático (MPD). O curso, com oficinas semanais e duração de aproximadamente nove meses, é oferecido, além da capital, em várias cidades do interior paulista. As oficinas tratam de direitos sociais, questões de gênero, desigualdades e de mecanismos para o enfrentamento à violência de gênero. Há informações mais detalhadas no site das Promotoras Legais: <http://promotoraslegaispopulares.org.br>.

reconhecia em suas falas, sentia-se mais distante ainda. O envolvimento ativista só veio a acontecer em 2013, quando um professor por quem ela tinha muita admiração trouxe ativistas do MPL/SP (Movimento Passe Livre) para fazer uma atividade sobre transporte público na escola: “eles mostraram os vídeos das lutas que tavam rolando lá no Sul”. A jovem ficou tocada e decidiu ir, junto com outras pessoas da sala, na panfletagem, realizada pelo MPL, de chamada para o primeiro ato de 2013 contra o aumento da passagem, o qual ocorreria dias após. Panfletagens, pixações, idas a outras escolas para chamar estudantes, pular catraca de ônibus, atos numerosos, fugir das agressões policiais ... foram seqüências de ações que mexeram muito com Sulamita. Voltou pra escola diferente: começou a freqüentar as reuniões de um partido, “colar” nas atividades de um “coletivo autônomo” que descobriu, durante os atos, que ficava próximo do seu bairro e aproximou-se, com algumas ressalvas, do coletivo feminista da escola.

Passou a ler mais sobre história e política. Quer estar melhor preparada para, seja nos grupos ativistas que agora encontra na cidade ou nas conversas com pessoas que convive, dar sua opinião e fazer contrapontos, precisa estar bem informada. Vai pro trabalho, depois cursinho, entre um e outro, vai pra uma reunião, uma panfletagem, ver um filme seguido de debate. As brigas com a mãe aumentaram, ela não quer que Sulamita se envolva com “estas coisas”. Tranca a porta e esconde a chave, e diz pra filha que, se ela for presa, sua mãe, diferente dos pais de alguns amigos da filha, não tem dinheiro pra advogado. Sulamita vai prestar vestibular, de preferência em outra cidade, quer muito sair de casa.

Marília

Nasceu em 1998, no Campo Grande, periferia de Campinas. O pai trabalha de auxiliar numa transportadora, a mãe é cozinheira num pequeno restaurante. Marília vive hoje numa casa alugada em outro bairro periférico (DIC III) com os pais, uma irmã e um irmão. Todos - com exceção de Marília, que já concluiu o ensino médio - estudam em escolas públicas próximas da residência, talvez o irmão mude para uma mais distante de casa, que fique mais próxima ao primeiro trabalho, que irá começar em breve.

Marília cresceu vendo os pais brigarem muito e a mãe sem tempo pra nada, indo do trabalho fora para o de dentro de casa. Houve épocas em que o pai estava desempregado e a mãe trabalhava de

domingo a domingo, sem ter ajuda nenhuma nas coisas da casa. Pensava que se vivessem só ela, a mãe e os irmãos, viveriam bem melhor. Já sentiu muita raiva do pai, mas, por um tempo, este sentimento amenizou-se, só queria mesmo é que a mãe se separasse. O pai a entende melhor em alguns aspectos. A mãe brigou muito com ela por causa da escola, foi várias vezes chamada pelo excesso de faltas da filha, desatenção nas aulas, discussão com professores. A jovem, antes de se formar, havia pensado várias vezes em deixar a escola. Desistiu de vez de fazê-lo quando trabalhou por um tempo num salão perto de casa e conheceu aquela que é hoje sua melhor amiga. A moça tem uma filha, trabalha muito no salão e ganha muito pouco, agüentando as humilhações da dona do comércio. Marília sentia-se mal na escola, mas ali era ainda pior. Decidiu continuar na escola e terminar o ensino médio. Em seu último ano, após os anúncios de que algumas escolas não teriam mais parte do ensino (fundamental ou médio)⁴⁶ e alunos seriam transferidos, duas escolas do centro de Campinas, em sintonia com o que ocorria na capital de São Paulo e outras cidades do interior, são ocupadas por seus estudantes.

Escolas fechadas, estudantes ali concentrados, dormir/ acordar juntos, café a várias mãos, primeira reunião do dia, monitorar quem entra e quem sai, receber os visitantes que chegam com alimentos e propostas de oficinas. Teatro, música, filmes, rodas de conversa ... nunca a escola foi tão aglutinadora e motivante. Foi isso o que alguns estudantes das primeiras escolas ocupadas vieram falar na escola de Marília, deixando um grupo ali inspirado a seguir com as ocupações. Foi assim que, no início de uma manhã de novembro de 2015, a escola de Marília foi ocupada. Marília levou algumas roupas e passou três dias seguidos sem sair da escola. Alguns momentos foram difíceis, brigas entre estudantes, pais contrários à ocupação, ameaças de professores e diretora da escola, mas também muitos momentos que fizeram Marília se questionar, em especial uma oficina sobre violência de gênero que ocorreu durante a ocupação. A oficina foi realizada por um coletivo que se encontra periodicamente em uma sala emprestada por um sindicato. Nestes encontros, trocam experiências, debatem filmes e preparam oficinas sobre relações de gênero que realizam em escolas e outros espaços coletivos. Marília passou a freqüentar estas reuniões, quando não coincidem com seu

⁴⁶ Em 2015, a Secretaria Estadual de São Paulo tentou executar a “reorganização das escolas estaduais paulista”(<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/com-foco-na-qualidade-de-ensino-educacao-anuncia-nova-organizacao-para-a-rede-estadual>). Alegando queda no número de matrículas, a intenção da Secretaria era concentrar etapas da educação básica por escolas: algumas somente teriam ensino infantil, outras somente o fundamental e outras somente o ensino médio. A idéia era alterar automaticamente a escola dos estudantes atingidos, sem nenhuma consulta prévia. A reorganização foi recebida com inúmeras críticas por pais e estudantes e resultou na ocupação das escolas paulistas, promovidas por estudantes em várias cidades do Estado. As ocupações resultaram na reversão do projeto e na queda do então secretário de educação.

horário de trabalho. No começo, ficava bem tímida, mais ouvia que falava, mas uma conhecida do bairro que está no grupo a incentivou bastante a se envolver, notava sua falta quando ela não ia, lhe fez a ponte na aproximação com as outras meninas.

Seus pais não entenderam a ocupação, acharam que traria mais problemas que soluções, ficaram com medo da filha ser expulsa. Marília, passadas as vivências da mobilização e o convívio no grupo feminista, voltou a sentir repulsa pelo pai e um misto de indignação/ cumplicidade pela mãe. Entende que há problemas financeiros, mas acha que a mãe não se esforça pra tentar um caminho longe da exploração do pai. Às vezes, nas conversas da mãe com familiares, percebe que ela parece se orgulhar de fazer tudo na casa, e justifica o marido, sempre dizendo que ele é depressivo, que homem é mais devagar, não sabe fazer várias coisas ao mesmo tempo. Marília não quer um relacionamento assim, por isso fica sempre ressabiada com os meninos que sai. Suas duas amigas mais próximas, com quem costumava sair, estão namorando. Sente-se um tanto isolada, os encontros do grupo feminista acabaram sendo uma forma, também, de encontrar outras pessoas, fazer outras amizades, dividir um pouco das aflições, embora, em alguns momentos, ainda se sinta inibida diante de algumas meninas que se acham sabidas demais. Seu plano, para um futuro próximo, é fazer o curso das promotoras legais populares, como uma amiga que também participou da ocupação da escola está fazendo.

Ana Piva, Janaína, Sulamita, Marília: o envolvimento ativista como ponte

Ana, Janaína, Sulamita e Marília mostram, em suas vivências, angústias decorrentes de subordinações dispersas no social. Ana, na juventude, oscilava entre a identificação familiar como um grupo popular diferenciado e momentos em que esta narrativa de distinção não a envolvia, mas sim lhe trazia a sensação de isolamento. Janaína passou muito tempo escondida num namoro que não gostava tanto, mas preferia a ter que enfrentar a falta de amigos, os tédios nos lugares da “balada”, os vazios que sentia. Sulamita não conseguia conversar em casa, mantinha a sensação de que a mãe a via como concorrente. Gostava da escola, as aulas e passeios a instigavam, mas sempre se sentia, sem saber exatamente porque, pedindo licença para estar ali. Já Marília não suportava a escola, mas viu que trabalhar não era muito diferente. As quatro jovens acumulavam estranhamentos a dispositivos, relacionados tantos às diferenciações de gênero como as de classe e raça, que

normatizam a vida social. Estes eram muito presentes nas sensações e sentimentos, mas pouco falados. Em que espaço falar disso? Como falar? Que nome se dá a essas sensações que, em meio à naturalização de distinções e assimetrias, vão se somando na vivência cotidiana, mas não são verbalizadas, passam muitas vezes despercebidas e não são consideradas?

Nas experiências das quatro, houve um momento em que a somatória de estranhamentos explode e se expressa através de sentimentos de sufocamento e aflição muito fortes, pedindo um nomear, que só consegue ocorrer quando o conflito extravasa a ordem doméstica⁴⁷ pontuada por Rancière.

Com Ana, este “estouro” se deu a partir da primeira experiência de trabalho ritmado e contínuo. Até este momento, Ana nunca tinha se envolvido (ou pensando em se envolver) em mobilizações coletivas, seu cotidiano era bem distante desse envolvimento, não conhecia ninguém envolvido:

Minha primeira experiência militante foi aos 19 anos, no meu primeiro trabalho com carteira assinada. Até então, eu era um tipo de adolescente bem alienada, naquele mundinho fechado, preocupada com as baladas e com as roupas que eu queria comprar. Nos meus primeiros meses naquele lugar, caí na realidade. Presenciei situações que me revoltavam e comecei a me questionar mais sobre o que eu queria da vida, se eu ia ser das que pensam “as coisas são assim mesmo” ou se ia por outro caminho. Eu sentia um desespero muito grande e não sabia pra onde ir, quem procurar. Ninguém, nas minhas relações mais próximas, tinha um olhar diferente. Então, um dia, ao acompanhar uma paralisação de funcionários da prefeitura, conheci um moço que morava num centro cultural anarcopunk na periferia da cidade. Me contou um pouco de sua vida, de como virou anarquista e de como era o espaço coletivo em que morava, o qual fui visitar depois. Nunca esqueço esse dia. E esse moço, que hoje nem sei onde anda, encontrei outras vezes, em outros atos que passei a ir, e nossas conversas me ajudaram a perceber que a cidade era muito mais do que eu sabia, que existia toda uma vida de lutas que, naquele cotidiano classe média baixa, eu ignorava. Eram conversas que eu não conseguia ter nem na minha família, nem com meu namorado ou amigos e parece que, desde então, comecei a perceber que muitas das angústias que eu sentia era por viver um cotidiano fútil e alienado, por ser pobre mas ter cabeça de classe média e não questionar quase nada das injustiças que estavam em volta (Ana Piva, coletivo popular de mulheres escritoras, São Paulo, 2016)

⁴⁷ No capítulo 1, primeiro tópico, trabalhamos a reflexão de Rancière sobre a relação entre ordem doméstica e espaços públicos.

O relato de Ana traz um exemplo de como a subjetivação de dispositivos sociais é permeada de ambivalências, de elaborações que perpassam o consciente e o inconsciente (Freud, 2014; Safatle, 2016) e resultam em consensos, deslocamentos e discordâncias em relação às práticas e narrativas que justificam a distribuição dos lugares sociais. Ana mesclava pontos de identificação a dispositivos de distinção e, ao mesmo tempo, ocasiões de estranhamentos a estes. Tais momentos se somaram e ganharam destaque quando vivenciou de forma mais próxima, enquanto experiência, uma rotina de trabalho em que o exercício das desigualdades era intensamente explícito. Ana trabalhava numa indústria de peças e o que presenciou ali a levou a questionamentos que se expressavam não somente pelo que o discurso conseguia, de forma confusa, colocar, mas através de sensações do corpo. Perguntava-se “as coisas são assim mesmo” e, ao mesmo tempo, tinha angústias, apertos no peito, vontade de chorar. Foi num ato grevista dos trabalhadores municipais, em que Ana participou em apoio ao movimento, que conheceu um jovem que lhe possibilitou conversas que não conseguia ter em casa, na escola ou com o namorado. Por intermédio do rapaz, Ana, que vivia num bairro de classe média baixa, conheceu uma área mais periférica ao sul da cidade e também outras pessoas envolvidas em ações coletivas que buscavam problematizar as desigualdades que perfazem a segregação social em que se funda a cidade.

É assim que Ana nomeia o estranhamento que sentia: “desespero”, “não saber para onde ir”, “revolta”. Essa “sensação social”, expressão de um não compartilhar com as lógicas das relações que vivenciou no trabalho, aproximou Ana de práticas ativistas. A sociabilidade nestes espaços, por sua vez, acabou por propiciar que o estranhamento inicial fosse associado a dimensões mais amplas da vida social, resgatando sensações que se somavam não somente na memória objetiva, mas em sensações corporais armazenadas através de outras linguagens subjetivas. Quando se aproximou das manifestações, Ana fez contatos que a possibilitaram outro olhar à sua própria vida e à cidade em que vivia: “comecei a perceber que muitas das angústias que eu sentia era por viver um cotidiano fútil e alienado, por ser pobre, mas ter cabeça de classe média”.

Estranhamento inicialmente não nomeado ... aproximação ao ativismo popular ... elaboração de outras narrativas e relações sociais. Tal sequência – estranhamento, envolvimento ativista, renomeação – compõe a trajetória de Ana e o sentido que os ativismos populares adquiriram em sua vida. Podemos considerar que o estranhamento inicial que a jovem sentia poderia ter sido direcionado para outra atividade social e ter outro encaminhamento. Ana poderia ter recebido uma “promoção” no trabalho e, fascinada pela nova “superioridade” profissional, atenuar seus

sentimentos ou, poderia, num procedimento bem comum no mundo contemporâneo, interpretar suas aflições de acordo com narrativas que nomeiam como fracassos e fraquezas pessoais aquelas sensações sociais que divergem das esperadas pelos aparatos normativos. No caso de Ana, o encaminhamento do estranhamento foi o envolvimento no ativismo popular, o que acabou por contribuir na possibilidade de construir outras nomeações, dar aos fatos outras palavras ou, como Rancière nomeia, novas literalidades: narrativas que dão às situações nomes divergentes daqueles estabelecidos pelos dispositivos⁴⁸ de normalização social.

Há uma distância de 19 anos entre Ana e Sulamita e uma semelhança no contexto escolar que vivenciaram: escolas públicas na região central de São Paulo, mesclando estudantes vindos de regiões mais periféricas da cidade e também grupos com inserções socioeconômicas um pouco menos precarizadas. Mas há uma diferença na forma como cada uma se identificava neste contexto: Ana, considerando sua situação econômica e o modo como sua família se reconhecia no contexto da cidade, mantinha maior proximidade com um pensamento meritocrático que é mais facilmente assimilado pelas classes médias; já Sulamita, vivenciando dificuldades financeiras mais acentuadas e morando numa região onde se concentram grupos mais pobres, percebia, mesmo que de forma mais sensitiva e não verbalizada, que estava em situação de subalternidade em relação a alguns colegas, vivenciava dificuldades maiores e isso dificultava uma maior identificação com as narrativas do “vence quem mais se esforça”. Talvez essa diferença influencie o choque que Ana teve na sua primeira experiência contínua de trabalho e o quanto o envolvimento ativista lhe significou um importante apoio para desconstruir um discurso com que mantinha pontos de identificação, mas também sucessivos estranhamentos. Até certo momento, Ana, em sintonia com suas relações mais próximas, tinha maior concordância com valores e modos de agir consensuais a preceitos neoliberais que formulam o indivíduo potente; as discordâncias não chegavam a se configurar como um incômodo, eram mais esparsas e mantinham-se sem maior atenção, algo que muda quando a experiência de trabalho potencializa as desidentificações e o envolvimento ativista lhe ajuda a construir narrativas em que a dimensão social desses estranhamentos seja admitida, colocada em público. Já Sulamita tinha maiores questionamentos à narrativa da meritocracia, reconhecia as incoerências desta e, sendo uma menina pobre morando numa região bem periférica, buscava formas de lidar com as assimetrias. Passava horas no ônibus para ter acesso ao ensino público um pouco

⁴⁸ Trabalho com o conceito de dispositivo considerando a formulação de Michael Foucault de que dispositivos sociais se fazem num conjunto de técnicas (linguagens, práticas, normas, sistemas de valoração) que produzem o que se enquadra numa normalidade construída e o que está fora dela. Os textos de Agamben (2005) e Deleuze (2016) auxiliam na compreensão do conceito, o qual está apresentado na introdução desta tese.

menos precarizado, vivenciava momentos em que as diferenças sociais entre colegas eram explícitas. Os estranhamentos de Sulamita eram mais freqüentes e evidentes que os de Ana. Seja pela inserção social de Sulamita, que tinha que enfrentar condições econômicas mais adversas, seja pelo modo como Sulamita subjetivava os dispositivos sociais, estabelecendo grande margem de não assimilação a eles. Parece que esta não assimilação ponderou, inicialmente, a desconfiança de Sulamita às pessoas ativistas que conheceu na escola. Sentindo-se “estrangeira” mais constantemente, via estas com ressalvas: eram pessoas que o “pai banca”. Foi somente nas jornadas de 2013, ao ver grupos mais periféricos na rua, que passou a reconhecer-se também como parte das mobilizações políticas que ocorrem na cidade, mudou a concepção que tinha sobre política:

O contato com a militância trouxe uma mudança muito grande. Política não era algo que eu discutia, eu deixava passar batido, não tinha vontade de me envolver. E depois eu passei a me cobrar mais por saber das coisas, até para eu poder falar. Na escola o ambiente era muito conservador, tinha fala de professor que eu ficava assim ... sabia que tinha alguma coisa errada, sentia um mal-estar, mas eu não sabia bem o que era. Ao me envolver na militância, eu passo a entender melhor, a achar argumentos para contrapor alguns pensamentos” (Sulamita, ativista a partir das jornadas de junho/2013-São Paulo, junho de 2017)

Integrantes do Movimento Passe Livre de São Paulo foram, mediados pelo professor de sociologia, à escola de Sulamita dias antes do primeiro ato⁴⁹ contra o aumento do transporte público na cidade no ano de 2013. Na oficina realizada pelo MPL, ela(e)s traziam relatos de mobilizações ocorridas nas cidades de Salvador e Florianópolis e traziam questionamentos sobre o significado da tarifa de ônibus no impedimento do acesso a lugares e serviços da cidade. A catraca surgia como metáfora da vida urbana segregada e a mobilização contra o aumento indicava uma percepção diferente daquela indicada em algumas análises sobre melhorias nas condições de vida. Sulamita

⁴⁹ O primeiro ato contra o aumento da passagem em São Paulo, que compõe as “jornadas de junho de 2013”, ocorreu em 06.06.2013 reunindo 4.000 pessoas (www.sp.mpl.org.br). Há interpretações que indicam este como o primeiro ato dos protestos de junho de 2013 (por exemplo: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/06/17/O-que-foram-afinal-as-Jornadas-de-Junho-de-2013.-E-no-que-elas-deram>), mas há contraposições a este olhar, que pedem a consideração de movimentações pelo transporte público que já ocorriam em diversas regiões do país e que continuaram a ocorrer em seqüência a junho de 2013. Esta leitura propõe que se considere os atos de São Paulo como parte de uma movimentação política mais ampla e que envolve outras regiões do país, como Goiás, Florianópolis, Salvador, Belo Horizonte e também cidades do interior dos estados em que já se faziam mobilizações relacionadas ao transporte público. Um exemplo de análise que questiona a origem paulista das jornadas é: “As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro em 2013”, Tavares, Francisco; Roriz, João Henrique; Oliveira, Ian Caetano. Em: Opinião Pública, Campinas, vol. 22, nº 1, abril, 2016.

identificou-se com as falas dos integrantes e achou interessante, inclusive, as formas de se mobilizar, que reconheceu como mais próximas dos estudantes, permitiam uma atuação direta e não davam tanto espaço para organizações com longos discursos e monitoramento⁵⁰ constante das ações. Ao juntar-se ao movimento para fazer panfletagem e chamar estudantes de outras escolas, a jovem percebeu que o distanciamento que sentia em relação aos ativistas que conhecia não era algo isolado, mas compunha uma crítica maior à burocratização de agrupamentos políticos, a qual parece se espalhar desde início dos anos de 2000. Passou a se reconhecer também como parte dos ativismos populares e a reinterpretar o “mal-estar” difuso que sentia em algumas situações, como quando, por exemplo, professores faziam colocações em sala que a incomodavam, mas não se sentia potencializada para interpretar o incômodo e nem contrapor-se ao que ouvia: “sabia que tinha alguma coisa errada, sentia um mal-estar, mas eu não sabia bem o que era”. A renomeação que Sulamita constrói sob mediação do envolvimento ativista altera, também, suas movimentações pela cidade: passa a frequentar o espaço cultural anarquista próximo do seu bairro (que antes nem sabia que existia), vai às reuniões de um partido e participa de algumas atividades do MPL. Outra mudança significativa foi em relação às narrativas feministas. Se antes, Sulamita não sentia proximidade, achava que não era mulheres como ela que os feminismos contemplavam, identificou também que estas narrativas são variadas e que muitos conflitos que vivenciava poderiam ser lidos a partir dos debates que alguns grupos estavam construindo. Sentiu-se encorajada, por exemplo, a repensar o conflito com a mãe, a não sentir culpa por querer sair de casa e nem cultivar uma imagem materna negativa. Passou a ver na matriarca alguém com um histórico de violências sofridas, mas, também, alguém que propagava em seus atos as subordinações que atingiam a si própria. Sobre este último ponto, não comentava no grupo feminista a que ficou mais próxima, temia que as meninas a considerassem “contaminada pelo machismo” por ver a mãe também como uma agente de violência, preferia, então, não comentar⁵¹ com elas muitas coisas que vivia com a mãe, embora às vezes sentisse vontade de falar.

Para Sulamita, o engajamento no vestibular passou a ser, em certo sentido, parte do ativismo de uma jovem lidando com dispositivos sociais que tentam produzir consensos às subordinações econômicas e de

⁵⁰ Interessante reflexão sobre esta forma de controle e monitoramento pode ser conferida em: “Rebelião do Público Alvo? Lutas na fábrica de cultura”. Disponível em: <http://passapalavra.info/2016/07/108789/>.

⁵¹ No capítulo 4, há reflexões sobre um mecanismo comum de distinção e controle entre ativistas que nomeei como “moralidade da(o)s politizada(o)s”. Creio que este mecanismo ajuda a explicar porque algumas questões que indicam ambivalências e incoerências são evitadas nos debates ativistas e passam a habitar um espaço de silenciamento nos debates coletivos, sendo tratadas apenas nas conversas entre pessoas amigas e mais próximas.

gênero que se dispersam no cotidiano social. Sulamita quer fazer um curso que lhe possibilite estudar mais profundamente a história, quer ter melhores argumentos para tocar nos conformismos que percebe que muitas das pessoas próximas acabam por ter, ao acharem que não adianta os “de baixo” fazerem nada. Sua mãe não entendia a euforia da filha em participar dos atos contra o aumento, enquanto que, para Sulamita, participar dos atos foi reforçar para si mesma que “as coisas” mudam, que suas ações podem dar força ou enfraquecer situações sociais; enfraquecer, inclusive, o modelo de mulher do qual Sulamita quer se afastar. Quando vai aos atos, está lutando também, em certo sentido, contra dispositivos que são propagados por sua própria mãe e por outras pessoas por quem nutre carinho. Esse “campo de batalha” aproxima as experiências de Sula e Marília. Esta é, também, bem jovem, um pouco mais jovem que Sulamita e, diferente desta, não conseguiu encontrar na sociabilidade escolar momentos em que não se sentisse estranha. Não gostava da escola, de ficar fechada numa sala, de ter que fazer as coisas por obrigação, sem prazer nenhum; sentia um desespero que a fazia, na primeira oportunidade, faltar nas aulas. Esse foi um ponto constante de brigas com a mãe e, por isso, Marília se sentia culpada. Via a mãe trabalhando muito, sem parar, mas, ao mesmo tempo, não via o que a escola poderia trazer de contribuição e por isso, começou a trabalhar, pensando em, logo, deixar a escola. Se trabalhasse, talvez até desse mais segurança para sua mãe deixar seu pai, deixar o ambiente de constantes brigas e sobrecarga de trabalho doméstico que marcava o convívio familiar. Marília cresceu vendo no pai uma figura tão repugnante. Repetia para si que não deveria “aceitar as coisas como são”. Ao seu modo, ela mostrava suas discordâncias e as dores que tinha guardadas por ver na escola e em casa espaços em que se sentia anulada, mesmo que tal anulação não fosse transcrita em palavras exatas. A ocupação da escola, neste contexto, veio como uma inspiração política, um aprendizado mais significativo do que aquele veiculado nos anos letivos. Marília passou esses dias sentando em roda, ouvindo e falando, diferente das fileiras que separam professores e alunos. Teve acesso às denúncias de materiais trancados e sem uso nas escolas paulistas, viu a reação autoritária de diretores de escola e da supervisão de ensino; viu a polícia, como já era comum em seu bairro, jogar jovens no chão, só não fazendo mais porque o movimento ganhava visibilidade. Naqueles dias, Marília não teve dúvida de que os incômodos que tão comumente sentia não eram somente dela e nem estavam ligados apenas às suas características pessoais, pois a seqüência de fatos tornava explícitas as violências normativas com que se deparava cotidianamente, mas que eram justificadas por uma miríade de discursos que afirmam que não há outro jeito, não há outro caminho a não ser se adequar. A experiência da ocupação escolar fez com que Marília, assim como aconteceu com Ana em sua primeira experiência de trabalho, tivesse seus sucessivos estranhamentos potencializados e renomeados, de tal modo que uma experiência de

poucos dias reforçou a não identificação com uma série de práticas e discursos normativos que lhe rodeiam. Voltou a ter ojeriza pelo pai e a cobrar da mãe uma revolta à situação de subordinação ao marido. Passou a freqüentar assiduamente os encontros do grupo que fez a oficina de gênero na escola. Reconhece as meninas dali, apesar de perceber algumas distinções, como parceiras num processo de mostrar cotidianamente aos outros e a si própria que a política não é estática:

Sou de uma família pobre e muito certinha. Cresci ouvindo coisas do tipo “as coisas são assim mesmo” e que “as coisas não mudam”. Pros meus pais, meus tios, a política é algo bem distante da gente e é coisa de maluco acreditar que as coisas mudam por baixo. Então, para mim, ir numa manifestação, fazer panfletagem e tal é como entrar num outro mundo, como se eu estivesse o tempo todo dizendo pros outros e pra mim mesma que essa ideia de “as coisas são assim mesmo” é fraca e mentirosa. É como tentar mover algo que sempre disseram ser imóvel (Marília, secundarista participante das “escolas ocupadas”/ 2015 em São Paulo, maio de 2017)

“Mover algo que sempre disseram ser imóvel”. Esse é o principal exercício político que Marília parece ter feito em muitos momentos da adolescência quando se via completamente estranha diante das práticas e narrativas que buscavam dar alguma justificativa para situações de subordinação em que não via sentido. A repulsa às atribuições de lugares que a sociabilidade escolar trazia, a tristeza em relação ao relacionamento dos pais. Em alguma medida, a experiência dos dias da ocupação permitiu à Marília nomear essas sensações de modo que sua dimensão dissensual em relação ao contexto social ficasse racionalmente mais compreensível. A experiência da ocupação foi também, assim como acontece em muitas manifestações coletivas, uma oportunidade de encontrar pessoas que são, em menor ou maior medida, cúmplices nos estranhamentos que sentem. Marília conheceu meninas com algum tempo de militância em questões feministas ou outras demandas sociais, passou a vê-las com maior freqüência, a falar e ouvir mais sobre dificuldades que enfrentava no cotidiano e, muitas vezes, não tinha com quem falar, não era compartilhado o sentido de falar daquilo. Foi uma colega mais próxima ali da região em que mora que a fez sentir-se mais à vontade no grupo, a ajudou a lidar com os distanciamentos sociais que se mostram entre ela e algumas ativistas. Assim, Marília, tal como ocorreu com Ana e Sulamita, teve o envolvimento ativista como uma ponte para nomear e colocar em público desidentificações que se acumulavam na “ordem doméstica” e ficavam ali silenciadas, como sensações difusas acumuladas na memória.

Com Janaína esta função social de ponte do envolvimento ativista não foi diferente, encorajou-a a namorar uma menina em público e a falar coletivamente sobre policiamentos sexuais, algo que não conseguira fazer em sua adolescência, em que evitava vários eventos sociais para não ter que lidar constantemente com os tédios e mal-estar que sentia. Foi por este caminho que as desidentificações que sentia puderam ter um outro nome:

Comecei a participar de um cursinho popular e ali pude participar de discussões que me motivavam muito, conheci movimentos de educação popular, muita gente militante, uns que não colavam, mas outras pessoas que eu admirava. Aí começa o vínculo que mantenho até hoje. Foi a primeira vez que, de verdade, comecei a me sentir parte de algo maior. Aquela sensação estranha que eu sentia, de que eu era louca e esquisita, isso foi se desmanchando porque eu passei a viver relações que as pessoas apontavam que o sistema era injusto e que era preciso se mobilizar (Janaína, militante de movimento de educação popular -SP, novembro de 2015)

Como considera Rancière, a política pode ser definida como um exercício de desclassificação, de alterar nomes e lugares sociais, em deslocamento ao ordenamento que legitima a norma e as abjeções. Ao invés do nome “loucura”, “esquisita”, nomes que, para além da dimensão emancipatória que possam ter, estigmatizam os desentendimentos de Janaína como patologias, o nome dado foi “compor algo maior”, pois Janaína pôde reconhecer que os estranhamentos que sentia eram partilhados também por outras pessoas e deveriam ter seu caráter de discordância veiculado publicamente. Talvez, alongando a definição do “fazer política” tecida por Rancière, podemos pensar que a política envolve o momento da desclassificação: a desidentificação com uma fábula policial em circulação, todavia, requer, também, um momento de encontro. Encontro de estranhos: quando estes se reconhecem enquanto cúmplices nos estranhamentos que carregam e encorajam-se ao renomear, um processo que transpassa o individual e se constrói coletivamente. A desidentificação e um tipo específico de encontro – encontro entre desencontrada(o)s⁵² – compõem a política do sentido dado por Rancière.

⁵² Num dos tópicos seguintes deste capítulo, há uma reflexão sobre tais encontros, interpretados como um dos mediadores do engajamento político.

2.2.2 – Estranhamentos no envolvimento político

Laura

Laura nasceu em 1974 no DIC II, periferia de Campinas. Sua mãe morreu cedo, foi criada por duas tias e pelo pai. Moravam numa casa que, como a maioria na região, era fruto de uma ocupação. Laura sempre estudou em escolas públicas. No fundamental estudava perto de casa, depois, no ensino médio, estudava no centro, numa escola estadual do Centro Paula Souza. As tias de Laura eram católicas praticantes e esperavam da sobrinha a freqüência na igreja. Futebol ou outras atividades esportivas não eram incentivadas, mas Laura gostava muito; as tias se preocupavam em ocupar o tempo da sobrinha com atividades que lhe facilitassem um trabalho menos precário no futuro. Mas Laura não deixou de jogar futebol, de participar do grêmio e nem de se apaixonar por uma menina da escola.

As tias e o pai não gostaram nada; ainda não sabiam do namoro, mas desconfiavam das saídas freqüentes de Laura e também do modo como se vestia; muito moleca, eles achavam. Quando descobriram, instalou-se um cotidiano de brigas, ameaças e insultos. Nem passou pela cabeça de Laura terminar o namoro, estava certa do que queria. Tinha 16 anos e sentia-se aprisionada em casa, não concordava com as opiniões das tias, achava que a vida poderia ser mais alegre para uma mulher. Na escola, havia uma considerável mobilização política, o grêmio era bem atuante e havia alguns alunos ligados a movimentos e partidos. Foi por eles que soube que estava prestes a ocorrer uma ocupação do MST/MTST numa área periférica da cidade. Meses depois, a ocupação seguia bem organizada. Laura se aproximou de uma liderança e ofereceu-se para contribuir com o que precisasse. Começou a ajudar nas panfletagens pelo bairro e também nas assembléias. O pessoal valorizou sua oratória, disseram que ela levava jeito para falar em público, atraía as pessoas. Os elogios e afinidades construídos no contato com o movimento de moradia eram opostos ao clima tenso que vivia em casa. Um dia, uma de suas tias a viu com a namorada. Quando chegou em casa, lhe disseram que, se era assim, não a queriam ali. Deveria voltar à igreja, fazer uma consulta psicológica, arrumar um trabalho. Laura decidiu partir, conseguiu um local de abrigo na ocupação e ali ficou alguns meses até conseguir retornar para casa.

Da experiência da ocupação, Laura gostou bastante das assembléias e de outros momentos de decisão coletiva. Ficou próxima de integrantes do PT e foi pegando certa afinidade com pessoas do

partido. Uma delas conseguiu-lhe um emprego. Laura passou a dar auxílio aos movimentos com que o partido tinha ligação. Dirigia carro de som, imprimia material de propaganda, ajudava na infraestrutura das reuniões e de eventos maiores. Não via muito espaço para falar de sexualidade ali, sendo este um fator que a desmotivou a integrar algum coletivo dentro do partido. A namorada lhe propôs de tentarem formar um grupo com pessoas da periferia que também enfrentavam problemas relacionados à sexualidade. Conseguiram formar um coletivo que existe até hoje. Durante um tempo, rodaram um fanzine que circulava nos bairros. Vendiam latinha, pediam contribuições de simpatizantes, sempre tiveram como princípio não pedir ajuda para o partido, porque queriam manter sua autonomia.

Laura se concentrou no movimento LGBT por muitos anos. Sua vida ficava – e ainda fica – dividida entre trabalho e militância. As pessoas que namora sabem que seu tempo é bem tomado por reuniões, por encontros dentro de fora da cidade, por noites em claro organizando atos, paradas e outros eventos. Já teve problema com uma namorada por isso, então para a atual companheira já colocou desde o início que sua vida é assim e a parceira também acabou se envolvendo na militância.

Uma constante dificuldade de Laura é arrumar e se manter nos trabalhos. Sua aparência masculinizada faz com que, logo de início e sem que nada fale, já seja “lida” como lésbica. Enfrenta constantes problemas de relacionamentos nos ambientes laborais. Como tem prática em dirigir, tenta empregos como motorista, trabalhos com entrega e, ultimamente, trabalha no sistema Uber.

Há alguns meses, Laura passou por uma grande crise. Desemprego, muitas brigas no movimento, problemas na família. Começou a beber muito e passar noites sem dormir. Foi se acalmando conforme se aproximou do candomblé, de um grupo de jongo e de um movimento de mulheres negras que começou a se organizar na cidade em 2015. Laura analisa que deveria ter se aproximado do movimento negro já bem antes, pois no movimento LGBT a questão racial quase não era discutida. Participar das discussões sobre racismo fez Laura perceber que muito do que a levou às crises está relacionado às violências raciais que perpassam suas experiências e nunca teve muito espaço para falar delas na militância, até 2015, quando passa a compor o coletivo de mulheres negras.

Jaqueline

Nasceu em 1979, em Itaquera, zona leste de São Paulo. Filha de migrantes nordestinos que vieram “tentar a vida” em São Paulo nos anos de 1970, Jaque cresceu com os pais e mais um irmão numa casa que os pais financiaram, num bairro cuja presença de uma comunidade eclesial de base (CEB) e de um grupo de juventude do PT era marcante. A mãe trabalhava de auxiliar numa creche municipal, o pai foi torneiro mecânico numa metalúrgica. A renda dos dois garantiu que os filhos estudassem sem ter que trabalhar até o início da faculdade.

O envolvimento político de Jaque começou cedo, na família. O pai prolongava em casa algumas das discussões que fazia no sindicato. O tio, presença freqüente, era marceneiro também envolvido com o movimento sindical e com o PC do B. Entre as reuniões das comunidades de base da igreja católica, as conversas no bairro e a vivência familiar, Jaqueline sempre foi questionada sobre “de que lado a gente está na vida” e cresceu tendo o “estar na luta” com um princípio de orientação política. Aliás, é a frase “Lutar é condição de vida” que vejo estampada em sua agenda. Estas palavras, ouvidas desde a infância, se mantiveram em sua forma de pensar o mundo. O envolvimento em mobilizações populares através do vínculo partidário é também um princípio que se manteve em seu percurso, apesar dos questionamentos que se fez à “forma-partido” em alguns momentos.

No ensino médio, fez curso técnico no Senai e ficou afastada de uma militância mais ritmada. A carga horária das aulas era extensa e o colégio era bem conservador, não havia movimentação estudantil. No início dos anos 2000, foi pra Campinas, fazer ciências sociais na Unicamp e, então, se reaproximou do PT, começou a participar de um movimento por educação e compôs com uma das correntes do partido.

Através de uma “bolsa-trabalho”⁵³ que obteve na universidade, conseguiu manter os estudos, se formar e seguir com a militância. Um tempo depois, seguiu com o mestrado e começou a trabalhar como professora substituta numa universidade pública e, em seguida, numa instituição privada.

⁵³ Refere-se a um subsídio mensal direcionado a estudantes de baixa renda para que estes possam permanecer na universidade e concluir sua formação. É um dos itens que compõem a política de assistência estudantil. Na época em que Jaqueline e Roberta estudaram na Unicamp, este subsídio, direcionado ao estudante após análise de sua condição social, recebia o nome de “bolsa-trabalho”, algo que se modificou após ação trabalhista movida pelo STU (Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp) contra a universidade. Houve modificações no perfil de atividades que os estudantes subsidiados poderiam exercer como contrapartida ao benefício recebido, essas passaram a ser mais próximas da área de formação dos estudantes.

No início da faculdade, Jaqueline foi questionada – e questionou-se – sobre as possibilidades e limitações da organização via “forma-partido”. Neste momento, tendo contato com grupos políticos de orientações muito variadas, a ativista se deparou com muitas críticas e sentiu a necessidade de refletir a forma de seguir com a militância. No ir e vir dessas reflexões, decidiu-se pelo rompimento com o PT e passou a participar da construção do PSOL. Teve um momento de forte questionamento em relação a seu vínculo com o grupo a que está ligada dentro do partido, mas acabou por refletir que esse era o caminho mais adequado.

Jaque se depara com momentos de cobrança por sua presença em encontros familiares, inclusive por parte de seu pai. Ele a incentivou à militância, mas não esperava que “a coisa fosse tão longe”. Jaque reitera que a participação nas atividades militantes é prioridade, muitas ocorrem aos finais de semana e, por isso, o lazer e a sociabilidade com amigos e família têm que ser divididos com esses momentos prioritários. Sendo assim, Jaque conclui que seus envolvimento amorosos só podem se dar com pessoas que também sejam militantes, pois essas vão entender melhor a forma como divide seu tempo. No seu último relacionamento, que durava alguns meses, terminou depois que se sentiu cerceada pelo namorado. Este também era militante, era habitual que ele saísse com os amigos depois dos encontros de que participava, mas teimava em ligar inúmeras vezes à Jaque quando ela fazia o mesmo. Às vezes vinha buscá-la, alegando proteção.

Muitas reuniões, viagens para encontros políticos, atividades militantes de rotina, o trabalho como professora universitária. Jaque está em constante movimentação e não admite que interfiram em seus compromissos, fato que gera afastamentos conjugais e também familiares. Há momentos em que reflete se não é rígida demais nos critérios que a aproxima das pessoas, por outro lado, interpreta que este é um momento – pessoal e histórico – em que comportamentos que naturalizavam subordinações sociais, relacionadas sobretudo a assimetrias de gênero, de sexualidade e de raça, são intensamente questionados e passam a compor mais frequentemente situações de tensão. Estas causam distanciamentos, mas também indicam mudanças. Jaque quer ser mãe e adia o projeto. Pensa no “como” quer ser mãe, vai se preparando para lidar com aquelas “expectativas” sociais que acha fundamental não atender. Mas, como não atender? Vai adiando o projeto.

Roberta

Nasceu em Campinas em 1974, na Vila Miguel Vicente Cury, periferia de Campinas. Cresceu com os pais e mais três irmãs neste local. O pai era vendedor de bebidas, a mãe fazia algumas faxinas, mas a maior parte do tempo trabalhava nos serviços domésticos e de cuidado da casa. O primeiro trabalho de Roberta foi aos 15 anos, como recepcionista num consultório e, nos anos seguintes, fez um estágio num banco. Em fins dos anos de 1990, foi cursar Letras na Unicamp. Teve acesso, assim como Jaqueline, à “bolsa- trabalho”, até que no, final da graduação, começou a lecionar na rede estadual.

Assim como Jaqueline, Roberta também cresceu num bairro em que a presença de grupos cevistas e ligados ao PT era presente. Sua mãe participava de muitas atividades comunitárias no bairro e as filhas se habituaram a estes espaços. Roberta estava próxima a dois grupos de jovens: um do PT e outro da igreja.

Quando entrou na universidade e passou a ter convívio com outros grupos políticos, sobretudo com os ligados a movimentos de educação popular e ao movimento negro, foi perdendo o interesse de frequentar as reuniões do grupo de jovens da igreja. As discussões sobre racismo no Brasil passaram a fazer parte do seu cotidiano, de modo que foi ficando mais explícita a ausência dessas discussões nas reuniões cevistas. Roberta passou a lembrar de inúmeros momentos, nas reuniões da igreja, em que percebia pessoas negras sendo diminuídas sem que nenhum dos presentes notasse ou comentasse algo. Lembra especialmente de quando fazia catequese e houve substituição de professor. Não sabia explicar bem porque, mas sentia que o novo professor negro encontrava menor receptividade na turma, tinha maiores dificuldades para conseguir atenção. Lembra também da escola, fica refletindo a distribuição de elogios, dos xingamentos e dos olhares de incentivo ou reprovação. Fica pensando o quanto a distribuição desses afeta o modo como a pessoa se sente mais ou menos capaz. Nesses momentos, agradece sua mãe, pois essa sempre foi “intrometida”, se enfiava nos grupos, ia atrás das coisas, não ficava sofrendo calada. Roberta avalia que aprendeu a não “engolir o choro” com ela. A militância é também uma forma de levar os ensinamentos de sua mãe adiante, de colocar as tristezas geradas no convívio social em público, ao invés de chorá-las sozinha no quarto.

A marca racial se destaca nas interações que Roberta experiêcia nos grupos ativistas por que passa e também nos espaços acadêmicos. Os incômodos em relação às desigualdades raciais foram ficando

mais acentuados de modo que Roberta faz questionamentos nos espaços em que cria vínculos. Assim questionou o grupo musical de que participava, questiona as universidades com ainda poucos estudantes e professora(e)s negros e questiona o PT, partido a que se filiou um pouco antes da primeira eleição do Lula, em 2002. A força desses estranhamentos originou a Frente Nacional de Mulheres Negras (FNMN) a que Roberta, assim como Laura, está ligada atualmente.

Roberta enumera inúmeras críticas ao PT: “não tem trabalho de base”, “fez parcerias com banqueiros e construtoras”, “tem departamentos de gênero e raça meramente decorativos”. Mas manteve-se no partido porque avalia que o projeto de origem do partido é o único com um “programa popular de sociedade”, embora visualize que não há mais nada hoje deste projeto. O vínculo com o coletivo negro e a frente de mulheres negras, grupos que se declaram apartidários, parece ser a forma de lidar com as freqüentes críticas direcionadas ao partido, sem ter que se afastar definitivamente deste. Um comportamento parecido com o de Laura e diferente do de Jaqueline, que optou por manter-se organizada sob a “forma-partido”, mas não com o PT.

Outra semelhança entre Roberta e Laura é que elas hoje estão ligadas a coletivos políticos que tem o discurso da identidade - que ecoam palavras como empoderamento e representatividade – como referência, enquanto Jaqueline não se identifica com esta narrativa e faz críticas a ela. Jaque apontou, inclusive, que já foi questionada por outras mulheres negras do porque sua principal referência política é o partido e não um grupamento negro.

Se Roberta e Jaqueline diferem nos posicionamentos políticos, possuem semelhanças nos relacionamentos familiares e afetivos. Roberta acha muito difícil e pouco provável que se relacione com alguém que não seja da militância. Além da “visão de mundo”, logo surgem cobranças que são menos freqüentes quando a militância é algo em comum. Roberta divide seu tempo entre o trabalho de professora numa escola municipal e numa faculdade particular, a militância e a convivência com amiga(o)s, o namorado e seus familiares. Não planeja ter filhos.

Laura, Jaqueline, Roberta: afinando as buscas

Laura, Jaqueline e Roberta tiveram, desde muito cedo, exemplos de engajamento político bem próximos aos seus cotidianos. As três viveram a infância e a adolescência nos anos de 1980 e

moraram em regiões periféricas das cidades de Campinas e São Paulo, em que a presença de militantes do PT e das comunidades eclesiais de base era significativa. Jaqueline e Roberta tiveram essa presença, inclusive, dentro de casa, tendo familiares, ainda hoje, como importantes referências no modo de significar as práticas ativistas. Para Laura, o movimento de moradia, para além de um teto para morar, foi um espaço de acolhimento e reconhecimento, uma contraposição ao tratamento que recebeu na família e em outros espaços quando assumiu sua sexualidade.

O engajamento político, pela sua presença no bairro, escola ou pelo envolvimento de familiares, esteve presente desde muito cedo nas referências destas três mulheres, diferentemente do que ocorreu com Ana, Janaína, Sulamita e Marília que não tinham nenhum contato militante nem na família e nem no bairro em que nasceram, tiveram que procurar, a partir de seus descontentamentos e necessidade de interação, por práticas em que pudessem se envolver. Jaque cresceu “sabendo de que lado a gente está”, algo que o pai lhe colocava; Ana, num contexto bem diferente, compartilhava o empenho de sua família e amigos por distinguir-se socialmente, mas em alguns momentos estranhava a lógica que os envolvia e não sabia com quem conversar nos momentos em que isso lhe causava angústia. São diferenças de contextos familiares e políticos que influenciam de várias maneiras os modos como cada uma delas irá se envolver em práticas ativistas.

O vínculo partidário de esquerda é algo comum na trajetória de L, J, R⁵⁴. Mesmo que a primeira ligação de Laura tenha sido com um movimento de moradia e o de Roberta com uma CEB, estes grupos estavam em proximidade com o PT, havendo muitos militantes que estavam em um e outro, tanto que Laura e Roberta pontuam que a filiação ao partido foi somente a formalização de uma proximidade que já existia há tempos. O contexto das três está contemplado na bibliografia⁵⁵ que tratou da ascensão dos movimentos sociais no Brasil nos anos de 1970/80.

L,J,R - diferentemente de A, J, S, M – foram desde cedo familiarizadas com narrativas que traziam contrapontos a muitas subordinações sociais operantes no cotidiano político brasileiro, de modo que suas discordâncias e estranhamentos tiveram mais facilmente canais de nomeação e verbalização. Porém, os espaços que lhes possibilitaram nomear suas “angústias dissensuais”, eram,

⁵⁴ Como, neste capítulo, optei por dividir as experiências das ativistas a partir de três destaques, elencados de acordo com o que julguei serem elementos em comum que sobressaem em suas histórias, passarei, a partir de agora, a usar as iniciais de seus nomes para me referir ao grupo em que as elenquei: Ana, Janaína, Sulamita e Marília (A,J,S,N); Laura, Jaqueline e Roberta (L,J,R) e Raquel, Emília e Helena (R,E, H).

⁵⁵ Há uma vasta produção sobre este período. As que balizam de forma mais próxima as considerações desta pesquisa são: Baierle (1992), Dagnino, E; Olvera, A; Panfichi, A (2006), Doimo (2004), Feltran (2006), Oliveira (2007), Sader (1988).

também, transpassados por dispositivos de normatização que lhes causaram, em determinados momentos, constrangimentos, sofrimentos e discordâncias. Estas as levam ao questionamento do porquê e do como manter o vínculo ativista.

A forma e o momento deste questionamento foram diferentes para cada uma delas. Laura percebeu desde o início do envolvimento que não teria espaço, nem no movimento de moradia e nem no partido, para falar dos dispositivos sexuais que a faziam sentir-se tão constrangida em inúmeros momentos. Passou a centralizar seus esforços na construção de um coletivo LGBT e deixou os outros espaços num segundo plano. Porém, alguns anos mais tarde, a manifestação das ambigüidades constitutivas⁵⁶ se repete. Se no partido, não havia espaço para falar de sexualidade, no movimento LGBT as distinções de classe e raça se davam sem que houvesse maior reflexão, de modo que Laura foi somando momentos em que “sentia” distinções que as atingia diretamente, mas não as mencionava. Num momento em que se somaram desemprego, problemas familiares e certa solidão que passara a sentir no movimento LGBT, Laura começa a se aproximar de um grupo de dança afro-brasileiro. Neste, conhece pessoas que mediam sua aproximação com o Candomblé e, em seguida, com a frente de mulheres negras que começava a se formar em Campinas e também nacionalmente⁵⁷. Esses novos envolvimento significaram para Laura a possibilidade de lidar com uma somatória de constrangimentos que lhe habitavam a memória e estavam relacionados também a dispositivos raciais. A relação entre as sensações, algo que parecia tão particular, e dispositivos de racialização passaram a ser melhor evidenciadas durante as discussões de que participou no novo grupo e Laura pôde, neste momento, nomear parte das angústias que sentia; uma nomeação operada coletiva e, também, individualmente.

⁵⁶ Tereza de Laurets (1994) menciona este processo, que poderíamos chamar de ambigüidades constitutivas, ao comentar que as críticas que surgiram aos primeiros movimentos feministas - de que esses não estavam isentos em atuar como dispersores de dispositivos de gênero, classe e raça - acabam, em algum momento, por atingir também os próprios grupos que ora criticaram. Esta movimentação ambígua de contestar um dispositivo e, ao mesmo tempo, ser um dispersor deste está no centro dos processos de subjetivação social, por mais que a cumplicidade ao dispositivo dificilmente seja reconhecida ou admitida pelos grupos que a contestam. Laurets faz esta observação no intuito de pontuar a importância de se reconhecer que os sujeitos - seja em seus processos de individuação ou nas manifestações coletivas - estão sempre na tensão entre a cumplicidade e a contestação às racionalidades que os envolve, ou seja, aquilo que nega traz também traços - menores ou maiores - de consenso à lógica de desigualdade que é denunciada.

⁵⁷ No audiovisual “Em Marcha Sempre!”, produzido pela Frente de Mulheres Negras de Campinas, há relatos de participantes sobre a construção da Frente em julho de 2015 e análises sobre a 1ª. Marcha das Mulheres Negras, que aconteceu em Brasília em novembro/ 2015 <https://www.youtube.com/watch?v=OzYRe2jQowE&list=PLCz-yfs6ZXTFYhkrUUqD2Sro0H5sayVN3&index=2>

Para Jaqueline, o questionamento veio no início dos anos de 2000. Acabara de entrar na universidade: “aí, fui realmente conhecer o que era o PT, suas tantas correntes e debates internos”. As narrativas veiculadas por movimentos anti-globalização⁵⁸, que se espalharam mundialmente neste momento, traziam, entre outros itens, a crítica a “forma-partido” e ao papel de controle sobre ativismos que algumas organizações de esquerda passam a exercer sobre grupos que afirmavam “querer libertar”. Jaqueline viu-se muito questionada pelas movimentações do período. De um lado, passava a acompanhar com maior proximidade as movimentações do partido e somava muitas discordâncias, de outro, intensificaram-se discursos ativistas defendendo formas de organização apartidárias, balizando movimentações que vão ecoar em partes dos coletivos culturais e movimentos por transporte público que se espalharam pelo Brasil nos anos seguintes. Destaco dois trechos dos relatos de Jaque refletindo este momento:

Ao entrar na universidade, no movimento estudantil, eu conheci muitas pessoas, pessoas incríveis. Então foi um bombardeio de coisas, mas, ao mesmo tempo, o que me marcou muito foi que eu conheci pessoas ali, mas que a militância estava muito ligada à uma vida fora da universidade, coisas da cidade. Naquela época, estava tendo o movimento contra a Alca e ocupações pela cidade. Nisso eu me reaproximei do PT e pude perceber que o partido já estava a abrir mão de nossas lutas históricas. Eu fiz campanha pro Lula em 2002, mas a gente falava que era um voto crítico no Lula. A gente ficou meio isolado no PT, ninguém entendia porque a gente falava em voto crítico no PT, naquela época soava meio estranho, né?!

Na universidade, já existia uma resistência muito grande contra partido, já no início dos anos de 2000. Porque a gente estava vindo de uma onda, que hoje eu entendo melhor, que era o movimento antiglobalização dos anos de 1990. Esse movimento fez com que a gente percebesse, e isso tanto no mundo, mas no Brasil também, que os partidos de esquerda estavam em contradições profundas. E isso se soma ao ambiente pequeno-burguês da universidade, essa coisa de que partido é ultrapassado, tem coisas novas e tal. Eu, de início, me influenciei por esse discurso, eu não queria ficar à parte disso. Eu ficava até constrangida de falar que eu tinha laço com o PT e tal, mas isso passou muito rápido e eu falei, não. Eu não sou assim. Eu tenho acordo com a esquerda do PT, eu defendo isso, essa é a minha história. Foi legal o confronto, foi muito bom me debater com essa crítica ao formato partido. (Jaqueline, PSOL, São Paulo, novembro de 2016)

⁵⁸ Ortellado (2002) pontua o movimento zapatista, com seu primeiro ato em 1994, como algo que traz questionamentos e reflexões às esquerdas em todo o mundo e que influencia as críticas ao centralismo democrático e aos consensos que partidos e movimentos de esquerda estabeleciam com a racionalidade neoliberal.

A sociabilidade universitária, em início dos anos 2000, trouxe à Jaqueline o contato com variados grupos de esquerda e com debates que, até então, ela tinha pouco ou nenhum envolvimento. Os movimentos antiglobalização, mencionados pela militante, se expressaram em vários países, também no Brasil e outros países da América Latina, e são fruto de um histórico de mobilizações de esquerda nos anos de 1990 que trazem como princípios organizacionais a ação direta, a organização por grupos de afinidades e a ênfase nas decisões por consenso (Ortellado, 2002). Ao vivenciar esses debates e refletir as críticas nos anos 2000, Jaqueline se questiona sobre seu vínculo com o PT, sente-se constrangida. Esse sentimento mostra a diferença entre os contextos de sua juventude, quando se nutriam grandes expectativas em relação ao referido partido e aos movimentos populares que ascendiam, e os anos 2000, quando os desmanches⁵⁹ (Oliveira e Rizek, 2007) dos anos de 1990 e a ascensão das críticas à burocratização partidária se intensificam e marcam a cena política. Desse momento de crise, houve posicionamentos diferentes entre militantes, vários caminhos foram seguidos e o de Jaqueline foi manter, mesmo que por pouco tempo, a vinculação com o PT. A ativista seguiu com a vinculação partidária que avalia, após lidar com as críticas com que se deparou, como fundamental para a organização coletiva popular. O envolvimento sob a “forma- partido” se manteve, mas se alterou, um tempo depois, a percepção sobre o PT como uma possibilidade. Jaqueline e o grupo a que estava ligada dentro do PT se envolveram na campanha de Lula à presidência em 2002, mas, configurando-se como um coletivo minoritário, alegavam “voto crítico” levando em consideração à forma como o partido lidava com as divergências internas, silenciando, na avaliação de Jaque, as críticas dirigidas tanto ao programa como às alianças que estavam sendo feitas. Estas interpretações foram se acentuando até que a ativista, seguindo seu grupo, desfilou-se do PT e se envolveu na construção do PSOL, em 2004.

O contato com diferentes grupos ativistas, tecido nas interações que ocorriam na universidade e também pela cidade de Campinas, levaram Jaqueline a estranhar discursos e posições que anteriormente não tomava como preocupantes. As experiências dos inícios dos anos 2000 mediaram estranhamentos que trazem mudanças na forma do envolvimento ativista. Manteve-se a vinculação sob o formato partido, mas houve uma definição mais precisa das narrativas e posicionamentos que operavam em sintonia com aparatos de poder, das quais Jaqueline, fazendo esta leitura, procurou se afastar.

⁵⁹ O termo desmanche foi elaborado por Roberto Schwarz para nomear as nuances econômicas e políticas dos anos de 1990 em diante. A expressão é utilizada por autoras e autores ligados ao Cenedic (Centro de Estudos dos Direitos e Cidadania – USP) em artigos organizados no livro: “A era da indeterminação”, organizado por Cibele Rizek e Francisco de Oliveira.

Outro fator que parece ter marcado o envolvimento de Jaque nos ativismos populares foi algo que permeia hoje as experiências de muita(o)s ativistas e que será abordado no capítulo seguinte: a expansão de variadas narrativas feministas tensionando discursos de esquerda que elegiam as configurações de classe como eixo central de análise e elencavam outras subordinações como secundárias ou mesmo temas irrelevantes⁶⁰ nas discussões. Jaqueline, como uma militante formada em grupos que tinham uma narrativa marxista-leninista bem acentuada, tinha suas percepções sobre certos papéis que tendiam a ser cobrados das mulheres, assim como críticas a eles, porém estas percepções se aprofundam conforme o contato com grupos feministas a leva a renomear alguns conflitos que presencia em seu cotidiano. Algo que lhe chamou a atenção, por exemplo, foram os constantes relatos sobre intimidações morais e sexuais sofridas por outras mulheres ativistas ou colegas de universidade. Os relatos, como lembra, sempre existiram, porém a sua aparição pública de modo tão enfático acabou por envolver Jaqueline, assim como ocorreu com outra(o)s ativistas, com o tema. Como repercussão, aumentou, também, seu questionamento sobre os dispositivos de gênero. Passou a se cobrar e cobrar mais as pessoas próximas para que interrogassem as assimetrias que reproduziam em seu comportamento. Tornou-se mais criteriosa com as pessoas com quem se relacionava. Sofreu com rompimentos amorosos, mas preferiu-os a sentir-se conivente com subordinações em que se percebia envolvida. Ouvindo Jaqueline, pareceu-me evidente que o envolvimento em grupos feministas lhe fortalecia no sentido de ter maiores possibilidades de renomear expectativas sociais com que lida cotidianamente. Richard Senett considera que há diferentes tipos de solidão, relacionadas a diferentes fatos sociais, sendo uma delas, aquela que chama de “solidão do poder” a que remete ao não conseguir – ou não ter a possibilidade – de compartilhar o sofrimento de vivenciar um estigma, uma violência ou uma subordinação invisibilizada. O envolvimento ativista não impede esta solidão, porém, dependendo dos encontros que estabelece e das narrativas que neles circulam, potencializa a reiteração pública de renomeações que permitem contrapor, nas dimensões do consciente e inconsciente, dispositivos que tendem a

⁶⁰ A discussão sobre como diferentes formas de subordinação social se relacionam se faz presente, nestas quase duas décadas dos anos de 2000, tantos nos espaços acadêmicos como em encontros ativistas de variadas vertentes políticas de esquerda. Nestes debates, pode-se destacar que as diferentes perspectivas sobre como as subordinações se interseccionam convergem na contraposição a um grupo específico: aquele que defende a primazia da classe sobre outras formas de subordinação. Presenciei um debate em específico, organizado pelo Centro de Estudos Marxistas da Unicamp (CEMARX) em que a crítica ao olhar da “classe como centro único” ficou explícita, assim como ficou explícito que este olhar perde gradativamente potencial de influência e tende a se reformular, algo que já vem ocorrendo há algum tempo nos espaços ativistas, em que se percebe ativistas, antes resistentes, passando a considerar outras subordinações que também interferem na distribuição material e afetiva que compõe o social. Esta mudança se mostra também no aumento, que passa a ocorrer nestes espaços, das denúncias sobre agressões entre ativistas, um evento que também ocorre nas universidades, no trabalho e outros espaços sociais.

construir consensos à normatividade social. A renomeação em público influencia, neste sentido, os processos de subjetivação e a construção de dissensos que Rancière nomeia como subjetivação política.

Para Roberta, os momentos de maior estranhamento na militância relacionam-se às distinções raciais. Esteve, inicialmente, ligada a uma comunidade eclesial de base. Ao entrar na universidade, se aproxima de um movimento de educação popular e de grupos que se reconheciam como parte do movimento negro. Ao conviver com discussões raciais, reinterpreta os momentos, guardados na memória, em que presenciou pessoas negras envolvidas em situações de humilhação, de subvalorização ou de isolamento. Ao relacionar estas situações a dispositivos raciais, a militante reinterpreta estranhamentos que já sentia e passa a comprometer-se mais incisivamente na construção de momentos em que seja possível discuti-los coletivamente. O caminho escolhido foi envolver-se em coletivos formados a partir do critério de identificação racial, no intuito de fortalecer pessoas negras para questionar as situações de subordinação.

Interessante pontuar que L,J,R são mulheres negras cujo engajamento político com as questões raciais se dá por diferentes formas. Laura e Roberta, com muitas críticas e ressalvas, mantêm-se próximas ao PT e, refletindo as assimetrias nos espaços ativistas e militantes por onde circularam, envolvem-se em coletivos específicos de mulheres negras. Já Jaqueline afasta-se do PT e vê os grupos formados a partir de discursos identitários com ressalvas, por entender que os dispositivos que geram as assimetrias sociais não geram, necessariamente, sujeitos subalternizados que se opõem à lógica que justifica as desigualdades:

Esse discurso de identidades, que o Lula e o petismo usou muito, que é esse: “ah, vamos colocar um homem negro ali; ah, vamos colocar uma mulher negra pra cumprir aquela tarefa, mas isso não está ligado a uma mudança de fato. Isso serve mais como forma de controle de um movimento, pra dizer: “ó, te contemplei”, do que para uma mudança de fato. A gente pode estar caindo numa armadilha. Acho que o governo Obama é, inclusive, a síntese disso tudo. A gente empodera um negro e ele vai lá e faz o papel que um branco poderia cumprir, mas ele cumpre muito melhor, pois carrega uma menor de resistência de um movimento que seria de oposição. Não se pode separar a questão da identidade – se quem ocupa uma função é negro, se é mulher, se é lésbica – do conteúdo programático que esse sujeito defende e é parte. Há uma confusão em se apontar quem é o inimigo, de fato (Jaqueline, militante do PSOL, São Paulo, novembro de 2016)

Com base na crítica que Jaqueline formula, “não se pode separar quem ocupa do conteúdo programático que esse sujeito defende”, sua opção foi a de priorizar o vínculo com um grupo a partir

da concordância com o programa político mais amplo que este defende. No interior deste grupo unido a partir de um programa, há outras divisões que se concentram em questões que se cruzam aos princípios norteadores, como o grupo de mulheres de que Jaqueline faz parte. O feixe discursivo com que Jaque nomeia e direciona seus estranhamentos é diferente da narrativa em que Roberta se envolve. Algo que parece estar, de alguma forma, relacionado ao PT e aos discursos que ganharam força conforme este ampliou sua presença no interior do Estado. Porém, os discursos de formação de grupos a partir de identidades é algo que transpassa, mas não se restringe ao PT, ecoa de variados espaços e direções e produz emaranhados cuja compreensão não tem caminhos rápidos.

Há um ponto comum nas experiências de engajamento de Laura, Jaqueline e Roberta: as três envolveram-se nos ativismos e militâncias a partir de grupos que, desde bem jovens, lhes estavam muito próximos. Sendo assim, tiveram maiores possibilidades de realizar a leitura de seus estranhamentos a dispositivos sociais. Porém, estes grupos, também transpassados por inúmeros dispositivos sociais, passaram, em algum momento, a ser questionados pelas mesmas. Estes conflitos, nas três experiências, não resultaram na ruptura do engajamento, mas levaram a mudanças nas formas e caminhos do envolvimento. Cada uma delas estabeleceu identificação com diferentes grupos e matrizes discursivas, configurando diferentes renomeações para estranhamentos semelhantes.

2.2.3 – Maternidades sob rasura

Raquel

Nasceu em 1955 e passou sua infância e adolescência em São Paulo. Seus pais trabalhavam juntos, com a diferença de que o pai, que era tapeceiro, tinha a empresa em seu nome e a mãe, que era costureira, trabalhava sem registro. O pai queria que Raquel e sua irmã mais nova aprendessem a costurar e seguissem o ofício da mãe até que casassem. A mãe percebia que Raquel tinha, desde pequena, muito gosto pelos estudos e, por isso, insistiu para que a menina seguisse sua formação, para além das dificuldades que surgiam, como a falta de vagas nas escolas estaduais, que deixou Raquel por um ano fora da rede, no ensino fundamental.

A rotina das meninas era estritamente controlada: a escola, a ajuda à mãe nas tarefas domésticas, as brincadeiras dentro de casa, pois os pais não gostavam que saíssem. Conforme Raquel foi seguindo na adolescência, cresceram as expectativas de seu pai de que casasse com um homem “de bem”, um advogado, de preferência. Raquel não batia de frente e pensava todos os dias como poderia fugir de um destino em que não se via. Às vezes, podia desabafar com a mãe, outras vezes não, pois esta oscilava entre a cumplicidade e certa incompreensão em relação às angústias da filha. Talvez fosse o medo que tinha do marido, reflete Raquel.

Na escola, entre fins dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, circulavam panfletos de autoria desconhecida. Falavam de prisões, de torturas e de perseguições. Em casa, o pai falava com orgulho dos militares, alguns deles seus clientes. Raquel ouvia calada. O pai jamais saberia que o diretor da escola, militante do PC do B, era quem levava parte do material e facilitava a entrada de estudantes da USP no local, quando esses vinham convidar os estudantes para os “atos-relâmpagos” que ocorriam na universidade. Junto com o diretor, inclusive, Raquel foi, em 1975, à missa que ocorreu na Sé em memória de Vladimir Herzog. Todo aquele cenário de perseguições e de medo lhe remetia ao que vivia em casa. Ao participar das reuniões dos estudantes e dos atos contra a ditadura sentia-se mais forte, também, para enfrentar a situação de constante tensão que vivia com o pai. Tanto fora como dentro de casa, as coisas poderiam mudar. E mudaram, quando, aos 21 anos, Raquel, já tendo considerável experiência de trabalho, conseguiu um emprego com um salário maior, podendo, junto com a mãe e a irmã, sair de casa.

Nos anos seguintes, foi-se ampliando o espaço da militância em seu cotidiano. Casou, passou no vestibular e foi para Campinas estudar Ciências Sociais na Unicamp. Envolveu-se com as atividades do centro acadêmico e de um movimento de favelas que se expandia nas periferias de Campinas. O companheiro a acompanhava na militância. Tiveram um filho e caminhos políticos diferentes: Raquel seguiu militando no PT, o companheiro, um pouco depois que se separaram, filiou-se ao PSDB.

Em 2004, não vendo muitas perspectivas na atuação partidária, afastou-se do PT e concentrou-se na docência universitária, realizando pesquisas sobre movimentos sociais. Em 2014, um grupo de militantes e ex-militantes petistas se reaglutina no partido, sendo Raquel parte desta movimentação. O grupo, entusiasmado com o aumento no número de filiações nos últimos anos e com o retorno de ex-militantes, aposta da possibilidade de uma reconstrução interna do partido e numa reaproximação, aos moldes dos anos de 1980, dos movimentos sociais. Raquel divide, então, seu envolvimento

político, entre as atividades do partido e as da Marcha Mundial de Mulheres, a que também está ligada.

Emília

Nasceu em 1976 em São Paulo. O pai é comerciante e a mãe sempre trabalhou em casa. A renda do pai mantinha, com aperto, o sustento da família, de modo que Emília, mesmo com os pais alegando que deveria se centrar nos estudos, decidiu trabalhar e colaborar com a renda da casa. Desde os quinze anos, em seu primeiro emprego numa loja de roupas, a jovem conciliou trabalho e estudos, até que seu pai ficou doente e precisou parar de estudar por um tempo. Nessa época, trabalhava como técnica em informática numa revista e sua renda passou a ser a principal da família. Para conseguir manter o rendimento, Emília manteve uma carga horária de trabalho que a impossibilitou de seguir com a faculdade. Parou no 1º. Ano.

Assim como A,J,S,N, Emília não teve, no bairro ou na escola, mobilizações políticas que lhe afetassem. No ensino médio, numa escola de ensino técnico, havia um grêmio, mas que não tinha presença entre estudantes, a maioria não se envolvia e nem era envolvido. As conversas mais longas sobre política eram feitas com o pai, o qual tinha admiração pelos ideais anarquistas, guardava muito material em casa, sabia histórias de militantes, mas nunca havia tido um vínculo com algum grupo desta ou outra tendência política.

Por alguns anos, o tempo de Emília foi dividido entre as longas jornadas de trabalho e os cuidados da casa e dos pais. Foi um momento em que amiga(o)s do ensino médio estavam distantes: ou haviam se casado ou tinham ido fazer faculdade e formavam outros grupos de convívio. Às vezes, na saída do trabalho, Emília gostava de parar num restaurante ali próximo e tomar cerveja, sozinha. Sozinha também ia a shows e ao cinema. Se, por um lado, sentia falta de companhia, por outro, sentia-se livre nesses passeios. Lembrava das amigas que não saíam mais sem os maridos ou das que deixavam de fazer coisas que gostavam por estarem sobrecarregadas com os cuidados dos filhos. Sentia falta delas e temia que acabasse se envolvendo no mesmo modelo de relação em que via pessoas amigas afastando-se de círculos sociais que não fossem os familiares. Esse medo se fazia presente nas aproximações amorosas que vivia.

O medo deu brecha um dia, numa mesa de bar, quando conheceu um rapaz bem tímido, de voz calma, que morava em Campinas e estava em São Paulo para uma reunião na organização anarquista a que estava ligado. Um tempo depois, passaram a morar juntos e Emília foi familiarizando-se com a rotina de reuniões, manifestações e outras atividades em que ia junto com o companheiro. Tiveram dois filhos.

Mesmo contando com relativa participação do parceiro, Emília acabava ficando responsável pela maior parte dos cuidados com os filhos pequenos. Cobrava-se muito pelas atribuições relacionadas à maternidade e, como não tinha ainda a militância como um projeto, não sentiu tanto, de início, ter que se distanciar das atividades. Com o tempo, passou a sentir maior incômodo em não poder estar nos encontros devido às responsabilidades que estava acumulando. A percepção da insatisfação se tornou mais evidente em 2011, na dificuldade que teve em participar de um acampamento realizado no centro de Campinas por grupos de tendências libertárias e/ou anarquista. Foi decidindo-se a ser uma ativista mais presente, o que acabou resultando em certa tensão com o parceiro na divisão das tarefas domésticas, além de cobranças, vindas de várias direções, relacionadas à maternidade. Emília vai lidando com os mesmos conflitos e dificuldades que as vividas pelas antigas amigas. Busca caminhos, rotas de fuga, tenta renomear a maternidade. Precisa explicar-se constantemente, aos outros e a si mesma.

Helena

Nasceu em 1963 na cidade de Fortaleza. Casou-se três vezes e teve sete filhos, sendo que três deles são vivos. O último relacionamento foi marcado por muita violência, por isso mudou-se com os filhos para a casa da mãe, que era trabalhadora rural. Ali criou os filhos. Passavam muito aperto e Helena não via como melhorar. Com os filhos já quase adultos, soube através de uma amiga que uma pessoa na cidade que estava recrutando mulheres para trabalhar no estado de São Paulo. Eram vagas em vários estabelecimentos, dizia. Mediada por este contato, Helena chega à Campinas para o trabalho numa lanchonete que funcionava também, como descobriu depois, como casa de prostituição. A casa ficava num bairro bem distante do centro da cidade. Helena não conhecia nada, nem imaginava como sair dali. Trabalhou por 40 dias até que, junto com outras três, decidiu-se por

fugir. De carona em carona e alguns dias na rua, chegaram até o SOS Ação Mulher e Família⁶¹ e dali passaram a morar num abrigo.

Depois de alguns dias, a prefeitura providenciou passagens para o retorno. As colegas retornaram, Helena decidiu ficar, iniciando seus trajetos por várias ocupações habitacionais na cidade. Não demorou muito para chegar à região que, dos anos de 1980 até hoje, abriga muitas pessoas que chegam à cidade sem ter um lugar para morar: o bairro Campo Belo, ao lado do aeroporto de Viracopos. Ali encontrou ajuda para erguer um barraco provisório.

Alguns meses depois, Helena participou da ocupação de casas construídas no bairro pela Cohab para alojar famílias que estavam sendo removidas de “áreas de risco”. As casas estavam vazias há muito tempo. A ocupação foi organizada previamente, Helena não sabe exatamente o grupo que a fez. O chamado para ocupar foi repentino e não havia muito o que pensar. A permanência no local não durou muitos dias até a efetivação da reintegração de posse. Dessa vez, Helena e outras pessoas decidiram-se por erguer o barraco numa rua ali próxima que já havia sido ocupada outra vez, mas era constantemente fiscalizada pelo aeroporto, que alegava a posse da área.

Enquanto brigava pra conseguir um lugar fixo para morar, Helena fazia vários bicos. Cortava cabelo, vendia doces, fazia faxinas. Quando esteve no SOS Mulher, conheceu algumas militantes feministas com quem continuou mantendo contato. Estas foram lhe indicando pessoas, ajudando-a a conseguir trabalhos e apresentando-a para grupos de mulheres existentes na cidade. Aos poucos, a rua que ocupou foi ficando mais povoada e Helena, pelos serviços e doações que conseguia para o grupo através dos seus contatos com esses grupos de mulheres, foi sendo reconhecida como “liderança comunitária”. Logo se encorajou a formar um grupo de mulheres para falar sobre violência doméstica, atitude que gerou frutos, pois conseguiram até organizar denúncias coletivas de agressores pelo bairro. Alguns desses eram procurados pelo grupo de mulheres para dar satisfação sobre seus atos. Na mesma época, Helena foi procurada pelo assessor de um vereador petista. Através dele, conseguiu ajuda jurídica para pleitear a permanência dos moradores e também certa proteção em relação a alguns atritos que a ativista teve com integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC). Helena e o assessor passaram a manter contato mais próximo.

⁶¹ A SOS Mulher e Família é uma associação civil que, em parceria com a rede de atendimento social de Campinas – SP, compõe o atendimento público de saúde da cidade, oferecendo atendimento jurídico e psicológico a pessoas envolvidas em violência de gênero.

Ser uma mulher sozinha, longe dos filhos e que diz constantemente que é próxima da “Marcha das Vadias” faz com que Helena seja vista com desconfiança por muitas pessoas ali no bairro. Suas falas sobre a autonomia que as mulheres devem ter em relação ao marido causam admiração em algumas, mas espantos em outras, como notei em alguns olhares ao participar de uma reunião organizada por Helena no bairro. A ativista, pelos contatos que estabeleceu na cidade, consegue suprir uma pequena parte de grandes demandas que há na região e isso acaba por amenizar subclassificações e lhe garante considerável respeito dentro da comunidade. Helena agilizou um curso de costura para mulheres, conseguiu voluntários para realizar atividades com as crianças, organiza doações para realizar festas, bazares e outras atividades locais, fez o contato com o advogado/militante que acompanha o processo de reivindicação da área para fins de moradia e conta com a ajuda do assessor petista em algumas situações.

O reconhecimento de Helena enquanto militante feminista foi sendo costurado na rede que a apoiou quando fez a denúncia contra a casa de prostituição e decidiu permanecer na cidade. A identificação enquanto feminista é um importante elo de ligação de Helena com vários grupos ativistas da cidade que a ajudam no acesso a itens que a tornam bem quista no bairro, para além dos assombros que sua figura feminina e feminista tende a causar.

Emília, Helena, Raquel: a mãe que (não) somos

As representações sociais acerca da maternidade tecem um conjunto de cobranças morais, expectativas e reconhecimentos afetivos que interpelam de modos diferentes os atores sociais. Optamos por descrever as experiências de E,H,R a partir desta questão, pois, em suas trajetórias, a problematização da figura materna se mostra de forma mais enfática. Além disso, essas são as três ativistas e interlocutoras da pesquisa que são mães.

Raquel, entre as três, foi a que mais jovem começou a estranhar as representações de gênero que a cercavam. Havia uma grande expectativa de seu pai de que ela seguisse o caminho da mãe. No ano em que não conseguiu vaga na escola, o pai não entendeu a tristeza da filha, afinal ela poderia aprender o ofício da costura com a mãe, o que lhe seria mais útil que ir à escola. Algum tempo depois, Raquel precisou aprimorar as táticas para lidar com a governamentalidade paterna:

Quando eu tinha 15 anos, meu pai acertou um casamento pra mim, com um advogado. No dia em que o rapaz viria me conhecer, espremi e esburaquei toda minha cara. Espremi tudo e cheguei na sala daquele jeito. (Raquel, PT e marcha mundial das mulheres, fevereiro de 2017)

Aos olhos do pai, Raquel deveria se casar e trabalhar, não fazia sentido querer outro destino. A mãe dividia-se entre a cumplicidade com as aspirações da filha e o medo que tinha do marido. Raquel, contrariando expectativas, tinha como objetivo de vida, para além do casamento, o estudo e o trabalho fora de casa, esse pensado como forma de tornar-se independente do pai e poder seguir outro destino.

No momento da juventude de Raquel, nos anos de 1960/70, o acesso ao ensino público era difícil às classes populares e o mercado de trabalho fora de casa era bem menor⁶² para as mulheres. A moça enfrentava dificuldades para seguir um outro caminho. Chegou a pensar em morte diante do sentimento de estar numa situação sem saída. A experiência na escola estadual nos anos de 1970, quando militantes estudantis chegavam ao pátio escolar falando da ditadura inspiraram-na a dar nome para violências que não são admitidas como tal. Muitas cenas desse período seguem vivas em sua memória:

Nas passeatas contra a ditadura, eu ia, ia com o pessoal da escola e, veja, eu levava minha irmã menor. Falava lá em casa que tinha ido tomar sorvete, que tinha ido na Mesbla. Tudo escondido. Meu pai apoiava a ditadura, ele adorava dizer que tinha feito móveis pro general A, pro desembargador B. E a gente tinha que ficar muda (Raquel, PT e marcha mundial das mulheres, fevereiro de 2017)

Assim que conseguiu salário compatível, nos tempos de expansão industrial, e recebendo apoio moral e informações jurídicas de colegas do trabalho, Raquel anuncia sua saída de casa. A mãe decide partir junto, levando também a irmã mais nova. Assim, Raquel tornou-se chefe de família, um modelo familiar bem diferente daquele que o pai tentava impor. Um apoio importante para que ela tomasse tal decisão foram as pessoas que conheceu no trabalho:

⁶² Dados apontados por Levinas (1997, 2001), Guimarães (2001) e Daniel (2011) indicam que até os anos de 1970, 18% das mulheres de 15 a 59 anos exerciam algum tipo de trabalho fora de casa, sendo que a maioria eram jovens e solteiras. Esse quadro foi se alterando significativamente nas décadas seguintes: a taxa de atividade feminina para a faixa de mulheres de 16 a 65 anos era de 40% em 1981 e passou a 68% em 2003 (Lavinis e Nocoli, 2006), sendo que o percentual de mulheres casadas e com filhos ampliou-se significativamente, indicando o aumento de mulheres que cuidam da casa e, ao mesmo tempo, são provedoras.

Eu enfrentei meu pai, tive apoio no trabalho, consegui fiador, consegui ajuda de advogado. Este me instruiu, pra eu dizer ao meu pai que eu tinha advogado e que ele (pai) não chegasse mais perto da gente. Marquei o dia para ir lá em casa, levei uma amiga de testemunha. Chegando lá, nossas coisas estavam todas picotadas, tudo aos frangalhos. Eu fiz tudo isso sem expor minha mãe, pois a coisa era muito dura. Virei mãe da minha mãe. Tornei-me chefe de família aos 21 anos. A sorte que, naquela época, do “milagre brasileiro” tinha mais emprego e eu ganhava relativamente bem, e assim eu conseguia pagar aluguel e as contas (Raquel, PT e marcha mundial das mulheres, fevereiro de 2017)

Ter um destino semelhante ao de sua mãe foi uma cobrança que acompanhou a infância e adolescência de Raquel, mas a jovem vivenciava um momento histórico que trazia condições sociais relativamente melhores em relação às que a mãe vivenciou na infância. Talvez por visualizar outras possibilidades de forma mais próxima, a recusa à lógica de vida que tecia o relacionamento de seus pais era mais acentuada. O fato de Raquel estar numa escola que lhe possibilitou conhecer pessoas que atuavam na denúncia aos crimes da ditadura militar e também participar dos protestos contribuiu para que a futura militante conseguisse nomear muitas das dores que sentia e que eram tão difíceis de falar:

Talvez, o meu sentimento contra a ditadura já tenha nascido antes dela, pela ditadura que eu vivenciava em casa (Raquel, PT e marcha mundial das mulheres, fevereiro de 2017)

A associação, feita por Raquel, entre o repúdio contra ditadura militar e a indignação diante violência que vivia em casa, nos leva a pensar que o envolvimento feminino em protestos populares é, além de uma indignação de classe, uma forma de rasurar as expectativas de gênero que associam diretamente mulher-maternidade-cuidado familiar-abnegação de si. O envolvimento em ações militantes foi para Raquel, assim como parece ser para muitas mulheres, uma forma de reforçar constantemente a não identificação com as representações de gênero que compõem o modelo centralizado de família e com uma existência em que o tempo feminino é todo tomado pelo trabalho, pelo cuidado doméstico e familiar e por poucas conversas sobre as desigualdades que lhes cercam.

A nomeação de uma violência que, de tão naturalizada, não era mencionada como tal foi um exercício possível também para Helena quando chegou à Campinas e, depois de vivenciar uma situação de cárcere no trabalho, foi acolhida por uma organização feminista. Os contatos que fez neste momento foram fundamentais para que permanecesse na cidade e tivesse melhores condições

de lidar com os estigmas por ser uma mulher de 53 anos, solteira, longe dos filhos e lutando por um lugar fixo de moradia.

Na primeira vez que fui à casa de Helena e conversamos por mais tempo, ela repetiu muitas vezes os nomes de vários grupos ativistas da cidade, de modo a reforçar seu vínculo com eles. Quando, alguns dias depois, na reunião que ocorreu no bairro, ela repetiu os mesmos procedimentos diante de outras moradoras, percebi a importância que havia em deixar bem evidente o envolvimento com grupos que compõem o engajamento político popular:

A gente sempre pede pro pessoal dos movimentos, que venham aqui, porque cada um de fora que vem, nos dá força aqui dentro. Se o pessoal do bairro vê que a cidade sabe que a gente existe, nos trata de forma diferente. As meninas da Marcha das Vadias sempre estão por aqui, marcam presença e nos ajudam muito. Tem um vereador do PT também, que nos dá muita força (Helena, movimento por moradia, marcha mundial de mulheres - Campinas, julho de 2016)

Embora Helena use sempre a expressão “nós” para se referir ao coletivo de mulheres que se formou no bairro, sua atuação política tem dimensões bem solitárias. O grupo de mulheres que se formou há anos atrás foi se desmanchando conforme as integrantes assumiam outras tarefas e percursos, e Helena acabou organizando sozinha as atividades. Uma considerável parte das mulheres moradoras é evangélica ou ligada a outros grupos religiosos que veiculam ideais de mulher bem diferentes daqueles que Helena propaga em suas palavras ou em seu comportamento. O conflito de representações fica visível.

Helena é muito admirada por vários grupos ativistas em Campinas, sua história é comumente veiculada nas rodas de conversa, sobretudo nos encontros de mulheres e, por isso, recebe com frequência convites para participar de debates promovidos por estudantes e grupos ativistas, além de fazer viagens para participar de eventos que ocorrem pelo país, como a Marcha das Margaridas, que ocorreu em agosto de 2015 em Brasília. Esta admiração contrasta com a desidentificação de parte da(o)s moradora(e)s em relação aos seus discursos e modo de ser. O quintal de sua casa, onde ficam materiais usados em oficinas para crianças do bairro e panfletos relacionados à saúde e direitos femininos, já foi invadido algumas vezes e quando organiza no bairro debates políticos, o público externo geralmente é maior que o interno. As atividades, mediadas por Helena, que envolvem a

prestação de algum serviço ou incentivo profissional atraem mais as pessoas do bairro e contribuem para que seja respeitada por parte da comunidade.

A partir do envolvimento ativista, Helena releu sua história e construiu narrativas que se contrapõem a regulações de gênero que tendem a restringir os sofrimentos e discordâncias a espaços privados. Ela contraria classificações à medida que, de forma mais ou menos consciente, busca envolver-se num conjunto de atividades e de narrativas que destoam do comportamento esperado. Esse envolvimento a nutre de outro imaginário do que seja viver e lhe possibilita outras ferramentas para lidar com as representações que a subordinam. A vizinhança oscila entre a incompreensão das buscas de Helena e o reconhecimento das contribuições que as articulações feitas pela ativista traz para o lugar. Para completar o emaranhado, conforme Helena passa a ser reconhecida como figura pública, outros agentes políticos da cidade passam a procurá-la, o que lhe permite efetuar trocas⁶³ que colaboram com a legitimidade que vai ganhando no lugar, a qual vai driblando os estigmas que lhe cercam.

As atividades voltadas para as crianças que Helena organiza são, talvez, as que mais contribuem para que os estigmas que cercam a ativista sejam amenizados. Quando as realiza, as representações da mulher hábil para cuidar dos filhos, da qual ela se afasta em alguns momentos, encaixam-se ao seu comportamento e ela passa a ser melhor aceita. Helena vai se adequando e, ao mesmo tempo, driblando os dispositivos maternos, assim como faz Emília, que é a única das ativistas que tem filhos pequenos e, por isso, vive um momento em que as cobranças relacionadas ao ideal de maternidade surgem de forma mais intensa.

Emília morou em São Paulo até os 22 anos, quando veio para Campinas morar com o companheiro. Tivera, até então, pouca experiência em mobilizações políticas. No ensino médio, havia grupos ligados ao movimento estudantil, mas sentia-se distante deles, eram muito “de palanque”. Nas andanças com o marido, passou a panfletar, ir a reuniões sobre temas sociais diversos, e participar de protestos. Estas práticas passaram a compor seu cotidiano, até que as atribuições relacionadas à maternidade foram dificultando estar em lugares que não fosse a casa e o trabalho. O companheiro seguia com a militância e a moça, de início, não viu problemas, já que se via com maior habilidade para ficar com as crianças. Porém, com o tempo, a situação passou a incomodá-la. Sentia vontade de estar mais presentes nas reuniões e manifestações. O estranhamento foi aumentando e se mostrou evidente num conflito conjugal ocorrido em 2011, quando ocorria um

⁶³ No capítulo seguinte, há uma reflexão sobre as “retribuições militantes” e a experiência de Helena volta a ser citada.

acampamento/protesto⁶⁴ em Campinas/SP e Emília ficou em casa com os filhos, enquanto o parceiro pernoitava na manifestação:

Eu disse a ele que não estava certo isso, que ele fosse acampar e eu ficasse aqui em casa cuidando dos filhos. Eu quero participar também, não quero ser “a mulher de fulano”. Aí eu fiquei dias acampada também e, depois disso, comecei a tratar com quem vinha e perguntava: “Ah, você é companheira de fulano, né?! ...” . E eu dizia: “Não, eu sou Emília, antes de tudo, sou Emília”. Teve dias que eu cheguei e falei pra ele: “Hoje você fica com as crianças que eu vou para uma atividade do coletivo”. Aí a gente começou a dividir. Às vezes ele vai, às vezes, eu vou e, outras vezes, vamos os dois e levamos as crianças (Emília, coletivo anarquista, Campinas, outubro de 2016)

Neste episódio, Emília viu se reproduzir a tradicional cena mulher/casa X homem/espço público, algo que não desejava para sua vida, pois já tinha, inclusive, participado de muitos encontros ativistas em que outras mulheres haviam colocado a questão. O episódio do acampamento a fez perceber que, para além das conversas sobre relações mais igualitárias, era necessário tomar atitudes para que não se estabelecesse uma lógica familiar em que ficaria num papel de que discordava. Posicionou-se de forma mais incisiva tanto com o companheiro como com amigos e ativistas. A partir deste evento, acentuou-se o seu desejo de participar mais das atividades anarquistas que ocorriam na cidade e de romper a imagem centrada no papel de esposa de um ativista conhecido na cidade. A negociação sobre cuidados dos filhos e a participação nas práticas ativistas passou a ser uma constante na rotina do casal, o que acabou por causar, dessa vez, um conflito entre Emília e sua mãe:

Não tenho mais contato com meus pais, rompemos de vez. Quem mais nega minha militância é minha mãe. Ela não se conforma de eu deixar as crianças em casa e ir para manifestações. Vive me perguntando: “E se você for presa? Pense nos seus filhos (Emília, coletivo anarquista, Campinas, outubro de 2016)

⁶⁴ O acampamento ocorreu numa praça central de Campinas, em ligação com o “Occupy Wall Street”, uma rede de mobilizações que começou em Nova Iorque em setembro de 2011 e reproduziu-se em várias cidades do mundo, com protestos variados e relacionados aos efeitos do capitalismo transnacional.

A mãe tem discordância com a militância da filha e, para expressá-la, aciona o discurso da “boa mãe”⁶⁵ (Pinsky, 2016) na tentativa de adequar a filha a um comportamento familiar centralizado, o mesmo que a formou como mãe e que, agora, tenta propagar à descendente. A opção de Emília para lidar com a cobrança foi, num procedimento similar ao que Bonetti (2008) identificou entre as ativistas com quem trabalhou, acionar o mesmo discurso para justificar a sua atuação militante:

Eu respondo sempre a ela que é exatamente por causa dos meus filhos que eu estou na militância, por um outro mundo que eu quero para eles. E isso eu repito para as crianças, digo a elas que, isso que eu faço, as atividades de que participo e que, às vezes, as levo é para que um mundo diferente lhes seja possível (Emília, coletivo anarquista, Campinas, outubro de 2016)

Emília aciona o mesmo discurso que a colocaria no interior do lar para justificar sua atuação fora dele e assim consegue uma justificativa que dê legitimidade e reconhecimento ao seu envolvimento político. A “boa mãe”, como formula Emília, é aquela que, querendo um mundo melhor para os filhos, vai à militância.

Este é um exemplo expressivo de permanências/rupturas de representações de gênero e de família. De um lado, o discurso de Emília mantém a associação entre a moral feminina e a maternidade, de outro, porém, há o deslocamento dessa imagem. Ser uma boa mãe acaba por exigir que se rompa com a centralidade da mulher no espaço doméstico. A posição do pai, por sua vez, é questionada quando esse é acionado a dividir igualmente as responsabilidades, de modo que a mãe movimente-se, também, como agente político em encontros públicos.

Em sua pesquisa com ativistas do movimento feminista de Recife, Bonetti (2008) identificou discursos parecidos ao de Emília, mas encontrou também reclamações de mulheres sobre as atividades que deixaram de fazer por estarem sobrecarregadas com as atribuições de mãe. A autora, interpretando esses discursos, critica análises que, mirando-se nos movimentos sociais dos anos de 1970/80, pontuam que as mulheres participavam desses movidas prioritariamente por seus ideais

⁶⁵ Pinsky (2016) observa que a ideia da mãe cujo sentido da vida se faz exclusivamente nos cuidados dos filhos se firmou no Brasil até a primeira metade do século XX, e foi passando por reformulações, mas mantendo a centralidade que a maternidade tem na definição moral da mãe. Como pontua a autora: “O modelo da “boa mãe” nunca chegou a ser contestado com a mesma intensidade que as outras referências tradicionais” (Pinsky, 2016: 528)

maternos – algo que foi nomeado como *maternidade militante*⁶⁶. Bonetti discorda deste termo, por entender que acionar o discurso da maternidade pode ser, também, estratégia política comum de ativistas para serem vistas como legítimas em suas aspirações de participação política.

As experiências de Raquel, Helena e Emília são permeadas de inúmeros estranhamentos aos dispositivos de gênero, inclusive os que se relacionam à maternidade. O envolvimento ativista se coloca em seus trajetos como um auxílio ao ato de nomear as divergências e colocá-las em público. Seja pelos questionamentos que circula seja pelo direcionamento que confere a um tempo de vida imensamente disputado, o envolvimento em ativismos populares pode, como aconteceu com as três ativistas, impulsionar renomeações, permitindo que estranhamentos não se confinem em aflições individuais silenciosas e nem sejam nomeados através de discursos que neguem o caráter dissensual que pode existir nos atos de estranhar.

2.3 – (Des)encontros do engajamento político: reinvenções em meio a governos

São múltiplos os interesses que podem levar ao envolvimento em ativismos e militâncias populares e o que esta pesquisa busca não é identificar quais seriam esses, mas sim refletir sobre a possibilidade do envolvimento ativista e militante se dar, entre várias outras ocorrências, enquanto uma forma de dar nomes e publicizar desidentificações a dispositivos sociais que estabelecem subalternidades e formas determinadas de existir.

Nas práticas ativistas populares, circulam inúmeras narrativas colocando-se como críticas a desigualdades sociais, porém, ao mesmo tempo em que esses feixes discursivos são irradiados, dispositivos que desigualam são colocados em operação. Em certo sentido, este rizoma se constrói porque, enquanto seres sociais, os sujeitos são formados no circuito das mesmas racionalidades que

⁶⁶ A expressão *maternidade militante* foi construída em texto de Sônia Alvarez escrito nos anos de 1980: “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia”. In STEPAN, A. (Org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Neste, Alvarez destaca a motivação materna no envolvimento de mulheres nos movimentos sociais dos anos de 1980. A interpretação de que ideais maternos predominam no envolvimento político feminino é algo que Bonnetti (2008) questiona, por entender que este dificulta a percepção de outras aspirações femininas que não se relacionem às suas relações com a maternidade. Conforme analisa a autora: “Essa matriz explicativa do ativismo político de mulheres das camadas urbanas de baixa renda, originada num contexto histórico-político específico, continua ainda a povoar as análises sobre a temática. Mesmo não havendo uma referência explícita à noção de “maternidade militante” tal qual concebida por Alvarez, muitas das suas premissas aparecem em diferentes análises” (Bonnetti, 2008: 152)

buscam contestar. Estas racionalidades, como nos indicam as reflexões de Foucault, se reproduzem por vários meios e em múltiplas direções, de modo que as formas de governar e controlar as possíveis resistências e contestações podem se dar pelos aparatos do Estado, pelas grandes corporações financeiras e mercadológicas e também dentro de grupos que supostamente estabeleceriam entre si relações mais igualitárias e horizontais.

Em análises contemporâneas sobre movimentos sociais e outras formas de organização ativista tem sido destacado o papel de gestão e controle que esses grupamentos podem exercer. Os sindicatos das primeiras décadas dos anos 2000 são, em relação ao potencial político, bem diferentes dos sindicatos do início do século XX no Brasil ou dos anos de 1970/80; os movimentos sociais também tiveram modificações nesta direção. Se a estas análises, somarmos as reflexões que têm sido produzidas sobre como as subordinações de gênero, de raça, de sexualidade e de orientação política transpassam as práticas ativistas, podemos concluir que os ativismos populares comportam em seu interior uma importante dimensão policial, no sentido que Rancière (1996) confere à polícia.

Se este caráter policial dos ativismos existe e, conforme as análises permitem supor, ele tende a se expandir, é possível pensar, no contexto contemporâneo, em renomeações e reinvenções?

As experiências das ativistas, colocadas nas linhas acima, assim como as observações direcionadas que realizei enquanto participava de eventos ativistas, dão indícios de que há, em coexistência ao policiamento, inúmeros – pequeninos, médios e, às vezes grandes – momentos em que racionalidades que normatizam e subordinam são, em diversas intensidades – contestadas. Raquel teve forças para romper com o governo do pai pelo contexto que lhe possibilitou acesso ao trabalho e à escola, mas também pela renomeação que as manifestações contra a ditadura e os envolvimento ativistas posteriores lhe possibilitaram; Laura - em contraste às violências que vivencia nos espaços em que sua expressão lésbica, negra e masculinizada se coloca - encontra nos grupos ativistas relações de afeto, admiração e de reconhecimento de suas potencialidades; Sulamita, a partir das jornadas de junho de 2013, é apaixonada por política; Ana percebeu-se como integrante de uma família “pobre que se pensa como classe média” e vai buscando outra racionalidade pra viver; Janaína, adolescente solitária e que se sentia sempre estranha, achou nos coletivos em que passa “um ativismo por outra forma, o que não me faz menos militante”; Emília é a mãe que, por amor aos filhos, “vai à militância”; Helena vive o contraste de lutar por um teto e ser uma mulher cuja família são as amigas ativistas que fez nos últimos anos; Jaqueline, como já lhe diziam em casa, sabe “de que lado está na vida”; Roberta provoca pelos grupos que passa: a racialização segue

operando, também entre mulheres; Marília odiava a escola, e foi o que viveu nos dias da ocupação que ajudou a reinterpretar os porquês da questão. Além disso, todas elas seguem lidando com representações de gênero com as quais estabelecem, admitindo ou não, alguns consensos, mas também inúmeros pontos de discordância. Direcionar seu “tempo livre”, tão disputado por vários dispositivos - inclusive o que associa mulher e centralidade do cuidado familiar – é expressão de um significativo deslocamento.

As experiências das ativistas indicam renomeações de estranhamentos silenciados na memória e no corpo. Estas renomeações se sucedem em inúmeros micro-momentos que são tecidos no cotidiano dos ativismos populares. Estes estalos políticos ocorrem em meio ao policiamento, efetuado pelo Estado, por grupos mercantis e também pelos pares mais próximos. A política, como argumenta Rancière, segue a ocorrer: nos interstícios da polícia.

CAPÍTULO 3

A construção do engajamento político como espaço de nomeação de dissensos: as linhas de mediação

Mediações

As ações coletivas relacionadas ao engajamento político popular se constroem a partir de diferentes interesses e significados. Como todo ato que consegue aglutinar sujeitos, as militâncias e ativismos se movimentam na linha tênue entre a partilha na gestão das questões sociais e a construção de resistências e insurgências. Estas duas possibilidades estão permanentemente presentes no desenrolar destas práticas.

A possibilidade das práticas militantes e ativistas tornarem-se parte da gestão do social parece ter se ampliado a partir dos anos de 1990. Se, por um lado, formas de participação institucional reivindicadas por movimentos populares nos anos anteriores (conselhos, orçamento participativo, afastamentos trabalhistas para ocupar cargos de representação em sindicatos), passaram a existir e suscitaram a expectativa de acesso a direitos sociais, por outro, esses mesmos espaços ora pleiteados adquiriram princípios organizativos e discursos que atuam também na conformação das subordinações, como indicam, por exemplo, os trabalhos de Rizek (2007) e Bello (2007) sobre as experiências dos orçamentos participativos na cidade de São Paulo e o de Baierle (2009) sobre associações comunitárias em Porto Alegre. A linha tênue entre conquista e normatização tende a ceder para este segundo lado conforme vão se irradiando inúmeros dispositivos que atuam deslocando os sentidos da participação política, de modo a associá-la à colaboração na execução de programas governamentais (Maranhão, 2016; Rizek, Amore e Carvalho, 2014). Estes feixes constroem um cenário de incentivo ao caráter policialesco (Rancière, 1996) que o engajamento político popular pode, também, desenvolver. As impressões relatadas pelas ativistas/interlocutoras da pesquisa, de que há um distanciamento entre parte dos grupamentos políticos populares e os grupos que afirmam representar, remetem a este enquadramento normativo construído nas últimas décadas e que acompanha as práticas ativistas.

Uma vez que esta pesquisa reflete a possibilidade do envolvimento ativista se dar enquanto uma forma de, para além das forças normativas, construir nomeações e significados políticos que rasuram consensos, a intenção deste capítulo é pontuar, partindo das interações construídas no “trabalho de campo”, alguns fatores que parecem atuar como mediadores na significação dos ativismos enquanto espaço em que é possível reinterpretar dispositivos que justificam subordinações

sociais e nomear publicamente conflitos sociais que tendem a confinar-se nos ‘espaços domésticos’⁶⁷ (Rancière).

O envolvimento em militâncias/ativismos pode ser motivado por uma multiplicidade de interesses e buscas. O objetivo desta pesquisa não é examinar essa variedade, mas indagar como e em que medida o envolvimento político pode se dar enquanto um exercício de nomeação de estranhamentos a fábulas policiais (Rancière) que justificam assimetrias e como forma de construir contranarrativas a tais fábulas. Partindo deste olhar, este capítulo apresenta o conjunto de relações (ou fatos sociais) que possibilitam a mulheres encontrar nas práticas ativistas um espaço de “renomeação do vivido”, um renomear que se contrapõe à normatizações sociais, especialmente por concretizar dois atos: a publicização de conflitos que tendem, em um contexto de intensa “privatização do público” (Oliveira, 1999), a serem suprimidos da cena pública e um questionamento mais profundo das representações de gênero, sobretudo aquelas que associam diretamente o feminino e a centralidade do cuidado doméstico e familiar. A partir das conversas com as interlocutoras da pesquisa e das observações de campo, foram se mostrando os elementos que compõem as pontes desta aproximação. Há fatores que se referem a dimensões mais amplas, como os deslocamentos: nas concepções de família e de casamento, nas moralidades relacionadas ao uso de tempo feminino, na ampliação do acesso a espaços de formação (universidades, cursos populares, associações feministas), e também a situações mais específicas e contextuais, como a formação de grupos locais, as identificações que se estabelecem entre pessoas envolvidas em activismos e também expectativas sobre essa forma de interação pública. A estas vão se somar as transformações nos modos e formas do engajamento político popular nas últimas décadas. As principais questões identificadas são colocadas a seguir.

3.1 - Encontros entre “desencontradas”: afetos de aproximação

Os relatos das interlocutoras da pesquisa, assim como as observações de eventos que compõem os activismos/militâncias populares, trazem algumas indicações de afetos que compõem o processo de engajamento político. Jaqueline trouxe a lembrança do tio, que lhe presenteou fotos da Rússia socialista e um livro “Revolução dos bichos”; Laura se lembra do militante que,

⁶⁷ A concepção de Rancière sobre espaço doméstico, definida em contraposição aos espaços públicos, é apresentada no capítulo 1.

reconhecendo-lhe o carisma e boa oratória, incentivou-a a seguir nas “lutas”; Ana Piva, vendo-se fatigada de uma vida que lhe parecia fútil, conheceu, em uma manifestação em apoio aos funcionários municipais em greve, um jovem com quem pôde, de forma mais profunda, falar de política, de preconceitos e se aproximar de grupos ativistas da cidade. Essas lembranças trazem em comum um elemento afetivo que facilitou a aproximação das quatro a práticas ativistas.

Esses pequenos, às vezes imperceptíveis, afetos se aglutinam tanto nos momentos de aproximação a práticas ativistas e militantes como na permanência dos vínculos com estas e se mostram um fator de influência na ocorrência (ou não) do envolvimento de caráter mais contínuo. Esta é uma percepção que segue como controvérsia a perspectivas filosóficas que tomam as dimensões afetivas enquanto algo restrito aos espaços privados e de pouca ou nenhuma influência nas questões públicas. Nas ciências sociais, em sua herança racionalista, ainda há considerável dificuldade em tratar as relações entre afetos e políticas, algo que tende a se modificar conforme olhares sobre a produção das subjetividades se expandem. Os afetos atuam, conforme foi possível verificar, numa dinâmica marcada por ambiguidades: podem se construir enquanto um fator importante do engajamento e podem, também, operar distanciamentos decorrentes das emoções geradas em processos de diferenciação e hierarquização que se estabelecem entre participantes de práticas ativistas populares. As observações de Safatle sobre a política e afetos podem nos ajudar a refletir o quanto esses últimos constituem-se como fatores que influenciam nossas movimentações pela vida social:

Política não é somente uma questão de circuito de bens e riquezas. Essa é uma questão central, mas não completa. A política é a questão de como nós somos afetados, sobre o que nós sentimos e não sentimos, o que vemos e não vemos. Uma das questões centrais do poder é organizar que é ou não visível e percebível. A política é uma questão, também, de circuito dos afetos” (Vladimir Safatle⁶⁸, julho de 2018)

Trago aqui uma reflexão sobre os afetos, pois fui percebendo o quanto eles permeiam dinâmicas de aproximação/distanciamento entre seres e grupos políticos e o quanto se perde quando deles se desvia o olhar. Tive uma prova bem expressiva da importância de considerar os afetos numa

⁶⁸ Apresentação de Safatle na série de encontros “Afetos e Política” ocorrida em julho de 2018 no “Café Filosófico” da CPFL Cultura. Vídeo pode ser acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=DKLIg6g6pSg>

das primeiras conversas que fiz com Laura⁶⁹. Conversamos quase duas horas sobre militância, desigualdades, eleições, conflitos entre as pessoas “da luta”, entre outros. As questões que eu havia formulado focavam relações de poder, distinções culturais e morais e as formas de organização ativista/militante. Mas a conversa com Laura me possibilitou perceber um algo mais que eu, inicialmente, camuflava em minhas questões. Quando a ativista começou a me contar das situações que passou nos últimos tempos, das decepções, das dificuldades financeiras e de relacionamentos, da aproximação com a religião, de como se redescobriu a partir do contato com o grupo de feministas a que se ligou recentemente, atentei-me para uma dimensão importante que eu, até então, desconsiderava. Os conflitos que Laura viveu na militância em certo momento potencializaram suas angústias de vida, assim como, em um momento seguinte, as relações que estabeleceu com outras ativistas na cidade recompuseram sua possibilidade de sentir-se ligada a outras pessoas a partir de questões coletivas que remetem a sofrimentos e angústias em comum. Parte da cumplicidade tecida no interior de grupos de ativistas se constrói a partir da desidentificação – em diferentes graus – a dispositivos que operam nas práticas sociais, naturalizando distinções e desigualdades sociais. Os relatos de Laura sobre as relações de companheirismo no interior do coletivo feminista negro de que faz parte dão alguns elementos dos efeitos afetivos dessa desidentificação⁷⁰ coletiva:

Se tem uma companheira da Frente que está tendo problema onde é ativista, se está sendo diminuída ou se vê caso de racismo, a gente dá um jeito de chegar junto, de mostrar que mulheres negras não vão mais ser caladas, que nós somos um grupo e que, se alguma de nós têm problemas, a gente não está só. Porque antes não tinha isso, hoje eu vejo que por muito tempo eu sofri com o racismo, mas não conseguia falar disso no movimento LGBT, agora a gente tá junto. Para mim, foi como se tivesse um problema e nunca falasse muito dele, e, de repente, você faz parte de um grupo que coloca o problema na roda. (Laura⁷¹, participante de um coletivo LGBT, de um coletivo de mulheres negras, militante partidária - Campinas, janeiro de 2016)

⁶⁹ Partes das trajetórias e experiências políticas das ativistas que contribuíram mais diretamente para a pesquisa estão apresentadas no capítulo 2, por isso, neste capítulo, irei mencioná-las diretamente pelos nomes.

⁷⁰ A ideia de trabalhar com o termo desidentificação fortaleceu-se a partir da leitura de “Quem precisa de identidade”, de Stuart Hall e de “O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo” de Vladimir Safatle. Nestes textos, é ressaltado o fato de que as identidades, ou identificações nas palavras de Hall, são contextuais e cercadas por desidentificações que lhe fundamentam o sentido. Neste caminho, por exemplo, é possível imaginar que, no interior dos movimentos feministas, a identificação enquanto mulher esteja mais relacionada à desidentificação às representações relacionadas à “mulher” do que com a afinidade e identificação com estes parâmetros normativos.

⁷¹ Para evitar o reconhecimento das ativistas e que conflitos entre grupos ativistas/militantes (partidos, coletivos ou movimentos) afetassem as interlocuções em que se baseiam a pesquisa, optei por não nomear os grupos menores a que as ativistas-interlocutoras estão ligadas, somente menciono as organizações maiores, em que a identificação das

As primeiras experiências de Laura na militância foram aos 16 anos, em uma ocupação por moradia na periferia de Campinas. Em seguida, Laura ajudou a formar um coletivo sobre sexualidades divergentes e se aproximou do movimento nomeado LGBT. Depois de um tempo, passou a sentir certos desconfortos neste movimento, sentia-se estranha em algumas situações, mas não as associava diretamente às dinâmicas raciais. A ponte entre o mal-estar e as tecnologias de sujeição racial não era, naquele momento, considerada. Quando Laura se aproximou de um coletivo feminista negro, foi percebendo que seu estranhamento se relacionava à questão racial que, sendo uma dinâmica histórica mundial, tecia as relações no grupo, mas não era ali discutida. Quando Laura se depara com um grupo que verbaliza sua desidentificação com o dispositivo que opera distinções raciais, a ativista tanto associa muitas das sensações de desconforto que vivencia a esta fábula policial⁷² como se encoraja a nomeá-la, e vai construindo coletivamente os argumentos que fortalecem esta negação. Neste coletivo, se dá o reconhecimento de Laura enquanto parte de um grupo unido por esta desidentificação em comum: “Para mim, foi como se tivesse um problema e nunca falasse muito dele, e, de repente, você faz parte de um grupo que coloca o problema na roda”. O problema: o racismo vivenciado e as dores que ele traz. Mesmo não falando dele no movimento LGBT, Laura já mostrava sua não identificação com as práticas/ narrativas que justificam desigualdades raciais e que circulavam entre militantes, tanto que sentia um mal-estar, não nomeado já que havia um silêncio sobre este dispositivo que operava e opera as interações sociais. O exercício de nomear esse dissenso, essa desidentificação, constrói entre as participantes do grupo uma cumplicidade e uma rede afetiva que potencializa o envolvimento ativista: “agora a gente tá junto”.

A ligação entre a) uma desidentificação não nomeada, que se expressava anteriormente por sensações de mal-estar diante de várias situações vivenciadas e b) o envolvimento ativista se faz na medida em que as experiências nos encontros ativistas contribuem para esta desidentificação, para que este “dissenso a uma fábula policial” (Rancière, 1996) seja reconhecido enquanto tal, nomeado e colocado em público. No cotidiano normativo, sentir-se estranha(o) em relação aos discursos que produzem os sentidos de uma “ordem das coisas” causa sofrimento, muitas vezes um sofrimento duplo: um pela dificuldade em expor o “estranhamento” e o outro por nem conseguir nomeá-lo. A

integrantes é mais difícil. Todas as ativistas que contribuíram para a pesquisa estão ou estiveram ligadas a grupos que se reconhecem de esquerda.

⁷² Jacques Rancière (1996) chama de fábulas policiais os discursos, veiculados socialmente, que trazem justificativas para as subordinações, operando no convencimento à lógica que desiguala.

possibilidade de traduzir o sofrimento e, ainda mais, de fazê-lo coletivamente gera esse conjunto de afetos que tecem os sentidos do envolvimento ativista. São afetos gerados na possibilidade de construir coletivamente nomes à desidentificações sociais cuja tradução é sempre dificultada e disputada pelos dispositivos de normatividade. É o momento em que se dá o encontro entre sujeitos sociais que partilham da desidentificação a um ou outro dispositivo de normatização social. O “encontro entre as desencontradas”.

Reconhecer o potencial destas ligações afetivas não significa afirmar que são somente elas que definem o envolvimento político e nem que a dimensão afetiva se faz afinidades, sem considerar a interferência dos conflitos. A intenção de trazer esta dimensão afetiva aglutinadora é pontuar que ela tem, junto com outros fatores, influência no engajamento e que ajuda na aproximação ativista. As relações de afeto que se estabelecem entre ativistas, nutridas ora por afinidades ora por conflitos, catalisam a decisão de compor determinado grupo e compartilhar de ações políticas na cidade. Sentimentos como “fazer junto”, “sei o que é passar por isso”, “admiração pela capacidade de lutar” são frequentemente colocados e sua existência atua como um elemento de aproximação e coesão:

A cada atividade que você participa, a cada conversa, você sai mais preparada, com mais argumentos para lidar com as injustiças que se depara. Eu acho que depois que entrei na militância, minha vida melhorou muito, meus relacionamentos melhoraram, seja em casa ou no trabalho, porque eu sou mais forte pra falar. Nutro uma admiração e respeito por algumas militâncias aqui da cidade, e não é um sentimento mais pessoal, de amizade, pois muitas dessas pessoas eu não tenho um convívio íntimo, mas é uma admiração pelo lutar, pelo fato de que elas se indignam e falam, ajudam muita gente com isso. Claro que tem os egos, as disputas, os egoísmos, mas, para além disso, admiro muito quem tá na militância pela causa, essas pessoas são minha referência de vida, é delas que lembro quando fico muito pessimista com o mundo” (Ana Piva, coletivo popular de mulheres escritoras, setembro de 2016)

O relato de Ana, uma das ativistas que entrevistei, expressa uma consideração afetiva por aqueles que “se indignam e falam”, pontuando que não se trata de um sentimento de amizade, mas algo que vem de um sentir-se parte de um grupo pela sua ação pública, um admirar que se dá pelo reconhecimento da importância de uma expressão social. E assim, a ativista pontua que “sou mais forte para falar” depois da militância, associando tal “força” à ampliação dos argumentos para contrapor as injustiças e à admiração que lhe inspira nos momentos de pessimismo. Há, na fala de Ana, o reconhecimento da dimensão racional (construção de argumentos) e emotiva (afetos) que envolvem o ativismo e constroem o “ser mais forte para falar”.

A dimensão afetiva tem um papel importante tanto na aproximação ativista como no encorajamento à fala. Os laços que se estabelecem entre ativistas possibilitam que estas fale tanto nas atividades propostas pelo grupo, em que as relações afetivas se dão mais fortemente, como em outras atividades na cidade. A existência desses laços potencializa o querer e conseguir falar. Laura expressa essa influência quando afirma que o entrar no coletivo feminista negro melhorou sua expressão na militância, recuperou o sentido do ativismo, o qual estava a diluir-se num momento anterior. Há uma identificação que constrói um elo entre elas, de modo que ela conta com apoio em espaços onde sinta dificuldades em se colocar. Interpreto que esta dimensão é mais frequentemente admitida e pronunciada hoje, sobretudo por mulheres de grupos populares, em razão do declínio do referencial de militante masculino, intelectualizado, de conduta racional e adversa ao emocional/afetivo. Esta referência de militante vem perdendo adesão há algum tempo e influencia a revalorização que uma variedade de formas de expressão e vínculos vem ganhando na sociabilidade que compõem as práticas ativistas.

O relato de Janaína, ativista no movimento autônomo pela educação, mostra que as identificações afetivas entre ativistas subsidia o vínculo político e um envolvimento mais intenso:

Neste último coletivo onde eu estava, a gente trocava muita ideia sobre nossas dificuldades na vida. Não tinha essa de separar, de achar que as grandes questões são políticas e a nossa vida não é. Não. A gente conversava das nossas relações familiares, das dificuldades de se relacionar em vários espaços e a gente via que muitos problemas que você acha que vive sozinha, nos são comuns. (Janaína, movimento pela educação, novembro de 2015)

As identificações e afetos são aspectos que também subsidiam a formação dos grupos políticos, estas influenciam tanto a aproximação quanto a permanência de integrantes, mas eram, até pouco tempo, aspectos menos mencionados. A dimensão emocional das práticas ativistas populares parece ficar mais evidente, pois a necessidade de mostrar-se forte e racional, construída pelos referenciais de masculinidade⁷³ que movem as relações sociais, é tensionada conforme questões que antes eram tidas como menos importantes, como as desigualdades de gênero, as diferenças sexuais, as questões do corpo e dos sentimentos, vão sendo reconhecidas enquanto temas de legitimidade para os debates públicos.

⁷³ Tomo atributos de masculinidades, inspirada nos trabalhos de Bonnetti (2003), Piscitelli (2004) e Wolff (2007), como comportamentos ou características corporais associadas em nossa sociedade ao masculino e utilizadas como critérios de distinção e valorização dos sujeitos.

3.2 - Retribuições militantes

O termo retribuições militantes foi construído por Rosangela Moreno (2009) no intuito de nomear o conjunto de relações que, conforme observou a autora em trabalho de campo, compõem as trocas – materiais, afetivas e políticas – que subsidiam o envolvimento político de jovens. Moreno investigou como grupos de rap na cidade de Campinas foram se aproximando dos espaços de militância e aponta o quanto as relações entre militantes mais experientes e os jovens, assim como as relações entre militantes profissionalizados (vereadores, assessores, profissionais de ONGs) e os jovens vão tecendo os fios que aproximam um grupo, reunido inicialmente para fazer música, das práticas militantes. Destaco aqui um trecho do trabalho da autora que indica, através do caso de um vereador que financiou um grupo de rap, a troca que compõem esses laços:

Aproximando-se de três desses jovens que ocupavam na época uma posição proeminente na organização dos eventos, ele propôs dar suporte material aos grupos de rap a que eles estavam associados e dos quais se diziam porta-vozes, para que pudessem organizar eventos nos bairros de periferia da cidade. Isso passou a acontecer de forma sistemática a partir daí, concretizando uma aliança não muito surpreendente, se notarmos que ela pode ser vista como o encontro entre posições sociais e objetivos homólogos. O vereador, assim como a maioria dos jovens interessados em inserir-se no campo de produção e divulgação de rap da cidade, é negro, de origem social modesta, atuou em uma atividade profissional de pouco prestígio (técnico eletricitário), além de ocupar, no campo da política, uma posição análoga à ocupada pelos jovens no campo cultural. Se, no campo da cultura, esses jovens ocupavam uma posição que não lhes permitia se impor diante dos grupos de rappers já estabelecidos na cidade, na política, o vereador participava de uma corrente petista que só existe na cidade de Campinas, ocupando, portanto, uma posição dominada no interior do partido à época. Nessa situação, tanto um quanto os outros buscavam alianças para fazer frente às lutas de concorrência que enfrentavam. (Moreno e Almeida, 2009: 61/62)

Este sistema de retribuições indicado por Moreno – o vereador financia, os jovens o apoiam política e eleitoralmente – exemplifica, num grau acentuado e bem explícito, que as interações entre ativistas envolvem também trocas de itens utilizados na construção do prestígio político de lideranças e coletivos. Esse sistema de retribuição, no molde colocado por Moreno, é uma das formas que muitos vereadores se utilizam para seguir uma escalada profissional. Esta racionalidade política é uma das linhas de força que compõem as interações entre ativistas. O que constatei no trabalho de campo é que este é um tipo de retribuição militante que tem um caráter institucional e uma lógica

utilitarista mais incorporados e definidos. Há outros níveis de retribuição, que se formam por outros elementos e que podem, ou não, acabar conduzindo a esta relação mais institucionalizada. Um tipo de retribuição mais primário, por exemplo, ocorre quando um militante mais experiente e já envolvido em alguma organização política reconhece, em alguém que está se aproximando do ativismo, uma facilidade de comunicação ou um interesse mais acentuado numa questão social específica. Para a organização, é interessante atrair esse alguém, e, para este alguém, pode ser uma forma de se sentir encorajado ao envolvimento, como aconteceu com Laura, que, quando envolvida no movimento por moradia, foi reconhecida por seu potencial de mobilização e oratória. A observação de um parceiro da militância, militante do PT e assessor de um vereador da cidade, de que Laura “leva jeito para a política” teve um impacto sobre seu envolvimento, tanto que, anos depois, ela lembra o modo como foi reconhecida. Para a ativista, que naquele momento começava a se envolver com os movimentos, esse foi um incentivo importante, a valorização de uma habilidade que ela não acreditava que tinha. Laura passou a ter uma atuação mais ampla, pois se envolveu também em outras ocupações pela cidade. Do lado do assessor, poderiam até existir outros interesses políticos ligados ao partido ou aos trâmites eleitorais, no sentido de que pessoas com maior facilidade de comunicação, por aglomerar pessoas e ter mais facilmente influência sobre elas, passam a ser alvo das instituições, porém o resultado desse contato, nesse caso, não caminhou para este formato, pois Laura ampliou seu envolvimento, mas tem fortes críticas ao trabalho eleitoral e partidário. Trata-se, portanto, de um tipo de retribuição militante que não chega a se configurar como parte de uma escalada por prestígio político.

Outro tipo de retribuição no âmbito das relações primárias é o que se dá entre coletivos e entre coletivos e movimentos. Essas relações foram muito mencionadas por Helena, pois o contexto de seu bairro a coloca, como ativista, em situações acentuadas de vulnerabilidade. Helena sempre convida os coletivos, e os coletivos, por sua vez, chamam Helena para compor rodas de discussão, mesas de debates (como a que assisti na Unicamp). É uma troca em que ambos se fortalecem.

Outro personagem com quem Helena estabelece trocas constantes é um vereador do PT. Neste caso, a retribuição militante se aproxima do modelo colocado por Moreno, porém a situação parece mais complexa, devido às violências que cercam a ativista. Houve um momento em que o trabalho de mobilização realizado por Helena e outras vizinhas começou a causar muito incômodo no bairro. Helena recebeu ameaças de morte. Foi esse vereador que a tirou do bairro por semanas, garantindo-lhe acomodação nestes dias e sua segurança para retornar à sua casa. O contexto violento que cerca Helena faz com que o contato com o vereador tenha uma importância ampliada, pois a

coloca como dependente de ações para garantir sua própria vida. Da última vez que fui ao bairro, o espaço em que elas organizam as reuniões de mulheres, localizado nos fundos da casa de Helena, havia sido roubado. Havia ali alguns poucos móveis, livros e outros materiais recebidos de grupos que contribuem com oficinas no espaço. O roubo aconteceu no ano de 2015, nos dias em que Helena estava numa manifestação em Brasília. Nenhum dos vizinhos arriscou indicar autorias, porém a maioria dos moradores sabe do controle que o PCC exerce sobre atos ilícitos e violentos que ocorrem no bairro. A iniciativa do grupo de mulheres de defenderem-se por si próprias não foi bem vista pelos integrantes deste agrupamento. Helena conta que há momentos em que há conflitos mais explícitos, em outros, a situação fica mais “calma”, mas a questão é que o ativismo de Helena envolve uma disputa com personagens não relacionados ao ativismo e que têm um papel significativo na gestão das relações ali no bairro.

No atual contexto, o ativismo tornou-se, para Helena, uma forma de manter-se, literalmente, viva. Morando sozinha numa área de ocupação, Helena encontra no ativismo um modo de lidar com a moralidade de gênero que a cerca e que poderia impossibilitar sua permanência no bairro. A rede de contatos e relações ativistas que estabeleceu constrói o sentido das relações que ela estabelece com os moradores antigos e os que chegam. Por outro lado, o fato de Helena contribuir com um trabalho feminista numa região com tantas adversidades faz com que os coletivos entendam como ainda maior a importância de realizar atividades no lugar, assim como outras organizações políticas, com interesse de marcar presença política por interesses variados, veem em Helena uma forma de acesso ao bairro. O modelo de retribuição militante apontado por Moreno (2009) parece se aproximar com o que o PT consolidou com Helena, porém o que é importante observar é como ele foi se dando, num cotidiano de extrema vulnerabilidade em que Helena e os vizinhos têm a permanência no bairro constantemente ameaçada e que há disputas entre grupos locais com diferentes interesses, como entre o coletivo de Helena e o PCC:

Quando eu cheguei aqui, em 2010, eu era PSDB, trabalhei, na campanha para o prefeito que o PSDB apoiava. Mas a partir do momento em que eu me aproximei dos movimentos sociais, aí eu virei PT, sou PT hoje e sempre. Principalmente pelo vereador do PT que sempre está aqui, a gente é PT, o partido nos conquistou. Quando precisa de advogado, esse vereador que arruma, pra fechar a valeta aqui, foi ele, e quem me protegeu dos cara do PCC foi ele, ele arrumou um contato na Band, eles vieram aqui e fizeram um documentário sobre nós. Ele mostrou pros caras que, se eles me matassem, não matariam uma desconhecida, mas alguém do movimento

social, uma militante feminista”. (Helena, movimento de moradia, marcha mundial das mulheres, Campinas, julho de 2016)

3.3 - Ampliação do acesso a espaços de formação

Um espaço que pode trazer impulsos ao engajamento político é o acesso à universidade, especialmente às universidades públicas e a algumas instituições privadas, nas quais a lógica organizacional não é tão intensamente modulada pela rentabilidade financeira, como ocorre em grande parte do setor privado do ensino superior⁷⁴. Nas práticas ativistas, é comum encontrar pessoas para quem a universidade teve um papel importante seja na aproximação aos ativismos/ militâncias ou mesmo na mudança qualitativa de uma militância anterior. Seis das ativistas que entrevistei tiveram percursos educacionais parecidos: formaram-se em escolas estaduais e conseguiram acessar a universidade pública em cursos da área de humanas. Esse acesso popular⁷⁵ à universidade contribui tanto para uma aproximação ativista como para um questionamento sobre as formas como essa se dá.

O estímulo ao envolvimento em práticas ativistas é proporcionado pelo conteúdo discutido nos cursos de graduação, mas o maior impulso parece estar nos vínculos que são tecidos entre estudantes e movimentos sociais. Janaína, por exemplo, não tinha experiências relacionadas ao engajamento até entrar na universidade e veio com a expectativa de que isso acontecesse quando entrou no curso de geografia da USP. O movimento estudantil não lhe atraiu, mas foi pelo contato com estudantes-ativistas que conheceu o coletivo popular de educação a que ficou ligada por toda a graduação:

⁷⁴ Barros (2015) apresenta dados sobre a diferenciação de vagas e tipos de cursos em instituições universitárias públicas e privadas e observa que em grande parte do setor privado a prioridade são cursos em que a receptividade do mercado de trabalho é maior, sendo a formação oferecida estritamente baseada na racionalidade mercantil.

⁷⁵ Dados sobre o acesso às universidades públicas (INEP/ 2010) indicam que houve nas últimas duas décadas aumento das IPES (Instituições Públicas de Ensino Superior), das vagas oferecidas e de mecanismos (Cotas, Profis, Inclusp, entre outros) de incentivo ao acesso de grupos historicamente excluídos do ensino superior. Nas universidades públicas federais, por exemplo, o número de alunos negros quase triplicou de 2003 a 2014. Juntos, negros e pardos já representavam, há três anos, 47,5% do total de estudantes das universidades federais do Brasil e dois terços dos universitários têm origem em famílias com renda média de 1,5 salário mínimo (Dados coletados pela Andifes – Associação Nacional de Diretores das inst. Federais). Nas estaduais paulistas, o percentual de alunos de classe média, média alta e alta segue preponderante, assim como o número de pessoas declaradas brancas. Embora as universidades públicas permaneçam marcadas pela desigualdade de acesso, com predomínio (exceto em algumas universidades federais) de estudantes que concluíram ensino médio na rede privada e com renda familiares maiores que a maioria das famílias brasileiras, é possível indicar que ocorreram modificações nas possibilidades de acesso às universidades públicas, embora não se possa falar em popularização destas instituições (Barreyro e Aureliano, 2010).

Entre na universidade com a expectativa de conhecer muitos grupos, de me aproximar da militância, mas eu me decepcionei bastante, achei superficial a militância universitária. Então fui buscar outros lugares e me aproximei de um cursinho pré-vestibular em que alguns amigos da USP davam aulas e lá havia pessoas ligadas a movimentos populares de educação, que na época estavam trabalhando na mobilização pelo fim do vestibular. Comecei a me aproximar desses grupos e ali as discussões me motivavam muito. E acho que o fato de ter ali gente da USP e também de outros lugares, estudantes de ensino médio, professoras da rede, essa mistura dava outro tom pro movimento, uma outra motivação porque eram olhares diferentes dialogando (Janaína, coletivo autônomo pela educação, novembro de 2015)

A universidade foi para Janaína o meio de acesso a uma rede de contatos que a aproximou de um movimento construído na cidade e que se comunicava com a universidade através do fluxo de estudantes que por ele passavam. Essas interações entre movimentos sociais e ativistas universitários podem compor a experiência política tanto de pessoas que não tinham militâncias anteriores, como ocorreu com Janaina, como podem transformar a experiência de quem já era ativista, como aconteceu com Jaqueline e Roberta:

Depois da proximidade com o PT que tive na adolescência, me afastei um pouco, porque, no ensino médio, eu fiz colegial técnico, o Senai, e o ensino técnico te afasta dos debates políticos. Eu só voltei a militar de forma mais organizada na faculdade, lá me reaproximei do PT. Isso no início dos anos de 2000, no contato com o movimento estudantil. Foi aí que eu comecei a entender melhor o que era o PT, que o PT eram muitas correntes e tal. E num congresso da UNE, eu conheci o pessoal do Movimento Sem Educação, que tinha alguns jovens da zona leste também. Eu tive uma identificação muito grande com eles. Na universidade, as pessoas com quem eu tinha maior identificação eram as pessoas que estavam ligadas a movimentos. No movimento estudantil, eu conheci muitas pessoas, pessoas incríveis. Naquela época, estava tendo o movimento contra a Alca e muitas ocupações pela cidade” (Jaqueline, PSOL, São Paulo, janeiro de 2017)

Eu segui na igreja, até 1999, no grupo de jovens da comunidade de base do meu bairro. Quando eu entrei na Unicamp, esse vínculo foi se enfraquecendo, porque eu via outras coisas, outras discussões que me inspiravam, já não tinha mais aquele tempo e vontade de ir nas atividades da igreja. Eu comecei a conversar muito com os funcionários, eles falavam bastante sobre a questão étnico-racial. Foi aí que comecei a me envolver nesta questão de forma mais centrada, porque na igreja, no grupo de

jovens era tudo genérico: a juventude. A gente não discutia gênero, não discutia raça, não tinha esse debate. (Roberta, frente de mulheres negras de Campinas e PT, Campinas, fevereiro de 2017)

Jaqueline teve o primeiro contato com a militância na adolescência através do pai e tios que eram próximos às CEBs, ao sindicato dos metalúrgicos (no caso do pai) e ao PT, mas o momento em que aprofundou esse envolvimento foi na universidade, quando, tendo a possibilidade de contato mais próximo com grupos ativistas diversos, envolveu-se num movimento pela educação pública e compreendeu melhor como se constituía o PT, partido a que esteve ligada até 2003.

Roberta também tem o sentido e teor de sua militância alterados a partir da inserção na universidade. Se antes deste contato, a ativista tinha os grupos da igreja – ligados à teologia da libertação – como principal referência, a partir da entrada na universidade, ela se aproxima de grupos e debates com que nunca tivera contato: “eu via outras coisas, outras discussões que me inspiravam” e assim foi se envolvendo na militância relacionada às desigualdades raciais e à educação.

A entrada das duas ativistas na universidade pode ser caracterizada como uma inserção popular neste espaço, seja pela origem social das ativistas, ambas nascidas e crescidas na periferia de Campinas e São Paulo, seja pelo sentido que essas dão aos contatos políticos que estabelecem neste local. Importante observar o destaque que Jaqueline dá ao fato de que “na universidade, as pessoas com quem eu tinha maior identificação eram as pessoas que estavam ligadas a movimentos”. A inserção na universidade, da forma como se deu, foi uma forma de Jaqueline fazer contato com movimentos sociais que estabeleciam redes entre ativistas na cidade, ou seja, ao contrário do que poderia ocorrer, a inserção universitária impulsionou a ativista a conhecer melhor a cidade e parte das lutas sociais que acontecem nela. Tal direcionamento também se deu com Roberta, pois antes da universidade “a gente não discutia gênero, não discutia raça, não tinha esse debate, embora a gente percebesse algumas coisas que rolavam”. O contato com grupos de funcionários e estudantes da universidade, envolvidos nos debates raciais e de gênero, assim como o próprio processo de formação em seu curso, trazem a Roberta novos olhares e uma maior inserção nas redes ativistas que se tecem pela cidade. A inserção popular na universidade trouxe a ambas uma resignificação da militância e também o aprofundamento de seus envolvimento políticos na cidade.

No trabalho de Silva (2007), há destaque, também, à mudança que o acesso à universidade pode conferir à militância. A autora traz relatos de ativistas indicando que as discussões de gênero e de raça, por exemplo, não se davam nos espaços em que elas atuavam, foi na universidade que elas

começam a ter acesso a essas discussões e levam-nas para os espaços onde atuavam, como frisa uma das ativistas e interlocutoras da pesquisa:

Discussão de gênero não tinha no partido. Havia só discussão política e, sobre a questão racial, pouca coisa. Eu não tinha essa discussão consistente para puxar, a princípio. E um outro companheiro negro também não. (...) não tínhamos essa discussão colocada, só estudávamos política e Marx, essas questões do trabalho mesmo. Essa atuação de gênero veio mesmo dentro da Faculdade de Letras (Luanda, ativista entrevistada por Silva, 2007: 52)

Essas trocas também são mencionadas por Laura, Sulamita e Helena, mas em outra perspectiva, na de quem estava fora da universidade. Laura, por exemplo, conta que no coletivo LGBT a que está ligada, há dois estudantes universitários que contribuem muito com as atividades do grupo, pois suas pesquisas são sobre o mesmo tema da militância. O coletivo em que está a ativista faz reuniões para construir suas falas públicas e são nessas interações que se dá uma troca mais efetiva entre o conhecimento produzido na universidade e em outros espaços. Helena mantém contato muito próximo com universitárias que participam de coletivos e movimentos feministas; contatos esses que fazem com que Helena esteja presente em debates sobre questões sociais que ocorrem dentro de universidades de Campinas, como a Unicamp e a PUCC, assim como também as universitárias participam de discussões e rodas de conversa que ocorrem no bairro de Helena.

Os fluxos percorridos por estudantes universitária(o)s ativistas entre universidades e coletivos políticos têm um papel importante no sentido de resignificar tanto a linguagem quanto o sentido do que é produzido, seja nos espaços ativistas/ militantes seja nas universidades. Essa interação pode contribuir para encorajar as falas dos sujeitos envolvidos nestes processos. Todas as ativistas entrevistadas que, vindas de contextos populares, acessaram universidades públicas, acabaram por ter nesta vivência uma forma de fortalecimento de seus vínculos com formas de engajamentos políticos. Assim como as ativistas que não acessaram afirmam que há momentos de reflexões conjuntas entre universitárias/não universitárias que contribuem para o fortalecimento das ações coletivas construídas. Sulamita também pontuou que, em sua escola do ensino médio, um professor de sociologia, que era estudante da USP e tinha contato com o Movimento Passe Livre (MPL), fez a mediação entre o movimento e a escola, o que levou estudantes aos atos contra os aumentos, em 2013.

Esses fluxos e trocas universitárias/ativistas – ativistas têm influência tanto no fortalecimento do vínculo ativista como no impulso à fala pública, o que não significa que não esteja composto, também, de momentos de diferenciação hierárquica entre ativistas e, nesta direção, de inibições a algumas falas. Sempre ouvi muito durante o campo reclamações de ativistas sobre uma postura pedante, certo ar de superioridade que alguns personagens com vínculo acadêmico sustentam. Essas reclamações, geralmente, não são públicas, ficam nos comentários entre pessoas mais próximas ou em alguns momentos de desabafos dentro de grupos menores, tamanha é a dificuldade de falar sobre o assunto, pois essas distinções não se dão a todo momento, mas ocorrem permeadas de discursos como “aqui é aberto a todos”, “queremos dar voz a quem não tem voz”. São diferenciações verticais que compõem performances corporais como olhares, formas de ouvir (ou não) os pares. São formas de comunicação diferencial que vão ocorrendo, não são nomeadas e nem colocadas em público, embora estejam ali mediando as relações.

Outro espaço de formação que se destacou como fator de influência na significação política do engajamento foram cursos que são organizados por grupos militantes e ativistas, como é o caso do “Promotoras Legais Populares (PLPs)”⁷⁶. O curso busca envolver mulheres, de preferência residentes em regiões periféricas, na discussão sobre as violências de gênero e formas de agir no cotidiano para enfrentá-las. Duas das interlocutoras da pesquisa realizaram o curso e destacaram a importância deste em suas reflexões sobre as representações de gênero e sobre os dispositivos que operam formas de distinção também entre mulheres. Janaína, por exemplo, procurou o curso, entre outros motivos, porque sentia falta de mulheres de outros grupos e classes sociais no coletivo feminista lésbico de que participava e intensificou seu envolvimento nas ações feministas mediada pela possibilidade, construída entre as PLPs, de interlocução entre mulheres que vivenciam contextos diversificados. Para Helena, o curso propiciou o fortalecimento dos vínculos com ativistas feministas da cidade e permitiu-lhe maior habilidade e coragem para contribuir no trabalho de reflexão que é realizado entre

⁷⁶ O objetivo do curso “Promotoras Legais Populares” é debater os direitos relacionados às mulheres, assim como formular intervenções cotidianas para que tais direitos se concretizem. Porém, as experiências relatadas por participantes indicam que, para além deste objetivo, o curso se transformou num dos principais pontos de irradiação de encontros e ações feministas reunindo mulheres das periferias. Em Campinas, o curso ocorre em duas regiões periféricas da cidade, o parque Oziel, voltado a mulheres jovens, e no bairro Vida Nova, com enfoque em questões relacionadas as trabalhadoras domésticas. Militantes do sindicato das trabalhadoras domésticas da cidade participam tanto na formulação do curso como nas atividades de mobilização que são propostas por este coletivo na cidade. O curso também acontece em várias cidades do interior paulista, na Grande São Paulo e em Brasília. Não há um vínculo direto com o PT, mas há número considerável de Promotoras Legais que são militantes assíduas nas atividades do partido, sendo que algumas saem como candidatas nas eleições municipais.

as mulheres de seu bairro. Marília visualiza esta possibilidade no curso e demonstrou o desejo de realizá-lo em breve.

As PLPs, seja através do curso de formação ou das ações coletivas⁷⁷ que organizam nas cidades, contribuem no engajamento político de mulheres, sendo que partes delas não tinham experiências ativistas anteriores⁷⁸, esta vai sendo tecida conforme os dispositivos de gênero vão sendo debatidos e situações vividas vão sendo renomeadas. Os vínculos construídos durante o curso fortalecem cotidianamente o “renomear o vivido”. Glaciela Oliveira⁷⁹ (2013) teve como interlocutoras de sua pesquisa mulheres, moradoras da cidade de São Paulo, as quais haviam se tornado promotoras e aponta o curso como um mediador de envolvimento ativistas femininos em movimentos e grupos políticos variados. Sobre os processos de reflexão e renomeação política que permeiam as interações no curso de formação das PLPs a autora conclui:

Há um processo de identificação de formas de exclusão e assimetrias que converge em seus cotidianos e que permite que se construa uma rede de amizades e companheirismo que desperta desejos de transformação de si e do outro (Oliveira, G., 2013: 174)

Os cursos, as oficinas, as rodas de debate e outras atividades propostas por grupos militantes e ativistas contribuem na reflexão sobre os modos de ordenação do mundo e distribuição dos lugares sociais. Ao proporcionar estes momentos, atuam como pontes entre estranhamentos a dispositivos de normatização social e o engajamento político, em movimentação parecida ao que o acesso à universidade desperta/ fortalece em alguns atores sociais.

⁷⁷ Após o processo de formação, que dura 1 ano, as promotoras formadas passam a contribuir na elaboração das aulas, na construção de redes de mulheres em seus bairros e na organização de encontros (atos, apresentações artísticas, debates, exposição de filmes). Em Campinas, as promotoras organizam exibições de filmes mensais no MIS (Museu de Imagem e Som) a partir da temática da violência de gênero. Após exibição, ocorrem debates. Participei de alguns e a contribuição para minha formação foi imensa. Os debates contam com mulheres (e alguns homens) de trajetórias de vida muito diversificadas, havendo a presença significativa de mulheres moradoras das periferias.

⁷⁸ Arlene Ricoldi (2005), em pesquisa sobre as experiências de promotoras legais populares na cidade de São Paulo no ano de 2004, aponta que 51% das participantes eram da zona leste de São Paulo, a maioria tinha como formação o ensino médio e o número de desistência era mais expressivos entre mulheres moradoras das regiões centrais, sendo expressiva, portanto, a presença e permanência de mulheres periféricas tanto no curso como nas ações a ele relacionadas.

⁷⁹ No capítulo 4 da dissertação de mestrado de Júlia Oliveira, há o tópico “Mudanças Políticas, transformações subjetivas”, em que a autora constrói reflexões que vão de encontro às considerações desta pesquisa, principalmente no que se refere à relação entre o envolvimento político e a construção das subjetividades.

3.4 - Contexto familiar e lugar de origem na cidade

O contexto familiar também se mostrou como um elemento que influencia, seja pela inspiração ou por conflitos, o engajamento político e a forma de se sentir dentro dele. Para aquelas que tiveram alguém na família envolvido na militância, existe uma memória afetiva que acentua os sentidos de estar nestes espaços, de falar, de nutrir relações ali. Esta vinculação aparece nos relatos de Jaqueline:

No início dos anos de 1990, com as manifestações para o impeachment, eu me aproximei mais do PT e dos grupos de jovens que havia no meu bairro. Havia meus tios mais jovens, que estavam nos grupos de jovens da igreja, nas CEBs. Teve um tio, especialmente, que era marceneiro, era do sindicato, estava na direção do PC do B. Ele viajou, na época, pra fazer um curso na Rússia e ele me trouxe um monte de coisas – eu tinha uns 12 anos - e aí ele, depois, me comprou um livro “A Revolução dos Bichos”. Meu tio tinha isso muito forte e me trazia. E tem a presença do meu pai também, ele foi ativista sindical e, apesar do pouco estudo, ele me mostrou um monte de coisas para ler, de filmes para assistir. Eu não entendia bem, mas ele me colocava perto disso, ele me cutucava com as coisas que ele me trazia. Eles foram muito importantes para construção da minha consciência política. (Jaqueline, PSOL, São Paulo, novembro de 2016)

A associação positiva que Jaqueline faz da militância nutre-se, já na infância e adolescência, pelas figuras do pai e do tio. Tanto os presentes e incentivos (que ela lembra em detalhes), como o vínculo partidário e sindical destes suscitaram em Jaqueline um contato e identificação com mobilizações políticas populares. A proximidade com que Jaqueline virá a perceber esses espaços tem influência, portanto, dessa relação afetiva; esta atua como um entre vários fatores que influenciam seu envolvimento. Se na trajetória de Jaqueline não houvesse essas referências, haveria grandes possibilidades dela aproximar-se da militância bem mais tarde, como foi o caso de Ana, que viveu um contexto familiar bem diferente. Ana não teve nenhuma referência de envolvimento ativista nem na família, nem na escola estadual em que estudou e nem em outros espaços. O primeiro contato foi aos 19 anos e a conversa com o militante causou impacto porque Ana, que acabara de ter o primeiro contrato trabalhista, se deparava com situações no trabalho que questionavam muito o que ela chama de “cotidiano de classe média” com que sua família se identificava. Angustada por não ter, entre suas relações próximas, com quem falar sobre suas inquietações, o contato mais próximo com o militante trouxe-lhe informações sobre alguns grupos que se mobilizavam pela cidade. Foi um

estímulo para Ana repensar a si e as relações políticas. Diferente de Jaqueline, Ana não teve pessoas da família que mediassem uma representação positiva sobre o engajamento político, ela somente se deparou com este mais tarde, e o fez, num sentido oposto, como “rota de fuga” à uma lógica familiar que interpretou como alienante. Ana traz alguns indícios de como o envolvimento político era algo estranho na concepção de sua mãe:

Logo no 2º.ano da universidade, nos anos de 2000, estourou uma greve enorme, todas as públicas paradas e passeatas, manifestações, cerco ao palácio dos Bandeirantes. Foi um momento de muito aprendizado na minha vida, era militância da madrugada até à noite. E minha mãe falava que um dia eu ia ser presa e quem iria lá pra me tirar? Eu percebia que, de um lado, ela concordava, mas, por outro, tinha medo. Quando eu era criança, eu cantava, de brincadeira, uma música que falava de prender o presidente e ela falava pra nunca eu cantar isso na rua. Eu nem me ligava, mas hoje eu vejo que ela tinha 16 anos em 1968, já trabalhava e estudava, era a menina mais nova de uma família de 9 irmãos. Na cabeça dela, ir pra rua manifestar ficou como algo proibido, algo fora de cogitação e acho que esse medo, com o tempo, foi se transformando em um desconhecimento, um estranhamento em relação a lutar por uma causa coletiva” (Ana Piva, coletivo popular de mulheres escritoras, São Paulo, setembro de 2016)

O contexto familiar de Ana é formado por pais que, vindos de contextos rurais pobres para a cidade, conseguiram, entre os anos de 1970/80, trabalhos cuja renda lhes colocava numa posição diferenciada do contexto anterior, lhes trazia aspirações de uma vida com outro padrão de consumo e de status social. Mesmo pertencendo às camadas populares, a família de Ana não se pensava assim, mas como núcleo que teve uma ascensão social e estava em situação diferenciada. E qualquer atividade que fosse vista como um empecilho no acesso à essa situação era vista como negativa, sendo o engajamento político uma delas. Uma posição diferente daquela encontrada na família de Jaqueline, que tem na trajetória a influência de grupos políticos de esquerda. O contexto familiar de Ana e de Jaqueline são duas versões diferentes, entre tantas outras, que coexistem nos grupos populares e que influenciam a aproximação a ativismos/militâncias e também no modo e momento como essas podem se dar.

O relato de Ana sobre o medo que sua mãe, uma jovem trabalhadora vinda de uma família pobre de nove irmãos no contexto da ditadura militar, tinha em fazer qualquer referência pública a governos, dá indícios do quanto famílias populares ainda trazem no subjetivo a associação simbólica, trabalhada em anos de ditadura e de democracia neoliberal, entre militância e algo

negativo/temido/ineficaz. Ana, ao buscar o ativismo, tenta, em alguma medida, fugir de um medo/negatividade/ojeriza em relação ao envolvimento político popular, algo que foi construído, nas últimas décadas, em famílias populares com expectativa de ascensão social. Quando começa a ter contato com ativistas, Ana, que já sentia aquele “mal-estar”, passa a questionar a si e as relações a sua volta, inclusive as familiares.

O contexto familiar tem, de modos diferentes, influência no envolvimento político de Jaqueline e Ana. Na primeira, a influência é pelo incentivo; na segunda é pelo incômodo que sentia diante da forma como a família se via. Aproximar-se do ativismo, para Ana, acabou por remeter, também, a uma mudança na relação com a família, um processo que Laura também indica ter passado:

Eles estranham até hoje. Eu sempre fui de obedecer muito a família, porque eu não sou filha de pai e mãe. A minha mãe é falecida, então eu fui criada por duas tias que são irmãs da minha mãe e tive um contato com meu pai mais ocasional, de vê-lo no fim de semana. Na minha criação, o lance era: ou obedece, ou obedece, e o PT era partido que come criancinha e tudo de esquerda era ruim. O que me era permitido era a igreja. Tudo que não preparava pro trabalho não fazia sentido para eles, por isso, muita coisa foi cortada da minha vida. Eles não entendem e acho que nunca entenderão, pois além da minha militância social, eu tenho a militância homossexual. Então é uma dupla confusão pra eles, é um duplo rompimento. Quando eles souberam que eu ia em manifestação, aí foi uma crise, que aumenta quando eles começam a desconfiar da minha sexualidade, dos lugares que eu ia. Aí era falar que eu tinha que ir em psicólogo para tentar entender o que estava acontecendo com a meiga Laurinha. Não tem como conversar. É uma relação muito superficial. Hoje, eu não estou na lista de batizados, na de casamentos, na de chás de bebê. Não faço parte do convívio social da família. E é aquilo, quando vou visitar a família, o assunto é: “Oi, como vai? Tá trabalhando?”. E a sua resposta tem que ser aquela: “Tô” e pronto. Não se atreva a falar de movimento social, não fale disso, eles não querem saber” (Laura, coletivo LGBT, PT e frente de mulheres negras - Campinas, janeiro de 2016)

A família de Ana vivenciou um contexto econômico de acesso a empregos de renda média-baixa e de moradia em um bairro popular mais próximo do centro da cidade de São Paulo. Já a família de Laura viveu um contexto mais difícil, de menor renda e de moradia numa área periférica de menor estrutura urbana em Campinas. Mas as duas famílias parecem ter posições semelhantes em relação aos ativismos/militâncias populares e a toda atividade que desvie de um caminho de ascensão econômica e social, tal como o trabalho é visto. Laura não tinha, como me contou, permissão para os

esportes, pois não fazia sentido gastar tempo com esta ou outra atividade que não fosse o trabalho, a família, a igreja. Do mesmo modo, não fazia sentido a militância, vista, então, como um desvio, algo bizarro, sem sentido. O resultado é, como Laura indica, que as conversas familiares deixam de falar de algo muito importante em sua vida. Para Laura, como é para Ana, o contexto familiar impulsiona o envolvimento militante/ativista, mas não pelo incentivo, como no caso de Jaqueline, e sim pela desidentificação com parte dos valores que suas famílias irradiam. O envolvimento político é também, para Laura e Ana, uma busca por romper com o caminho esperado pela família, caminho em que o envolvimento político organizado é visto como abjeto. Sulamita indica como esse impulso, por oposição, reforça também o sentido do seu ativismo:

Quando eu comecei a ir nos atos, eu escondia da minha mãe, eu falava que eu ia no shopping. Ela assistia o Datena e via o pau quebrando na Paulista e ela falava que nunca queria me ver metida com isso. Mas acho que ela percebia que eu ia, né?! Eu chegava em casa com marca de tinta, toda acabada, com cheiro de gás. Até que um dia eu cheguei em casa com uma camiseta escrito “Tarifa Zero Já”, e ela ficou muito brava. Dia que ela sabia que ia ter ato, ela trancava a casa e me deixava sem chave pra sair. Mas ela acabou acostumando, ela não apóia, mas não consegue me impedir e nem tenta mais (Sulamita, ativista a partir das jornadas de junho/2013, São Paulo, junho de 2017)

O contraste das experiências de Jaqueline com as de Ana, Laura e Sulamita indicam como diferentes contextos familiares podem impulsionar, pelo incentivo ou pela negação, o envolvimento político, seja em práticas militantes ou ativistas. Mas é possível se perguntar como famílias de contextos sociais próximos, chegam a percepções tão diferentes, ou seja, como a família de Jaqueline, por exemplo, diverge do comportamento mais comum e difundido de repulsa à militância?

Algo que deve ser pontuado e que influencia na posição política da família é a região da cidade em que a família vive. Jaqueline cresceu num bairro com presença intensa de grupos das CEBs e também de grupos de jovens do PT. Essa presença se soma ao fato de seu pai ser metalúrgico e ter tido contato com o sindicalismo dos anos de 1970⁸⁰. A existência desses grupos nas proximidades do local de moradia possibilitou, neste período, o contato com debates e informações que não ocorriam (e nem ocorrem) comumente nos espaços de convivência. No bairro de Ana, não havia nada parecido.

⁸⁰ Reflexões sobre os movimentos populares, incluindo os sindicais, deste período, são construídas no minucioso trabalho de Eder Sader (1988).

Roberta cresceu num bairro com características próximas das do bairro de Jaqueline e também indicou a influência desses mediadores nas concepções de sua família, inclusive nas da mãe, que sempre se envolveu em grupos pelo bairro. Nas regiões da cidade em que Ana cresceu, não havia presença de nenhum grupo político de esquerda. Na região em que Laura cresceu, havia essa presença, mas esta não influenciou seus pais. Conforme indica a bibliografia (Sader, 1988; Doimo, 2004), a presença das CEBs foi mais forte em algumas regiões periféricas das grandes cidades e as indicações das ativistas entrevistadas que moram nessas regiões mostram que a influência que estes grupos exerceram em famílias populares acaba, de algum modo, se repercutindo em gerações seguintes, não com a propagação do mesmo teor político que essas traziam, mas no sentido de uma imagem positiva do engajamento, como mostram os relatos de Jaqueline e Roberta:

Por volta dos 13 anos, comecei a participar do trabalho eleitoral para o PT ali no nosso bairro, em Itaquera. Minha família participou da formação do PT e, nos anos de 1980, já tinha um trabalho nas comunidades eclesiais de base, então eu cresci vivendo com isso e já ambientada neste contexto (Jaqueline, PSOL, São Paulo, novembro de 2016)

Minha primeira aproximação foi na adolescência, muito influenciada pela minha mãe, que sempre participou de muita coisa. Minha mãe estudou até a 4ª. série, só quando a gente estava grande é que ela foi e terminou o ensino médio, e agora ela estuda aqui na Unicamp, naquele programa da 3ª. idade. Ela sempre participou de tudo, de grêmio, da igreja, de coral, tudo que era de grupo e que ela podia, ela estava lá. Então a gente vai se acostumando a isso, vai fazendo parte do dia-dia. A gente era da igreja católica, então eu participava do grupo de jovens, arrumava muita briga no grupo de jovens, rrsrs. Eu fui formada em parte pelas CEBs, pela teologia da libertação, meu grupo na igreja tinha essa direção, embora desse muita briga. Eu segui na igreja até 1999 (Roberta, frente mulheres negras e PT, fevereiro de 2017)

As falas de Jaqueline e Roberta indicam experiências de juventude periférica parecidas. Ambas cresceram em bairros populares, com presença marcante, nos anos de 1980, das CEBs, do PT e de movimentos populares ligados a estes. A família de ambas, sendo envolvida com estes grupos, mediu a sociabilização das jovens com vocabulários, sentidos de vida e formas de interagir difundidos nas práticas militantes deste momento. Essas experiências levaram-nas, pelo incentivo, a ter o envolvimento militante como uma dimensão importante da vida social. Diferente de Ana e Laura, as quais constroem seus engajamentos políticos como forma de se contrapor às expectativas

familiares com as quais, a partir de certo momento da vida, deixaram de se identificar. A família pode atuar como um mediador do envolvimento militante, seja pelo incentivo ou pelo repúdio que causa.

Além da forma como a família percebe o envolvimento político, outro elemento, relacionado ao grupo familiar, que influencia o vínculo aos ativismos/ militâncias é o grau de autonomia e controle que os integrantes do grupo familiar têm entre si, assim como as possibilidades de negociar possíveis cobranças relacionadas aos referenciais da “família centralizada”⁸¹. Mudanças nas concepções de família têm influência, sobretudo para as mulheres, nas possibilidades de se envolverem em atividades que não estejam relacionadas nem a família nem ao trabalho. Esta questão é discutida no item a seguir.

3.5 – Variações nos arranjos e sentidos familiares: as rasuras à família centralizada

As representações sociais mais recorrentes sobre família fundamentam-se, desde o século XVIII nas sociedades ocidentais, numa figura feminina cujo sentido de vida estaria centralmente ligado ao trabalho doméstico e aos cuidados de entes familiares. Pesquisas (Sorj, 2005; Pacheco, 2013) indicam que tais formulações operam com uma força social mais incisiva conforme as configurações de classe e raça, de modo que conforme maior a precariedade econômica, amplia-se a tendência de que parte significativa do tempo de vida feminino seja ocupado com os cuidados domésticos e familiares. Se esta associação entre o feminino e o trabalho do “cuidado” se faz presente, em suas reformulações e atualizações, no contexto contemporâneo, podemos imaginar, em decorrência, que qualquer outra atividade social que mulheres, sobretudo de grupos populares, se envolvam, entrará em disputas com as atribuições traçadas por estas regulações familiares e de

⁸¹ A definição de centralismo familiar é apresentada no Capítulo 1, no tópico “1.2 - **Privatização do público e configurações de gênero**”: “Conforme maior centralidade e potencial regulador tem a família, mais difícil é resistir à associação entre o feminino e a centralidade dos cuidados domésticos e familiares, tornando mais difícil o envolvimento em atividades que não remetam apenas ao trabalho dentro e fora de casa. Quanto mais o modo de organização familiar centraliza atenção e tempo de seus integrantes - algo que podemos chamar de **centralismo familiar** - maiores as dificuldades de que seus integrantes se envolvam em outras atividades sociais e, considerando as representações de gênero relacionadas às atribuições das mulheres na família, haverá dificuldades mais acentuadas para que o tempo de vida feminino seja direcionado para atividades que não estejam direta ou indiretamente associadas ao cuidado familiar”.

gênero. E quanto menor a legitimidade social de uma atividade, maiores as dificuldades para justificar o envolvimento.

Alongando este raciocínio, podemos pensar que há uma relação direta entre as concepções de família de um momento histórico e o envolvimento feminino em atividades que não se restrinjam ao trabalho doméstico e familiar. Adaptando esta afirmação às nuances contemporâneas, em que a presença de mulheres em atividades de trabalho não doméstico ou familiar cresce⁸² rapidamente, é possível indicar que o tempo de vida feminino tende a ser consumido, em grande parte, por trabalhos dentro e fora de casa, e o que resta disso, o “tempo livre”, permanece disputado pelas atribuições familiares de gênero, de modo que o envolvimento em atividades de outras naturezas segue mediado por esta disputa. Pensando mais diretamente na questão de nossa pesquisa: o envolvimento político feminino é diretamente influenciado pelos arranjos e concepções de família que coexistem e se conflitam e disso decorre a importância em refletir as transformações históricas relacionadas às concepções de família.

A representação normativa da família enquanto um grupo restrito ao universo privado, formado pelo laço (civil e religioso) entre um casal heterossexual e por seus ascendentes/descendentes, com posições masculinas e femininas rigidamente estipuladas construiu-se historicamente⁸³ no imaginário ocidental e ganhou contornos específicos na modernidade (Birolli, 2014; Foucault, 1987), atuando, durante um certo período, como parâmetro dominante de organização social, mesmo que, no plano das práticas, considerável parte das famílias não se encaixe em tal modelo⁸⁴.

⁸² De acordo com dados da PNAD/IBGE de 2014, as mulheres são 49,5% da população economicamente ativa. Em 1980, as mulheres representavam aproximadamente ¼ (26%) do total de pessoas ocupadas no mercado de trabalho, alcançando o percentual de 44% em 2010 (Teixeira, 2015). De acordo com bibliografia sobre o tema (Levinas, Cordilha e Cruz, 2016), houve expansão da presença feminina em áreas tradicionalmente ocupadas por homens, mas a maioria das mulheres permanece em atividades do setor de serviços (47%) e do comércio (44%). As mulheres são maioria nas administrações públicas, nos cargos preenchidos através de concurso público, elas compõem 60% desse setor.

⁸³ A representação normativa de família, assim como as definições de sexualidade e de gênero que a compõem, passaram por transformações ao longo dos séculos, conforme se verifica em trabalhos históricos sobre o ocidente como os de Foucault (1987, 1989) e Laquer (2001). O histórico das configurações familiares no Brasil perpassa o colonialismo e a escravidão, traçando configurações próprias a este contexto, de modo que a representação da família nuclear patriarcal ganha outros contornos e convive com o traço marcante, comum na América Latina, da monoparentalidade feminina (Gonzales, 1984; Scott, 2016; Tebet, 2008; Santos, 2011)

⁸⁴ Parte da bibliografia referente aos estudos de família (Sarti, 2009; Scott, 2016; Araujo e Scalon, 2005; Sorj, 2005; Santos, 2011) é enfática em pontuar que o contexto brasileiro foi/é marcado por um alto percentual de arranjos familiares que divergem deste modelo, com destaque para as famílias monoparentais femininas e para as uniões informais, bem comuns entre grupos populares. A pesquisa de Ana Pacheco (2008), ao refletir os dispositivos que

Ao analisar a história das representações de família no Brasil, Ana Scott (2016), pontua que entre fins do século XIX e início do XX, num contexto de ascensão de discursos de modernização e higienização social rumo ao “progresso”, foi se firmando no país a concepção da família conjugal moderna, marcada pela valorização da privacidade, pela “boa mãe” cujo sentido da vida se concentra no cuidado da casa e dos filhos⁸⁵ e pelo marido provedor da casa e habilidoso nas relações públicas. Este conjunto de associação de ideias (entre mulher e habilidade para maternidade e cuidado doméstico, privacidade e família, homem e desenvoltura no espaço público) se fortaleceu nesse momento e passou a ter influência nos modos de pensar e se comportar, embora, como já dito, isto não signifique que outros arranjos e lógicas familiares não ocorressem de forma expressiva. Identificar as representações predominantes em circulação em um determinado momento, não significa que, no plano das práticas⁸⁶, as relações se dêem de tal forma, mas sim que há discursos que se traduzem em expectativas e cobranças e influenciam, de diferentes modos, as relações entre os indivíduos e políticas públicas.

A concepção de família moderna foi passando por modificações ao longo do século XX e início do XXI, muitas delas estão relacionadas às representações sobre o feminino, as quais foram se modificando vagarosamente, conforme as práticas destoavam dos discursos em dominância. Tanto Scott (2016) como Pinsky (2016), estudando estas mudanças, apontam que nos anos de 1960, o estatuto da mulher casada⁸⁷, que modificava o status da esposa de “incapaz” para “colaboradora dos

cruzam as relações conjugais de mulheres negras, atenta para o fato de que a expressiva presença das famílias monoparentais no Brasil é desenhada pelo histórico da escravidão, que cria e consolida hierarquias raciais que se cruzam com as de gênero.

⁸⁵ Conforme pontua a autora, o hábito, comum no período da escravidão, das mulheres das classes altas entregarem os filhos aos cuidados das amas de leite modificou-se à medida que a valorização da mulher se tecia na dedicação aos filhos. Entre as mulheres das classes populares, a mãe seria principal responsável pela adequação dos filhos a uma rotina que os tornasse mais facilmente adaptáveis à disciplina de trabalho. A autora salienta que, até 1872, 76% da força de trabalho das fábricas era feminino, número que tem expressiva queda conforme a prioridade da contratação passa a ser homens imigrantes.

⁸⁶ Apontar a diferença entre o plano das representações e o das práticas sociais, o qual envolve as múltiplas formas de subjetivação dos discursos e também de condições materiais de vida, é algo importante para se pensar quais modulações deste discurso de família permanecem presentes no imaginário social contemporâneo, quais se modificaram e como, no plano das concretizações, relações divergentes se estabelecem, conforme salienta Pinsky (2016: 470): “É certo que nem sempre as mulheres se espelham nas imagens construídas sobre elas. E é evidente que os modelos não descrevem a realidade, muito mais rica e cheia de possibilidades. Entretanto, é importante conhecer as representações que prevalecem em cada época, pois elas têm a capacidade de influenciar modos de ser, agir e sentir das pessoas, os espaços que elas ocupam na sociedade e as escolhas da vida que fazem”. Esta consideração é de grande importância neste trabalho, pois permite explicar como determinadas cobranças que parecem ultrapassadas e enfraquecidas, ainda atuam, em determinados contextos, como intensas cobranças de comportamento.

⁸⁷ Decreto n. 4.121 de 1962

encargos da família” e o início da comercialização da pílula trouxeram impactos consideráveis nas formas como as mulheres se viam e como eram vistas, embora, como frisem as duas autoras, neste momento a associação entre mulher centrada na maternidade/ cuidado doméstico e familiar⁸⁸ permanecia operando com intensidade em todas as classes sociais, independente do fato de que considerável parte das mulheres das camadas populares atuassem em atividades que rendessem alguma forma de remuneração (costura, trabalho doméstico, cozinheira, professoras). Podemos pensar que, neste momento, com tais representações em voga, a família centralizada, com pequenas e controladas possibilidades⁸⁹ das mulheres movimentarem-se nos espaços públicos e em atividades que não remetessem ao universo familiar, ainda era predominante e operava no rígido controle do comportamento de homens e mulheres, algo que se modifica mais rapidamente a partir dos anos de 1970/80. A expansão das atividades urbanas, da escolarização e da ocupação feminina em atividades laborais antes restritas influencia uma expressiva mudança de valores e de formas de se relacionar. Neste momento, começa a se fortalecer o discurso de valorização da mulher trabalhadora (Pinsky, 2016), aquela que, sem abdicar de “suas” responsabilidades domésticas e familiares, busca se aperfeiçoar para conquistar espaços profissionais. Tal imaginário foi se fortalecendo e opera com intensidade no momento atual:

O modelo tradicional da dona de casa foi sendo aos poucos depreciado, em oposição ao ideal de “mulher realizada profissionalmente” e “dona de seu próprio nariz”. Capaz de buscar a própria felicidade, a “nova mulher” é bem sucedida no trabalho e tem orgulho de seus filhos e de sua casa. Integrada à realidade do mundo atual, tem força de vontade e ideias próprias. “Não abre mão de suas satisfações, que pode obter por mérito e recursos”. Na década de 2000, a “mulher maravilha”, aquela que “sem puxar o breque de mão” corre “feito louca” pra dar conta da profissão, família e tarefas domésticas, ainda deve encontrar tempo para frequentar a academia de ginástica e o salão de beleza (Pinsky, 2016: 533)

⁸⁸ Pinsky (2016) enfatiza que, ao contrário do que se dará décadas depois, até os anos de 1960, a mulher que trabalhava fora de casa era desvalorizada em relação à mulher “dona-de-casa”. Trabalhar fora de casa era algo que depreciava moralmente a mulher.

⁸⁹ As possibilidades, neste contexto, estão também diretamente condicionadas pelas dinâmicas de classe, pois, conforme percebe-se em muitos relatos e trajetórias femininas, o acesso aos estudos, por exemplo, foi possibilitado primeiro às mulheres de famílias mais abastadas, assim como o acesso à vagas menos precarizadas do mercado formal de trabalho.

Se por mais da metade do século XX, prevaleceu, no imaginário social, a vinculação do tempo feminino ao cuidado familiar e da casa, ocorreu, a partir dos anos de 1970, mediado por um conjunto de mudanças familiares, econômicas e culturais, um deslocamento significativo, de modo que para além do trabalho doméstico e de cuidados, atividades laborais de outras naturezas passam a ser uma atividade de valoração positiva na constituição da imagem feminina.

A ampliação da presença feminina no mercado de trabalho permitiu a muitas mulheres diversificar seus espaços de sociabilidade, ter maior autonomia em suas relações e estar melhor preparada para romper com relacionamentos indesejados. Trata-se de algo que, junto com as mudanças nas moralidades sexuais, tem grande influência no aumento de arranjos familiares que divergem da concepção tradicional e centralizada de família que se firmou, no Brasil, entre fins do século XIX e início do XX. Os dados atuais sobre famílias brasileiras⁹⁰ apontam que, desde os anos de 2000, casais com filhos deixaram de ter predomínio nos arranjos familiares. Esses eram 55% das famílias em 1999 e passaram a 47% em 2009. Em contrapartida, aumentaram arranjos familiares formados por a) casais sem filhos, b) filhos maiores de idade (solteiros, separados, com ou sem filhos) morando com os pais, c) famílias chefiadas⁹¹ por mulheres, d) pessoas morando sozinhas e permaneceu expressivo (18%) o percentual de famílias monoparentais femininas. Além destas informações, a queda na taxa de fecundidade, em média de 1,8 filhos por mulher⁹² (IBGE, 2010) e o aumento da idade média⁹³ em que mulheres se casam indicam que mudanças significativas se deram nos arranjos familiares.

Se os formatos familiares estão em reconfiguração, tecendo o que Ana Scott (2016) nomeia como *caleidoscópio dos arranjos familiares*, os significados dos fios que compõem estes agrupamentos também se diversificam e conferem maior espaço para a convivência entre os propósitos de sobrevivência/cuidado e a individualidade dos integrantes do grupo familiar. Trabalhos que tratam das mudanças nas famílias brasileiras (Scalon e Araújo, 2005) são enfáticos em

⁹⁰ PNAD/IBGE, 2009 e Caderno “Retrato de Gênero e Raça” – IPEA/2011

⁹¹ Em 1995, 22,9% das famílias tinham como principal pessoa de referência uma mulher, em 2005, esse percentual passa a 35,2%, conforme levantamento do IPEA – Retrato de Gênero e Raça – 2011.

⁹² A média de filhos por mulher varia conforme a renda, a escolaridade e região do Brasil, todavia, mesmo com estas diferenças, a natalidade teve queda em todos os grupos sociais.

⁹³ Em 1984: 32,5% das mulheres casadas tinham entre 15 e 19 a. e 35,8% entre 20 e 24 anos (70% das mulheres se casavam até os 24 anos). Em 2011: menos de 40 % das mulheres que casaram tinham menos de 24 anos (IBGE, 2003-2011)

pontuar a expansão de diferentes arranjos e os impactos dessa reformulação no envolvimento de seus integrantes em atividades sociais que não se restrinjam aos laços familiares.

De uma maneira geral, o significado do casamento para as mulheres vem mudando (Facioli, 2017), assim como outras aspirações que não sejam a família e o trabalho vêm crescendo (Santos, 2011; Oliveira, 2013). Embora este fato seja mais explícito em grupos de mulheres das classes médias/altas e com maior escolaridade, para as mulheres que enfrentam condições econômicas mais difíceis e precárias, as aspirações “além família e trabalho” também se fortalecem, pois as mudanças nestas expectativas relacionam-se não somente à expansão do acesso ao trabalho e educação⁹⁴, que têm significativas variações conforme a classe, mas também a aspectos culturais que atuam como propulsores de desejos. Apesar das inúmeras dificuldades e desigualdades no acesso a bens materiais e serviços, é possível afirmar que, de um modo geral, as aspirações femininas que não se restringem ao circuito família/casa/trabalho estão crescendo, como ponderam Araujo e Scalon (2005), e resultam em inúmeras buscas por inserção em variados espaços. Compreender esta mudança é algo, diante dos propósitos da pesquisa, de grande interesse. Se uma relativa autonomia dos integrantes das famílias, sobretudo de mulheres, está a se expandir, o envolvimento feminino em atividades que não remetam especificamente ao cuidado familiar ou à atuação profissional encontraria menores obstáculos políticos e morais para se dar? Como cobranças e expectativas relacionadas ao modelo centralizado de família ainda incidem no cotidiano das ativistas/militantes e como elas lidam com estes dispositivos?

Para pensar estas questões, é importante considerar que parte das pesquisas com enfoque em relações de gênero e desigualdades - seja no trabalho, na família ou outros espaços sociais - têm destacado que valores e comportamentos que conservam e fortalecem as subalternidades de gênero permanecem em operação, convivendo com rápidas e intensas mudanças que acenam possibilidades de situações mais igualitárias. Se novas possibilidades são apontadas, como a questão da maior autonomia dentro dos arranjos familiares, não se pode desconsiderar, também, que valores que perfazem a família nuclear tradicional ainda persistem e expressam-se em comportamentos, expectativas e cobranças. As associações entre: a) feminino e habilidade para o cuidado alheio (seja familiar, da casa ou outro); b) feminino e maternidade como realização central/sentido da vida, o dispositivo da “boa mãe” (Pinsky, 2016a) e c) feminino e habilidade para o atividades minuciosas e

⁹⁴ Neste sentido, é interessante o apontamento de Santos (2014), de que a possibilidade de acesso universitário, via PROUNI, afeta o imaginário e aspirações das mulheres de grupos populares. Mais uma expressão do grupo de ambiguidades que marca o lulismo (Rizek, Amore e Camargo, 2014)

repetitivas/dificuldade de pensamento lógico persistem e se expressam, por exemplo: a) no triplo⁹⁵ tempo semanal que, em comparação aos homens, mulheres dedicam aos afazeres domésticos e familiares; na percepção de parte da(o)s brasileira(o)s de que a casa e família é atribuição prioritariamente feminina⁹⁶; b) nas diretrizes que perfazem programas sociais como o Bolsa Família e na percepção dos beneficiários, em que a responsabilização da família é centralizada na mãe (Tebet, 2012; Mariano, 2010) e c) no maior percentual de mulheres em trabalhos de menor valorização e de maior desgaste emocional⁹⁷ (Nogueira, 2008), e e) no fato de que, entre os profissionais da educação, as mulheres são a maioria no ensino básico, mas esse número decresce nas universidades, em que a maior parte dos cargos docentes é de ocupação masculina (Rosemberg, 2016). Além destas constatações, os números relacionados à violência⁹⁸ indicam que a família é, ao contrário do que coloca o discurso da família centralizada, espaço de sofrimento, agressões, retaliações e, em seu limite mais expressivo, de morte. Se, por um lado, a família significa uma rede de apoio afetivo e material, por outro, é tecida também por obrigações e violências relacionadas a complexos mecanismos de dominação (Sarti, 2009).

Ao refletir que o imaginário social, e também as práticas, ainda são repletos de representações já há muito tempo contestadas, Sorj (2005) ressalta o problema de centrar nas mudanças sem considerar que os discursos que incitam as permanências seguem impregnados nas práticas sociais. Ao comentar, a partir de dados de uma pesquisa coletiva⁹⁹, a alta porcentagem de aceitação, entre homens e mulheres, da afirmação “homem/provedor X mulher/cuidado familiar”, a autora destaca a

⁹⁵ Dados tabelados em Sorj e Fontes (2014)

⁹⁶ Esta percepção foi destacada no texto de Sorj (2005) a partir dos dados do survey realizado com 2.000 pessoas de várias regiões do Brasil para a pesquisa “Gênero, trabalho e família no Brasil”, organizada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, sob coordenação das profas. Clara Araújo e Celi Scalón. Ao serem questionadas se concordavam com a afirmação: “O trabalho do homem é ganhar dinheiro, o trabalho da mulher é cuidar da casa e da família”, 52% dos homens e 45,1% das mulheres entrevistadas concordaram com a afirmação.

⁹⁷ Cláudia Mazzei Nogueira, em “O duplo trabalho feminino: o exemplo das teleoperadoras”. *Confluências* (Niterói), v. 10, p. 71-93, 2008, pontua como a associação entre mulher/ tarefas repetitivas e emotivas perfaz a rotina de trabalho de teleoperadoras.

⁹⁸ Dados sobre mortes de mulheres decorrentes de violência, tipificadas como feminicídio a partir da lei 13.104 de março de 2015, indicam que metade das mulheres envolvidas foram assassinadas no domicílio e, em 40% dos casos, os autores foram cônjuges, ex-cônjuges ou outros familiares. Outro dado expressivo sobre violência em família refere-se ao estupro de crianças e adolescentes. Estes dois grupos compõem as vítimas em 70% das ocorrências, sendo que 40% desses casos têm como autores homens da família (pai, padrasto, tio, irmão e avô).

⁹⁹ Referente à pesquisa: “Gênero, trabalho e família no Brasil”, organizada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, sob coordenação das profas. Clara Araújo e Celi Scalón.

capacidade que discursos normativos, mesmo com as mudanças e tensões, permanecerem operando nos modos de pensar e agir coletivos:

É surpreendente o apoio de quase metade das mulheres a esferas separadas de gênero no trabalho e na família, tendo em vista as mudanças sociais ocorridas no estatuto da mulher brasileira nas últimas décadas. Esse resultado levanta importantes questões sobre o poder das ideologias patriarcais no país e seu enraizamento, inclusive entre as mulheres (Sorj, 2005: 83)

Ao mesmo tempo em que se verifica mudanças de comportamentos e valores que perfazem as relações de gênero e a família, tem-se também a permanência de representações e práticas conservadoras. O cenário atual é marcado por um *campo de ambivalências* (Sorj, 2005), em que o que ultrapassa e o que conserva existem em conjunto, perfazendo uma miríades de situações em que não se pode pontuar somente transformações, e nem afirmar que as desigualdades se mantêm do mesmo modo. Há um campo conflitivo¹⁰⁰ permanente que envolve negociações, deslocamentos e violências.

Considerando este cenário de permanências e mudanças/novas possibilidades que compõem esta ambivalência, tentei identificar entre as ativistas em que medida representações de gênero relacionadas ao modelo centralizado de família se colocam em seus percursos como dificuldades de envolverem-se em mobilizações políticas e quais os caminhos e possibilidades que, considerando o contexto contemporâneo, elas encontram para lidar com eventuais obstáculos. A intenção foi verificar em que medida a percepção (ou não) de autonomia e realização pessoal que se faz em seus contextos familiares as possibilitam, com maior margem de negociação a eventuais dificuldades, a participarem frequentemente de práticas ativistas na cidade.

A maioria das ativistas que entrevistei estava, no momento da entrevista, solteira ou em relacionamentos que não se enquadram como casamento (formal ou informal), somente uma delas é

¹⁰⁰ Bila Sorj e Mirian Goldenberg (2008:2) pontuam que é preciso cuidado analítico para não ressaltar somente as mudanças, como se caminhássemos apenas para um cenário de maior igualdade e nem apontar unicamente as hierarquias e permanências, mas pensá-las em seus contrastes e coexistências: “A literatura sociológica e antropológica ainda está muito mais marcada pela ideia de sistemas de valores que se opõem, do que buscando identificar as formas como os casais estão tentando, de alguma maneira, negociar e institucionalizar os novos arranjos conjugais. O fato de trabalhar com uma visão polarizada e dual de sistemas de valor, acaba por classificar, em um ou outro pólo, as práticas e os comportamentos que só superficialmente aparecem como hierárquicos ou igualitários. Perde-se, portanto, de vista o processo de resignificação de práticas sociais que rompem com a dualidade tradição/modernidade.”

casada. Elas fazem parte daquele grupo¹⁰¹ – em crescimento - de mulheres que casam mais tarde ou mesmo não têm o casamento como uma questão central.

Em seus relacionamentos, as ativistas apontam ser comum que a(o)s parceira(o)s tenham alguma ligação com ativismos. Considerando o tempo de trabalho, às vezes de estudo, e de cuidados domésticos, o tempo que fica para o ativismo/militância é reduzido, de modo que, se a prática ativista é uma atividade importante, há a preocupação de estabelecer parcerias com pessoas que compartilhem visões de relacionamentos em que a autonomia de movimentação da(o) parceira(o) seja um princípio. Priorizar relações com ativistas é uma forma de diminuir as chances de cobranças em relação ao uso do tempo, como ouvi de Jaqueline, quando esta comentava as reclamações de seu pai e outros familiares:

Na minha família já teve muito conflito, mas hoje eles sabem o quanto a militância é importante pra mim. A maioria das atividades ocorre de fim de semana, que é quando a maioria das pessoas podem se reunir. Não adianta chiar, eles sabem que não estarei mesmo em muitos encontros de família, hoje eles já acostumaram. Os meus relacionamentos acabam sendo com pessoas também da militância, não consigo nem me imaginar com alguém que questione o que faço, ou que me cobre pra não ir a algum compromisso, não dá (Jaqueline, militante PSOL, São Paulo, novembro de 2016)

A fala de Jaqueline indica que o envolvimento militante transpassa pelas relações familiares e causa conflitos, de modo que modelos centralizados de família tanto passam a ser indesejados como são questionados. Para algumas mulheres, inclusive, esse é um fator que as leva a manterem-se solteiras, como me contou Raquel:

Já passei muita crise com isso, ficava pensando se não terei mais parceiros. Mesmo entre os militantes é difícil, tem homem de esquerda que é tão machista, embora eles estejam sendo muito pressionados para mudar. Mas, se não for para conviver com alguém mais feminista, prefiro ficar sozinha, porque não adianta, nem a pessoa vai me entender e nem eu vou aceitar (Raquel, PT e marcha mundial das mulheres, fevereiro de 2017)

¹⁰¹ Em 1984, 70% das mulheres que casavam o faziam até os 24 anos, número que reduziu-se para 40% em 2011 (IBGE, 2011), ou seja, as mulheres estão casando mais tarde e aumenta o número das que não casam.

A trajetória de Raquel evidencia bem que cobranças relacionadas à familiar nuclear centralizada permanecem, mas convivem com possibilidades mais efetivas de lidar com estas. A ativista, fugindo às pressões paternas para que se casasse e seguisse, tal como sua mãe, o ofício de costureira, trilhou um caminho profissional e militante que lhe deram referenciais de relacionamento e de família bem diferentes daquelas em que estavam envolvidos seus pais. Raquel, em diferentes momentos de sua vida, teve de lidar com as concepções da “família centralizada”. Seja nas cobranças do pai ou no momento atual, em que encontra grandes dificuldades de encontrar um parceiro com quem possa ter expectativas de um relacionamento mais igualitário, Raquel lida com as representações relacionadas à família centralizada e procura se afastar de eventuais relacionamentos que poderiam se aproximar deste feixe normativo. A militante lida com os efeitos deste posicionamento e, ao refleti-los, reforça a importância atual – afetiva e política – dos laços que tem construído nas interações ativistas: “estas relações constituem boa parte do sentido de minha permanência em Campinas”¹⁰².

Há décadas passadas, a existência de mulheres com o posicionamento de Raquel era menos possível e ainda mais cercada de violências, solidões e estigmas. Hoje, como pontuou Sorj, vive-se um contexto ambivalente em que conservação e transformação das representações de gênero se colidem de forma mais explícita. Raquel, assim como Jaque, Emília e as outras ativistas mencionadas nesta pesquisa, lidam com as cobranças e dificuldades de distanciarem-se dos ideais da família centralizada e seguem estabelecendo na cidade uma rede de relações, inclusive através dos ativismos e militâncias populares, que tornam mais possíveis suas deslocadas existências.

3.6 – Difusão de diferentes formas e racionalidades do engajamento político

Nas duas últimas décadas ocorreram, de acordo com a argumentação que orienta este trabalho, mudanças significativas nas formas e modos dos engajamentos políticos populares, sendo importantes fatores de influência dessas alterações tanto as condicionantes materiais de existência, marcadas pelos “desmanches” que apontamos nos capítulos 1 e 5, como pelas reelaborações dos ativismos e militâncias populares, as quais se fizeram, em grande medida, pelas buscas de alguns

¹⁰² Fala de Raquel quando reflete a (im)possibilidade de morar em São Paulo, onde residem o filho e os netos.

grupos em se diferenciar das organizações e movimentos populares que passaram a partilhar¹⁰³ com governos a gestão de questões sociais, atuando em formatos rigidamente hierarquizados e através de rituais que valorizam trâmites burocráticos e agem em consenso com programas estatais orientados pela racionalidade empresarial que o neoliberalismo dispersa.

Os esforços para se diferenciar resultam na difusão de inúmeros e pequenos coletivos que se espalham pelas grandes cidades e que veiculam um discurso de participação mais horizontal, com críticas mais acentuadas às distinções que legitimam a produção de lideranças e com o reconhecimento de variadas linguagens de atuação e envolvimento como parte do engajamento. A forma mais “espontânea” e menos hierarquizada desses grupos parece ser um fator que facilita a aproximação de sujeitos pouco socializados aos rituais militantes mais tradicionais. Esse impulso se mostra nas experiências de Marília, que foi se encorajando a participar de um coletivo feminista, transpondo os estranhamentos iniciais relacionados a diferenciações de classe entre as participantes. As experiências das outras ativistas que contribuíram com a pesquisa também mostram, em um ou outro momento, que a participação nestes pequenos coletivos possibilita interações mais próximas e menos normatizadas.

Pode-se afirmar, com base na análise do percurso das interlocutoras, que houve uma dispersão de formas de se agregar e de estabelecer vínculos que indica tentativas de se contrapor a modelos de organização e de interação entre ativistas/militantes que tornam os grupos políticos mais suscetíveis às táticas de produção de consenso neoliberal que vão sendo formuladas tanto pelas políticas estatais como por outros dispositivos de “governo da vida”¹⁰⁴. A forma como o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), formado em fins dos anos de 1990, busca se diferenciar de movimentos que atuam mais próximos dos mecanismos de partilha de gestão movimento/Estado é exemplo da crítica que foi se estruturando em fins dos anos de 1990 e vai se intensificando e tomando novos formatos nos anos de 2000. Um discurso comumente mobilizado por integrantes deste movimento consta na apresentação do movimento em seu site:

¹⁰³ No capítulo 5, há uma reflexão sobre a expansão da racionalidade neoliberal a partir dos anos de 1990 e as mudanças nas relações entre Estado e mercado e entre Estado e movimentos sociais. Uma partilha entre Estado e movimentos sociais da gestão das questões sociais parece se aprofundar neste momento.

¹⁰⁴ No capítulo 5, é realizada uma reflexão sobre a concepção de governamentalidade que é construída por Foucault, ressaltando que esta se compõe não somente pelo governo estatal, mas por várias modalidades de governo que transpassam o Estado, os “governos da vida”, que influenciam o poder estatal e lhe dão legitimidade.

As formas de atuação do MTST estão centradas na luta direta contra nossos inimigos. Isto é importante porque nos diferencia da maioria dos movimentos urbanos, que optaram por focar suas ações na participação institucional: negociações de projetos com o Estado, participação em Conselhos e parcerias com os governos. (“As linhas políticas do MTST”, site do movimento, dezembro de 2018)

A crítica que o MTST dirige à “maioria dos movimentos urbanos” é veiculada por inúmeros grupos, os quais elaboram diferentes propostas sobre quais seriam as formas e caminhos para não atuar em consonância com a racionalidade governamental inicialmente denunciada. Sem questionar aqui em que medida é possível escapar ao dispositivo apontado e se os grupos conseguem, na prática, fazê-lo, o importante a se destacar neste momento, e por esta razão o trecho acima é exposto, é a existência, desde fins dos anos de 1990, de uma crítica aos modos de ser e fazer de grandes grupos de esquerda que ganharam maior visibilidade após os anos de 1980. Esta crítica vai se intensificando nos anos seguintes e está implícita em coletivos e movimentos muito diferentes entre si, os quais elencam diferentes problemas nas organizações ora criticadas. Uns focam a crítica nos “programas” que estas veiculam, outros nas formas de fazer e outras ainda nos modos centralizados de se organizar. No caso do MTST, um dos principais pontos da crítica é a partilha na gestão das questões sociais em que a maioria dos movimentos passa a se envolver, o que é nomeado por parte das pessoas envolvidas nas militâncias e ativismos como “institucionalização dos movimentos”. O caminho indicado para se diferenciar dos grupos criticados, no caso do MTST, é o de priorizar as ações diretas (ocupações), mas há outros grupos, com destaque para movimentos como o Passe Livre e também inúmeros pequenos coletivos, que defendem também formas de organização descentralizadas e reconhecem e revalorizam outras linguagens que não somente a racional-argumentativa como forma de reflexão e ação política.

Estes deslocamentos nos discursos e nas práticas de engajamento político influenciam a aproximação ou reaproximação de sujeitos da construção de ativismos que trazem diferentes propostas de organização, de formas do “agir político” e de questões consideradas legítimas para discussão. Surgem, lembrando de Rancière, um “excesso de palavras”, outras formas de nomeação que buscam se diferenciar de um eixo normativo que acabou por ser construído. Laura, por exemplo, está ligada a um partido e também constitui um coletivo que tem como um dos princípios o apartidarismo: “porque o partido poderia, vamos dizer, nos apadrinhar”¹⁰⁵. Roberta faz caminho

¹⁰⁵ Trazemos novamente esta observação de Laura no capítulo 5.

semelhante, avalia como fundamental a ligação ao partido, mas envolve-se também com um coletivo que busca se diferenciar do modo de atuação comum às organizações partidárias. As movimentações das duas ativistas parecem ser formas de lidar com críticas que vão ganhando maior presença nas mobilizações populares. Os percursos de Sulamita, Ana Piva e Janaína carregam uma crítica ainda mais explícita aos procedimentos e formas de organização que parte das organizações de esquerda acabaram por impor ao engajamento político. Janaína¹⁰⁶ é enfática ao pontuar:

Se você está no partido ou sindicato ou qualquer aparelho, você precisa ganhar a diretoria, depois você precisa “batalhar” as posições do seu grupo. É uma tensão o tempo inteiro, uma disputa. E eu já vi mil vezes, em coletivos que tem muita gente de partido, eles chegam com as pautas dos partidos e tratoram mesmo. Falam que não, mas acabam transformando o coletivo num braço dos interesses do partido. Principalmente no movimento estudantil, eu percebo muita manobra para aprovar ações que não são exatamente do interesse do coletivo de estudantes, mas são prioridades definidas dentro dos partidos e eles trazem e fazem manipulações que atrapalham muito os processos de deliberação e o debate mais crítico (Janaína, movimento autônomo pela educação – São Paulo, novembro de 2015)

Os problemas apontados por Janaína, relacionados ao “tratoram mesmo”, “prioridades definidas no interior dos partidos”, “atrapalham processos de deliberação e debate mais crítico”, compõem constantemente as falas de integrantes de grupos ativistas e estão na base de elaboração das inúmeras críticas e tentativas de distanciamento que inúmeros grupos que compõem o engajamento político popular passam a elaborar.

As reflexões deste tópico serão retomadas no capítulo 5, por esta razão este tópico faz somente uma indicação inicial sobre a influência da difusão de variados formatos e racionalidades no cotidiano que permeia o engajamento político popular.

¹⁰⁶ Este trecho da narrativa de Janaína é exposto novamente no capítulo 5, no tópico: “5.1.3.1 – As críticas à “institucionalização” do engajamento político popular”, em que as percepções pontuadas aqui retornam e são alongadas.

3.7 - Os paradoxos do “lugar de fala”

Estrelas

para que uma estrela brilhe
muitas ao redor tornam-se invisíveis,
mudemos os critérios de quem vai brilhar
ou o próprio ato de iluminar e apagar?

Ana Piva (ativista – coletivo popular de mulheres
escritoras)

A gente vive um momento de muitos coletivos, com a questão da não identificação dos partidos, surgem muitos coletivos, de todos os bairros e formados, inclusive, por muitos jovens. Então você percebe que estão ali muitas meninas brancas e de classe média, mas estão presentes também mulheres negras, e mais gente da periferia, bem mais que antes. Aumentou bastante a heterogeneidade, isso é visível. (Jaqueline, militante do PSOL, janeiro de 2017)

Algumas produções teóricas contemporâneas (Safatle, 2016; Scott, 1998; Butler, 2001, Rancière, 1996b) muito têm criticado perspectivas filosóficas que servem de base de orientação de um discurso recorrente nos espaços militantes/ ativistas contemporâneos: o do “lugar de fala”. Principalmente algumas perspectivas pós-estruturalistas têm apontado que a narrativa do “lugar de fala” ou a da “visibilidade da experiência”, como nomeia Scott (1998), pressupõe uma associação direta entre experiência vivida e autoridade exclusiva para falar sobre ela. Como considera Rancière (1996b), seguindo crítica semelhante à que é realizada por Scott, Safatle e Butler, nos discursos contemporâneos que ressaltam a identidade, “o sujeito do desentendimento tornou-se o nome do interdito”¹⁰⁷ (Rancière, 1996b: 126), ou seja, o alvo da crítica, nestes discursos, teria que deslocado:

¹⁰⁷ Rancière (1996b: 126) traz o exemplo da categoria “judeu alemão”, a qual foi acionada pelos manifestantes do Maio de 1968, como forma de remeter a todos os “incontados” produzidos pela lógica de ordenação do mundo social. No contexto contemporâneo, como argumenta Rancière: “só são legítimas as reivindicações de grupos reais que tomam pessoalmente a palavra para dizerem eles mesmos sua própria identidade. Ninguém doravante tem o direito de se dizer proletário, negro, judeu ou mulher se não o for, se não tiver essa qualidade nativa e sua experiência social”. Seguindo nesta argumentação, Rancière conclui que o mundo atual é “aquele em que a idéia da vítima absoluta proíbe os jogos polêmicos da subjetivação do dano”

seria menos o dispositivo social e as divisões/ segregação que ele impõe e uma maior ênfase no subalternizado, o qual aparece como ator central da política.

O olhar que balizou esta pesquisa nas reflexões iniciais do “trabalho de campo” mantinha concordâncias com as críticas ao discurso do “lugar de fala”, julgando que este pressupõe uma relação direta e determinada entre as representações sociais em circulação e a agência do sujeito. Todavia, ao escutar as ativistas e perceber como as representações desiguais pesam de forma violenta sobre a possibilidade de falar e, mais, ser escutada e considerada, houve a reconsideração dos pressupostos iniciais. As críticas ao “lugar de fala” indicam a “armadilha normativa” que pode ser construída ao focar o interdito (subalterno) e não o dispositivo social – em seu conjunto de normas, linguagens, leis, moralidades, imposições econômicas e feixes discursivos – como centro da política, porém, a precisão deste questionamento não anula o fato de que as divisões sociais que um dispositivo impõe subsidiam relações de poder e diferentes escalas de assimetrias entre sujeitos, de modo que, na prática, há alguns momentos em que formas de sujeição e estigmatização são silenciadas e naturalizadas em nome da crítica à racionalidade e não aos seus efeitos. É o que parece ter ocorrido por muito tempo como o discurso da “unidade de classe”, que impedia e policiava qualquer tentativa de pontuar as sujeições e violências que se estabeleciam entre os heterogêneos integrantes do “proletariado”. O discurso do “lugar de fala” corre o risco, como indica a bibliografia acima indicada, de reforçar a normatividade que se propõe a questionar, porém, não se pode deixar de considerar, também, que ele surge como resposta a subordinações que foram silenciadas nas categoriais universalizantes que compuseram algumas perspectivas filosóficas.

Até pouco tempo atrás, o sistema de valoração que predominava nas práticas ativistas/ militantes incentivava, com maior ênfase e sob o discurso de defesa da “unidade de classe”, a expressão de alguns homens. Eram esses que, com maior frequência, ocupavam posições de maior poder de deliberação dentro dos grupos. Hoje, mesmo questionando certo viés também autoritário que se mantém em algumas posturas, há mais mulheres falando e sendo ouvidas, há mais mulheres negras se colocando. E há homens, que em contextos passados falariam de forma hegemônica e com autoridade, tendo que se conter e questionar-se, não por atitude própria, mas porque o contexto lhes cobra autocrítica, não “pega bem”, como ocorria antes, centralizar a atenção sem se preocupar com a possibilidade de participação de outros sujeitos e outras posições.

Enquanto era prioritariamente um grupo social que geralmente falava pela esquerda, não fazia sentido falar em “lugar de fala”, todavia para aqueles e aquelas que se sentiam coagidos e que pouco

conseguiam se colocar, era frequente se perguntar porque alguns pouco falam e têm suas expressões superestimadas, enquanto outros são subestimados. Para a parte que sentia os obstáculos, as dificuldades eram reais e cotidianas. O chamamento do “lugar de fala” foi, sem desconsiderar as armadilhas que o envolve, um caminho tático, usado por grupos marcados por formas de subalternização menos debatidas nas esquerdas, para questionar porque nos espaços “democráticos” e de discussão das desigualdades, os mais desiguais só apareciam como “aqueles de quem se fala”. Esta forma de resposta a subordinações dentro dos ativismos/ militantes tornou-se nítida na participação, durante a pesquisa, de rodas de mulheres negras, mais especificamente naquelas em que as militantes do sindicato das domésticas de Campinas se manifestavam, reiterando que assimetrias entre ativistas/ militantes são naturalizadas no cotidiano do engajamento político, desenhando as incoerências entre os discursos e as práticas dos sujeitos envolvidos nos ativismos e militâncias:

Sabem, eu fico sempre desconfiada, esperando pra ver, quando uma mulher pega o microfone, nas manifestações da cidade, e se apresenta como feminista. Porque eu já vi tantas cenas de mulher que sobe em palanque e grita que está em defesa das mulheres e, aí, um dia, aparece lá no sindicato pra se informar e ver como pode fazer com os direitos que ela tem que pagar pra mulher que trabalha na casa dela. Eu fico bem esperta, pois já vi demais isso. É inacreditável, tem gente que vê a mulher falando lá no palanque e não acredita no que ela faz na vida real. (Doralice, sindicato das trabalhadoras domésticas, junho de 2017, fala já mencionada no capítulo 3)

Eu trabalhei muito tempo em casa de estudante e, assim, eu conheci alguns militantes que hoje, como sindicalista, eu olho de igual pra igual, porque se ele tem capacidade de falar de política, eu também tenho. E se eu presto a atenção no que ele fala, ele também tem que me ouvir, e não pra me ensinar, mas para aprender também. Porque ele pode vir com arrogância, mas na hora que precisar da gente, ninguém vai ficar ouvindo de boca fechada. (Doralice, sindicato das trabalhadoras domésticas, junho de 2017)

As falas de Doralice, do sindicato das domésticas de Campinas, expressam a intensidade dos sentimentos que decorrem da percepção de subordinações que se dão entre ativistas identificados sob uma mesma nomeação (mulheres/trabalhadores/negros/ trabalhadores, entre vários outros) e a revolta derivada do fato de que estas subordinações são silenciadas, como se não existissem e não

operassem uma infinidade de premiações e restrições afetivas, políticas e materiais no interior da nomeação que supostamente a(o)s igualaria.

Outras atividades que permitiram reforçar essa reflexão foram as reuniões feministas em que a prioridade de fala é dada às mulheres. No acompanhamento de algumas reuniões foi possível perceber que esta tática possibilita que mulheres se aproximem das mobilizações e se manifestem mais espontaneamente. Parte das militantes/ativistas são incisivas em afirmar que se sentem mais à vontade para falar sobre a questão da violência masculina, uma das expressões das desigualdades de gênero, nas rodas restritas às mulheres, há, inclusive, uma variedade de encontros que são propostos nestes momentos e que parecem indicar que uma convivência entre mulheres atua como motivação do envolvimento político feminino e passa a ser interpretada como uma forma de se contrapor a comportamentos masculinos que são comuns no cotidiano e passaram a ser cada vez mais questionados. São frequentes os relatos das formas mais discretas e sutis como se sentem secundarizadas no dia-dia, também por algumas outras mulheres, mas sobretudo por homens. Há militantes/ativistas, em sua maioria homens, que questionam esse mecanismo com argumentos próximos a que teóricos pós-estruturalistas trazem, da multiplicidade da agência e das representações de gênero como algo que envolve a todos. Todavia, esses mesmos homens não se manifestam em relação os sucessivos incentivos que têm, ao longo de sua trajetória, para se manifestar publicamente, ao mesmo tempo em que mulheres, conforme a classe e a raça, são intensamente subestimadas e interrompidas.

A expectativa que “incide” sobre os sujeitos exerce considerável influência – não determina, mas têm força de influência – nos modos como esses conseguem ou não desempenhar ações em público. É possível que para pessoas, sobretudo homens mais próximos a um ideal de masculinidade¹⁰⁸, consideradas, no contexto brasileiro, como “brancas”, a questão do “lugar de fala” apareça como uma tática desnecessária, mas para grupos mais acostumados a conviver com múltiplas camadas de silenciamento, a questão ganha outro sentido e, talvez por isso, esse discurso tático venha com maior intensidade no movimento negro, principalmente por grupos de mulheres negras.

¹⁰⁸ Sobre ideais de masculinidade é possível pensar com Connell e *Messerschmidt* (2013), no que as autoras chamam de masculinidade hegemônica e masculinidades subordinadas, pontuando que há um conjunto de assimetrias que se estabelecem entre homens conforme esses se aproximam/distanciam de critérios de valoração da masculinidade.

A indicação de algumas contribuições reflexivas que a tática do “lugar de fala” traz ao engajamento político, não vem, nesta pesquisa, desacompanhada de uma percepção de seus usos autoritários e também como fator de distinção nas disputas por recursos institucionais. Há cenas em que o “lugar de fala” é usado como uma forma de estigmatizar, nas discussões públicas, posições políticas não hegemônicas. Esta tática também pode ser usada como forma de construir um consenso que silencia divergências, sobretudo aquelas que se relacionam aos limites do discurso da representação. Nestes momentos, é preciso considerar as ressalvas de Rancière: “idéia da vítima absoluta proíbe os jogos polêmicos da subjetivação do dano”. Todavia, ao mesmo tempo, é importante indicar esta tática vem como decorrência de um contexto histórico em que múltiplas formas de subordinação, que se interseccionam à classe e desenham diferentes escalas de assimetrias, foram pouco considerados, inclusive dentro das esquerdas. A defesa do “lugar de fala” pode, como defendem alguns autores, ser decorrente da racionalidade neoliberal em seus mecanismos de criar identidades para assim adaptá-las à lógica concorrencial de mercado ou, pensando no interior das instituições públicas, para captar grupos subalternos a concorrer entre si por fatias restritas de recursos públicos, todavia, também é uma resposta a formas de subvalorização e subordinação que sempre operaram no interior dos ativismos/ militâncias populares, mas foram por tempos silenciadas. Essa resposta vem causando autocríticas que parecem importantes para reflexão sobre as desigualdades que sofremos e que executamos também. Hoje, nas interações entre militantes/ ativistas, sujeitos que anteriormente julgavam-se legítimos para falar “em nome de”, sem questionar o sistema de assimetrias que seleciona quem é ou não legítimo de ser ouvido, passam a tomar mais cuidado e ter que reconsiderar as expressões de seres marcados por sistemas de subordinação que antes eram bem menos questionados.

Esta mudança no sistema de distribuição das atenções e de valorização política nas práticas que compõem o engajamento político atua como um fator de aproximação/ reaproximação de sujeitos aos ativismos e militâncias. A participação de algumas mulheres em grupos feministas, por exemplo, passa a ocorrer conforme as assimetrias entre mulheres são discutidas e são colocadas as dificuldades diferenciadas enfrentadas por mulheres conforme a raça e classe social. A visão de que as feministas trazem apenas demandas ligadas a mulheres brancas e de classe média permeou – em alguma medida ainda permeia – a concepção que algumas mulheres, ativistas ou não, têm do feminismo, vendo-o como algo distante e restrito a mulheres privilegiadas. Bonetti (2008) também identificou, em sua pesquisa etnográfica com mulheres ligadas aos ativismos populares em Recife, essas ressalvas e desconfiâncias em relação ao feminismo. As ativistas preferiam, conforme

identificou Bonetti, se nomear como “movimento de mulheres” e não como feministas, dada a interpretação de que a definição “feminista” abarcaria somente mulheres de contextos econômicos e culturais mais abastados.

Todas as ativistas com quem conversei, estando ligadas a ativismos relacionados às desigualdades de classe, passaram a se nomear enquanto feministas somente nos últimos anos. Seja pela ideia de “dividir” a classe, seja pelas fortes representações negativas em torno dos discursos feministas predominantes, a identificação enquanto feminista era, até a alguns anos, algo mais disperso, fato que parece ter tido uma alteração significativa a partir dos anos de 2000, momento em que os debates sobre subalternidades cruzadas, reforçado também pelas defesas do “lugar de fala”, emergem com maior intensidade. As ativistas passam, a partir da expansão de discursos feministas mais ligados às questões de raça e classe, a ressignificar as ideias que tinham dos feminismos e verem-se como parte de um heterogêneo e ampliado movimento feminista. A fala de uma ativista “promotora legal popular” em um encontro estadual, ocorrido em Campinas em julho de 2017, expressa essa recontextualização do feminismo por ativistas ligadas a movimentos classistas:

Nós somos feministas sim. Nós, Promotoras Legais Populares (PLPs), não podemos negar que somos feministas. Somos um projeto feminista, mas também temos que saber que nós trazemos um **elemento novo**: as mulheres populares, as mulheres da favela, as da quebrada, as mulheres negras, as trans, as profissionais do sexo. O feminismo é nosso, é de todas as mulheres. A gente precisa pensar sobre isso. **Feminista não é a outra**. Eu poderia dizer que feminista é a Amelinha (Amelinha Telles estava ao lado), afinal eu sou uma mulher de comunidade, uma mulher negra, e ela é uma mulher histórica que lutou na ditadura. Mas o **feminismo é tanto dela como meu, é tão da acadêmica quanto meu. E é isso que nosso projeto traz de novo**. Trazemos o feminismo como parte de nossas vidas. Nós contribuimos diariamente para essa luta (Mônica, Promotora Legal Popular, fala no Encontro Estadual das PLPs em Campinas, vídeo de divulgação do evento, julho de 2017)

A fala de Mônica, ativista conhecida na cidade de Campinas pelo seu longo histórico de militâncias populares e negra, menciona a não identificação feminista que marcou mulheres, também as ativistas, até pouco tempo atrás. Hoje, num contexto de popularização dos feminismos, mediado pelos debates das “subalternidades dentro da subalternidade”, a questão é repensada, de modo a questionar a ideia do feminismo como algo distante, restrito às acadêmicas ou a mulheres de classe média e alta. As palavras de Mônica, “o feminismo é tanto dela como meu, é tão da acadêmica

quanto meu”, são muito expressivas em pontuar a ressignificação popular dos feminismos, algo que se deu no Brasil, ao que parece, de forma mais intensa a partir dos anos de 2000.

Enquanto o feminismo usou o termo “mulheres”¹⁰⁹ sem debater as hierarquias que se fazem no interior desse grupo, a idéia do feminismo enquanto algo distante perdurou entre muitas ativistas populares. Essa situação se reconfigura quando as subordinações diferenciadas passam a ser assumidas e mencionadas e mais mulheres passaram a se identificar sob o nome “feminista”. Esse contexto se deu também mediado pela expansão do discurso do “lugar de fala”. Este, como criticam alguns autores, pode atuar na produção do consenso à lógica neoliberal concorrencial, mas também tem o efeito local de atrair personagens que até um momento anterior sentiam-se distantes e silenciadas nas narrativas hegemônicas que compõem os ativismos/ militâncias populares. Questões que antes eram pouco valorizadas emergem, mudam as cenas e a variedade de vozes presentes. Como coloca a poesia de Ana Piva, que talvez esteja mais perto do que defendem Foucault, Joan Scott e Butler, seria interessante focar, ao invés das contingentes estrelas, os jogos que perfazem o acender e apagar, porém, como nos indicam as cenas observadas durante a pesquisa, a composição dos coletivos tende, do referencial de gênero, sexualidade, raças e classes, a ficar mais diverso pela atração de sujeitos que não se reconhecem nas categorias universalizantes que silenciam (ou silenciaram) sobre subordinações que se cruzam e criam variadas e contextuais assimetrias no interior dos grupos sociais.

¹⁰⁹ Uma interessante discussão sobre a viabilidade do uso da categoria “mulheres” é construída por Adriana Piscitelli (2002) e por Cláudia da Lima Costa (1998) e no polêmico “Problemas de Gênero”, de Judith Butler.

CAPÍTULO 4

Conflitos, distinções e sujeições que transpassam o cotidiano dos ativismos e das militâncias populares

4. 1 - Conflitos, diferenciações, subordinações

Os governantes, as pessoas que governam, a prática de governo são, por um lado, práticas múltiplas, na medida em que muita gente pode governar: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo. Existem, portanto, muitos governos, em relação aos quais o do príncipe governando seu Estado é apenas uma modalidade. Por outro lado, todos esses governos estão dentro do Estado ou da sociedade. Foucault (1992, p.280). A governamentalidade. Em: *Microfísica do poder*. Michael Foucault, Rio de Janeiro: Graal, 1992. p.277-293.

Neste capítulo, estão indicados os principais conflitos, formas de diferenciação e subordinação que foram identificados nas conversas com as interlocutoras da pesquisa e nas observações de algumas ações ativistas ocorridas em Campinas e São Paulo entre 2015 e 2017.

Diante da preocupação em identificar conflitos e formas de subordinação que se dão nas interações entre ativistas/ militantes, procurei observar como diferenciações de gênero, classe, raça, entre outros discursos, se cruzam e promovem diferentes identificações, confrontos e distanciamentos entre os sujeitos. Conforme o discurso da identidade de classe vai, na sociabilidade das esquerdas, passando a conviver com elaborações prático-discursivas que identificam e ressaltam outras assimetrias – antes menos pronunciadas – alguns comportamentos, antes aceitos, passam a ser criticados e formam-se novos grupos reivindicando espaços de expressão que, num momento anterior, perceberam como restritos. É o caso de grupos de mulheres, formados a partir da necessidade de refletir as dificuldades femininas de se expressarem e serem reconhecidas enquanto produtoras de pensamento; assim como também os coletivos de mulheres negras vem pontuando como necessário refletir como as diferenciações raciais se projetam nas convivências que compõem o engajamento político popular, operando distinções entre homens e mulheres e também entre mulheres.

A formação desses novos grupos acaba por atrair a participação de pessoas que, até então, não se motivavam à aproximação a práticas ativistas. Surgem mais propostas de encontros informais (rodas de conversas, exibição e debates de audiovisuais, intervenções artísticas e culturais) em que amplia-se a heterogeneidade das falas, e os critérios de valoração e subordinação que geralmente operam em espaços de debate político parecem mais tênues e passíveis de reformulação.

Se, de um lado, ampliam-se laços de identificação e ampliação da expressão de grupos anteriormente mais silenciados, de outro, os conflitos e diferenças são mais frequentemente reconhecidos e pronunciados. As discussões sobre diferenças de gênero, sexualidade, raça e de formas de expressão cultural e política parecem ter se inserido mais intensamente no cotidiano dos agrupamentos de esquerda a partir desses choques e confrontos, muitos dos quais transparecem nas falas das ativistas com quem conversei. Tais confrontos, estando mais visíveis e pronunciados, acabam por possibilitar que ativistas expressem mais facilmente suas percepções sobre assimetrias e silenciamentos na construção das ações ativistas propostas na cidade, o que não anula a existência de inúmeras dificuldades em dialogar sobre as subordinações operadas dentro dos grupos.

As subalternidades/desvalorizações operadas no cotidiano ativista envolvem diferentes processos de subjetivação, mesclados de concordâncias e dissensos às racionalidades que subordinam. Sujeitos em situação de subalternidade não estão isentos de colaborar, de forma ativa, com a racionalidade que lhes confere um lugar subordinado (Gregori, 1998). Mulheres, tanto quanto homens, podem ser meios de propagação e de contestação dos discursos que desigualam. Por outro lado, experienciar – no sentido de Thompson – a subordinação pode, e essa é uma entre outras possibilidades, criar e fortalecer o desejo de contrapor-se às práticas e discursos que desigualam. Se os sujeitos são efeitos das práticas discursivas (Foucault, 1984) e das condições materiais que vivenciam (Thompson, 1978), esses efeitos não se dão como cópia de uma estrutura social e sim envolvem processos de subjetivação que podem se manifestar em mistos de concordâncias, deslocamentos e dissensos.

Nos itens que segue há, portanto, indicações de relações que configuram uma dimensão mais conflituosa e violenta das interações que permeiam o engajamento político popular, considerando que nestas relações os sujeitos sofrem as retaliações, e também as reproduzem/ deslocam/ discordam.

4.2- Dinâmicas de gênero I: violências masculinas

As classificações do que seja o masculino e o feminino foram, na modernidade ocidental, construídas a partir de uma dicotomia que cria, por contraste, o dominante e o subjugado. Na invenção daquilo que é abjeto/inferior justifica-se a valorização daquilo que é o seu oposto (Femenías, 2009; Butler, 2001). Considerando esta premissa e pensando-a historicamente, tal como Femenías propõe, percebe-se que o masculino foi historicamente associado à atributos socialmente valorizados (pensamento lógico, força, espaço público, imposição, extroversão, cultura) e o que a

eles se contrapõem associam-se, num plano subordinado, ao feminino (emotividade, delicadeza, espaço privado, dialógica, introspecção, natureza). A construção das representações de masculinidades e feminilidades se dão, portanto, num processo de diferenciação que criam e legitimam subalternidades. Criam-se normas de existência que irradiam inúmeras assimetrias, seja as que se dão entre homens/mulheres, mulheres/ mulheres, homens/ homens.

No plano das representações, a definição social de homem se compõem pela junção de atributos masculinos, quanto maior a somatória desses, mais “homem”, e, no desenrolar desta lógica, a definição social de mulher se faz pela sua aproximação ao que foi estipulado como características femininas. Enquanto representações que foram passando, nos processos históricos, por transformações e readequações, este conjunto de ideias existe hoje em suas nuances. Algumas dessas associações ficaram mais flexíveis e projetam outras expectativas contemporâneas sobre homens e mulheres, como percebemos na definição, muito propagada atualmente, da mulher empreendedora¹¹⁰, em que atributos estipulados historicamente como masculinos - como a capacidade de negociar e impor seus interesses - passam a ser valorizadas nas performances das mulheres.

É possível formular, pensando essas dinâmicas entre as definições sociais de gênero e os atributos de masculinidade/ feminilidade, que historicamente as combinações de atributos e composições de gênero socialmente aceitáveis se alteram, ao mesmo tempo em que algumas associações parecem, ao longo do tempo, se manter e até se reforçar, como no caso de dois conjuntos de ideias que, conforme os episódios que identifiquei, se mostraram mais presentes: 1) o que se funda das associações entre: a) homens/ força/ capacidade racional e b) mulheres/dificuldade no pensamento lógico/ habilidade para atividades que envolvem emotividade e cuidado alheio e 2) o que formula a ligação entre a) homens/ virilidade e b) mulheres/ disponibilidade à abordagem sexual masculina. São associações que, enquanto premissas que se mantiveram na modernidade, apontam pensamentos tradicionais já há muito questionados e que, por vezes, podem parecer rompidos, porém, como defende Femenías (2009), o conjunto de ideias que fundamenta a racionalidade patriarcal não se dissolveu, passou por readequações e segue presente nas relações sociais. Alguns relatos que trarei aqui parecem indicar que estas representações mantêm-se em operação nas

¹¹⁰ Um exemplo dos discursos que ressaltam a figura da mulher empreendedora pode ser encontrado em material veiculado pelo Sebrae, como no artigo: “Os desafios da mulher empreendedora”, que pode ser acessado no site da instituição. A dissertação de mestrado de Juliane Acquaro, “Empreendedorismo feminino ou trabalho por conta própria? Um estudo das trabalhadoras na cidade de São Carlos/ SP” traz reflexões sobre como discursos do empreendedorismo recontextualizam atributos associados às mulheres.

subjetividades coletivas. Para tratar de violências de gênero, especificamente as que, de forma mais frequente, envolvem a sobreposição de homens em relação à mulheres, é preciso identificar a capacidade de ressonância que especificamente estas duas associações de ideias ainda encontram na constituição dos sujeitos e se expressam em algumas situações em que ativistas se vêem envolvidas.

Apresento, primeiramente, o relato¹¹¹ de uma estudante sobre as experiências que vivenciou em 2015, na ocasião em que era secundarista e participou da ocupação¹¹² de sua escola:

Tudo ali na ocupação era decidido nas assembleias, de forma horizontal e tal. Mas dava pra perceber, principalmente depois que tivemos algumas oficinas sobre feminismo e nós meninas passamos a conversar mais, que a estrutura machista era muito forte. A gente era interrompida sempre nas assembleias. E sempre tinha algum cara tentando ensinar uma menina, sem ouvir o que ela tava falando. Outra dificuldade era nas comissões, a gente se dividia na limpeza, cozinha, segurança e comunicação. Sempre dava briga sobre a comissão de segurança, porque era nela que os meninos preferiam ficar, dizendo que tinha que ter força e tal. Na segurança você tinha que ficar acordada à noite e se comunicar com as pessoas que chegavam e tal; era mais dinâmico do que ficar na limpeza, por exemplo. Eles diziam que não dava certo menina ficar nela. E a gente retrucava (Lorena, participante da ocupação das escolas estaduais paulistas em 2015, fala nas Jornadas de Educação Libertária, Faculdade de Educação da USP, São Paulo, outubro de 2017)

A fala de Lorena faz referência a situações que parecem remeter à representação “habilidades: masculina para o público/pensamento lógico e feminina para o doméstico/emotividade”. Um dos pontos trazidos pela ativista refere-se à distribuição das tarefas entre as pessoas que integravam a ocupação. Os meninos preferiam a comissão de segurança, para a qual, sob o argumento da maior capacidade de força física e habilidade nas interações com os grupos externos,

¹¹¹ A fala se deu em outubro de 2017, durante a Jornada de Educação Libertária, ocorrida na Faculdade de Educação da USP. Duas estudantes que participaram da ocupação de suas escolas na cidade de São Paulo foram convidadas, na ocasião, a apresentar suas experiências na ocupação. O nome da estudante, assim como ocorre com as interlocutoras da pesquisa, é fictício.

¹¹² A ocupação das escolas estaduais paulistas em 2015 ocorreu a partir da insatisfação de estudantes com as condições de ensino e das escolas. A indignação teve seu estopim a partir do projeto de reorganização escolar do governo Alckmin, que prevê o fechamento de salas de aulas e a organização das escolas por fases de formação: ensino primário, fundamental e médio. A partir da implementação do projeto, estudantes receberam a notícia de que seriam obrigados a estudar em outras escolas, conforme a reorganização realizada pela Secretaria Estadual de Educação. O documentário: “Lute como uma menina” apresenta relatos de algumas estudantes e traz cenas do cotidiano da ocupação.

diziam ser mais hábeis, o que leva a supor, por consequência lógica, que as meninas teriam maior habilidade nas outras atividades, como a limpeza e a cozinha. Neste caso em específico, a atividade mais valorizada, que era a “mais dinâmica” e possibilitaria os integrantes demonstrar suas habilidades corporais, foi a de segurança e, por isso, os meninos julgavam-se mais hábeis para desempenhá-la, mostrando-se resistentes a ceder o local escolhido. As tarefas que envolviam o cozinhar e o limpar, associadas ao cuidado doméstico e ao feminino, não eram disputadas, não geravam brigas.

Os conflitos de gênero, assim como a expressão de representações hierárquicas tradicionais, se mostram na escolha de quem desempenhará aquelas atividades que são, no contexto do grupo, as mais valorizadas. Esta expressão de diferenças e hierarquias de gênero no interior de grupos políticos que verbalizam discursos de igualdade foi analisada por Wolf (2007). A autora apresentou relatos de mulheres que foram militantes em organizações armadas de esquerda nos anos de 1970, pontuando que a realização de atividades de maior prestígio - como a redação de textos e apresentação de análises de conjuntura – não era algo comumente direcionado às mulheres, uma vez que se partia do pressuposto, não admitido ou verbalizado, de que alguns personagens, geralmente homens, teriam maior habilidade¹¹³ para tais tarefas. Passadas algumas décadas do momento a que Wolf refere-se, tais critérios de distribuição generificada de tarefas se mostram ainda presentes nas práticas que compõem o engajamento político popular, como o relato de Lorena indica. No interior de grupos ativista/militantes é comum que mulheres sejam designadas a tarefas essenciais, mas que, no sistema de reconhecimento e valoração coletivos que ordena os grupos, são tidas como secundárias. Por isso, há tantos homens nas mesas de debate e espaços de oratória e poucos no trabalho mais miúdo, de conversas mais informais e face a face e nas atividades que envolvem limpeza e cuidados afetivos. No movimento sindical, presenciei um grande incentivo às mulheres para fazerem o chamado “trabalho de base”: as conversas mais próximas, o ouvir as pessoas, fazer contatos, organizar os

¹¹³ A presença cotidiana na sociabilidade brasileira da associação entre masculino/habilidade no espaço público e entre feminino/habilidade para tarefas rotineiras e domésticas é verificada na pesquisa realizada por Marília Carvalho e Adriano Senkevics, intitulada: “Casa, rua, escola: gênero e escolarização em setores populares urbanos”. Ao entrevistar meninos e meninas de um bairro periférico da cidade de São Paulo sobre seus hábitos cotidianos relacionados à escola, tarefas domésticas e lazer, a pesquisa, realizada entre os anos de 2014/2015, identifica que as meninas permanecem mais tempo em casa, sendo direcionadas às tarefas domésticas e tendo suas saídas à rua mais controladas; já sobre os meninos, há menores cobranças em relação aos cuidados domésticos e suas saídas são até incentivadas, visto que sua presença prolongada em casa, por não significar uma ajuda significativa com as tarefas, acaba por incomodar. Interessante que a autora e o autor indicam que, neste contexto, a escola passa a ser parte, para as meninas, das reduzidas possibilidades de sociabilidade em espaços que não sejam o familiar. Algo que pode estar relacionado à melhor interação das meninas com as obrigações escolares.

detalhes para eventos. No momento das negociações, do palanque, do assumir cargos de direção – atividades mais prestigiadas e que reforçam a masculinidade – eram os homens os indicados ou, nas poucas vezes em que eram mulheres, eram aquelas cuja performance política reforçava os mesmos parâmetros que subordinam mulheres e outros grupos subalternos. Essas diferenciações são tiveram seus modos de se projetar alterados, mas permanecem presentes.

Outro ponto levantado por Lorena refere-se às frequentes interrupções de falas femininas e ao comportamento frequente de tratar mulheres somente como aprendizes, deixando de reconhecer em suas falas conteúdo que seja entendido como aprendizado ou contribuição para o raciocínio em construção. A associação feminino/ dificuldade para o pensamento lógico (Feminias, 2009), parece se mostrar de forma evidente nesta situação.

A interrupção e a desvalorização da fala são, conforme apontam ativistas, uma das violências cotidianas mais percebidas em comportamentos masculinos. Em uma roda de conversa sobre mulheres e participação política, organizada por um coletivo feminista e ocorrida no MIS/Campinas (Museu de Imagem e Som), em junho de 2017, desenrolou-se uma reflexão sobre momentos de interlocução pública em que mulheres se percebem interrompidas antes que consigam desenvolver seus argumentos. A interrupção da fala é, conforme relatado por algumas das participantes da roda, um ato de certa frequência em experiências femininas em debates públicos e, embora possa ser operado por uma mulher sobre a outra, na maioria das vezes, remete a um comportamento masculino. Uma das participantes, ao sugerir às demais que observassem em seu cotidiano a ocorrência desses atropelos, despertou manifestações que concordavam que este tipo de inibição ocorre de forma frequente. Seguiram-se outros relatos que mostravam situações, vivenciadas pelas participantes, em que a inibição da expressão oral, seja a que se dá de forma mais explícita até a mais sutil, se fez, como contou uma das participantes da roda:

A gente sabe que vai ser interrompida, isso é tão comum que chega a ser patético. Se a gente contasse as vezes que estamos falando e eles nos interrompem, a gente começaria a se impor mais. Outro dia, eu estava numa roda sobre cinema, eram sete moças e um cara. As meninas falavam, umas mais, outras menos, mas acontecia uma interação. Mas o cara se alongava nas falas, cortava sempre alguém e ficava ali nas suas longas divagações, bem à vontade. Nesse dia, eu estourei. Até quando a gente vai presenciar isso e não ver que há uma desigualdade no falar/escutar? (Vera, participante da roda de conversa “Mulheres e Participação Política”, Museu de Imagem e Som/ Campinas, abril de 2017)

A percepção das frequentes interrupções de falas femininas nas práticas ativistas tem, com a expansão de encontros e debates feministas, aumentado e passa a ser pontuada com maior frequência pelas ativistas/ militantes. As dificuldades que mulheres encontram em se expressar publicamente passaram a ser mais mencionadas, o que tem gerado propostas para que as situações de constrangimento sejam amenizadas. Uma dessas propostas tem sido a decisão de formar grupos, relacionados às discussões de gênero, específicos para mulheres, não sendo permitido o acesso de homens a esses espaços. Alguns grupos acordam pela possibilidade de participação de homens, desde que seja como ouvintes. Esta restrição, num primeiro momento, gerou muitas reclamações e questionamentos, feitos também por mulheres, que não reconheciam nesta proposta uma contribuição para lidar com as desigualdades encontradas. Porém, após a percepção de que esses grupos passavam a atrair um número maior de mulheres e que o debate sobre questões delicadas, como violência física, sexual e moral, se ampliava, houve mudanças de opinião, de modo que esses grupos passaram a se espalhar, tornando-se espaços de encontros femininos e de socialização de vivências relacionadas a constrangimentos de gênero que envolvem as interações entre homens e mulheres.

Jaqueline indica esse processo, ao contar sobre sua experiência num centro acadêmico estudantil de que fez parte e de como mudou de opinião e passou a defender grupos fechados de mulheres:

E aí teve um grupo de pessoas que passa a defender que teríamos que ter um coletivo auto organizado por mulheres e eu era contrária, eu achava que teria que ser aberto pra todo mundo. Mas eu fui sendo convencida, fui vendo que essa nossa auto-organização não excluía as outras ações coletivas, mas que era necessária em alguns momentos. Vi várias cenas repetidas da gente fazendo reunião e chegavam homens, em sua maioria homens brancos, e questionavam o motivo de fazermos a reunião em separado ali. Ficavam muito incomodados mesmo e eu comecei a me perguntar porque eles se incomodavam tanto. O que, na real, incomodava. Penso que, para eles, os momentos em que passaram por alguma inibição na fala era raro, era difícil para eles entenderem o que é passar por isso. Ali era o único espaço em que eles, em sua posição de classe média branca, tinham que se observar no sentido de deixar outras pessoas falarem, e isso os incomodava. Enquanto eram outros os grupos cerceados, estava tudo bem para eles. E eu via que realmente os grupos femininos possibilitavam às mulheres falar mais e colocar questões que antes ficavam abafadas. (Jaqueline, PSOL, São Paulo, novembro de 2016)

Quando se deparou com a proposta de formar um grupo restrito a mulheres, Jaqueline, que naquele momento era integrante de um centro acadêmico de uma universidade pública, discordou. Julgava que a proposta restringia uma discussão que deveria ser aberta. Todavia, ao acompanhar um grupo de mulheres recém formado na universidade, percebeu que mais mulheres, antes pouco vistas, passaram a circular tanto nas reuniões específicas quanto em outras atividades que eram promovidas pelo centro acadêmico. Percebeu, a partir da expansão das presenças femininas, que havia uma demanda por conversas sobre desigualdade de gênero e que aquela proposta organizativa – restrita às mulheres – acabava por atrair mulheres que antes não se aproximavam, além de trazer temas antes menos comuns ao cotidiano do movimento estudantil e que passaram a ser mais debatidos, como a questão da violência sexual¹¹⁴, por exemplo. Além disso, a reação adversa de alguns ativistas em relação aos grupos femininos trouxe interrogações sobre os porquês da contrariedade. A ativista associou a intensidade da reação contrária ao fato de que os que estavam a reclamar eram exatamente aqueles cujas expressões públicas eram mais frequentes no cotidiano do movimento estudantil, sendo mais raros, em relação a outros personagens, os momentos em que esses tivessem passado por alguma inibição/ restrição de suas falas. Experimentar uma situação de subalternidade pode, neste raciocínio, facilitar a compreensão sobre as dificuldades (materiais, psicológicas e emocionais) que sujeitos subalternizados passam. A incompreensão de alguns rapazes, conforme concluía Jaqueline, estaria relacionado ao fato de que esses pouco vivenciam momentos de restrição de suas falas, pelo contrário, há maior disposição social em ouvi-los. Ter a forma de distribuição das atenções¹¹⁵ questionada acabava por gerar reações que colocavam em evidência aqueles que, conforme os contextos específicos, ocupam as posições mais prestigiadas e têm maior dificuldade de compreender a dimensão dos obstáculos com os quais os grupos subjugados têm que lidar.

¹¹⁴ Jaqueline apontou que presenciou, neste grupo de mulheres, relatos sobre agressões sexuais no ambiente universitário, o que, num momento anterior, não era tão comum de ser pronunciado em reuniões, havia comentários no cotidiano da universidade, mas ficavam mais restritos às conversas pessoais. A composição feminina do grupo teria, conforme interpreta, atuado como um fator de atração de mulheres que se sentiam mais à vontade para descrever situações que outras na roda também poderiam ter passado. Construía-se, em certo sentido, um sentimento de cumplicidade em relação a situações em comum vividas.

¹¹⁵ Em sua pesquisa sobre as configurações do racismo em famílias inter-raciais, Schucman (2017) utiliza a expressão “salário público e psicológico”, construída pelo sociólogo Willaim Du Bois, para referir-se às atenções e incentivos que, em relação aos negros, sujeitos considerados brancos recebem. A autora indica que há um modo de distribuição de atenção social marcado pelas dinâmicas raciais. Por extensão, é possível pensar que essa distribuição social e afetiva está marcada, também, por várias assimetrias que permeiam o social e configuram os montantes de incentivos à expressão pública e de possibilidade de ser ouvido com que um sujeito se depara conforme sua inserção social.

A associação que Jaqueline constrói entre experiência subalterna e capacidade de perceber o constrangimento de quem vivencia situações de subalternidade compõe uma narrativa que tem circulado entre grupos ativistas/ militantes e que leva à formação de grupos formados a partir da subalternidade experienciada. Coletivos de mulheres, de mulheres negras, de lésbicas, de transexuais, de moradora(e)s de periferias. São grupos que vão se formando sob a justificativa da necessidade de expor um silenciamento que ocorre em grupos mistos mais abrangentes, tal como expressa a situação apontada por Jaqueline.

Se, por um lado, a formação desses grupos com participação restrita, como no caso de grupos específicos de mulheres, é vista com ressalvas por alguns ativistas e por parte da bibliografia¹¹⁶, nas práticas sociais, estes grupos têm se expandido, parecem atrair pessoas antes não envolvidas pelos ativismos e acabam por refletir de forma mais incisiva práticas de reprodução de assimetrias que muitas vezes passavam despercebidas ou, pelo menos, eram menos debatidas. Os coletivos de atuação restrita a mulheres reagem a subordinações de gênero que persistem há séculos e seguem em operação. Se, por um lado, a restrição da participação acaba por homogeneizar sujeitos identificados como “homem”, desconsiderando que entre homens se fazem, também, hierarquias e que nem todo homem subjetiva da mesma forma discursos dominantes, por outro, a ênfase é colocada nos momentos em que as desigualdades/violências são produzidas e não identificadas, ou ainda, são mais facilmente identificadas por quem vivencia a situação como subalterno.

Atualmente, após muitos confrontos, a proposta de grupos femininos de discussão parece ter uma adesão mais ampliada e tem causado uma auto-reflexão em alguns militantes, os quais, em rodas onde há presenças feministas, parecem se autocontrolar tanto no tempo de fala como no conteúdo desta, sabendo que, neste momento histórico, estão mais propensos do que antes a questionamentos. Parece um momento bem interessante para observação, pois homens ativistas, principalmente os mais acostumados a posições de destaque e a serem vistos como referência, se vêem obrigados a repensar suas falas e comportamentos.

¹¹⁶ Críticas sobre o “lugar de fala” podem ser conferidas no documentário: “Fim de um ciclo”, em que Vladimir Safatle e Tales Ab'Saber refletem a democracia e a política contemporânea. Nesta produção, Safatle expõe críticas à ideia de que uma vivência remete diretamente a um mesmo olhar específico, enfatizando que “discursos atravessam corpos múltiplos”. Joan Scott (1998), no texto “Invisibilidade da experiência”, pontua que a experiência é essencializada e os sujeitos são homogeneizados nos olhares que associam diretamente experiência e discurso. Este mesmo debate se faz presente na discussão sobre os usos da categoria mulher, que divide feministas, como se percebe nas reflexões de Claudia de Lima Costa (1998).

Como resultado da expansão dos grupos restritos a mulheres, tem-se a coexistência de duas formas de comportamento que se relacionam: de um lado, é possível notar mudanças no comportamento de alguns ativistas, os quais parecem tocados por uma autorreflexão, tornando-se mais atentos a atitudes que possam reproduzir assimetrias; em contrapartida, há reelaborações das formas de subordinar, as diferenciações tornam-se menos explícitas e o sistema de valoração dos sujeitos por atributos de gênero passam a ser mais sutis. A presença feminina amplia-se e se manifesta com maior frequência, todavia permanece a ser marcada por uma subvaloração, que se mostra na menor expectativa¹¹⁷ em relação ao desempenho intelectual feminino, algo que Aline Valek¹¹⁸, pensando o contexto de produção literária no Brasil, chamou de “*machismo das ausências*”¹¹⁹ para referir-se ao fato de que mulheres escritoras, se comparadas a homens com estilos de escrita similares, recebem número menor de convites para eventos na área e são também menos reconhecidas.

As expectativas de que mulheres tenham menores habilidades em atividades que envolvem argumentação e retórica não são, hoje, tão facilmente identificadas. A expansão da presença feminina nos variados espaços públicos é, por vezes, associada a mudanças no sistema de valoração social, algo que se contradiz quando se observa o que é ou não reconhecido e valorizado nas interações sociais cotidianas. Ana Piva, ligada atualmente a um coletivo de mulheres que apresentam suas poesias em saraus e outros espaços públicos da cidade de São Paulo, reflete que, em suas experiências anteriores no movimento sindical e no de transporte, percebia que, embora as narrativas de igualdade entre os integrantes fossem constantes, havia diferenças na valorização de ativistas:

¹¹⁷ William Foote Whyte, em seu livro “Sociedade de Esquina”, faz uma reflexão sobre a influência da expectativa coletiva no modo como os sujeitos se mostram publicamente, com maior ou menor confiança em si. Ao trazer uma cena de um jogo de boliche entre jovens, o autor observa que a expectativa dos pares desenha uma maior ou menor possibilidade do jogador expressar suas habilidades. Aquele de quem se espera um menor desempenho tem suas inseguranças reforçadas por tais expectativas. Observar as expectativas que cercam os sujeitos permite, como indica Foote Whyte, identificar as escalas de valoração – seja de gênero, raça, sexualidades, classe e outras - que operam nos contextos sociais.

¹¹⁸ “O machismo das ausências”. Aline Valek. Carta Capital. Julho de 2016.

¹¹⁹ Aline Valek, escritora e colunista da Carta Capital, em artigo publicado na revista em julho de 2016, pontua que observar aquilo que não acontece, como os convites que não chegam, é, hoje, uma forma interessante de identificar as hierarquias de gênero: “O problema do preconceito de gênero é que dificilmente ele é explícito; ele está mais presente nas coisas que não vemos. Isso também na literatura: nos convites para eventos que deixamos de receber. Quando uma autora é deixada de lado para darem destaque a um escritor. Nas faltas de indicação a prêmios. No esquecimento.”

O que vivi no movimento passe-livre foi bem expressivo, por exemplo, do que é o machismo hoje. Entrei para o movimento me apresentando como trabalhadora e militante sindical. Nunca falei que tinha formação universitária porque não vejo sentido de falar, exceto se há alguma exigência, em algum momento, de trazer um conhecimento mais especializado. Não falei e nunca falo, porque entendo que as pessoas devem ser respeitadas e admiradas independente de seus canudos. No grupo inicial do movimento, a maioria eram homens, jovens de 20 a 30 anos. Todos de esquerda, contra o machismo, o racismo e a homofobia, todos libertários. Só tinham uma dificuldade: a prática. 80% do tempo das reuniões eram eles falando, exibindo suas fantásticas táticas políticas. Às vezes, uma mulher se manifestava, seguida de outro militante que geralmente dialogava com o “compa” que havia falado antes. As meninas, a maioria de secundaristas, ficavam mais quietas, ainda percebendo o território. As universitárias falavam mais. Um dia, numa reunião, só aparecemos eu e outro militante. Conversamos sobre algumas atividades futuras. Comentei com ele que haveria uma reunião de um movimento de transporte que se iniciava em Santo André e que eu gostaria de ir, mas ninguém mais poderia. O “compa” me respondeu: “melhor ir uma pessoa que ninguém, né?!”. Fiquei em silêncio. O movimento era pequeno, então uma pessoa ir era algo significativo, ele nunca falaria isso pra um dos “compas” da “vanguarda”. Um desvalor que percebo desde o início da militância, mas achava que era porque eu era mais nova, quando ficasse mais velha passava. Tão nítido e, ao mesmo tempo, tão difícil de dizer. Se eu nomeasse a ele o que sentia, perderia meu tempo ouvindo-o justificar que não era machista e blábláblá, porque os “revolucionários” não assumem que são opressores, opressor é só o capital e a burguesia. (Ana Piva, coletivo popular de mulheres escritoras, São Paulo, outubro de 2016)

Ana percebeu que, nas reuniões do movimento, as mulheres falavam menos. Esse “falar menos” ocorre no mesmo contexto em que as meninas que falam são pouco consideradas em seus argumentos. Há uma relação direta entre esses dois momentos. Ao perceber, por uma leitura inclusive gestual, que há probabilidade considerável de que a fala seja pouco considerada, há uma inibição no falar. Inibição que pode ser amenizada conforme outros critérios de distinção entram em operação, como a formação educacional, por exemplo. Ana indica que as universitárias falavam mais, as secundaristas ficavam mais na escuta. Essa situação pode se explicar por duas dimensões: a primeira refere-se ao encorajamento, ter acesso a uma determinada linguagem e a um conhecimento específico pode encorajar a fala; a segunda refere-se a consideração do interlocutor diante da formação acadêmica do par com quem trava o diálogo, algo que se contextualiza como um item de distinção, o “capital cultural” nomeado por Bourdieu. A ativista, consciente de que esta diferenciação existe, omitiu, ao apresentar-se ao grupo, este item de distinção. Assim, acabou percebendo que são as representações de gênero que contribuem mais incisivamente para a subvalorização que a envolvia. Julgava que a desconsideração, já antes percebida em outros espaços, se ligava ao fato de ser nova e

menos experiente, porém, ficando mais velha e com certo tempo de militância, percebe que as desvalorizações que vivencia tem uma marca de gênero, a qual pode ser amenizada pela diplomação¹²⁰, mas não deixam de operar.

O segundo conjunto de ideias que parece, de forma mais expressiva, balizar a construção de masculinidades/feminilidades, e que também se fez presente nos relatos das ativistas e em algumas cenas que observei, remete à associação entre virilidade masculina e disposição feminina à abordagem sexual masculina¹²¹. Há um relato expressivo de Laura, quando lhe perguntei qual era o perfil de pessoa que era mais difícil de lidar na militância:

Eu tenho dificuldades com homem, né. É muito difícil se relacionar numa boa, porque você sempre já está esperta para o momento em que ele vai te cortar ou vai te colocar numa posição em que você não quer estar. Eu consigo dialogar e me entender com os homens que são mais feministas, aí rola diálogo. Mas há uma dificuldade brutal no geral, não sou só eu que sinto isso. Com esses homens de pensamento mais machista, dá náusea, mas acho que eu aprendi a lidar. Lidar é bem a palavra, porque o homem, principalmente para a mulher lésbica, é o ser mais chato pra gente dialogar, porque eles conseguem te colocar em 2 caixinhas: ou eles te vêem como uma lésbica masculinizada que eles acham que têm que te tratar como “parsa”, como se você fosse homem, ou você é uma lésbica que é gostosa e pode ser que role dele ficar contigo. Isso é horrível. Em alguns locais, eu consigo driblar isso e já fazer com que o cara perceba que é possível outra interação, mas é uma dificuldade (Laura, coletivo LGBT, PT e frente de mulheres negras - Campinas, janeiro de 2016)

¹²⁰ Goldemberg (1997), em reflexão sobre as atividades desempenhadas por mulheres militantes em partidos de esquerdas nos anos de 1920/1940 no Brasil, identificou uma subdivisão entre mulheres. Mulheres universitárias, apesar de também lidarem com as desvalorizações relacionadas a gênero, encontravam menores obstáculos para se expressar e ocupar posições mais valorizadas, em comparação às não universitárias.

¹²¹ Lia Zanotta Machado, em “Masculinidade, sexualidade e estupro: a construção da virilidade”, traz, a partir da pesquisa com homens sentenciados por estupro, reflexões sobre o imaginário em que se constroem a virilidade masculina heterossexual e aponta que há, no plano do simbólico, uma associação entre: uma “sexualidade feminina como aquela que se esquia para se oferecer” e, como contraparte, uma “sexualidade masculina como aquela que tem a iniciativa e que se apodera unilateralmente do corpo do outro”. Embora esta associação nos pareça, por vezes, ultrapassada e menos condizente às práticas sociais contemporâneas, não se pode negar, também, que esta associação ainda se faz presente no imaginário social, algo que se mostra no fato de que 89% das vítimas de estupro registrado são mulheres (dados do SINAN - Sistema de Informações de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde, 2011) e a agressão sexual masculina é um dos principais fatores de medo de mulheres, tanto nas vias públicas como no espaço doméstico. Segundo pesquisa do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2015 sobre medo de agressão sexual, 90% das mulheres entrevistadas assumem este medo. Entre os homens, 42% dizem temer agressões sexuais.

Quando fiz a questão para Laura, imaginava que me apontaria algum comportamento mais geral que a incomodava na militância, o tópico não tratava de violência de gênero. Mas ela foi enfática em pontuar as desconfianças que se fazem em torno da presença masculina, pois, pelo acúmulo de casos, espera-se por um rebaixamento ou assédio. A resposta de Laura indica o quanto o machismo explícito e bem delineado ainda é comum, assim como são comuns as denúncias de assédio sexual.

Presenciei, num encontro de grupos anarquistas que participei, duas cenas bem fortes, uma seguida da outra, em dois dias seguidos. No primeiro dia, havia uma roda de conversa sobre mudanças no mundo do trabalho. De repente, havia uma movimentação diferente. Era uma menina, aos prantos, contendo o choro, com a face muito vermelha. Logo, a menina foi notada e pessoas próximas a confortaram. Souberam que era reação à chegada de um militante que a agredira sexualmente em situação passada. O caso foi levado a público. Decidiu-se que as mulheres presentes definiriam a permanência ou não do militante no encontro. A decisão foi pela saída do rapaz, o qual, reagindo com violência, foi retirado à força. Depois desse episódio, no dia seguinte, estávamos, no intervalo das discussões, num bar, numa roda somente de mulheres. Conversávamos sobre vários assuntos, um pouco de nossas vidas, um pouco de política, família, e outros. Uma das moças começa a contar de seu relacionamento passado com um militante presente ali no encontro e do como ele age quando se encontram, desmerecendo suas opiniões, atingindo-a com ofensas mais pessoais. A moça nos conta que ficava em dúvida se estava certa ou não de ver aquilo como uma violência, dizia-nos que gosta dele, que se dão bem em muitas coisas, mas que se percebia diminuída pelo ex-namorado e companheiro de militância. Contou-nos detalhes dos momentos, ficou muito emocionada. Chamou-me a atenção, diante do que ela contava, que ela duvidasse de suas próprias interpretações, pois, pelos seus relatos, o tratamento era mesmo violento. Questionar se a percepção coincide com o fato real é um exercício comum e necessário, porém, como pontua Tiba (2014) em seus estudos sobre assédio moral, um dos primeiros obstáculos para que uma agressão seja identificada e verbalizada são as dificuldades que a própria pessoa subalternizada tem em reconhecer a situação. A situação de assédio, pelos constrangimentos psíquicos e silenciosos que causa, leva a pessoa atingida a questionar sua capacidade de interpretação. Se não existe um coletivo que ajude a identificar, muitas vezes a agressão não vem a público e pode se manifestar por transtornos emocionais e psíquicos¹²². Creio que o aumento de grupos femininos e feministas, inclusive nos espaços ativistas, tem permitido

¹²² Sofrimento Psíquico, gênero e violência: narrativas de mulheres atendidas em um centro de atenção psicossocial (CAPS II). Ioneide Campos; Valeska Zanella (2017).

que as denúncias públicas aumentem, assim como formas de resistência não institucionalizadas começam a ser colocadas em prática, como ocorreu no bairro em que Helena¹²³, uma das ativistas com quem conversei, mora. Ali se formou um grupo de mulheres que, diante dos inúmeros e cotidianos casos de violência doméstica que ocorriam no bairro, passaram a mapear os agressores e dificultar suas interações sociais com os vizinhos e o comércio local. Helena organizou, no quintal de sua casa, um espaço em que ocorrem reuniões, oficinas, cursos de formação relacionados aos problemas sociais enfrentados pelas mulheres no bairro. Por ali circulam grupos e ativistas de outras áreas da cidade e há um contato frequente entre moradoras, estudantes, ativistas.

4.3- Dinâmicas de gênero II: assimetrias entrelaçadas

Narrativas que questionam desigualdades circulam nos ativismos e militâncias populares, ao mesmo tempo em que assimetrias se materializam nas interações entre os atores envolvidos. Contestar e reproduzir discursos e práticas que diferenciam e hierarquizam são movimentações que coexistem e se conflitam nas teias que formam a vida política. Neste tópico, indico algumas diferenciações que permeiam as interações ativistas e que geram momentos de tensão.

As diferenciações e conflitos que mais se mostraram presentes no trabalho de campo, seja nas conversas com as interlocutoras, seja no trabalho etnográfico, foram as que estão relacionadas à raça, classe, gênero e aos posicionamentos políticos em relação às formas de interlocução nos espaços estatais. Há inúmeras expressões corporais – as quais envolvem gestos, olhares, troca (ou não) de diálogos, aproximações e distanciamentos – e de discursos que estabelecem diferenciações entre ativistas e que podem operar, em alguns momentos, condições mais igualitárias e, em outros, desvalorizações. Em algumas das vezes em que a subvalorização de um grupo é percebida, são elaboradas respostas, como a formação de subgrupos em torno do marcador social que gerou a subordinação.

¹²³ Partes da trajetória de Helena estão no capítulo 2 e 3. Helena mora em uma das maiores ocupações da periferia de Campinas, em que se desenrolou, por décadas, uma mobilização dos moradores contra a ameaça de remoção, a qual constava no programa de expansão do aeroporto de Viracopos (Formagio, 2013). Helena, hoje com 55 anos, veio de Fortaleza para trabalhar em Campinas, onde, ao ser enganada por uma promessa de emprego num bar, envolveu-se num trabalho que envolvia cárcere privado e prostituição. Após denúncia, foi atendida no SOS-Mulher. Helena participou de três ocupações na cidade, sendo que, nesta última, formou-se o grupo de mulheres que menciono aqui.

Apresento aqui algumas falas e cenas em que são indicados alguns desses momentos. Parte deles ocorreram em atividades feministas, o que não significa que são específicos desse campo, pelo contrário, os relatos e cenas apontados são comuns nas cenas ativistas em geral e, se aqui o contexto feminista é mais citado, é porque os eventos promovidos por estes grupos são hoje muito frequentes e criam intensas mobilizações pelas cidades. São rodas de conversas, oficinas culturais e artísticas, saraus, apresentação e debate de audiovisuais, atos públicos; uma miríade de atividades que, por envolverem tanto o debate mais formal como a possibilidade de interação social e afetiva, atraem muitas pessoas, sendo mais difícil que hoje uma ativista não esteja envolvida ou participe de alguma dessas atividades, por isso elas aparecem com frequência nas reflexões sobre as interações entre sujeitos ativistas que compõem esta pesquisa.

Uma das diferenciações que operam entre mulheres e está, atualmente, a ser pronunciada com maior frequência é a que se refere-se às dinâmicas raciais. No interior do movimento feminista, desde os anos de 1980, essa crítica já era colocada. Em entrevista de Lélia Gonzales para o jornal do MNU (Movimento Negro Unificado), em 1991, a militante pontuava a dificuldade de dialogar num movimento em que percebia que as questões raciais mediavam hierarquias entre mulheres:

No meio do movimento feminista de mulheres brancas, eu sou a criadora de caso. No interior do movimento, havia um discurso estabelecido com relação às mulheres negras, um estereótipo. Para elas, a mulher negra tinha que ser, antes de tudo, uma feminista de quatro costados, preocupada com as questões que elas colocavam. Agora, na própria fala delas, na postura, você via que a questão racial era ...” (Lélia Gonzales, entrevista ao MNU, 1991)

No relato de Gonzales, as questões raciais aparecem como um elemento de diferenciação entre mulheres que, ao não ser discutido, faz com que, dentro do movimento, as desigualdades raciais entre mulheres continuem a operar. Essa é uma das principais discussões que militantes negras estão trazendo tanto aos grupos feministas como para os espaços ativistas em geral. O feminismo negro, como indica a entrevista de Lélia Gonzales citada acima e também parte da bibliografia sobre o tema (Pacheco, 2008), vem se organizando e pontuando as diferenças de raça dentro dos movimentos sociais desde fins dos anos de 1980, porém, com a expansão dos feminismos, a discussão se fortalece e marca presença incisiva na construção das ações feministas. Roberta, que compõem a Frente de Mulheres Negras de Campinas, traz um relato sobre o como se construiu o coletivo feminista negro do qual ela faz parte:

Nesse grupo cultural de que eu participava começaram a rolar algumas conversas sobre as nossas relações ali dentro. Havia muitas meninas, a maioria era branca, mas também tinha meninas negras. E o que a gente foi percebendo, nós as meninas negras? A gente percebeu que tinha uma de questão estética que nos diferenciava. Tinha, por exemplo, muita menina branca usando turbante ou “dread” e, pra gente, tinha certo incômodo, porque para nós esses objetos tem um sentido de valorização de um estética negra. Quando elas usavam, parecia que distorcia esse sentido. O lance não é se pode ou não pode, a questão é problematizar as diferenças e os contextos. A gente ficava incomodada com algumas discussões também, quando por exemplo, uma moça branca vinha falando pelas mulheres negras. Pô, pra gente aquilo era agressivo, falar por mim se eu estou ali? Eu entendo que a pessoa tem naturalizado, está acostumada nesse falar pelo outro que é subordinado, tanto que você vê, há inúmeras pesquisas sobre trabalho doméstico feita por mulheres brancas. As que foram feitas por mulheres negras foram invisibilizadas. Quem lê a Lélia Gonzales, por exemplo? A gente foi ficando incomodada e nos reunimos, primeiro éramos em três, depois veio chegando mais gente; escrevemos um texto sobre apropriação cultural, pensando o que a gente vivia ali no grupo. E no fim, o texto não saiu, mas a gente formou o coletivo de mulheres negras. Em paralelo, na cidade, se formou uma Frente de Mulheres Negras e, nesse convívio, a gente percebeu várias outras questões urgentes. Na Frente tem vários coletivos: o das domésticas, a Associação das Mulheres Guerreiras (trabalhadoras do sexo), as PLPs, outros grupos culturais também. Essa congregação de tantos grupos nos permitiu tratar mais profundamente o racismo cruzado com gênero. A questão da apropriação cultural, por exemplo. Você vê que os terreiros com frequentadores brancos e organizadora(e)s brancos não sofrem tanta perseguição quanto terreiros de mulheres ou homens negras. Então, o problema não é só a religião, é o racismo. Uma pessoa branca do candomblé enfrenta problemas, mas muito menor que a negra. E aí apareceram também questões muito mais graves: a questão da violência, de mulher explorada na família (marido, filhos ou outros), a pobreza, a fome. Por que essas mulheres chegam nisso? É um script: é a relação abusiva, exploração na família, a questão do psicológico. Tem o componente de gênero, que todas as mulheres, brancas e negras, passam por isso, e o agravante: o racismo. São histórias que se repetem e você vai percebendo que ser mulher e ser negra foram fatores centrais para a situação de sofrimento vivida. (Roberta, frente de mulheres negras de Campinas e PT, Campinas, fevereiro de 2017)

Ao reler o relato de Roberta me vem à lembrança inúmeras outras falas parecidas que ouvi nestes últimos anos e que retratam situações em que ativistas negras percebem-se envolvidas em situações de subalternidade relacionadas à raça. Roberta aponta esses “incômodos” e, para exemplificar a frequência dessas situações, menciona a falta de reconhecimento de escritoras e pesquisadoras negras, algo que se dá tanto no meio acadêmico quanto no literário. Roberta cita

algumas tensões no grupo cultural de que fazia parte, trazendo a questão do turbante e dos diferentes significados que seu uso ganha conforme os contextos e marcadores sociais acionados. Como enfatiza, a questão não remete ao uso em si, mas à questão de que, por muito tempo, as práticas de subvalorização de mulheres negras operaram de forma silenciosa, exceto por militantes que já estavam no movimento negro e discutindo estas questões. Quando a discussão ganha amplitude, a desvalorização continua a ocorrer e é isso que Roberta quer frisar: o ato de negar a prática racista através da exaltação de um elemento simbólico do grupo subalternizado mantém a situação de subordinação. Se o turbante, em um dado contexto, foi escolhido como símbolo do enfrentamento a uma desvalorização social - uma desvalorização que, por tempos, foi camuflada - o seu uso em outros contextos e por outros grupos contribui, em certo sentido, para que o conflito se mantenha disfarçado. Por este entendimento, Roberta e outras mulheres negras do coletivo se sentiram incomodadas. Diante de uma situação tão complexa, pois envolve o falar de uma subordinação que, ali no contexto, se dá entre parceiras, decidem por escrever um texto, o qual não se finaliza, mas o “incômodo” subsidia a decisão de formar um coletivo que reúna militantes que vivenciam constantemente situações de subordinação relacionadas à gênero e raça.

O trabalho de Schucman (2017) nos ajuda a pensar a subordinação indicada pelo coletivo de Roberta e o quanto é difícil falar sobre ela quando o que está em questão são relações que se dão entre pessoas próximas, que mantêm entre si identificações, afetos e objetivos em comum. Em sua pesquisa, Schucman investigou como as diferenciações raciais são operadas em famílias inter-raciais e indica que, dadas as peculiaridades da formação cultural brasileira, em que o racismo mescla-se à ideia da proximidade senhor-escravo - algo que, inclusive, alimenta o mito da democracia racial - as desigualdades raciais coexistem nas relações de afeto. A autora, desconstruindo uma justificativa comumente ouvida, aponta que ser identificado/identificar-se como branco e ter amigos/amantes negros não isenta sujeitos da prática de distinção racial, a qual – nos processos de construção da branquitude e negritude – compõem a formação dos sujeitos sociais, que a operam para além da intenção de não fazê-lo. A intenção da pesquisadora, ao investigar famílias inter-raciais, foi exatamente apontar como desigualdades raciais e afetos podem coexistir e marcar as relações entre pessoas próximas. No caso do engajamento político popular, o racismo pode marcar e operar nas relações entre pessoas que se congregam a partir do discurso da igualdade e, neste sentido, pode-se supor a dificuldade de debater as assimetrias que se dão neste contexto. As considerações de Sueli Carneiro sobre a histórica dificuldade de discussão das dinâmicas raciais dentro das esquerdas pontua essa dificuldade:

Questões sobre o genocídio da população negra e a violência do Estado foi, por muito tempo, uma luta solitária dos movimentos negros. Nos últimos anos, nós temos conseguido, sobretudo pela internet, que uma multiplicidade de vozes passem a se expressar, alcancem ressonância e visibilidade. Isso impacta formadores de opinião, sejam da direita ou da esquerda, os obriga a dar algum tipo de voz a essas demandas. (Sueli Carneiro. Revista Cult, maio de 2017)

Como pontua Sueli Carneiro, as discussões raciais hoje extrapolam os limites que a elas foram colocados por muito tempo no cenário político brasileiro e, como parte dele, também nas esquerdas. É um momento em que as dificuldades de fala, os “incômodos” pontuados por Roberta, ascendem e constroem um cenário em que o falar sobre as “assimetrias nos afetos”, seja as relacionadas à raça e também outras distinções, é mais frequente e propício do que há algum tempo atrás. Há um contexto mais favorável e o apoio de uma rede. A trajetória de Roberta é expressão das possibilidades que se apontam no momento atual. Seu ativismo iniciou-se na adolescência, quando começou a frequentar as reuniões de jovens das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Nestas vivências, que se deram entre os anos de 1980/1990, as diferenças raciais eram percebidas pela ativista, mas não havia no grupo discussões coletivas que ajudassem a compreender o que acontecia. Foi entre fins de 1990/início de 2000, ao entrar numa universidade pública, que Roberta passa a ter contato com grupos que estavam expandindo os debates sobre as questões raciais:

Quando eu entrei na Unicamp, eu comecei a conversar muito com os funcionários, eles falavam bastante sobre a questão étnico-racial, eles estavam montando um cursinho aqui. Foi aí que comecei a me envolver nesta questão de forma mais centrada, porque na igreja, a gente não discutia gênero, não discutia raça. Percebíamos as diferenças sociais, mas não tinha essa discussão. Por exemplo, em uma ocasião, no curso da catequese, houve troca de seminaristas e o novo professor era negro. Quando ele entrou, uma parte do pessoal parou de ir. E a gente sacava essas coisas, embora não falássemos de forma mais coletiva. Na escola, também, há várias cenas em minha memória, mas nos espaços não tinha essa discussão. Isso eu fui encontrar aqui na universidade, uma discussão mais organizada. Ai eu me envolvi, conheci várias pessoas. Aí, no encontro com outros estudantes, a gente fundou um grupo de estudantes negros com o objetivo de um estudo mais acadêmico mesmo, de pensar uma epistemologia negra, discutir a visibilidade do negro dentro do campo acadêmico. (Roberta, frente de mulheres negras de Campinas e PT, Campinas, fevereiro de 2017)

No início de sua militância, as diferenças raciais não eram tão faladas, embora fossem percebidas, tanto que em sua memória – memória afetiva e social – estão registrados uma sucessão de momentos de “incômodos”. Quando Roberta entra na universidade e tem contato com militantes envolvidos no debate racial, sua possibilidade de perceber e de nomear a situação de subordinação é potencializada. O contato com o grupo que identifica e nomeia em detalhes os “momentos de assimetria” traz encorajamento à fala, mesmo que essa fala tenha que se dar entre pessoas próximas e onde há relações de confiança e afetos envolvidas. Neste contato, a dificuldade de fala é enfraquecida, embora ela não deixe de existir. No grupo em que Roberta estava, as meninas que identificaram conflitos raciais não conseguiram seguir adiante com a escrita do texto pretendido, mas o “incômodo”, diante de um contexto de ascensão dos debates raciais, levou à formação do coletivo de mulheres negras a que Raquel está ligada atualmente.

Se as diferenças raciais entre ativistas estão sendo, como indicam as experiências de Roberta, mais apontadas e discutidas e mais mulheres negras e periféricas se aproximam dos ativismos, é fato, também, que os discursos e condições materiais que separam socialmente as mulheres entre classe e raça permanece a atuar com intensidade na vida social e, como parte desta, também nos grupos ativistas. Há autoras (Sorj e Fontes, 2014; Bruschini, 1982; Mattos e Simões, 2012), por exemplo, apontando uma polarização no trabalho feminino: enquanto aumenta o número de mulheres em profissões de prestígio e de maior remuneração, aumenta, também, de outro lado, o percentual de mulheres nas atividades de trabalho mais precarizadas. Há indicativos de que esses dois pólos ocorram de forma associada, ou seja, as mulheres de classe média e alta, em sua maioria brancas, por terem acesso a melhores condições de educação, ocupam posições menos precárias no mercado de trabalho, enquanto mulheres pobres, em sua maioria negras, predominantemente ficam nos serviços informais e no trabalho doméstico. No Brasil, quase metade das mulheres pobres¹²⁴ atuam nesta atividade, sendo que, 62% delas são negras (IPEA, 2011). Muitas dessas, inclusive, realizam o trabalho doméstico que, numa situação passada, seria destinado a essas mulheres que hoje ocupam esta fatia do mercado menos precária, tanto que Matos e Simões (2012) trazem a seguinte questão: “Dada a histórica distribuição em termos de trabalho doméstico, até que ponto o sucesso relativo das

¹²⁴ De acordo com os dados do IPEA (2011), o trabalho doméstico envolve 7,8% dos ocupados do país e 17,6% das mulheres estão envolvidas neste trabalho. É um grupo composto, em maioria, por mulheres (93%), sendo a maioria delas negras (62%). As mulheres negras são, também, o principal grupo atuante no mercado informal: 26.5% das mulheres negras trabalhadoras atuavam no mercado informal em 2012, chegando a 46.7% nas seis maiores Regiões Metropolitanas do país (IBGE, PME, agosto de 2012).

mulheres de nível superior não está relacionado às desigualdades entre as próprias mulheres?” (Matos e Simões, 2012: 23)

A questão colocada pelas autoras se faz presente, em alguma medida, na percepção das ativistas que vivenciam condições de vida mais precárias. Em Campinas, o sindicato das domésticas tem presença de destaque em muitos eventos feministas e trazem questões sobre desigualdades entre mulheres que causam profundas reflexões. Este sindicato foi fundado em 1961 por Laudelina de Campos Mello¹²⁵ (1904 - 1991), a militante fundadora do primeiro sindicato das domésticas no Brasil. Participei, em junho de 2017, de uma roda de conversa no MIS (Museu de Imagem e Som)/Campinas, em que foram apresentados dois documentários sobre as trabalhadoras domésticas no Brasil e, em seguida, foi realizado um debate com a presença de algumas das militantes do sindicato. Uma delas trouxe à roda a indignação¹²⁶ que sentia em relação a algumas feministas da cidade:

Sabem, eu fico sempre desconfiada, esperando pra ver, quando uma mulher pega o microfone, nas manifestações da cidade, e se apresenta como feminista. Porque eu já vi tantas cenas de mulher que sobe em palanque e grita que está em defesa das mulheres e, aí, um dia, aparece lá no sindicato pra se informar e ver como pode fazer com os direitos que ela tem que pagar pra mulher que trabalha na casa dela. Eu fico bem esperta, pois já vi demais isso. É inacreditável, tem gente que vê a mulher falando lá no palanque e não acredita no que ela faz na vida real. (Doralice, sindicato das trabalhadoras domésticas, Campinas, fala durante roda de conversa no Museu de Imagem e Som (MIS), junho de 2017)

A militante mencionou uma desconfiança construída nas diferenças de classe entre mulheres, a qual permeia, também, os espaços ativistas e se faz presente nas formas como as ativistas se vêem e se relacionam. Há um sentimento, bem presente, de indignação em relação a ativistas que, em momentos de fala pública, trazem discursos de igualdade e que, na prática, seja nas relações de trabalho ou no convívio ativista, demonstram posturas percebidas como elitistas e de desconsideração de outras mulheres. Percebi que, para as mulheres cujos processos de diferenciação as coloca como superiores, este mal-estar é menos percebido, ou não é verbalizado. Já para as mulheres que se vêem diminuídas, essa diferenciação é muito apontada, assim como é indicada,

¹²⁵ A trajetória de Laudelina, com uma minuciosidade de detalhes históricos e reflexões sobre a história do racismo no Brasil, é encontrada na pesquisa de Elisabete Aparecida Pinto: “Etnicidade, Gênero e Educação: a trajetória de vida de Da. Laudelina de Campos Mello (1901 – 1991). Parte do histórico de formação deste sindicato está no site do mesmo: <https://sinddomcampinas.wordpress.com/historia/o-sindicato-de-campinas/>.

¹²⁶ Fala já mencionada no capítulo 3, no tópico: “Paradoxos do “lugar de fala”.

também, a dificuldade de lidar com a situação, como presenciei na fala de uma ativista e promotora legal popular:

Antes eu não era, mas agora estou mais paciente com as universitárias. Aprendi muito com a companheira Carla, que sempre pede pra gente ter mais cuidado e paciência nos momentos de diferenças. A gente tem que tentar trocar ideia, pensar que há um objetivo maior e que as pessoas vão se tocando aos poucos. Mas sempre foi muito difícil pra mim engolir alguns comportamentos. O jeito de muitas meninas, de achar que sabem tudo, de sempre ficar dizendo o que a gente deve fazer e como agir diante de situações que elas mesmas estão muito longe de passar (Marta, promotoras legais e populares, fala durante roda de conversa, Campinas, março de 2015)

A fala de Marta refere-se às relações entre mulheres nos cursos de formação das Promotoras Legais Populares (PLPs) em Campinas e também nas mobilizações ativistas que acabam por ser geradas a partir dos contatos entre as participantes. Ocorrem, tanto no curso como depois dele, debates sobre violências de gênero e mulheres de regiões periféricas das cidades¹²⁷ estão na organização e também como cursantes, assim como também muitas universitárias aproximam-se. Há uma interação entre mulheres de diferentes classes sociais, perfazendo momentos de identificação e outros de conflitos. Janaína, uma das interlocutoras da pesquisa, me trouxe um pouco desta reflexão. A ativista cursou universidade pública, hoje trabalha na educação e é ativista em um movimento de educação popular. Quando ainda cursava a universidade, participou do curso de promotoras legais populares na cidade de São Paulo e ali percebeu que as diferenças de estudos e de classe entre as participantes não somente eram nítidas como eram pronunciadas e problematizadas. Janaína apontou que o conflito existente caminhou para uma situação de reflexão entre as mulheres:

Na faculdade, eu comecei a participar de muita discussão feminista, muita atividade, sempre tinha algo. Um dia vi um cartaz do curso das Promotoras Legais Populares e resolvi fazer. Lá elas falaram que a preferência era para as mulheres do bairro, que elas queriam atingir mulheres que não estão nos espaços em que as discussões de

¹²⁷ A participação de mulheres das camadas populares, seja na coordenação ou como cursante, é uma das prioridades do curso. Nas cidades que pude presenciar eventos das Promotoras Legais Populares, como em Campinas, São Carlos e São Paulo, percebi que ocorre uma apropriação intensa do curso por mulheres das periferias; elas que passam a propagar várias outras atividades e a planejar o programa do curso, tal como indicam alguns relatos que estão no trabalho de Oliveira (2013) e Ricoldi (2005).

gênero e violência já estão mais divulgadas, mas as estudantes também foram muito bem recebidas e o que eu aprendi lá foi fenomenal. Não tinha essa de universitária ficar falando e tomando a cena, porque a gente se tocava que tinha que questionar esse nosso papel de que “sabe mais”. Ali o diploma não valia, mesmo porque, em termos de experiência de vida, de experiência em conviver e driblar a violência, as mais “sabidas” eram as mulheres que enfrentam situações muito difíceis, e ouvi-las, como professoras, era de um aprendizado que vale por mil cursos. Foi um ano de curso e eu me encontrei muito, passei a rever a ideia de militância e foi isso que me fez ficar mais firme. (Janaina, movimento autônomo pela educação – São Paulo, novembro de 2015)

As diferenças de classe entre ativistas estão presentes no cotidiano, são constantemente indicadas e permeiam momentos de assimetria que levam a constrangimentos e, dependendo da forma como as relações se encaminham, ocasionam silenciamentos. Bonetti (2008), em seu trabalho sobre mulheres e o ativismo popular em Recife, pontua que essa distinção - que às vezes se proteja de forma sutil – tecia muitos dos conflitos que se davam entre as interlocutoras de sua pesquisa. A autora apresenta, inclusive, uma cena¹²⁸ em que o silenciamento de um grupo de ativistas mais periféricas operava como uma forma de discordância. O silêncio foi uma tática que elas usaram para divergir do grupo de mulheres de que elas, pelas dinâmicas de classe, se diferenciavam. Silenciar diante de uma assimetria pode, como indica a autora, ser uma forma mais sofisticada de discordar e não partilhar as decisões, uma tática de resistência. Uma expressão desse tipo de resistência parece estar presente num relato de Ana, quando explica porque não se identificou com o primeiro grupo feminista de que se aproximou:

Quando entrei pra faculdade, em 2002, me aproximei de um grupo feminista, mas foi estranho. Lembro da fala de uma moça se gabando por usar daqueles anticoncepcionais subcutâneos que ficam na mulher por cinco anos, são colocados por cirurgia. É algo que a mulher só consegue pela rede particular e o procedimento é bem caro. E eu pensava que nem consulta com ginecologista no posto de saúde eu conseguia, como alguém podia defender um procedimento só acessível para uma parcela muito, muito restrita das mulheres. Sei lá, por um lado, eu me sentia atraída a estar no grupo, mas, por outro, eu as via numa bolha ... Acho que, muitas vezes, elas nem percebiam o quão restrito era o que elas falavam. (Ana Piva, coletivo popular de mulheres escritoras – São Paulo, setembro de 2016)

¹²⁸ A cena refere-se à atitude de ativistas trabalhadoras domésticas em relação as deliberações em uma assembleia dos movimentos feministas de Recife. No trabalho de Bonetti (2008) as diferenciações culturais e classistas entre mulheres ativistas é constantemente apontada.

São vários os momentos, entre os que presenciei e os que ouvi, em que as interações entre as ativistas se desenham pelas diferenciações de classe e raça. Estas operam em interação com as dinâmicas de gênero, de modo que, se os imaginários sobre o que é ser mulher as colocam, em conjunto, numa situação de subordinação, outras narrativas as diferenciam e criam, entre elas, assimetrias. Estas tecem alguns dos conflitos com os quais as ativistas têm de lidar.

4.4 - Dificuldades nos debates entre diferentes posições políticas

Além das diferenciações elencadas acima, outro fator que, com frequência, opera estranhamentos e conflitos entre ativistas/ militantes refere-se às posições políticas em relação ao pautar-se (ou não) pelas normas governamentais, dadas, desde a Constituição de 1988, pelo que se chamou Estado Democrático de Direito. O debate sobre as possibilidades e limites da democracia participativa acompanha as esquerdas desde a ditadura militar¹²⁹ (Ridenti, 2004; Araújo, 2004), sendo hegemônicas as posições que buscam uma atuação próxima às normas estabelecidas pelos governos e políticas públicas; todavia, grupos com posições divergentes têm, principalmente a partir dos trajetos do partido dos trabalhadores (PT), aumentado numericamente e se fazem mais presentes nas manifestações e atos públicos, tornando mais evidentes conflitos e rupturas que permeiam as esquerdas. Estas divergências de posições envolvem um embate que compõe o histórico do engajamento político popular no Brasil, o qual é analisado no capítulo 5: o que se relaciona a pontos de conflitos entre os discursos de autonomia institucional e os do participativismo (Maricato, 2007).

Esses dois feixes discursivos – a “participativismo” e o “autonomismo” – estabelecem entre si diferentes relações conforme o contexto. Há momentos de intersecções, outros de proximidade ou de distanciamento. Destacá-los é um caminho metodológico para mapear um conflito historicamente presente nas histórias das esquerdas e que, a partir das manifestações de junho de 2013 no Brasil, se

¹²⁹ Maria Paula Nascimento Araújo (2004) e Marcelo Ridenti (2004), em seus respectivos artigos que compõem o livro: “40 anos do golpe”, apresentam parte desta discussão entre as esquerdas. Doimo (2004) aponta o viés antiinstitucional das Cebis da zona leste paulista e o distanciamento que essas mantiveram em relação ao processo constituinte, e a bibliografia que trata do movimento anarquista pontua a crítica desses grupos às expectativas de mudanças via sistema estatal.

coloca de forma muito evidente e vai tomando diferentes nuances nos acontecimentos dos anos seguintes, sobretudo a partir das articulações institucionais para que Dilma Rousseff deixasse a presidência da república.

As tensões entre posicionamentos que: a) priorizam a ação direta e auto-organização e b) os que se concentram nas negociações e mediações institucionais permeiam a relação entre ativistas/militantes e estão na configuração de cenas conflituosas e de enfrentamentos. Nos atos de 2013, assim como nos que aconteceram em 2014 contra os gastos relacionados à “Copa Mundial de 2014”, era possível identificar, inclusive pela percepção visual, uma divisão, inclusive física, entre manifestantes. Na frente dos atos, concentravam-se, de forma mais visível, grupos autonomistas, anarquistas e jovens envolvidos na tática “black-bloc”, enquanto mais para trás das manifestações, ficavam manifestantes de variados grupos e, em alguns círculos de concentração, grupos partidários e de outras organizações de esquerda. Havia momentos em que a frente e a “traseira” das manifestações chegavam a se afastar de forma que ficava perceptível a divisão física e política. Gritos de crítica aos partidos eram ouvidos com frequência, pontuando a presença de um discurso de esquerda sobre apartidarismo, bem similar ao que propagam os Movimento Passe Livre e Tarifa Zero desde os inícios de 2000. Esta narrativa acabou por ser confundida com um discurso de direita, também presente nos atos de 2013, que defendia o antipartidarismo, perseguição às bandeiras vermelhas e a volta da ditadura militar.

O conflito à esquerda acabou sendo expresso nas discussões em torno dos black-blocs¹³⁰. Houve alguns partidos de esquerda - em discursos próximos à mídia comercial – que condenavam a prática. Houve outros grupos que, mesmo discordando dessas táticas, defendiam que a condenação moral dos jovens era um comportamento que alimentava o discurso midiático de condenação das manifestações. E houve, ainda, os que viam as táticas como parte das ações diretas que são comuns na história das lutas populares.

O embate político tomou, em 2015, novas nuances com o golpe parlamentar. O relato de Sulamita sobre as interpretações acerca do PT expressa parte deste contexto e suas movimentações:

Existem tentativas de fugir dos modelos de organização mais tradicionais, mas existe, também, medo que essas organizações colocam. Acho que, por exemplo, o

¹³⁰ O texto “As reais diferenças entre os Black-blocs e o PSTU”, de Wallace dos Santos de Moraes (2013), publicado na Revista Caros Amigos em novembro de 2013, foi escrito em um desses debates e ilustra o conflito.

PT faz muito isso: “ruim comigo, pior sem mim”. Eu li uma reportagem que dizia que o número de filiados do PT está crescendo porque muita gente, nesse jogo de oposição DilmaXTemer, entende, agora, que o PT é mais pelo “social”, ou seja, o medo desse governo atual reinventa o olhar das pessoas sobre o PT. **Desde 2013, a esquerda estava num processo de crítica muito forte ao PT, tinha, inclusive, muita gente se desfiliando. Agora a coisa mudou, o contexto mudou o olhar sobre o PT.** (Sulamita, ativista autonomista a partir das jornadas de junho/2013, São Paulo, junho de 2017)

Como indica Sulamita, as jornadas de 2013, ao trazerem uma crítica à institucionalização dos partidos e movimentos, colocava, também, uma interpretação negativa sobre os anos de governo petista, no sentido de indicar o quanto sua política de conciliação acabou por produzir e alastrar o consenso de parte dos movimentos com a política neoliberal que se alastra desde os anos de 1990. Após o golpe, parte dessas interpretações sobre o PT se abala e grupos que antes publicizavam críticas tomam posições de defesa dos governos Lula e Dilma. A ampliação deste posicionamento acaba por configurar um cenário mais difícil tanto às posições mais próximas do autonomismo como a posições que relativizaram a interpretação de que teria ocorrido um golpe, argumentando pela participação do governo petista na própria lógica e caminho que o retira do governo federal. Configurou-se um cenário em que a possibilidade de divergir das posições hegemônicas nas esquerdas e não se envolver em atritos e agressões – algumas vezes físicas – tornou-se menor, como indica o relato de Sulamita sobre duas cenas que vivenciou:

Dois episódios me deixaram assustada. Uma vez em 2015, quando ocorria uma assembleia dos professores lá na praça da república, a Carla, uma colega minha, estava falando em cima do caminhão, dizendo que achava que aquela assembleia estava tomada por interesses petistas e de propagação da imagem do Lula. Próximo do caminhão, estava o pessoal de um pequeno partido de esquerda e umas mulheres de um movimento por moradia. Esse pessoal começou a xingá-la de um monte de nomes. E aí eu, lá embaixo, fui defendê-la, e, nisso, eu fui empurrada. Outra cena, foi o 8 de março de 2016. Uma moça foi fazer uma crítica à Dilma, falando que não era golpe, e as mulheres gritando: “foi golpe, foi golpe”. De repente, elas começaram a se bater ali. Eu sinto dificuldade de falar nestas ocasiões, não porque eu tenho vergonha de falar. Mas, meu, imagina como deve ser! Você está dando a sua opinião ali e, de repente, você apanhar bem naquele espaço, que seria de luta contra opressão. Apanhar ali?! (Sulamita, ativista a partir das jornadas de junho/2013, São Paulo, junho de 2017)

O relato de Sulamita pontua situações que passaram a ser mais comuns a partir de 2015 e que permearam também a organização do ato do 8 de março em 2017¹³¹, o qual começou dividido como dois atos, um saindo da Sé, com a participação mais expressiva da Marcha Mundial de Mulheres, CUT, PT, PSOL e outros grupos feministas, e outro partindo do vão do MASP, organizado por feministas autonomistas e pelo PSTU, principal grupo que defendeu a interpretação de que não ocorrera um golpe.

Em São Paulo, pela concentração maior de grupos autonomistas, o conflito fica mais evidente. A existência de dois grupos partindo de pontos diferentes da região central indica a divergência. Já em Campinas, a hegemonia das posições mais próximas à democracia participativa é mais ampla, sendo mais difícil identificar cenas públicas que indiquem, mais explicitamente, as divergências. O conflito se expressa de forma mais fragmentada e as divergências são menos frequentemente colocadas em público. Um exemplo, que não se refere ao autonomismo mas mostra a relação com as divergências, foi o que presenciei em uma das reuniões de preparação do ato do 8 de março de 2017 em Campinas. As ativistas que defendiam a interpretação de que não houve golpe solicitaram que, no folheto do 8 de março, constasse que a maioria entendia como golpe, porém havia divergências. O pedido passou por votação e não foi aprovado. A solicitação das ativistas pedia que ficasse público que havia divergências. Tornar as divergências públicas. Este foi o pedido não aprovado. Identifiquei nesta situação algo que parece se repetir em vários momentos do cotidiano ativista contemporâneo e que se refere ao apagamento das divergências através do não permitir que elas se tornem públicas, restringi-las antes mesmo que se coloquem. Algo que parece ser mais difícil em locais como São Paulo, em que os grupos divergentes são mais numerosos e parecem conseguir, em alguns momentos, mostrar-se publicamente, algo que gera debates de maior profundidade.

¹³¹ Uma ativista comentou sobre os desentendimentos nas reuniões e me indicou a leitura de alguns relatos que estavam numa página do Facebook, chamada “8 M”. Ali encontrei a discussão de algumas ativistas sobre a dificuldade de colocar, nas reuniões, a proposta de iniciar o ato do 8 de março na Assembleia dos professores, que ocorreria na avenida paulista, no vão do MASP. Interpretando que as reuniões não permitiam espaços a divergências, este grupo de ativistas chamou um ato paralelo, a se iniciar no vão do MASP, em seguida à assembléia de professora(e)s estaduais paulistas. Os dois atos, um partindo da praça da Sé e o outro da avenida Paulista, se unificaram depois. Houve neste mesmo dia 08 de março, outros atos de mulheres nas periferias, menos divulgados.

4.5 – Moralidades dos “círculos politizados”

As heterogêneas práticas que compõem o engajamento político popular são marcadas por narrativas de busca de igualdade. Embora outros interesses e aspirações se misturem a tais práticas, há também, como tento mostrar nos itens iniciais deste capítulo, um desejo de envolver-se na construção de racionalidades sociais contrapostas às hierarquias que distribuem desigualmente tanto os bens materiais quanto a valorização social e afetiva. Nos caminhos dessa busca, são construídos parâmetros morais que, paradoxalmente, podem tornar-se marcadores de diferenciação e hierarquização de participantes dos grupos ativistas/ militantes.

A distinção moral atua nestes espaços de acordo com parâmetros, criados nos contextos específicos, que diferem dos parâmetros hegemônicos operacionalizados em contextos sociais mais amplos. Por exemplo, se nos espaços mais tradicionais, regulados por normas dominantes, cobra-se um comportamento feminino mais próximo ao ideal da mulher/mãe/delicada/monogâmica, há contextos ativistas em que mostrar um comportamento que se afaste de tal modelo é não somente algo valorizado, mas um fator de distinção entre seres menos “influenciáveis” pelas normas de controle social e os de menor “capacidade crítica”. É preciso mostrar-se “politizada” através de falas e comportamentos que mostrem, de forma constante, que não se está reproduzindo discursos normativos.

Destaco agora a fala de duas ativistas que expressam diferentes marcadores de distinção – a não submissão feminina e o ser marxista – mas que remetem a formas de distinção e controle moral entre ativistas:

O coletivo de que eu participei acabou virando um espaço muito moralista. Porque a gente construiu na nossa cabeça um perfil da militante ideal e desconstruída e aí esse ideal vira uma forma de nos autovigiarmos o tempo todo. Há algumas feministas, por exemplo, que acabam criando a ideia fixa homens/ opressores X mulheres/ vítimas, e eu vejo que tem mulheres que ficam constrangidas porque se vêem obrigadas a mostrar o tempo todo que não estão sendo enganadas/exploradas/inibidas por um homem. São situações do tipo, se você é mulher hetero, é menos emancipada porque namora homem; se você é mulher, você é sempre a vítima que tem que estar atenta, não ser tapeada, e, para ficar bem na fita, você tem que mostrar isso, tem que esconder suas fraquezas e contradições” (Janaína, movimento autônomo pela educação – São Paulo, novembro de 2015)

Esse partido em que eu entrei montou uma sede no bairro em que eu morava, na periferia sul de SP. Uma amiga desse partido, que dava aula numa escola do bairro, estava chamando os alunos e professores pra uma discussão sobre vários temas e eu fui em algumas. Eu colocava minhas opiniões, algumas contrárias às do partido, mas ali era uma discussão cortês. Mas, nas reuniões de núcleo do partido, era diferente. Um dia eu levei um texto que falava sobre as visões políticas dos jovens na periferia hoje. E, ich, eles ficaram putos. Disseram que eu tinha que ver se o cara era marxista de verdade, antes de ler o texto, que não podia ler qualquer coisa. Meu deu vontade de perguntar: onde arruma esse marxistômetro?”. (Sulamita, ativista autonomista a partir das jornadas de junho/2013, junho de 2017)

O relato de Janaína pontua que a necessidade de se mostrar publicamente como uma mulher não submissa acaba por criar, entre ativistas, um sistema de vigilância e de julgamentos que, ao invés de problematizar os discursos normativos e suas formas de subjetivação, acaba por atuar como uma forma de distinção entre as “desconstruídas”¹³² e as “outras”. Para estar mais próxima da primeira forma de classificação e ser apreciada é preciso esconder o que, nessa lógica, seriam expressões de incapacidade de questionamento às normas hegemônicas, sinais de uma “fraqueza analítica”. Como analisa Janaína, ao esconder tais expressões, perde-se também a possibilidade de refleti-las, passando a operacionaliza-las predominantemente como uma forma de distinção entre ativistas.

A mesma lógica de convivência se mostra no exemplo trazido por Sulamita, em que a aproximação com uma leitura marxista é o que torna o pensamento do sujeito militante mais ou menos valorizado. O “pensar marxistamente” torna-se menos um meio de crítica ao desigualar que um item de diferenciação e hierarquização entre militantes, transforma-se num mecanismo de controle e desvalorização de outras interpretações e pensamentos de esquerda.

Os exemplos pontuados pelas duas ativistas indicam formas de distinção e controle moral que operam na mesma lógica de exclusão que, em tese, buscam combater. Se tomarmos estes discursos morais de distinção como “verdades” contextualmente construídas, é possível identificar nesses

¹³² Desconstruída(o) é um termo usado em alguns grupos ativistas para indicar o comportamento que se contrapõem às normas que exercem domínio social e que estipulam padrões de comportamento socialmente aceitos.

modos de se relacionar traços do poder cristão pastoral¹³³ (Foucault, 2004). O poder pastoral, como reflete Foucault, está relacionado ao controle da conduta que um “pastor” – representado por um agente que difunde uma “verdade” – exerce sobre o coletivo, no intuito de normatizar a existência conforme certa racionalidade e seus critérios de valoração social. O poder pastoral, como indica o autor, compõem a racionalidade ocidental que balizou também ativistas de esquerda (Rago e Vieira, 2009)¹³⁴. A existência de uma verdade propagada por um personagem ou grupo centralizado (que pode ser o pastor, o padre, o pai, a escola, o partido, o intelectual ou o militante modelo) e as práticas ritualísticas de confissão (mostrar-se influenciado pela “verdade”) compõem a lógica do poder pastoral cristão que ainda hoje se faz presente nas nossas relações cotidianas.

No desenrolar desta lógica, estar de acordo com a “verdade” significa eliminar os traços e expressões daquilo que mostra suas fraquezas, suas incoerências¹³⁵. É como se, para se contrapor a uma ordem desigual, se indicasse um inimigo externo a se combater. Quem é, às vezes até por equívoco, associado a esses inimigos (o macho, o branco, o colonizador, o patrão) deve ser combatido, como se esses fossem agentes externos e não produto de racionalidades sociais em operação, as quais formam os sujeitos. Extirpar¹³⁶ esse inimigo delimitado é o caminho tomado para

¹³³ Em: “Hermenêutica do Sujeito”, Foucault indica, no contexto da Grécia Antiga, que a ascensão do cristianismo, em contraste com as subjetividades de “construção de si” que ecoavam entre os gregos, surge com a idéia de um mediador (o pastor) que converte seus “seguidores” à “verdade”, usando, para tanto, técnicas de conversão e de confissão. Essa forma de constituição do sujeito, de confessar-se de acordo com os discursos contextualmente hegemônicos, compõe uma forma de dominação que Foucault indica com o nome de poder pastoral. A conceituação de poder pastoral é retomada nas argumentações de Avelino (2016) para indicar o sofisticado processo de controle das subjetividades que marca a expansão neoliberal. Sem essas formas de “poderes pastorais” não se fariam possíveis as produções subjetivas consensuais a esta racionalidade. Margareth Rago (2009) também resgata a argumentação sobre o poder pastoral para refletir as práticas militantes de esquerda no Brasil.

¹³⁴ Margareth Rago indica, em alguns de seus textos, inclusive em Rago e Viera (2009), as críticas que Foucault construiu às posições de intelectuais e militantes de partidos de esquerdas vanguardistas, pontuando a influência da moralidade cristã em suas formas de definir o “proletariado” ou outros grupos a serem guiados/ iluminados. Os apontamentos de Rago trazem uma importante contribuição para as dinâmicas que tento compreender.

¹³⁵ Os estudos sobre os processos de diferenciação e subjetivação que constroem a loucura e a razão, o normal e o patológico são desenvolvidos por Foucault desde seu livro “História da Loucura”, como analisa Roberto Machado ao pontuar a influência de Friedrich Nietzsche no pensamento de Foucault. O que diverge a uma racionalidade dominante é, de diferentes formas conforme os contextos locais e momentos históricos, camuflado, escondido e, no limite, eliminado. Nos textos do final de sua vida, Foucault, conforme defendem intérpretes (Rago, 2011, Gallo, 2012), continua a pensar a partir desta perspectiva, porém buscando identificar as formas de subjetivação que ascenderam no “Ocidente”.

¹³⁶ A ideia de um inimigo externo a ser combatido é aqui pontuada e criticada, porém esta crítica não pode deixar de considerar a complexidade que envolvem as situações de violência e os caminhos que sujeitos que vivenciam experiências de subalternidade tomam para identificar as raízes sociais das violências que sofrem e reagir a elas. Refiro-me ao fato de que o reconhecimento de um inimigo e sua construção caricatural compõem um momento no processo

lidar com a lógica adversa, como se a lógica adversa não estivesse, enquanto uma prática discursiva formativa (Foucault, 1984), um pouco “dentro” de cada um. Como se fosse possível achá-la num ponto específico e condená-la e, assim, ela desaparecesse. É nesse raciocínio que se constrói um inimigo e passa-se a atacá-lo ao invés de aprofundar e refletir a lógica que o constrói.

Assim se estabelecesse uma convivência policlesca em que se propaga a moralidade do ser “desconstruído e politizado”, baseada na identificação do inimigo externo, alguém “contaminado” por um pensamento ao qual as pessoas “politizadas” estariam imunes. Como se o querer racionalmente desconstruir um sistema de pensamento formasse sujeitos não tomados por este. O sujeito forma-se também pelos discursos hegemônicos, os quais operam, inclusive, em complexos caminhos de construção da subjetividade. Não é possível “livrar-se” totalmente deles pelo querer, embora resistências e deslocamentos possam operar, a longo prazo, mudanças.

O resultado desse raciocínio vigilante na convivência é que se reforça um ambiente de policiamento e deixa-se de problematizar a racionalidade que constrói o desigualar e que é operada em conjunto, não é externa a ninguém. Tereza de Laurets (1994) reflete sobre a construção deste “ambiente” quando analisa que os dispositivos de gênero nos formam para além de nossa capacidade de racionalmente extirpá-lo. A autora faz a seguinte ressalva sobre as novas vertentes feministas que surgem a partir da contraposição a um feminismo hegemônico: não há grupo, mesmo feminista, imune às representações de gênero hegemônicas, todos são passíveis de reproduzi-las. Neste sentido, afirma a autora, estamos “dentro e fora” do gênero: o comportamento normatizado e seus questionamentos caminham juntos, em tensões constantes. É possível, apropriando-se da afirmação de Laurets, pontuar que os sujeitos estão dentro e fora dos discursos que desigualam, de modo que a divisão entre “desconstruídas” e “contaminadas” pode, conforme os contextos, colocar-se como uma forma de diferenciação que hierarquiza, estigmatiza comportamentos e dificulta reflexões mais aprofundadas sobre os dispositivos sociais que normatizam e desigualam.

A ativista Helena Vieira, também pesquisadora sobre gênero e sexualidade na UNILAB¹³⁷, ao comentar o comportamento, constante nas interações ativistas, de desvalorização de argumentos que divergem de um conjunto de normas estabelecidas contextualmente nos grupos ativistas específicos,

de identificação da violência enquanto tal, num contexto social em que a perversidade das subordinações é camuflada e a desigualdade é naturalizada. A moralidade que envolve o comportamento de algumas ativistas também está relacionada a isso, é preciso indicar.

¹³⁷ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

nomeia esta forma de agir como “escuta autoritária”¹³⁸. Escuta autoritária refere-se ao comportamento de alguns ativistas quando, partindo da posição de que estão certos e são mais críticos e “politizados”, elaboram gestos (risos, entonação da voz, olhar de desprezo ou “blaset”) para desqualificar a argumentação do interlocutor. A “escuta autoritária” é uma forma de interação comum nos espaços ativistas e envolve um sistema de distinções e violência psicológica entre militantes, pode ser vista como uma forma de controle político que administra as vozes que terão mais ou menos facilidade para se colocar. Um modo comum de exercê-lo é encontrar alguma classificação para encaixar a opinião divergente e assim desvaloriza-la. Há um exemplo que aparece frequentemente em relatos de militantes feministas que foram ligadas a partidos de esquerda entre os anos de 1970/1980, há relatos¹³⁹ de que eram chamadas de “pequeno-burguesas”¹⁴⁰ quando tentavam iniciar discussões de gênero nas reuniões dos partidos e organizações em que atuavam.

A questão da “forma partido” X “autonomismo” também é contextualizada nessas construções morais. Ouvi ativistas classificando com este mesmo antigo nome “pequeno-burguês” a crítica ao formato-partido, o que parece um procedimento, como já esboçado acima, de não acolher a crítica aos partidos e de deixar de refleti-la. Na mesma lógica, presenciei ativistas que, ao saber a posição partidária de algum militante, já desconsideram qualquer argumento que venha deste. Estes parecem comportamentos que se encaixam na “lógica de vigilância” que cria, de forma intensa, silenciamentos. Torna-se difícil falar quando já se sabe que será enquadrada em determinada classificação e conseqüentemente será subvalorizada. Esse controle moral e político, que pode se encaixar no exercício do “governo dos outros” (Foucault) é um expressivo mecanismo de construção de silêncios entre ativistas/militantes. Essa forma de monitoramento de si e dos outros cria uma

¹³⁸ O texto em que a ativista define o comportamento de “escuta autoritária”, algo que marca o que chama de “ativismo narcisista”, pode ser acessado no site das Blogueiras Feministas: <http://blogueirasfeministas.com/2016/03/a-senhora-lacra-mulher-o-ativismo-narcisista-e-a-escuta-autoritaria>.

¹³⁹ Alguns destes relatos estão no livro de Rago (2014), o qual apresenta algumas trajetórias de mulheres ativistas e militantes.

¹⁴⁰ A classificação “pequeno-burguês” foi, em menor medida ainda é, usada historicamente por alguns grupos de esquerda para desqualificar posições de esquerda divergentes e minoritárias. Presenciei alguns relatos de ativistas que já foram nomeada(o)s de tal forma em momentos que tinham divergências. Foi sob esta denominação, inclusive, que muitos militantes dissidentes foram perseguidos e torturados no governo russo de Stalin ou em outros contextos em que o stalinismo vigorou. Neste contexto, pensando nesta lógica de convivência alongada a um grau mais extremado, entende-se a afirmação de Foucault de que o Estado socialista “é tão marcado pelo racismo como o capitalista”, ambos operam justificativas para eliminar quem os diverge, e nesta ocasião, estou remetendo a situações de divergência pela esquerda.

ambiente moral e político em que contradições, sujeições e dificuldades nos comportamentos de militantes/ ativistas são, antes de refletidas, camufladas e até negadas:

Eu estava numa roda ontem em que a moça, uma travesti, falava que estamos no momento do “politicamente correto”, que é o esforçar-se para não ser preconceituoso, querer esconder qualquer resquício que mostre que a gente compartilha, mesmo num grau bem reduzido e até inconsciente, da lógica que subordina. A gente elabora um discurso, o discurso do “desconstruído”, de que não compartilhamos dessas lógicas, mas, no fundo, não é isso, a gente é formada nelas também. O nosso esforço é para quebrar com isso, mas esse é um processo longo e coletivo, não é só individual. É um problema, também, negar que somos parte disso, que é algo externo, que é só o Estado, é o que está lá fora. (Sulamita, ativista autonomista a partir das jornadas de junho/2013, São Paulo, junho de 2017)

Quando a ativista me disse isso, além de concordar, lembrei a ela que no início de minha graduação, nos primeiros anos de 2000, não havia na universidade a discussão das pessoas transexuais e nem havia pessoas trans se mostrando e reivindicando fala e respeito, aparecendo em público. As discussões de gênero e sexualidade existiam e ativistas feministas também, mas não na proporção, explosão e variações do debate que se mostram hoje. Havia um monitoramento, entre militantes de esquerda, em relação às posições de classe. Qualquer “deslize”, a pessoa entrava na “caixa” dos “pequenos-burgueses”, mas isso não era tão forte em relação às desigualdades de raça, de gênero e de sexualidade. A ascensão destes debates é, certamente, fruto do fortalecimento dos movimentos que debatem estas questões já há muito tempo e ficavam na subalternidade. As pessoas, seja na militância, nas universidades, em vários outros locais, são mais cobradas a reverem suas posições e comportamentos agressivos, todavia, à medida que isso se faz também pela lógica do “inimigo externo” constrói-se um ambiente em certo sentido policialesco que dificulta uma discussão mais profunda. Esse “medo” de mostrar-se “contaminado”, de um lado, impulsiona reflexões sobre múltiplas desigualdades, as quais eram subnotificadas, porém, de outro, constrói uma sociabilidade moralizante que inventa os “desconstruídos” e os “inimigos”, o que, paradoxalmente, pode funcionar como um atributo que diferencia e hierarquiza sujeitos.

CAPÍTULO 5

O envolvimento nos ativismos e militâncias populares contemporâneos: entre a política e a polícia

O objetivo deste capítulo é fazer uma reflexão histórica sobre dois principais posicionamentos que são fios condutores de inúmeros momentos de renomeação e invenção política que marcam os percursos do engajamento político popular pelo menos desde os anos de 1970. O primeiro se relaciona à busca por autonomia institucional nas deliberações e nos modos de se organizar dos grupos que constroem o engajamento. Esta busca, para fins didáticos, pode ser nomeada como autonomismo. O segundo refere-se às disputas pela ocupação de espaços institucionais, esta entendida como forma de ampliar a participação popular nas deliberações que ocorrem no interior do Estado e na legislação que lhe é conseqüente. Esta já foi nomeada por Ermínia Maricato como participativismo¹⁴¹, em alusão ao destaque e às dissonâncias que a expressão participação ganha neste feixe prático-discursivo.

Autonomismo e participativismo, como frisamos ao longo deste capítulo, acompanham o desenrolar das lutas populares, se conflitam e também se mesclam a formas de governamentalidade que, por dinâmicas não lineares, trazem maiores ou menores dificuldades em rasurar as subalternidades que os grupos ligados ao engajamento político se propõem a discutir e enfrentar. Quando nos referimos a governamentalidade, estamos nos remetendo ao sentido que Foucault confere ao termo. Em parte da bibliografia (Gallo, 2012; Avelino, 2016; Veiga-Netto e Saraiva, 2011; Rago, 2014) que busca uma compreensão do significado do “governo dos outros” em Foucault, a conceituação de governamentalidade aparece como algo relacionado às tecnologias estatais de gerenciamento populacional e, também, a um conjunto de procedimentos, relacionados a formas de governar, irradiadas por diferentes atores sociais e, portanto, dispersas no cotidiano, que transpassam e reforçam o governo estatal. Destaco um trecho de Foucault em “Segurança, Território, População“, em que o autor define governamentalidade:

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que

¹⁴¹ Em “Nunca fomos tão participativos”, Maricato (2007) reflete como os esforços dos movimentos sociais para participação institucional acabaram, em meio a estratégias estatais e empresariais dos anos de 1990, sendo direcionados para momentos de discussões bem pontuais e referentes a parcelas ínfimas dos recursos públicos. Sendo assim, a interferência popular nas grandes decisões políticas e econômicas do país se ampliou pouco, ao contrário do que ansiavam os esforços relacionados ao “participativismo”. Nas palavras da autora: “peço ao leitor ou à leitora para fazer algumas reflexões que extravasem cada pequeno mundinho que ferve de tanta atividade participativa, mas que, no entanto, não tem praticamente efeito sobre o capitalismo global ou até nacional. Explico melhor, usando o raciocínio de Paulo Arantes: nunca a esfera da política esteve tão cheia e, ao mesmo tempo, tão vazia. Do Banco Mundial, passando pelo Banco Itaú e um número incontável de ONGs, a participação democrática está em todas as agendas envolvendo, de preferência, também os pobres da periferia” (Maricato, 2007:1)

permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência deste tipo de poder que podemos chamar de “governo sobre todos os outros” – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. (Foucault, 2008: 143-144)

Governamentalidade aparece, na definição do autor, como um grande feixe de duas dimensões: o que se liga aos controles populacionais, os quais têm a economia política e os dispositivos de segurança como principais formas de proceder e o Estado como executor; e uma segunda dimensão desse governar que se refere a algo disperso na sociabilidade, uma certa forma de ser e se relacionar marcada por múltiplos procedimentos de “governo sobre os outros” e regimes de saber. Seguindo neste modo de pensar, Foucault pontua, na contracorrente de análises que tomam o Estado como categoria central de ordenação social, que, no decorrer da história das formas estatais, o Estado foi “governamentalizado”¹⁴², ou seja, múltiplas formas de “governo sobre os outros” atravessam o Estado, o interceptam e o constituem, de modo que este não é um centro de radiação único de gestão dos comportamentos sociais. Ao contrário, são as múltiplas formas de governar dispersas no social que tornam o Estado passível de existência e de legitimidade. Algo que tem certa proximidade com a interpretação proposta por Pierre Clastres (2017)¹⁴³.

Para refletir as formas de gestão da vida social considerando a atuação do Estado e também os outros exercícios de governo que ao primeiro se associam, Foucault retoma, como ressalta Avelino (2016), uma literatura “antimaquiavel” já existente desde o século XVIII e que apontava que o “príncipe” – que podemos traduzir como Estado – não reina se não houver outras formas de “governos dos outros”, de controles de comportamento, que lhe dêem sustentação. As interpretações

¹⁴² “Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado”. (FOUCAULT, 2008: 143-144)”

¹⁴³ Clastres também direcionou esforços para pensar os agrupamentos sociais sem partir do pressuposto do Estado como centro das interações sociais. No dossiê: “Pensar com Pierre Clastres”, Revista de Antropologia da USP, V. 54, N. 2 (2011), há artigos que trazem apropriações de Clastres para construção de olhares em que o Estado não se naturalize como centro de ordenação social.

de Foucault, seguindo nesta linha de raciocínio, trazem o neoliberalismo como um conjunto de práticas de governar o comportamento um dos outros que adentram ao Estado:

Esta reconstituição ampla do conceito do governo assumiu a forma de um enorme processo que Foucault chamou de governamentalização do Estado: um processo por meio do qual o liberalismo faz o conceito de governo explodir em todos os âmbitos da prática política. O resultado foi a transformação do Estado unitário e centralizado na figura do príncipe em um Estado descentralizado, não mais indexado na figura do príncipe, mas agora indexado na conduta dos governados. Esse Estado, que ainda é o nosso, Foucault chamou de Estado de governo ou governamentalizado” (Avelino, 2016: 263)

A conceituação de governo enquanto um conjunto de práticas de controle moral e de conduta que se configura tanto no poder de Estado quanto nas variadas relações coletivas dispersas pelo social, construída por Foucault através de uma análise histórica genealógica, contribui para pensarmos que as práticas ativistas e militantes, enquanto um conjunto de ações que podem adquirir um caráter político de contestação de desigualdades, são confrontadas por formas de governar (técnicas de governamentalidade) que partem tanto do interior das instituições e Estado, como das múltiplas relações sociais, que envolvem contatos com pessoas próximas, que podem estar conectadas através de relações de família, de trabalho, do sindicato, do movimento social. Na construção das análises deste trabalho, tomamos como técnicas de governamentalidade tanto a ação policial e repressiva do Estado quanto as relações entre “pares”, entre pessoas próximas, em que também se manifestam as formas-governo.

A tentativa neste capítulo é construir uma análise que projete um olhar aos percursos que o autonomismo e o participativismo foram traçando dos anos de 1980 até chegar o momento atual, considerando as formas de governamentalidade que o interceptam e que lhe impõem limites e contradições. Este exercício analítico é necessário diante do objetivo geral da pesquisa em refletir as possibilidades do envolvimento ativista e militante contribuir com o que nomeamos de “renomear o vivido”: construir narrativas que tragam contraposições aos discursos normativos que justificam sujeições e subordinações sociais e publicizar tais dissensos, algo que contraria o processo de privatização do público que se expande na contemporaneidade. As possibilidade de que tal evento ocorra estão diretamente ligadas às “artes de governo” que apontam no cenário político. Por esta razão, este capítulo se constrói pensando o autonomismo, o participativismo e as formas de

governamentalidade que transpassam o engajamento político popular. Para cumprir tal intento, optamos por mesclar algumas reflexões sobre movimentos populares dos anos de 1970/80 com apontamentos sobre experiências mais recentes que remetem aos ativismos e militâncias, parte delas construídas durante as interlocuções da pesquisa.

Nas linhas a seguir, são trazidas algumas lembranças do movimento de favelas Assembléia do Povo, que existiu em Campinas entre final dos 1970/ início dos 1980 e também algumas experiências vivenciadas pelas interlocutoras da pesquisa que apontam encontros e desencontros do engajamento político popular nas últimas décadas. A junção destes fragmentos tem o objetivo de refletir o contexto histórico em que os ativismos populares se intensificam e as possibilidades, considerando as reinvenções e cooptações/enquadramentos que surgem/ressurgem e se deslocam no desenrolar dos fatos, de que o engajamento político popular ocorra enquanto parte da busca – individual e coletiva - por nomear estranhamentos e publicizar dissensos a dispositivos de normatização social, sobretudo aos relacionados às configurações de classe e de gênero.

Após serem apresentadas, no capítulo 3, as relações que atuam na mediação entre o envolvimento ativista e a busca pelo “renomear” e, no capítulo 4, alguns dos conflitos e subordinações que perfazem este envolver-se, este capítulo pretende refletir sobre as possibilidades contemporâneas do envolvimento ativista/ militante contribuir para a construção de reinvenções políticas, tendo, para tanto, que lidar com as táticas de produção de consensos que se irradiam tanto através das políticas públicas e outros procedimentos estatais como em outras formas de “governo dos outros” dispersas pelo social. Este capítulo, ao pretender uma análise mais histórica, será apresentado em sintonia com as considerações construídas no capítulo 1.

5.1 – As militâncias e ativismos populares dos anos de 1970 aos de 1990: do “fazer por nós mesmos” aos desmanches

Durante a pesquisa que resultou em minha dissertação de mestrado (Formagio, 2013), um dos principais interlocutores foi o senhor Pedro, morador do Campo Belo, periferia da região sul de Campinas, ao lado do aeroporto de Viracopos. Caminhamos algumas vezes ali pelo bairro e ele me contava muitas histórias. Uma delas era sobre um desenho: casas, ruas, praças, árvores, crianças correndo, e também falava sobre as pessoas que o fizeram, algumas eram moradoras e outras eram de

grupos militantes presentes ali no bairro. Com o tempo, fui entendendo que o desenho, feito em meados dos anos de 1980 e vivo na memória de Pedro, era o planejamento dos moradores para a área que haviam ocupado alguns anos antes. Os desenhistas eram, além de moradora(e)s, um casal de arquitetos, toda(o)s integrantes do movimento de favelas que envolveu pessoas de muitas periferias de Campinas nos anos de 1980: a Assembleia do Povo¹⁴⁴. Junto com as mobilizações para a regularização da área, o grupo se preparava para colocar em prática, seja por cobranças na prefeitura seja por ações de mutirão, as linhas do desenho.

O percurso de mais ou menos oito anos de existência deste movimento (1978 – 1986) expressa algumas dimensões que rodearam o engajamento político neste momento histórico: muitas pessoas na expectativa de obter, nas cidades em que já moravam ou em que haviam chegado a pouco, melhores inserções no mercado de trabalho; grandes expectativas de concretizar, via mobilização popular, os direitos sociais mencionados na posterior Constituição de 1988 e, mais que isso, a valorização menos das instâncias mediadoras que das ações diretas. Esta última foi uma característica importante dos movimentos deste período e é algo indicado por Sader (1988) quando aponta os “novos personagens”. Quando descreve, por exemplo, os “clubes das mães da periferia sul”, Sader nos conta sobre um clube de mães na igreja católica da Vila Remo, periferia paulistana nas margens da represa de Guarapiranga. Inicialmente, o grupo se reunia em torno das atividades assistenciais que um grupo de mulheres de classe média desenvolvia na igreja, ensinando desde artesanato até “noções de higiene” para grupos de mães da periferia. Até que, em início dos anos de 1970, as mães passam à “organização por elas mesmas” (Sader, 1988: 202), renomeando seus encontros, que passam a ser vistos como ações dentro da busca por justiça social. A mudança nas percepções deste grupo de mulheres, que se fazia presente também em inúmeros outros grupos das periferias paulistanas, estava ligada, como pontua o autor, ao contexto de expansão das idéias da teologia da libertação entre as comunidades eclesiais de base. As deliberações diretas e coletivas passaram a ser algo, neste momento, que permeava de forma mais expressiva o imaginário popular.

¹⁴⁴ Informações mais detalhadas sobre a história da Assembleia do Povo, com fotos e outros registros históricos podem ser encontradas em: “Marginais da história? O movimento de favelados da Assembléia do Povo (1979 – 1986)”, de Doraci Alves Lopes, e em “Favela código- cidade: o muito falar e o não fazer é suar em vão: a Assembléia do Povo (1980 – 1986), de Tércia Pilomina de Paoli. Esta última autora é uma das arquitetas-militantes a que Pedro sempre se referia. Tércia, conforme as palavras de Pedro, compunha a Assembleia do Povo e foi presença constante ali no Campo Belo nas lutas dos anos de 1980. Há também um documentário que traz relatos de moradora(e)s de favela que compuseram o movimento: “Assembleia do Povo: o que importa é o que a gente é”, <https://www.youtube.com/watch?v=48k21sSnTYY>.

E este imaginário era em grande parte nutrido pelo fechamento dos canais de interlocução com o Estado. A “auto-organização de base” entrava como um dos elementos fundamentais na busca por direitos. Raquel, interlocutora da pesquisa que foi participante da Assembléia do Povo, trouxe algumas considerações sobre os valores políticos que ascendiam naquele momento:

Nós estávamos ainda no momento do fim e pós-ditadura militar, a gente sabia que a ditadura estava ali, tinha clara idéia de um inimigo em comum. A Assembleia do Povo se nutriu nesse caldo de oposição à ditadura. A gente pensava em construir algo novo. Tinha a Erundina no movimento de favela, tinha o Eder Sader, o Suplicy, tinha um pessoal petista não contaminado pelo poder, então havia um sonho de refazer a democracia, fazer políticas públicas democráticas, fazer os conselhos populares, algo que não tinha nada haver com o formato dos conselhos municipais que vieram depois. A gente discutia autonomia absoluta, porque a gente passou anos contra o Estado e, de repente, a gente tava cobrando do Estado participação, mas com a idéia de oposição, de autonomia (Raquel, PT, Marcha Mundial das Mulheres”, Campinas, fevereiro de 2017)

As considerações de Raquel associam a valorização dos momentos de deliberação coletiva à “autonomia absoluta” e às experiências da ditadura militar, em que Estado era imediatamente associado ao negativo, à violência, ao que é o contrário daquilo que os movimentos populares buscavam. Essa ênfase na “organização e decisões de base” é uma presença comumente destacada na bibliografia que tratou dos movimentos deste período. Ana Maria Doimo (2004), por exemplo, pontua a presença desta valoração nas pastorais da zona leste de São Paulo, acenando uma crítica a este componente presente tanto nas CEBs quanto nos movimentos populares do período, o qual a autora nomeia como “negatividade indiscriminada à esfera institucional” ou como “valorização suprema da participação em detrimento da representação”:

Tudo que “cheirasse” a democracia representativa era considerado coisa de burguesia liberal e rechaçado por antecipação. Quando Dom Paulo dizia “a voz do povo é a voz de Deus”, havia coerência com a práxis decisória levada a efeito pelas bases reunidas em assembleias, o que era traduzido pela militância como “democracia de base”. A maneira como Dom Paulo exercia autoridade refutava qualquer ação que desconsiderasse a participação popular. Saber disso é fundamental para que possamos entender porque, ao combater as instituições repressivas do Estado, Dom Paulo mostrava indiferença à

abertura política e parecia sempre desconfiar da eficácia das instituições democráticas emergentes (Doimo, 2004: 166)

Desconfiança às instituições. Esse parece ser um bom nome para expressar um posicionamento político bem presente no engajamento político popular deste período. Algo produzido no contexto da ditadura militar e nas crises pelas quais as esquerdas passaram sobretudo a partir das perseguições militares (Sader, 1988). Tal “desconfiança” nutria a intensa valorização de mecanismos que incentivassem o envolvimento e participação daquela(e)s que sofriam diretamente as conseqüências das desigualdades e violências sociais, o que acabava por suscitar nos grupos políticos maior preocupação em possibilitar espaços para que esses sujeitos se expressassem. Uma prova disso são as cenas que ficaram na memória de Pedro: um desenho, as reuniões entre muitos moradores em cima do chão de terra batida (ainda hoje assim) e algumas pessoas da Assembleia do Povo. Pedro as lembrava ainda em 2010, quase trinta anos depois desses eventos. A lembrança ficou porque foi possível, ali, perceber a si e aos vizinhos como atores políticos, os quais viam sentidos em estar nas manifestações em frente à prefeitura de Campinas, num grau de interação e comunicação entre moradores de áreas periféricas que, hoje, com toda tecnologia digital, não se consegue fazer. Deste modo, podemos indicar que o antiinstitucionalismo ou, para usar a mesma nomeação anterior, o autonomismo deste período está diretamente ligado à valorização das ações e deliberações coletivas diretas. Uma forte crítica, como aponta Doimo, aos preceitos da democracia representativa

Todavia, se um forte autonomismo/ valorização das ações diretas marcaram os movimentos do período, houve, também, como salientou Raquel em sua fala exposta nas linhas anteriores, consideráveis expectativas nas possibilidades de construir canais de interlocução entre movimentos populares e Estado: “a gente passou anos contra o Estado e, de repente, a gente tava cobrando do Estado participação”. Estas duas dimensões seguiram presentes nas mobilizações que se seguiram nos anos de 1980 e 1990, em diferentes proporções conforme as especificidades de cada grupo político. Na Assembléia do Povo, como indicou Raquel, assim como em parte dos grupos políticos populares neste período, a crítica à institucionalização e a expectativa de criação de canais populares de participação institucional andaram juntas, compondo conflitos no interior dos grupos políticos. Roberto de Oliveira (2007) menciona a existência deste conflito no cenário político. Ao descrever diferenças de posicionamento no interior da CUT desde seu surgimento (1983), o autor nos traz um exemplo concreto de uma “tensão” que constituía não somente a CUT de forma específica, mas o

campo do engajamento político popular de forma mais geral. O autor indica a presença de duas principais posições dentro da Central:

De um lado, os setores identificados com as correntes minoritárias tendiam a conceber um “paralelismo” entre ação direta e ação institucional, ao que propunham a priorização da primeira e uma condição subordinada para a segunda ... Do outro lado, setores majoritários, menos impregnados da cultura marxista, que, embora em suas origens também tenham tomado como referência certo grau de antiinstitucionalismo, desde cedo se mostraram mais propensos a uma valorização maior nos espaços institucionais (Roberto Veras de Oliveira, 2007:58)

É importante indicar que, além das CEBs influenciadas pela teologia da libertação, havia também outros grupos menos propícios a organizações centralizadas e com consideráveis ressalvas ao valor político que algumas organizações militantes atribuíam à participação institucional¹⁴⁵. Eram pequenos grupos de concentração temática (saúde, gênero, sexualidades, moradia, entre outros) e também espaços de cultura e convivência nos bairros. Embora tivessem menor visibilidade e, também por isso, menor atenção de pesquisadora(e)s, são espaços em que práticas e reflexões sobre igualdades/desigualdades também se faziam. A referência a estes coletivos nos anos 1970/80 se faz mais presentes na bibliografia que analisa movimentos feministas, étnico-raciais e de sexualidade (Pontes, 1986; Macrae, 1990; Alvarez, 2014). Alvarez (2014), por exemplo, pontua que, nestas décadas, coletivos feministas se formavam trazendo a necessidade de discutir especificamente as desigualdades de gênero, tomada como secundária por parte dos movimentos classistas, e Pontes (1986) e MacRae (1990) indicam que havia também a intenção, em parte dos coletivos feministas e de sexualidade, de estabelecer relações menos centralizadas, pensando poder como algo disperso no tecido social e que pode ser operado nas relações entre os pares e não somente entre classes ou pelo Estado. A bibliografia sobre o engajamento político nos anos 1970/80, dá destaque aos movimentos sociais de organização mais concêntrica, sindicatos e partidos porque estes eram presença hegemônica, o que não anula a coexistência¹⁴⁶ de grupos sob a “forma coletivo”, em associações

¹⁴⁵ Maria Paula Nascimento Araújo (2004) e Marcelo Ridenti (2004), em seus respectivos artigos que compõem o livro: “40 anos do golpe”, apresentam parte desta discussão entre as esquerdas. Relatos sobre coletivos feministas, culturais e de sexualidade do período (Alvarez, 2014; Macrae, 1990) também indicam a circulação de discursos e práticas que traziam críticas a alguns pressupostos do centralismo democrático e aos modos como esses eram apropriados por parte dos movimentos e partidos de esquerda.

¹⁴⁶ Bárbara, uma ativista com quem conversei sobre a pesquisa, mas não consegui entrevistar, me contou, por exemplo, de sua participação, em 1980, em um coletivo que se reunia na Mooca, na casa do anarquista Jaime Cubero, uma das pessoas que prestou grande contribuição para que o espaço anarquista batizado como CCS (Centro de Cultura Social),

menores e menos centralizadas, geralmente abarcando, além das configurações de classe, questões ligadas ao feminismo, a sexualidades e dinâmicas raciais. Pode ser oportuno destacar este fato, pois a emergência do discurso da horizontalidade e das críticas ao formato partidário, indicado na bibliografia que analisa os ativismos contemporâneos¹⁴⁷, pode estar relacionada também a alguns posicionamentos políticos que já compõem as lutas sociais no Brasil há algum tempo, porém de forma minoritária e menos perceptíveis naquele momento, em que tiveram hegemonia os esforços direcionados à construção de grupos de mediação entre as demandas indicadas nas “mobilizações de base” e as instâncias de participação institucionais que se aspirava construir. O investimento político na construção de movimentos e organizações centralizadas que atuassem como mediadores entre grupos subalternos e Estado foram significativos neste momento, algo muito importante de se destacar, pois, nos anos seguintes, em meio à implementação de medidas neoliberais, esses grupos mediadores serão incentivados a compor a partilha da gestão das questões sociais.

O contexto político de expansão dos grupos políticos populares que marcou os anos de 1970/80 se alterou nos anos de 1990, quando mudanças econômicas, políticas e culturais vão desenhar outro cenário, de endurecimento das condições de sobrevivência.

Já nos fins dos anos de 1980, em sintonia com o que ocorria há alguns anos nos Estados Unidos e em parte da Europa, programas de privatização já constavam nos planejamentos do BNDES (Maranhão, 2011) e as transformações no mundo do trabalho, relacionadas à expansão do capitalismo financeiro e às inovações tecnológicas, já acenavam como fatores de dispersão dos laços comunitários que se produziram nos anos anteriores. Nos anos de 1990, tais indicativos se concretizam. As expectativas de melhoria de condições de vida e conquista de direitos sociais que balizaram muito do empenho no engajamento político dos anos anteriores declinam. São tempos em que, como pontua Francisco de Oliveira (2007), as práticas do sistema financeiro se sobrepõem ao

fundado em 1933 e em atividade no centro da cidade de São Paulo, próximo à praça da República, existisse. Pelas descrições de Bárbara, o grupo se constituía a partir de relações bem próximas às que se estabelecem em parte dos coletivos contemporâneos, sem a declaração de lideranças e sem um programa organizacional a ser seguido pelos integrantes. Uma reflexão sobre a trajetória de Jaime Cubero e os modos de engajamento políticos com que contribuiu pode ser encontrada em: “Jaime Cubero: uma trajetória de práticas libertárias para a educação e para a vida”, dissertação de mestrado de Maíra Moraes dos Santos pela Faculdade de Educação da USP, 2015. Procurei também por registros de movimentações de grupos anarquistas nos anos de 1980. Alexandre Samis, militante da FARJ (Federação Anarquista do Rio de Janeiro, fundada em 2003) e pesquisador da história do anarquismo no Brasil disponibilizou no site da federação material sobre o tema, com relatos sobre a participação de grupos anarquistas cariocas em associações de bairro nos anos de 1980.

¹⁴⁷ A bibliografia sobre ativismos contemporâneos em que nos baseamos para construção das reflexões está indicada na Introdução, p. 8.

capital produtivo, há um deslocamento no centro da geração de excedentes, algo que, somado às inovações tecnológicas, permite ampliar a lucratividade com uma necessidade menor de trabalho. Desemprego ampliado, difusão de inúmeros contratos precários de trabalho, os “trabalhos sem formas” (Oliveira, 2007):

A sociedade plasmada na época do trabalho como categoria central, do trabalho fixo, previsível e a longo prazo, base da produção fordista, dançou” (Oliveira, 2007)

A situação material que se conforma é, portanto, marcada por imensas dificuldades de sobrevivência. O trabalho continuou a ser categoria central da vida, dado que permaneceu como a única forma de sobrevivência popular, todavia seu modo de ser e acontecer ampliou seu grau de precariedade, os salários encolheram, a possibilidade de desemprego se tornou uma presença ainda mais freqüente e contínua. Somado a este cenário, medidas como venda de espaços e empresas públicas, ampliação do endividamento interno e externo, interferência direta de multinacionais na organização territorial e nas políticas locais e um intenso policiamento dos espaços de convivência e circulação constroem um cenário de medo e incertezas. Como indicam Dardot e Laval (2016: 9), comentando o alastramento dessas medidas neoliberais: “As formas empresariais de gestão, o desemprego, a dívida e os sistemas de avaliação são poderosas alavancas de concorrência individual e definem novos modos de subjetivação”.

Parte das expectativas que se nutriram em momentos anteriores se desmancham e os conflitos que tomavam os espaços de convivência recolhem-se conforme se espalham formas de regulação do espaço público que diluem o potencial reflexivo que estes poderiam conter: “os indivíduos são jogados aos seus espaços privados, à solidão, que decorre exatamente da privação do espaço público e da alteridade” (Oliveira, 2007: 29).

Um segundo ponto de mudanças nos anos de 1990 está no plano da organização e valores políticos. Grande parte das mobilizações populares dos anos anteriores tinha, como já colocado anteriormente, duas dimensões bem presentes: a de construir canais de participação institucional, criando um Estado transpassado por decisões construídas em espaços de organização popular, e as ações diretas (atos, protestos, assembléias públicas, ocupações). As posições que priorizam as ações diretas, entendidas como forma de romper com táticas burocráticas que tendem a deslocar o sentido das reivindicações, e as que primam pela atuação institucional se fazem presentes, em diferentes

proporções, na maioria dos grupos militantes e ativistas e produzem disputas internas permanentes. O posicionamento que irá ascender em cada momento, e em cada grupo em específico, depende do teor das relações que são estabelecidas entre Estado e os grupos políticos. De algum modo, no meio do caminho entre os anos de 1970/80 e as décadas seguintes, houve uma desconexão entre lideranças e as aglutinações populares. Baierle (2009) narra uma parte deste episódio na cidade de Porto Alegre, indicando como as expectativas sobre as práticas do orçamento participativo nos anos de 1980 se transformaram em mecanismos de trocas clientelistas entre representantes políticos e lideranças comunitárias. A desconexão entre lideranças e um projeto coletivo parece ter sido construída historicamente pela centralização que os movimentos acabaram, de forma mais ou menos consciente, conferindo aos canais representativos e também por um conjunto de transformações macroeconômicas de caráter neoliberal que dificulta as formas populares de sobrevivência e, conseqüentemente, a organização política.

Num contexto em que as expectativas de ascensão social via trabalho vão declinando, os espaços públicos vão se mercantilizando e parte dos grupos que compõem o engajamento político popular passam a priorizar a atuação no interior do Estado e nos espaços institucionais de interlocução “Estado x sociedade civil”, haverá uma menor propensão ao engajamento político coletivo sob a “gramática da mobilização popular” que balizou militantes e ativistas até então. Este declínio foi potencializado pelas medidas tomadas pela igreja católica para a dispersão dos grupamentos mais progressistas que se organizavam nos bairros através das comunidades eclesiais de base¹⁴⁸ (Doimo, 2004), pela expansão das atividades na fronteira do lícito/ilícito, as quais envolvem sobretudo jovens na periferia e se liga à expansão do sistema prisional¹⁴⁹ e da violência policial (Feltran, 2012).

Todavia, apontar o declínio da “gramática da mobilização popular” não é o mesmo que afirmar que esta tenha deixado de existir, mas sim que perdeu capacidade de incitar o engajamento e se reconfigurou em conjunto com o contexto econômico e político das décadas seguintes. Pedro,

¹⁴⁸ Doimo (2004) cita, por exemplo, a decisão do Vaticano em 15.03.1989, dois meses após a eleição de Luiza Erundina para a prefeitura de São Paulo, de desmembrar a arquidiocese de São Paulo e remanejar Dom Paulo Evaristo Arns, o que atingiu diretamente movimentos populares das zonas sul e leste, interligados através dos trabalhos entre as CEBS. A autora apresenta comentários de Dom Arns à decisão: “Na forma como ficou definido, as dioceses ficam independentes entre si ... Ficou eliminada a interação dentro de uma imensa cidade. Foi esse, talvez, o capítulo mais triste da minha vida de arcebispo sob a orientação do papa Paulo II”.

¹⁴⁹ Feltran (2012) apresenta dados da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo, indicando que de 1994 (55 mil presos) para 2011 (190 mil presos), a população carcerária do estado de São Paulo mais que triplicou.

cujas experiências nos ajudaram a construir as reflexões deste tópico, continuou, mesmo depois da dispersão da Assembléia do Povo e das mudanças de contextos sociais, a se movimentar a partir desta gramática. Passou a atuar na associação dos moradores, entrou e saiu do PT, mudou da igreja católica para a evangélica e nas últimas eleições contribuiu para a campanha do PSOL pelo bairro. Em sua casa, sempre cheia, circulam filha(o)s e respectiva(o)s parceira(o)s, neta(o)s, sobrinha(o)s e nenhuma das pessoas mais próximas da casa querem ter o mesmo envolvimento político que o pai, as preocupações centrais são outras. Alguns dos filhos sobrevivem entre um trabalho precário e instável e outro e contam com a ajuda da aposentadoria do pai. Uma das filhas organiza sua rotina entre o cuidado da filha e as visitas ao marido, preso já há algum tempo. Boa parte deles segue morando com Pedro, já que sua casa, fruto de uma ocupação, fica em um terreno largo, em que Pedro vai puxando cômodos.

A gramática da mobilização popular encolheu, convive com o alargamento de outras matrizes discursivas, as quais motivam formas de interação coletivas que dialogam com atores sociais¹⁵⁰ que até então não estavam em cena (Feltran, 2012). Há uma coexistência de diferentes narrativas, que configuram a heterogeneidade dos grupos populares, inclusive dos mais periféricos, sendo que algo do contexto anterior se reformulou, mas não findou. As experiências ativistas de Helena, uma das interlocutoras da pesquisa e moradora do mesmo bairro que Pedro, é expressão da heterogeneidade de discursos e posições políticas que envolvem grupos subalternizados. Helena resignifica sua existência e se firma no bairro enquanto integrante de coletivos feministas, que se fazem presentes em alguns eventos que a mesma organiza no bairro. É a gramática da mobilização popular que Helena aciona, mesmo que ao seu entorno haja pequena adesão e que haja conflitos com outros “grupos de mobilização”, como o PCC ou entidades religiosas, os quais expandem seu potencial de aglutinação sob parâmetros políticos bem diversos. O que buscaremos compreender, partindo da consideração do declínio – mas não inexistência – da gramática da “mobilização popular”, é como as reformulações que se deram a partir dos anos de 1990 atuam no sentido de envolver os mediadores que atuam sob este prisma, construídos nos anos anteriores, na partilha da gestão dos conflitos sociais. Essas reflexões seguem no próximo tópico.

¹⁵⁰ Feltran analisa o surgimento de um novo ator de mobilização, que atua no sistema prisional, como indica o autor, e também em parte das periferias de grandes cidades paulistas: “Reivindicando, portanto, o combate às injustiças e opressões, internas e externas à população carcerária, e em ruptura com a tradição associativa dos movimentos sociais das décadas anteriores, o “Comando” expandiu progressivamente sua legitimidade pelo sistema penitenciário, nos anos seguintes, implementando políticas específicas. Seus membros, que se chamam de “irmãos”, passaram a ser batizados em rituais nos quais se assume um compromisso com o *crime*” (Feltran, 2012: 237)

5.2 – Paradoxos dos anos de 1990 e 2000: ativismos e militâncias como parte do governar

As ações coletivas que compõem o engajamento político popular são, como é exemplificado no capítulo 4, permeadas de conflitos e de formas de “governos das condutas” (Foucault, 2008b) e comportam, também, como indicam os capítulos 2 e 3, um incisivo potencial de reconstruir contranarrativas e dissensos aos conjuntos de normas de justificam estigmas e sujeições. Esta potencialidade, como toda força de erupção política, é envolvida por inúmeros feixes – ou formas de governamentalidade – que compõem os dispositivos de normatização social.

Partindo do pressuposto, delineado no decorrer deste trabalho, de que a governamentalidade se concretiza nos entrelaçados entre o governo estatal e outras variadas formas de “governos dos outros”, exercida por diferentes atores sociais e que propagam subordinações de classe, de gênero, de raça, entre outras, podemos pensar três movimentações principais que parecem se intensificar a partir dos anos de 1990 e que influenciam diretamente as possibilidades do engajamento político popular se configurar enquanto um espaço de renomeações e/ou de assujeitamentos: a primeira, já mencionada no tópico anterior, remete à implementação de diversas reformas neoliberais que precarizam as condições de sobrevivência e policiam intensamente os espaços públicos, tornando mais difícil a expressão dos conflitos; a segunda, de que trataremos mais especificamente neste tópico, refere-se às alterações nas relações entre Estados e grupos ativistas/ militantes, as quais se tornam mais permeadas de negociações e de momentos em que consensos a dispositivos de subordinação são operados, atos que podemos chamar de “partilhas no governar” e a terceira, a ser tratada nos tópicos seguintes, remete a ascensão e fortalecimento de narrativas que questionam tanto essas colaborações na gestão dos conflitos como as subordinações de classe, gênero e raça que desenham as relações entre atores que constroem o engajamento político popular

Nas experiências ativistas e militantes das dez mulheres interlocutoras desta pesquisa foi possível identificar as dificuldades que tiveram na nomeação e publicização das desidentificações que as ativistas/ militantes iam tendo em relação a discursos – fábulas policiais (Rancière) – que naturalizam a distribuição das riquezas e lugares sociais. A aproximação a práticas do engajamento político popular, mediadas por um conjunto de relações que estão indicadas no capítulo 3, foi parte da busca por renomear estranhamentos e pela possibilidade de discuti-los publicamente, algo que o complexo processo de privatização do público tende a impedir. Ao mesmo tempo em que as interações e práticas que compõem o engajamento político permitiram renomeações, também

propagam formas de sujeição, seja quando os grupos adequam seus discursos e formas de se organizar às exigências de inserção institucional seja quando reproduzem nas relações entre os participantes assimetrias e silenciamentos. Todas as interlocutoras trouxeram momentos em que os grupos a que estavam ligadas passaram a irradiar práticas que colaboravam para o reforço de dispositivos de normatização e assujeitamento que operam no social. Esses instantes de normatização parecem ter se tornado mais comuns a partir das transformações dos anos de 1990, sobretudo conforme a remodelação do Estado suscita formas de partilha e colaboração entre Estado e formas de associativismo não estatal. Parece ser um momento em que as partilhas no governar, necessárias à propagação dos dispositivos de normatização, se fortalecem, tornam-se mais complexas, de modo que os mecanismos de controle e pacificação não partem somente de grupos que detém o poder estatal e/ou econômico, mas atuam em conjunto com procedimentos colocados em ação pelos próprios grupos organizados sob o argumento de construir algum tipo de contraposição às formas de sujeição operadas pelos grupos dominantes.

As cenas que compuseram a greve dos professores em 2015, em parte apresentadas na fala¹⁵¹ de uma ativista-professora da rede pública na assembléia que encerrou a paralisação, podem ser consideradas um exemplo de como formas de governo se sobrepõe e se reforçam, difundindo conjuntamente dispositivos de normatização social:

Superamos muitos entraves postos pela burocracia sindical levando a greve adiante com ativismo independente. Se nas greves anteriores, os burocratas (em todas as suas alas) eram fortes para derrotar o movimento em 20 ou 30 dias, desta vez tiveram que enfrentar a resistência de milhares de professores por mais de 90 dias. A greve não acabou porque cansamos de enfrentar o governo, sem salário, tal como os discursos no caminhão da última assembleia tentavam nos convencer. Acabou porque pelegos, fura-greves e sabotadores se empenharam a favor da desmobilização. O que impôs esse recuo foi o empenho dos que controlam o aparato sindical e agregam militantes sempre dispostos a evitar a luta, contra o ativismo dos professores independentes, cuja consciência da necessidade da luta e cuja determinação levaram a greve nas costas (Profa. da rede estadual, São Paulo, greve da rede estadual paulista de educação, Assembleia final, junho de 2015)

¹⁵¹ Acompanhei esta assembleia e registrei a fala pública da professora, por considerá-la expressão das formas de parceria entre governo de Estado e grupos militantes que permeiam o contexto político contemporâneo.

A fala desta professora indica uma cena comum no cotidiano do engajamento popular contemporâneo. Algo que, sendo fruto de um processo histórico, vem de uma história de busca de autonomia e de reformulação das técnicas de governamentalidade relacionadas. A bibliografia que descreve os primeiros sindicatos no Brasil (Canedo, 1997), indica a diferença entre os primeiros sindicatos, que eram espaços próximos a centros culturais e de produção de conhecimento popular, em relação aos sindicatos que foram se institucionalizando, elegendo dirigentes, se dividindo em cargos e inúmeras outras hierarquias, se dividindo entre os “afastados como delegados” e os que passam assédios no local de trabalho. Os sindicatos chegaram, historicamente, a estes formatos e relações por uma série de táticas estatais de controle, uma história de legislações que, ao legalizar os sindicatos, também criou suas amarras. Porém, este processo ocorre com apoio fundamental das variadas relações assimétricas entre trabalhadora(e)s, dos processos de silenciamento das divergências, do “espírito” neoliberal impregnado na subjetividade de quem é subalternizado e tem consenso com a lógica que subordina a si e aos pares. O governo estatal se nutre e se potencializa por estas tecnologias de governamentalidade que se estabelecem também entre os sujeitos envolvidos em posições de subalternidade. A fala da professora indica, pelo caso exemplificado, que o governo é o Estado, mas também as “artes de governar” que se expressam entre governados, os quais estabelecem entre si relações de controle e de subordinação. Quando a categoria tenta levar a greve adiante enfrenta dois inimigos, o governo do Estado de São Paulo e o governo que se exerce “aos pares”, entre as pessoas próximas, via sindicalistas em cargos de direção, e também por aqueles que reforçam táticas de distinção e de controles aos que divergem de uma racionalidade hegemônica dentro do sindicalismo.

Esta situação histórica contemporânea pontuada pela professora/ativista expressa as categorias que usamos neste trabalho para pensar os percursos em que se construíram os ativismos e militâncias contemporâneas. O autonomismo, ainda se mostrando presente, nos permite remeter aos momentos do engajamento político em que as desigualdades são mais intensamente questionadas, que o sujeito que nunca fala pode ali falar, por apoio e incentivo dos pares. Estes momentos de irrupção política¹⁵² existem em conjunto com dispositivos de controle ativistas, os quais comportam múltiplas formas de governo, sejam aquelas que vêm do Estado e outras instituições, sejam aquelas que se travam nas relações mais próximas. Buscas por autonomia e dispositivos de controle formam

¹⁵² A política: “introduz um desvio na transição de um poder a outro” (Rancière, 1996)

um círculo conflituoso contínuo, ou, como nas palavras de Rancière, formam a dinâmica política/polícia¹⁵³.

As histórias das lutas sociais no Brasil podem ser pensadas a partir dos rumos que a relação entre as buscas por autonomia e os dispositivos sociais que perpassam os ativismos tomaram nas últimas décadas. O discurso da democracia participativa nos anos de 1970/80 contemplou tanto uma parte do desejo de autonomia como uma inclinação para o controle social via instituições estatais. Esses dois componentes coexistiam.

Moradores do Campo Belo até hoje guardam lembranças e têm o movimento dos anos de 1980 como referência de um momento em que agiram, em que construíram um projeto para o local em que moram. A lembrança viva e apaixonada mostra que houve um desejo de autonomia grande naquele momento, de fazer por si, de ser a política. Tal componente autônomo foi, diante de um contexto de desmanches que precarizou as condições de sobrevivência, apropriado por outros discursos e interesses. O discurso da democracia participativa sempre comportou ambíguas facetas, envolvia o desejo de insurreição, a busca por autonomia em relação ao Estado ou outras instituições de controle, mas envolvia também certa aposta nos espaços de governamentalidade estatal.

Em fins dos anos de 1980 e início dos anos 1990, o feixe discursivo da participação democrática, conforme o PT e alguns movimentos conquistavam espaços institucionais, foi passando de um eixo de concentração de expectativas sobre a autonomia, participação popular e redistribuição social para uma forma sofisticada de gestão de grupos ativistas/ militantes. Baierle, autor que nutria expectativas em relação à autonomia e à busca participativa dos movimentos populares dos anos de 1980 (Baierle, 1992), anos depois pontua o redirecionamento dos anseios políticos de outrora (Baierle, 2009), apontando que a lógica neoliberal acabou por impregnar procedimentos que, inicialmente, tinham um potencial transformador.

¹⁵³ O trabalho de Rancière (1996), com suas definições de polícia e política, nos ajudam a pensar o enlace permanências/rupturas das desigualdades. Para o autor, a política ocorre no momento em que um mundo sensível, baseado no profundo questionamento de hierarquias, se projeta sobre outro mundo sensível, em que predominam as desigualdades legitimadas. A política ocorre nos momentos de quebra de um padrão de dominância. Já a polícia, para Rancière, é um termo amplo, nomeado deste modo para abranger o “conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (Rancière, Jacques. O dissenso. 1996: 372)

Se houve uma apropriação deformadora (Dagnino, Olvera e Panfichi, 2006) ou se houve o crescimento de algo que já coexistia (Gallo, 2012), o fato é que movimentos, ONGs e partidos têm cada vez mais intensamente as regras institucionais e os dispositivos de controle como parte de suas movimentações, reforçando diferenciações e assimetrias entre ativistas e, conseqüentemente, reforçando técnicas de governamentalidade.

No interior deste processo, é possível indicar a entrada de parte de uma esquerda – que trazia o discurso da participação democrática bem incorporado – no Estado, via expansão dos cargos políticos e comissionados do PT (Ribeiro, 2010). Essa entrada, em certa medida, contribui para o fortalecimento do teor institucionalizante do discurso da democracia participativa e para o gerenciamento do teor autônomo de outrora. Embora menos comentada, esta ambígua inserção (Rizek, 2007; Bello, 2007) exerce grande influência no que se pode chamar de adequação institucional e normativa de parte dos ativismos e militâncias. Diversificam-se e fortalecem-se as técnicas de governamentalidade (seja as dos Estados ou entre pares) que controlam as possíveis erupções políticas que perfazem o engajamento político popular.

5.3 – Reinventando o engajamento: nevascas

Nos tópicos anteriores, frisamos a convivência entre o autonomismo e o participativismo no engajamento político popular. Ambos estiveram presentes nos discursos da democracia participativa que nortearam os movimentos populares nos anos de 1970 e 1980 e, de forma reformulada, ainda se fazem presente como no campo das esquerdas. Todavia, o viés que o participativismo tinha num contexto anterior, se reformula no contexto atual, em que formas de atuação conjunta entre Estado e grupos ativistas/ militantes são elementos fundamentais da gestão dos conflitos sociais. Se num momento anterior, os anseios de participação institucional vinham como expressão das demandas construídas nas lutas populares, no momento atual esses mesmos anseios de participação passam a ser incentivados pelo Estado e por organizações internacionais como o Banco Mundial, porém com um significado político bem diferente. O termo participação teve seu sentido profundamente alterado, mas continua existindo como narrativa que incentiva a mobilização, uma mobilização que, agora, é mais detalhadamente normatizada pela lógica da gestão das desigualdades sociais. Participação popular, nos termos atuais, é executar o que já foi decidido em outras instâncias (Magalhães, 2017) geralmente envolvendo recursos públicos reduzidos, pois o destino do montante

maior é deliberado de outra forma, nas parceiras neoliberais entre Estado e conglomerados empresariais.

Os discursos e práticas que compuseram a democracia participativa foram se reformulando e passaram a estabelecer inúmeros pontos de consenso à lógica que outrora criticavam. Nesse “movimento de adequação”, é produzida, também, a sua crítica, que surge como tentativas de driblar os enquadramentos. Silvio Gallo (2015), ao refletir o que nomeia como “governamentalidade democrática”, traz uma metáfora interessante para pensar as ações coletivas que trazem questionamentos aos rituais democráticos contemporâneos que conformam desigualdades, sob o discurso de confrontá-las. Tendo como referência uma obra literária cujo título é “Nevasca”¹⁵⁴, o autor pontua que, na referida obra, a imagem de uma nevasca é usada para se referir à situação em que inúmeros ruídos soam ao mesmo tempo, assemelhando-se aos chiados de uma TV em um canal fora do ar. Esses ruídos, em diferentes vibrações, vão se proliferando, tornando mais difícil padronizar os modos de se agregar. Vibrar em outras sintonias é, num contexto de normatização ampliada, uma forma de resistência. A metáfora da Nevasca trazida por Gallo nos ajuda a pensar esses movimentos políticos em que aquele que contestou em um determinado momento passa, em outro, a vibrar na mesma lógica dominante ora contestada e, como contraposição a tal conformação, outros sons (grupos) se constroem. No engajamento político popular, esse parece ser um movimento regente, algo que pode ser pensando, também, a partir da dinâmica política/polícia trabalhada por Rancière. Podemos pensar que as perspectivas de redemocratização fortalecidas nos anos de 1970/80 trouxeram, naquele momento, uma intensidade criativa que fortaleceu muitos grupos e movimentos sociais, mas foi compondo uma institucionalidade e desmoronando aos poucos, em contínuos atos de adequação normativa e reinvenções como resposta, até chegar ao momento atual que chamamos, num viés negativo, de “fragmentações de esquerda”, mas que pode ser entendido, também, como resultado de questionamentos múltiplos a tentativas de adequação fracassadas. Múltiplos sons vibrando, tornando mais difícil a constituição de uma unidade que muitas vezes atuou como parte do processo de gestão. Trazemos as palavras de uma militante que atentou para tal análise, em uma roda de conversa em que a autora desta pesquisa lamentava a dificuldade de debate entre grupos de esquerda de diferentes posicionamentos:

¹⁵⁴ Gallo (2015) retira esta metáfora da obra literária: “Nevasca”, de Neal Stephenson e a contextualiza na análise da política contemporânea. O autor apresentou estas considerações na Mesa: “Biopolítica e educação: novos dispositivos de subjetivação” do XVII Simpósio Internacional IHU, Saberes e práticas na constituição dos sujeitos na contemporaneidade. Unisinos, setembro de 2015. O evento e as apresentações podem ser conferidas no canal do Instituto Humanitas UNISINOS (IHU) no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=GWxjKPZ12co>.

Então, essa “conversa” que você diz ser necessária é difícil de acontecer, porque como você vai querer conversar com aquele que você sabe que te sufocou por tanto tempo? Não dá não. (Ativista em roda de conversa sobre movimentos sociais hoje, Campinas, abril de 2017)

A fala da ativista, de entonação bem objetiva e direta, suscitou reflexões, as quais podem ser amadurecidas no contato com os escritos de Edward Thompson em “A miséria da teoria”¹⁵⁵, quando o autor reflete sobre a “unidade” proclamada pelos partidos comunistas da época em que escreve (início de 1960) e o teor regulador que essa unificação pode adquirir. O autor se referia ao contexto de denúncias contra os “stalinismos”, em que grupos críticos a Stalin passaram a reproduzir também a mesma lógica política ora contestada. A percepção destes círculos normativos levou parte da militância comunista, assim como ocorreu com Thompson, a deixar o partido e buscar outras formas de engajamento. A metáfora da Nevasca, com seus chiados e os consequentes sons dissidentes, não remete às movimentações de que Thompson é, também, parte? Não remete ao contexto atual, em que fragmentos difusos se espalham e dificultam – não impedem, mas dificultam mais intensamente – a hegemonia de um discurso que clamou por expectativas demasiadas no jogo institucional?

Como foi indicado até agora, o engajamento político popular, seja pelas militâncias ou ativismos, possibilita às mulheres deslocar muitas das normas sociais em que não se reconhecem e não querem se adequar. Possibilita, também, um processo de formação política que as permite identificar melhor as representações sociais que lhes subordinam e estigmatizam, de modo que conseguem lidar melhor com elas. Ao mesmo tempo em que as práticas ativistas/ militantes trazem essas possibilidades de reconhecimento e encorajamento, elas também são compostas de momentos em que esse mesmo reconhecimento/encorajamento é inibido. Os incentivos e inibições não ocorrem separadamente, compõem um mesmo cotidiano e se misturam. Visualizo que nesses movimentos de estimular/conter está expressa a dinâmica política/polícia de que trata Rancière.

A política é um momento intenso de questionamento de uma ordem desigual, é aquilo que questiona e impulsiona à mudança, a polícia é o que conforma, desigual, mantém as normas de

¹⁵⁵ Edward Thompson deixou o partido comunista inglês em 1956, após a invasão da Hungria pelas tropas soviéticas e as denúncias de Krushev sobre Stalin e o partido comunista russo. O texto “Miséria da Teoria” foi escrito mais de duas décadas depois, em 1978. Nele, Thompson critica as posições de Louis Althusser acerca da consciência operária, sempre tomada, no olhar althusseriano, pelas ideologias dominantes, sendo necessária a ciência revolucionária, operada pelo partido comunista, para rasurar a dominação ideológica. Sobre a trajetória de Thompson e seus embates com Althusser, há o artigo de Formagio (2017), escrito durante o doutorado.

subordinação. Os dispositivos de normatização do engajamento político popular, enquanto mecanismos policiais, permanecem atuando, transformaram-se a partir dos anos de 1990 e atuam, hoje, de forma mais sofisticada. Apesar de trazerem formas de controle mais elaboradas, há uma contínua reelaboração de “chidos”, sons que vibram em outras sintonias. Contenção e “vazamento” parecem ser movimentos contínuos que se aceleram nos dias atuais. O controle permanece, mas seus efeitos já não têm os mesmos êxitos. Seja do interior dos partidos mais à esquerda, seja fora deles, através de inúmeras formas de ativismos mais norteados pelos ideais autonomistas, surgem críticas que obrigam os dispositivos de controle a se remodelar. Alguns desses chuviscos são pontuados nos dois tópicos seguintes.

5.3.1 – As críticas à institucionalização do engajamento político popular

Desde os anos de 1980, quando partidos e movimentos sociais conseguem uma inserção cada vez mais ampliada nos espaços institucionais, a linha de separação entre o mediar vozes subalternas ou atuar como gestão delas se torna mais tênue¹⁵⁶. Sujeitos e grupos militantes/ ativistas vão expressando, através dos discursos e posturas políticas, princípios organizativos e políticos que favorecem a conformação às regras policiais que distribuem desigualmente recursos materiais e afetivos. A percepção desses processos de “enquadramento” por parte de alguns grupos ligados ao engajamento político popular foi construindo, ao longo das décadas de 1990/2000/2010, críticas a modos piramidais de se organizar que balizam, também, grande parte dos grupamentos de esquerda. Há a avaliação, que se mostra em várias atitudes do cotidiano ativista e que também se expande na bibliografia¹⁵⁷, de que os formatos institucionalizados de se agregar e se manifestar trazem, também, o controle de vozes divergentes e facilitam a construção de consensos governamentais.

¹⁵⁶ Em “Rebelião do público alvo? Lutas na Fábrica de Culturas” (Passa Palavra, 18 de julho de 2017) e em “O fim do protagonismo juvenil e o retorno à ação política” (Souza, Regina Magalhães. Revista Online IUH, maio de 2017) há reflexões sobre algumas movimentações políticas recentes que podem ser lidas como contra-respostas a estratégias de enquadramentos normativos operacionalizados tanto por OSs (Organizações Sociais) como por grupos ou personagens que ascendem como mediadores de grupos subalternos.

¹⁵⁷ A Revista Caros Amigos, n. 83, 2016, Edição Especial “Caminhos da Esquerda” traz artigos com interpretações sobre os percursos das esquerdas no Brasil. As análises de Lincoln Secco e Pablo Ortellado trazem apontamentos como o de que: “há uma nova geração que vê essa experiência de institucionalização, que é expressa pelo PT, dentro de seus

O engajamento político popular é, portanto, no contexto contemporâneo, marcado por tensões internas permanentes. As hierarquias (assumidas ou não) e centralização das deliberações estão a compor espaços de representação em que um grupo específico passa a falar pelos demais e dificultar a expressão de posições divergentes. Como resposta a esta formatação do engajamento, surgem, sobretudo a partir dos anos de 2000, inúmeros coletivos - relacionados à questões sindicais, de saúde, de gênero e muitos outros temas – os quais se afirmam em diferenciação e contraposição às organizações mais tradicionais. Assim como movimentos urbanos, como o MPL (Movimento Passe Livre) e o Tarifa Zero¹⁵⁸ surgem trazendo críticas diretas aos grupamentos de esquerda mais tradicionais e suas organizações baseadas em mecanismos mais centralizados.

A crítica ao dirigismo e hierarquias no interior dos grupos que compõem o engajamento político popular existia, talvez de forma menos evidente, há décadas atrás, todavia a impossibilidade de inserção institucional do contexto ditatorial desestimulava a diferenciação e concorrência interna nos movimentos, fortalecia a ideia de um todo contra um inimigo em comum, e tornava menos evidente as diferenças entre os movimentos. Esta situação parece se alterar a partir dos anos 1990, quando o processo eleitoral se regulariza e políticas neoliberais, em especial os incentivos do Banco Mundial à política de parceria entre governos e grupos civis para atendimento de questões sociais, faz proliferar as vagas de atuação em ONGs, agências internacionais e outros programas governamentais (Alvarez, 2014; Maranhão, 2011). Desigualdades mantidas e gradativamente intensificadas no interior de grupos que se formaram com a finalidade de contestação levaram ativistas, a partir de 1990 e principalmente na última década, a buscarem outros caminhos, seja uma atuação mais dispersa e não ligada a partidos ou movimentos, sejam novas formas de se agrupar. Parte da bibliografia aponta a institucionalização da militância e discute seus efeitos, mas há menor atenção em observar como esses processos afetam as diferenciações e hierarquias que se estabelecem no interior dos grupos políticos e como a maior possibilidade de ocupar espaços institucionais influencia as disputas, distinções e afetos em grupos formados a partir da contestação de uma desigualdade.

limites e a rejeita” (Ortellado, 2016). Secco, autor de livro sobre a trajetória do PT, pontua que os modelos tradicionais de organização dos movimentos sociais dos anos de 1970/80 parecem ter, historicamente, se esgotado.

¹⁵⁸ Marcelo Pomar, militante que participou da formação do MPL em Florianópolis, narra, em entrevista disponibilizada no site do “Tarifa Zero” (www.tarifazero.org/marcelopomar), que a definição do apartidarismo como princípio foi uma escolha resultante das inúmeras críticas que pessoas que se aproximavam do movimento faziam a grupamentos de esquerda que atingiam um amplo grau de burocratização interna e, assim, dificultavam processos deliberativos menos balizados por parâmetros mais normativos de organização.

A institucionalização burocrática de grupos e lideranças ocasionam a formação de novos grupos políticos, os quais buscam por formas de organização em que a distinção entre os participantes não resulte em desigualdades na participação. Alvarez (2014) observa esses efeitos nos movimentos feministas e salienta que o aumento da inserção institucional de militantes, um fenômeno em toda América Latina, ocasiona, por contraste, o surgimento de novos coletivos autônomos:

No Chile, então considerado por muitas o feminismo mais “institucionalizado” e “Onguizado” da região latino-americana, por exemplo, surgiram mais de 30 coletivos organizados informal e horizontalmente justamente no pico da institucionalização dos anos 1990. Mesmo que muitas vezes efêmeros e nem sempre politicamente visíveis, coletivos e outras organizações menos estruturadas continuaram a se estabelecer no Brasil e em outras partes da região latino-americana durante o auge da “Onguização””. (Alvarez, 2014: 27)

A expansão das Ongs, das iniciativas sociais do 3º. Setor e de outras parceiras governos/grupos civis ocasiona, portanto, dois fenômenos por contraste: uma maior disputa de lideranças e maior estruturação e divisão nos movimentos, de um lado; e, de outro, e como forma de diferenciação, uma expansão da busca por autonomia, o que se mostra tanto no surgimento de inúmeros coletivos sob formatos que divergem ao partidário ou ao de quadros em que se baseiam considerável parte dos movimentos sociais. O relato de Ana sobre sua experiência na greve da(o)s professora(e)s estaduais de São Paulo em 2010, quando lecionava na rede estadual, indica a percepção, comum nos cotidianos militantes e ativistas, sobre os momentos em que ações coletivas que trazem potenciais de aglutinação e reinvenção política são absorvidas pelos procedimentos homogeneizantes e hierárquicos que são difundidos por parte das organizações:

Nós estávamos no meio da greve, já há 2 semanas, e a coisa surgiu da organização nas escolas mesmo, de professores que, mesmo lotados de aula, ainda tiravam um tempo pra fazer mobilização de base. Foi essa pressão que fez a greve. **Mas aí é aquele lance, vem o discurso, tanto da situação quanto da oposição do sindicato, de que tem que ter a assembleia chamada pelo sindicato, de que é preciso essa legalidade como garantia contra processos que a secretaria de educação entre contra a categoria. Tá, mas aí você vê que são nesses momentos que algumas pessoas participam menos e as vozes que mais aparecem são aquelas de sempre.** Todo mundo critica o ritual burocrático, mas fala que ele é necessário. Aí você vai

vendo que não é somente o governo que se beneficia da burocracia, tem muita gente dentro do movimento também. Por isso que eles querem centralizar e fazer o molde de qualquer jeito. Acho que a legislação soube muito bem nos dividir. Entre nós, está dividido os prejuízos de uma política: há aqueles que a sentem na pele, e há, também, algumas premiações, que as lideranças burocráticas recebem. (Ana Piva, coletivo popular de mulheres escritoras, São Paulo, setembro de 2016)

As exigências institucionais, os formatos que devem ser seguidos para que uma manifestação tenha reconhecimento do Estado interrompem os momentos em que o potencial político das ações coletivas se eleva. Na situação narrada por Ana, a necessidade de uma assembleia organizada conforme as regras institucionais desconsidera as movimentações construídas nos locais de trabalho pelos professores e dá centralidade de voz a personagens que, ao cumprir um papel de mediador entre Estado e a categoria, acabam por atuar na gestão do movimento, agem em consenso à lógica estatal. A existência da mediação e dos sujeitos mediadores tornou-se, no decorrer da história, uma exigência institucional, e, nos momentos em que ela opera, é perceptível que se constrói uma hierarquia entre manifestantes e aumenta a possibilidade do controle político das ações. Esse processo é identificado por alguns grupos ativistas, que passam a destacar a necessidade de driblar essas exigências, ao invés de tomá-las como eixos de organização das formas de atuação política. O documentário “Lute como uma menina”¹⁵⁹ traz a cena¹⁶⁰, ocorrida em uma das passeatas dos estudantes das escolas ocupadas em 2015, em que secundaristas gritam em direção ao nada bem-vindo caminhão de som da União Nacional de Estudantes (UNE): “Sem lideranças!!”. O grito expressa a intenção de organizar-se de modo que se contrapõe ao modelo piramidal que facilita a governos controlar contestações populares através da força de influência e direcionamento construída em torno de algumas lideranças. Como me indicou uma ativista¹⁶¹, residente em São Paulo e participante da ocupação das escolas paulistas em 2015, os policiais sempre perguntavam, durante as ocupações, por nomes de lideranças, o que é mais um indicativo, conforme interpretou, de que organizar-se de forma descentralizada traz dificuldades aos grupos responsáveis pelo mapeamento e punição dos atos e protestos populares.

¹⁵⁹ Trata-se de documentário que traz os relatos de meninas/ secundaristas que participaram da ocupação das escolas paulistas em 2015 na cidade de São Paulo. Direção de Flávio Colombini e Beatriz Alonso.

¹⁶⁰ A cena aparece aproximadamente aos 6 minutos do documentário.

¹⁶¹ A ativista apresentou suas experiências no movimento de ocupação das escolas paulistas durante a “I Jornada de Educação Libertária em São Paulo”, organizada em novembro de 2017 pelo Grupo de Pesquisa Poder Político, Educação e Lutas Sociais (GPEL) da Faculdade de Educação da USP. Na ocasião, duas ativistas que estiveram nas escolas ocupadas trouxeram suas reflexões sobre o episódio, com observações detalhadas sobre as relações entre grupos ativistas.

As exigências de adequação institucional, tanto as relacionadas ao como encaminhar demandas coletivas como as que se referem aos modos de se organizar, passam por questionamentos que se fazem presentes tanto nos momentos de construção das mobilizações populares como na decisão de compor ou não um grupo político. Sulamita traz um relato que diferencia uma reivindicação política e a necessidade de encaminhá-la através de uma organização institucionalizada:

Eu percebo que há uma disputa das organizações pelos militantes, eles ficam atentos às mobilizações de manifestantes sem vinculação a nenhum grupo. Eles observam e vão se aproximando e tentando associar os “interesses”. Tipo, você tem uma bandeira de luta, eles vão associando essa bandeira à necessidade de fortalecer a organização e, quando você vê, a bandeira fica em segundo plano e você, se bobear, vira um reproduzidor de um discurso pronto “Fora Dilma” “Fora Temer” “Foi golpe” “Não, não foi golpe”, que atende aos interesses institucionais dessas organizações. É muito difícil fugir disso, porque eles estão em todos os lugares, são sempre os mesmos a falar (Sulamita, ativista a partir das jornadas de junho/2013, São Paulo, junho de 2017)

O relato de Sulamita indica que entre a identificação de uma demanda coletiva e a decisão de como encaminhá-la politicamente há um campo de disputas, os quais envolvem interesses para além da questão pela qual o grupo manifestante se move. A desconfiança em relação às formas de encaminhamento e aos formatos organizacionais estão cada vez mais presentes nas percepções de ativistas e desenham as críticas que partidos e outras organizações têm recebido, inclusive dos grupos mais jovens. Jaqueline identifica esse questionamento no cotidiano militante:

O conflito entre a forma coletivo e a partidária está colocado, mas não é de uma forma a excluir, de dizer: “ah, você é de tal organização, então não pode”. Quando você se relaciona no dia-dia e as companheiras que têm uma crítica mais acentuada aos partidos percebem que você se coloca de forma democrática, buscando ouvir e dialogar, tudo fica muito mais fácil. Agora, de uma maneira geral, existe um sentimento antipartidário e anti-estruturas burocráticas, [...] e isso, claro, tem haver com a forma como os partidos organizam as coisas. Essa rejeição é associada, principalmente, ao legado petista (Jaqueline, PSOL, São Paulo, novembro de 2016)

O que Jaqueline nomeia como “sentimento antipartidário e anti-estruturas burocráticas” aparece como uma marca presente, em diferentes intensidades, fora dos partidos, mas, em parte, também dentro deles.

A identificação com um partido de esquerda é um dos caminhos possíveis para o engajamento e esteve presente nas falas das interlocutoras da pesquisa, demonstrando momentos em que esse vínculo é reforçado, outros momentos em que ele é questionado e, outras vezes, desfeito. No Brasil, a vinculação sob o “formato partido” – algo que pode se dar tanto na ligação partidária, como em organizações ou movimentos organizados a partir de quadros e hierarquias pré-definidas - foi por muito tempo uma referência hegemônica entre as esquerdas e, de certo modo e com algumas mudanças, continuou a ser com o processo de construção do PT nos anos de 1980. Os discursos e propostas de organização descentralizados e críticos ao papel de vanguarda/liderança coexistem com o modelo partidário e tiveram, a partir dos anos de 2000, uma ascensão, fazendo-se presentes, por exemplo, nos discursos do Movimento Passe Livre e se coloca de forma mais expressiva nas jornadas de junho de 2013 e na ocupação das escolas estaduais paulistas em 2015.

Para algumas das militantes com quem conversei, a vinculação partidária tem importância central no modo de entender o engajamento político e suas necessidades. Suas experiências compõem-se de crises em relação a esse vínculo, mas mantém a avaliação de que ele é necessário. Para Jaqueline, por exemplo, a atuação política do pai, do tio e a vida política em seu bairro indicavam que ela fazia parte de um grupo, uma classe social e, por isso, a necessidade de saber “de que lado a gente está na vida”. A atuação das CEBS e do PT no seu cotidiano ajudavam nesta percepção e, por isso, desde muito jovem, vê no partido um espaço de posicionamento, de ter firme esse lado em que está. Os momentos que vivenciou neste período fortalecem em seu imaginário a figura do partido como um instrumento de luta popular, como uma referência que foi questionada, de forma mais intensa, no início dos anos de 2000, quando se difundem mais amplamente as críticas à “forma-partido”. Jaqueline vivenciou momentos de dúvidas e angústias, perguntando-se em que medida as críticas frequentes que passou a ouvir remetiam a problemas que ela identificava no cotidiano do engajamento. A militante reforçou, nestas reflexões, o sentido que o vínculo partidário tem dentro da racionalidade política em que está envolvida:

A angústia passou. Eu falei, não. Eu não sou assim ... Foi legal o confronto, foi muito bom me debater com essa crítica ao formato partido. E eu me firmei, acredito que o partido é uma ferramenta importante no processo revolucionário. E como para mim revolução não é uma abstração, vejo sim o partido como algo fundamental. E

nisso, também, eu fui estudando qual é o papel do partido, que partido é esse que eu defendo. Mas foi interessante, foi uma crise nesse início da universidade, mas passou. E nisso, comecei a ajudar nas ações para criação do PSOL, em 2004 (Jaqueline, PSOL, São Paulo, novembro de 2016)

Jaqueline deixou o PT e não o caminho partidário. Em sua resposta às críticas de esquerdas direcionadas aos partidos, acaba por expressar outra crítica: “como para mim revolução não é uma abstração, vejo sim o partido como algo fundamental”, evidenciando um reatualizado conflito entre esquerdas que permeia o engajamento político popular e diferencia grupos, já há muito tempo.

O constrangimento que Jaqueline sentiu, e que se extinguiu a partir de sua decisão, se mostrou presente também em outras conversas que realizei. Laura, por exemplo, também se aproximou do PT na adolescência, quando, ao ser expulsa de casa por seu namoro com outra menina, aproximou-se de uma ocupação e do movimento de moradia. Ali fez contatos e foi incentivada a seguir na militância, sentiu uma valorização que não encontrou em outros espaços. Quando já era filiada, Laura envolveu-se na organização política de um coletivo na periferia para falar sobre sexualidades. O coletivo já existe há quase duas décadas e afirma-se apartidário. Perguntei a Laura o porquê dessa posição:

Bem, porque o partido podia, não é bem apadrinhar, mas vou usar essa palavra. Eles poderiam sentar em cima e dar a direção. Tipo, se a gente quisesse, eles bancavam e rodavam várias cópias de nossos fanzines, uma tiragem de 20 – 30.000 quinzenal, mas para isso você sabe que vai ter que rodar matérias que eles querem, fazer propaganda do candidato X e coisa assim. Mas uma coisa que a gente tinha firme no coletivo era que a gente não se vende, nisso ninguém interfere, não tem conversa. Para fazer nosso fanzine, por exemplo, a gente passava o chapéu pedindo contribuição, e assim a gente conseguiu rodar as edições (Laura, coletivo LGBT, PT e frente de mulheres negras - Campinas, janeiro de 2016)

Para o coletivo de Laura, o partido poderia interferir de forma negativa, impondo questões ou fazendo algum uso eleitoral do grupo. A consistência da associação entre partido e direcionamento/apropriação do grupo para objetivos alheios faz com que o discurso do apartidarismo esteja presente no coletivo, assim como se faz presente, de forma crescente, em parte dos grupos ativistas que se formam nas grandes cidades com críticas aos formatos mais tradicionais de organização popular. Em

vários momentos da conversa, Laura insistiu em dizer que o coletivo era autônomo, que não aceitavam interferência partidária, que a autonomia de cada um do grupo para colocar suas posições era princípio central. A repetição dessas afirmações, tanto na fala de Laura como de outras ativistas/militantes ligadas a partidos com quem conversei, indica que essa vem sendo uma exigência bem frequente dentro dos coletivos e que tanto os partidos como militantes partidária(o)s passam a ter que tomar mais cuidado tanto no discurso como nas práticas, visto que a denúncia relacionada à interferências negativas dos partidos e ao uso eleitoral dos grupos se fortalece e é colocada mais enfaticamente em público. A permanência no partido, para Laura, passa a ser marcada, de forma mais intensa, por uma tensão que impulsiona a ligação com grupos que se organizam sob o discurso do apartidarismo.

Essa tensão se mostrou também na conversa com Roberta, que iniciou sua militância a partir do contato com os grupos de jovens das CEBs de seu bairro. Ali convivia com militantes do PT, mas não tinha filiação ao partido, essa ocorreu um tempo depois, quando entrou numa universidade pública, em fins dos anos de 1990 e início dos anos 2000. Na universidade teve contato com grupos militantes que foram importantes na sua formação, como os ligados ao movimento de educação popular e ao movimento negro. A filiação ao partido ocorreu no contexto dos governos de Fernando Henrique Cardoso, marcado pelas privatizações, desemprego em expansão, flexibilização dos contratos e relações de trabalho e das ameaças de formação de uma área de livre comércio (ALCA) entre os países da América. O PT aparecia, neste contexto, como uma contraposição a este projeto de governo. A filiação se deu em paralelo à ligação de Roberta com outros movimentos populares, como forma de manter discussões e pautas que, conforme a militante indicou, podem se perder em meio aos inúmeros interesses partidários. Ela pontua a necessidade de haver posição apartidária na Frente de Mulheres Negras da qual participa:

Uma questão que dá conflito é a do partido. A gente deliberou ali que a Frente não fala em espaço partidário. Já deu uma briga feia uma vez, alguém de um partido que fez o panfleto de uma atividade do partido e colocou o nome da Frente. Deu briga feia. No PT, eu não abro a minha boca pra falar que eu sou da frente. Eu falo das questões das mulheres negras, como pauta, mas usar o nome da Frente nunca. Tem gente que já fez vídeo nosso e vai e coloca, nos créditos, agradecimentos a tal candidato. Isso é reprovado, não pode acontecer, é barrado. É muito interessante para os mandatos usarem os coletivos para se promover. A gente sabe que isso é um perigo de acontecer a todo momento. As questões de gênero, de raça, da mulher negra, acabam virando um “objeto” de valor no “mercado”. Até um dia,

ninguém falava, de repente, vira moda, e aí você tem que tomar cuidado, pois são vários os usos da questão. É politicamente conveniente você falar disso, então todo mundo começa a falar, com vários interesses. É como acontece nos partidos, você cria as Secretarias Racial, de Gênero e tal, para dizer que está falando da questão, mas, no dia-dia, você percebe que o que a instituição faz é inibir o acesso desses grupos, eles continuam a ser desencorajados a participar. Você cria um lugar de negro, mas os negros mesmo, não tão chegando (Roberta, frente de mulheres negras de Campinas e PT, Campinas, fevereiro de 2017)

Roberta narra episódios que são frequentemente apontados por ativistas e que tecem a crescente rejeição que os partidos de esquerda têm encontrado. A expansão da “forma-coletivo” está ligada a essa rejeição, muitas pessoas se sentem mais confiantes a uma vinculação política se a posição apartidária for explícita. Mesmo para algumas militantes de partido, como Roberta, há o reconhecimento de que, quando algumas questões sociais ganham “valor de mercado”, torna-se interessante para os partidos propagarem tais temas, não pela questão em si, mas pela repercussão eleitoral que essa pode trazer. Roberta é incisiva em sua crítica: “você cria as Secretarias Racial, de Gênero e tal, para dizer que está falando da questão, mas, no dia-dia, você percebe que o que a instituição faz é inibir o acesso desses grupos” e ressalta que sua militância nos coletivos é uma forma de brigar, inclusive, contra essa lógica específica de atuação partidária. Tanto Laura como Roberta demonstram posições um pouco diferentes da que tomou Jaqueline. Elas também se mantêm organizadas sob a “forma partido”, porém com permanência no PT e se vinculando a outros grupos como estratégia de crítica ao caráter normativo que os partidos têm demonstrado.

A aposta de Roberta e Laura na possibilidade de pressionar a racionalidade partidária contrasta com a desconfiança aos movimentos mais hierarquizados, a qual se faz presente em outras ativistas, como acontece com Janaína que, após experiência em um movimento de educação popular, procura se aproximar de espaços em que a lógica de organização partidária seja contestada. Para Janaína, o modo de atuação dos partidos prejudica os debates sociais que se fazem nos espaços de militância:

Nunca me senti atraída por partido. Se você está no partido ou sindicato ou qualquer aparelho, você precisa ganhar a diretoria, depois você precisa “batalhar” as posições do seu grupo. É uma tensão o tempo inteiro, uma disputa. E eu já vi mil vezes, em coletivos que tem muita gente de partido, eles chegam com as pautas dos partidos e tratoram mesmo. Falam que não, mas acabam transformando o

coletivo num braço dos interesses do partido. Principalmente no movimento estudantil, eu percebo muita manobra para aprovar ações que não são exatamente do interesse do coletivo de estudantes, mas são prioridades definidas dentro dos partidos e eles trazem e fazem manipulações que atrapalham muito os processos de deliberação e o debate mais crítico. Fica aquela coisa maçante, repetitiva e bem pouco reflexiva. A impressão que tenho é que os partidos de esquerda não querem pessoas que pensam, eles querem pessoas que reproduzam o que alguns pensam” (Janaína, movimento autônomo pela educação – São Paulo, novembro de 2015)

A fala de Janaína expressa uma interpretação que tem se ampliado, sobretudo a partir dos anos 2000. Jaqueline, como indicado nas linhas acima, deparou-se com essas críticas quando chegou na universidade. Laura e Roberta, enquanto militantes de partidos e também em coletivos, lidam com as nuances entre criticar os trâmites partidários e, ao mesmo tempo, verem a vinculação a eles como necessária. Já Janaína posiciona-se no sentido de contribuir com outros modos de se relacionar e de se envolver em ações ativistas, um comportamento que também está presente em outras ativistas com quem conversei, como Ana Piva que, após experiências no MPL/ Campinas, num coletivo de educação e em outro de oposição sindical, mantém uma forte identificação política com um coletivo feminista de escritoras populares, onde vê a possibilidade de viver uma outra lógica ativista. Esta experiência por que passou Ana, tornou-a pouco propensa a se envolver com grupos organizados por “quadros” e fez com que ela buscasse grupos que tivessem percepção semelhante, como o grupo feminista a que se ligou recentemente:

Acho que o que a gente faz ali é um tipo de ativismo em que, hoje, eu acredito muito, porque não se coloca como um guia, uma direção, antes nos encoraja a falar, a escrever, a colocar nossa visão e isso a gente leva pra qualquer lugar que a gente vá, não existe separação entre o que é militância e o que são nossas relações no trabalho, na família ou nas amizades. (Ana Piva, coletivo de escritoras populares, São Paulo, São Paulo, setembro de 2016)

Quando Ana afirma que “a gente faz ali um tipo de ativismo”, é possível deduzir que esse é um tipo porque existem outros. Tanto a experiência sindical como a do movimento de educação como a do MPL, e poderíamos dizer também a partidária, se igualam no sentido de serem práticas do engajamento político, mas se diferenciam nos sentidos e formas de fazê-lo. A prática no coletivo feminista em que Ana está é “um tipo” pois lhe traz algo diferente do vivido em outros espaços. Ela

menciona o encorajamento para falar e escrever como um componente central do ativismo, algo que também, e contrariando outras racionalidades ativistas, é visto como política. Ana não tem identificação com os rituais partidários porque, entre outros motivos, entende o “encorajar-se à fala” como um componente central da prática ativista, e considera que este tipo falar não é incentivado nos partidos; esta possibilidade ela diz ter encontrado no coletivo a que se ligou recentemente.

As buscas e expectativas ativistas de Ana assemelham-se às de Emília, que não se motivou a aproximar-se do movimento estudantil ou outra organização por estranhar as disputas e formas de se relacionar das organizações “de vanguarda”. Mediada pelos vínculos ativistas do companheiro, decidiu se aproximar de um coletivo anarquista porque avaliou que ali teria maior possibilidade de debater questões sociais sem a necessidade constante de direcionar outros ativistas para caminhos e previsões tiradas no coletivo de que participa:

Como anarquista, eu não me proponho a ir para um lugar tentar convencer pessoas ao anarquismo. Não faço doutrinação, é contra meus princípios políticos. É diferente eu ir pra uma reunião de um movimento com a intenção de trazer pessoas pro anarquismo ou eu ir respeitando a autonomia do movimento. Essa é uma postura de efeitos muito diferentes, embora às vezes não pareça. (Emília, coletivo anarquista, Campinas, outubro de 2016)

O incômodo de Emília em relação ao “ser dirigida” ou ter que “dirigir” alguém ou algum grupo tem se mostrado um elemento presente nas falas de ativistas ou mesmo de pessoas que não são ativistas, mas se preocupam em participar esporadicamente de alguns eventos que compõem os ativismos populares. A sensação de “estar sendo guiada” e de não ter espaço para se expressar por outras linguagens e códigos tende a causar, no contexto ativista contemporâneo, uma rejeição mais intensa a grupos que se organizam por quadros e através de rituais que priorizam a expressão de personagens mais próximos ao script do militante vanguardista. Esta rejeição historicamente acentuada, e que se constrói, entre outros inúmeros fatores, na história das críticas de esquerda à normatização dos ativismos populares, se faz presente nos desconfortos de parte das ativistas interlocutoras da pesquisa e de inúmeros personagens que pude observar ou interagir durante a observação participante. Esses desconfortos impulsionam tanto distanciamentos como a invenção de variados outros modos de se agrupar. Se a expansão desses pequenos e inúmeros coletivos, mobilizados por discursos de horizontalidade e de valorização de expressões menos normatizadas,

decorre dos desconfortos aqui assinalados, é fato, também, que a existência desses, por facilitar interações a partir de linguagens e temas mais variados, acaba por propiciar envolvimento de ativistas que dificilmente ocorreriam sob outros formatos. Partindo desta consideração, incluí a “crítica à institucionalização dos ativismos” e a conseqüente proliferação de pequenos coletivos como um dos chamados que se expressam no contexto contemporâneo. Estes são parte da nevasca indicada por Gallo (2015).

5.3.2 - Dispersão de diferentes racionalidades ativistas

Quando analisou os discursos que permearam a formação dos movimentos populares nos anos de 1970/80, Eder Sader (1988) pontuou algo que nomeou como crise das esquerdas, um acontecimento que envolvia um profundo questionamento de práticas e modos de pensar até então bem difundidos entre grupos militantes. Essa “crise” não começou ali e nem nunca terminou, parece remeter a algo que está, consideradas as diferenças contextuais, em maio de 1968, nas mobilizações antiglobalização dos anos 2000 – que resultaram nos primeiros Fóruns Sociais Mundiais - nas jornadas de junho de 2013 e na ocupação das escolas paulistas em 2015. Embora parte desta crise esteja relacionada a um pensamento que afirma a necessidade de grupos de vanguarda darem uma direção às mobilizações populares, a racionalidade rasurada, que podemos nomear como racionalidade militante predominante, parece ser mais ampla e abarcar modos de pensar que passam a ser mais intensamente questionados. Há vários pontos questionados, além do “pensamento de vanguarda”, em relação a racionalidade militante predominante. Um deles, apontado inúmeras vezes por Foucault (2008, 2014) e também pontuado por Sader (1988), refere-se a centralidade do Estado como esfera de poder. Ao invés de pensar somente o Estado ou mercado como pólos de dominação e de imposição política, difundem-se reconhecimentos de práticas de diferenciação que se dão em múltiplas escalas e configuram assimetrias entre pessoas dentro da família, no trabalho, nas relações amorosas, nas convivências públicas e também entre grupos ligados ao engajamento político popular. O reconhecimento de inúmeras diferenciações e assimetrias dentro destes últimos afeta, em particular, pensamentos de esquerda concentrados na ideia da unidade classista e que entendem que a única e central violência a ser discutida refere-se às desigualdades de classe.

As reflexões sobre apagamentos que perfazem a constituição de uma identidade coletiva estão presentes de forma cada vez mais intensa nas interações que permeiam os ativismos e militâncias populares. Identidades generalizantes são questionadas à medida que os sujeitos nela envolvidos percebem que desigualdades que se cruzam apagam-se na nomeação mais ampla de um grupo social. Nesse questionamento, têm surgido coletivos que criticam a unidade que não diferencia as heterogêneas vozes que a compõe. São exemplos, os grupos de mulheres no interior de agrupamentos mais amplos, os de mulheres negras e os relacionados às diferenças corporais, étnicas ou de sexualidade, trazendo observações sobre diferenciações que operam "subalternidades dentro da subalternidade".

Esses questionamentos, que se propagam e impulsionam a formação de variados grupos ativistas parecem ser uma marca da política contemporânea, algo que, há décadas atrás, não se dava de forma tão intensa, embora as subordinações no interior dos grupos fossem percebidas. Ativistas e militantes envolvidas em grupos políticos de esquerda nos anos de 1970/80 comumente apontam as dificuldades que tinham em trazer as desigualdades de gênero para discussão nas reuniões. Nas pesquisas de Wolff (2007) sobre representações de gênero nas esquerdas nos anos da ditadura, há menção a estes estranhamentos, assim como no trabalho de Macrae (1990) há indicativos da subvalorização das discussões sobre assimetrias sexuais. Um relato de Amelinha de Telles expressa como a proposta de discussão era geralmente recebida e qual era um dos argumentos usados na desvalorização da discussão:

Quando era pra falar de violência contra a mulher, eles falavam: “você está dividindo a classe operária, denunciar o trabalhador que é marido dela, que garante a sobrevivência dela. Era de amargar, esse era um dos piores embates” (Relato de Amelinha Telles, Em: Rago, M. 2014:130)

O argumento da quebra da unidade de classe, indicado no relato de Amelinha, foi, nas décadas passadas, muito usado para desqualificar falas que mencionassem a existência de hierarquias no interior da classe trabalhadora e, como construto dela, nos grupos ativistas e militantes. Partia-se do pressuposto de que a desigualdade central no ordenamento social seria a econômica e todas as outras seriam secundárias e de menor impacto na produção desigual da vida.

O uso do discurso da unidade para inibir a discussão sobre as diferenciações dentro da “classe proletária” ou, como expressão dessa, dentro dos grupos políticos, foi algo que se sustentou tanto pelas visões políticas hegemônicas nas esquerdas como pelo desinteresse político em admitir assimetrias “entre pares” e assim questionar as posições hegemônicas. Este recurso é usado, ainda hoje, não mais para desqualificar discussões de gênero ou sexualidade - hoje estão tão difundidas que fica mais difícil subjugar-las - mas para dificultar os questionamentos sobre outras múltiplas relações de poder que se configuram entre integrantes de um mesmo grupo político e que configuram desigualdades na possibilidade de fala e de deliberação.

A dimensão repressiva do discurso da “unidade” é hoje mais facilmente reconhecida, como indica o relato de Ana:

Eu acho que hoje as desigualdades entre quem tá na luta por igualdade são mais faladas, porque outras vezes se fortaleceram e acabaram rompendo certos silêncios que se faziam. A questão da desvalorização das falas de mulheres é uma delas, a de pessoas em condições mais pobres e menos escolarizadas é outra. Antes, tinha muito o discurso da unidade, não pode falar de outras desigualdades que não seja entre ricos e pobres porque aí você tá quebrando a unidade, você está colaborando com a desunião da classe trabalhadora. Hoje essa afirmação não cola mais, estão sendo mais questionados certos comportamentos e estamos perguntando-nos mais sobre porque são sempre alguns que falam e decidem, porque posições muito divergentes tendem a ser silenciadas. Hoje está mais difícil de não falar disso em nome da tal unidade. (Ana Piva, coletivo popular de mulheres escritoras, São Paulo, setembro de 2016)

O relato de Ana indica o quanto o discurso da unidade é hoje questionado e o apagamento das divergências é mais facilmente identificado e questionado. O surgimento de inúmeros coletivos relaciona-se, em certo sentido, a esta percepção. Se num momento anterior, as assimetrias eram identificadas, porém menos tensionadas dentro dos grupos, hoje não mencioná-las é mais difícil e os grupos se subdividem, formam-se em relação a partir da diferenciação por contraposição¹⁶². Este parece ser um momento histórico em que as diferenciações assimétricas extravasam tanto o discurso da unidade de classe como outros feixes discursivos que criam identidades e não problematizam suas distinções internas. O relato de Laura sobre como se formou o coletivo de que faz parte mostra esse

¹⁶² Essa construção relacional dos grupos ativistas, como pontuamos na introdução desta tese, é também indicada por Alvarez (2014), a qual pontua que nos momentos de maior institucionalização de atores da militância, há, em contrapartida, a formação de pequenos grupos veiculando narrativas sobre autonomia institucional.

processo de identificação de uma “desigualdade entre iguais” e a busca de organizar-se a partir do questionamento desta diferença:

O coletivo de que participo pode ser pensado quando as tecnologias digitais estavam se iniciando e, então, a gente ia nas reuniões, isso em 1998/1999, e ouvia as pessoas usando expressões e falando de comunicação por computador. Tipo, alguém dizia, tem que dar o “Del” no cara e a gente não entendia. E a gente viu que a periferia estava fora dessa rede de comunicação, então começamos a pensar um grupo para fazer na periferia discussões sobre sexualidade. Foi aí que a gente pensou em fazer uma revista pra passar pelo bairro. Mas isso era muito caro, aí a gente pensou num fanzine. Aí, a gente pôde ter mais contato com o movimento de moradia, com o movimento negro. Para conseguir grana para rodar o fanzine, a gente vendeu latinha, demos entrada num computador e conseguimos fazer 8 edições do fanzine. A gente conseguiu, em 2 anos, rodar 8 edições, conseguimos levá-lo ao Fórum Social Mundial. A gente percebeu que essa era uma forma de fazer uma troca, a gente se deu conta que nós, um núcleo pequeno de um bairro distante da periferia de Campinas, tínhamos conseguido fazer uma rede de comunicação.” (Laura, coletivo LGBT, PT e frente de mulheres negras - Campinas, janeiro de 2016)

O coletivo de Laura formou-se na subdivisão de um movimento maior, quando ativistas perceberam que a linguagem utilizada no movimento remetia a um cotidiano de classe que se distinguia daquele operado nas periferias. Laura permaneceu no movimento LGBT, mas como integrante de um coletivo que, como ela apresenta, é um coletivo de sexualidade da periferia de Campinas, uma marcação que tem o objetivo de indicar que, no interior de um movimento que contesta uma assimetria social em específico, se estabelecem outras assimetrias. A experiência de Laura evidencia esses cruzamentos e os percursos políticos que eles geram. A ativista envolveu-se, primeiramente, no movimento de moradia, mas, tendo vivenciado muitos constrangimentos relacionados à sexualidade, esta se tornou uma questão que a motivou a participar de um coletivo que, naquele momento dos anos 1990, ainda não teria espaço dentro do movimento ou partido¹⁶³. Depois de alguns anos, numa soma de insatisfações com as discussões de classe e raça que não aconteciam no movimento LGBT, aproximou-se da Frente de Mulheres Negras de Campinas. Laura vive a expansão dos grupos de mulheres negras e aproxima-se de coletivos onde vê como possível pensar as diferentes desigualdades que se cruzam em sua vida e na militância. Depois desse vínculo,

¹⁶³ Sobre a dificuldade da relação entre os coletivos relacionados às sexualidade e as organizações de esquerda nos anos de 1980, há reflexões detalhadas no trabalho de Edward Macrae: “A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura”. Editora da Unicamp, 1990.

Laura vive mudanças em sua vida, como a identificação religiosa com o candomblé, a possibilidade de falar sobre as dificuldades ligadas à sexualidade, aos racismos e a vida na periferia. Houve uma expansão de seus contatos na cidade, assim como se sentiu mais encorajada politicamente por falar de questões que não teriam o mesmo espaço em tempos anteriores:

Eu avalio que eu tive um erro na minha vida, pois, em um dado momento, eu tive que fazer uma escolha. Ou eu ficava no movimento negro, ou no movimento LGBT e hoje eu vejo que eu fiz a escolha errada. O movimento negro avançou muito mais que o LGBT, há um conjunto de detalhes que o movimento negro apresenta no movimento de formação e na comunidade homossexual não tem isso, você fica ali estagnado e ponto, não tem outras discussões sociais. No movimento negro, principalmente no de mulheres, não. Lá há um processo de formação que eu só estou tendo agora. Eu fiz uma escolha errada. Se eu voltasse no tempo hoje, eu teria me aproximado do movimento negro antes. Mas, também, eu me pergunto: será que naquele momento, seja no movimento negro ou de moradia, eu teria ali espaço para falar de sexualidade? (Laura, coletivo LGBT, PT e frente de mulheres negras - Campinas, janeiro de 2016)

A Frente de Mulheres Negras e o coletivo em que Laura está se formaram nos últimos três anos, momento em que se constituem inúmeros coletivos com a temática de gênero e racial. Esta expansão atual vem como resultado de uma história mais antiga. Num jornal¹⁶⁴ do movimento negro unificado (MNU), de 1991, há uma entrevista com Lélia Gonzales em que a militante e socióloga comenta as dificuldades que militantes negras enfrentam tanto no movimento negro como no feminista. Reflexão semelhante está no trabalho de Ana Cláudia Pacheco (2013), que cita grupos específicos de mulheres negras já nos anos de 1980/90, porém hoje tais questões aparecem de forma mais intensa e ampliada, possibilitando a experiência que Laura vivencia. Como pontou Laura, sua escolha por um caminho militante esteve condicionada à (im)possibilidade de lidar, nos diferentes momentos, com as desigualdades correlacionadas que a envolveram.

Hoje é mais ampla a possibilidade de estar num grupo que pensa as assimetrias de forma relacionada e consegue, assim, maior compreensão das situações em que desigualdades se cruzam. Esse é um deslocamento considerável na racionalidade predominante nos ativismos e militâncias populares há décadas atrás, e tem influenciado a aproximação de pessoas que, em momentos

¹⁶⁴ MNU (Movimento Negro Unificado), Jornal, no. 19, maio-julho de 1991. Entrevista com Lélia Gonzales, p. 8 e 9.

anteriores, sentiam maior inibição em se aproximar de um grupo político. A variedade de histórias, posicionamentos e dificuldades sociais vivenciadas é identificada¹⁶⁵ também por Jaqueline:

A gente vive um momento de muitos coletivos. Com a questão da não identificação dos partidos, surgem muitos coletivos, de todos os bairros e formados por muitos jovens. Então você percebe que estão ali muitas meninas brancas e de classe média, mas estão presentes também mulheres negras, e mais gente da periferia, bem mais que antes. Aumentou bastante a heterogeneidade, isso é visível. A questão do lugar de fala também tem chamado muito a atenção para que múltiplas vozes sejam ouvidas. (Jaqueline, PSOL, São Paulo, novembro de 2016)

Jaqueline observa que a presença de mulheres nas manifestações e atos pela cidade não somente aumentou, mas se tornou mais heterogênea (mais mulheres negras, pobres, de periferia) e traz questionamentos mais incisivos aos modos de se organizar que acabam por facilitar falas de alguns personagens específicos e dificultar a de outros. A ativista contextualiza a rejeição a algumas atitudes nos atos que estão se tornando comuns:

De uma maneira geral, existe um sentimento antipartidário e anti-estruturas burocráticas. Por exemplo, nas manifestações, não estão aceitando carro de som. É muito difícil você ver uma manifestação de mulheres que tenha carro de som, muito difícil. Eu acho que o carro ajuda na manifestação, mas há uma resistência a isso hoje, a essas formas mais clássicas de se fazer as coisas, de uma pessoa usar o microfone. Tudo isso tem sofrido muita rejeição e isso, claro, tem a ver com a forma como os partidos organizam as coisas. (Jaqueline, PSOL, São Paulo, janeiro de 2016)

A recusa ao uso do carro de som, algo que tem se mostrado comum tanto em manifestações feministas como em outras mobilizações populares, tem como um de seus principais argumentos evitar que algumas personalidades – geralmente ligadas a cargos dentro de partidos, sindicatos ou outras instituições – monopolizem a fala através do uso do microfone e acesso ao carro de som, visto que são comuns os relatos sobre as dificuldades que alguns e algumas têm em acessar o carro em grandes atos. Enquanto no caminhão se fala, lá embaixo ocorrem disputas, às vezes confrontos físicos e seleção de quem pode ou não falar. Interessante observar que a crítica ao carro de som se dá tanto em atos mistos como naqueles organizados por mulheres, ou seja, a crítica não é

¹⁶⁵ Esse trecho da fala de Jaqueline já foi mencionado na abertura do capítulo 3, no item 3.8: “Paradoxos do lugar de fala”. Repetimos o trecho por ele versar sobre conteúdos que estão contemplados nos dois capítulos.

especificamente em relação às figuras masculinas que monopolizam a fala, mas a mulheres que também se valem dos mesmos comportamentos masculinizados para centralizar a fala.

Essas ressalvas em relação à possibilidade de fala e a “metodologias ativistas” que sejam mais acolhedoras têm se tornado muito comuns e parecem atrair pessoas que, antes ligadas a militância, estiveram afastadas em razão das expectativas frustradas em relação as organizações a que se ligavam.

Outro deslocamento na racionalidade militante predominante, e que atua como fator de aproximação aos ativismos hoje, está relacionado a não separação entre expressões mais subjetivas e as que estão ligadas aos processos econômicos e políticos mais amplos. Como pontuou José (1996), em texto refletindo o que chama de “militância perdida”, uma moral “do aço” guiava a representação em torno da militância de esquerda. Não falar de individualidades, ter um pensamento com argumentos prontos estruturados, não ser emotiva(o), esses eram valores que permeavam o imaginário sobre a militância ideal. Como pontua José (1996) o que fugisse a essa “racionalidade revolucionária” poderia ser subjugado e estigmatizado como uma militância torta, falha. Ao refletir sobre esse sistema de valoração, Rago (2014) pontua que práticas divergentes a uma militância padronizada sempre coexistiram e hoje se fazem presentes, de forma mais expressiva, em grupos que valorizam ações e formas de interação que comumente eram tidas como menores ou menos importantes. Rago, em alusão a essa diferenciação, indica que práticas do engajamento político que não envolvem um programa pré-estabelecido e nem um conjunto de práticas racionais e instrumentalizadas compõem formas ativistas que transpassam dicotomias criadas na modernidade e acabam por questionar “verdades” construídas nos modos militantes que se tornaram, no campo das esquerdas, hegemônicos:

Refiro-me a um ativismo cotidiano, miúdo, informal, pouco valorizado, muitas vezes até pouco percebido, que se traduz na habilidade de criar espaços coletivos nos quais se ultrapassam as fronteiras entre o público e o privado, razão e emoção, alma e corpo e nos quais se pratica o cuidado de si e do outro (Rago, 2014: 194)

Com os deslocamentos atuais, parece haver uma revalorização tanto de atividades como de modos de fazer que marcam um “ativismo subalterno”, como me indicou Raquel que, estando há 50 anos em ações militantes, admira-se com mudanças nos modos de se relacionar e de fazer política

que tem encontrado em grupos feministas. Raquel, sociabilizada em partidos de esquerda e movimentos populares, visualiza um novo momento, e sente um entusiasmo no que ela chama de novo aprendizado político:

Minha ida para o movimento de mulheres é muito recente, tem dois anos apenas. O movimento de mulheres tem uma dinâmica totalmente diferente de tudo o que já vivi, é um movimento que tem formas organizativas muito diferentes, formas de publicização muito diferentes de tudo. Elas marcam um ato de intervenção, por exemplo, e pode aparecer poucas pessoas, mas elas fazem o ato e filmam e colocam na rede e aquilo tem um efeito. Eu me sinto bastante aprendiz, me sinto muito renovada. Eu nem penso na minha idade, porque me sinto vendo algo muito novo. Fui no 8 de março do ano passado e foi lindo ver aquelas milhares de pessoas nas ruas e muita gente participando, fazendo junto. Eu lembro que, sempre nos movimentos, pra escrever um texto levava tempo, ficava uns 3 dias. Agora, o pessoal se reúne, cada uma faz um pouco, um monte de mão e a coisa sai rápido (Raquel, marcha mundial das mulheres e PT, Campinas, fevereiro de 2017)

Na fala de Raquel, chamaram-me a atenção os exemplos que ela traz para pontuar as novas formas de fazer. Citou os atos de intervenção: mesmo com poucas pessoas elas o fazem, algo diferente de uma dinâmica que somente valoriza grandes públicos, geralmente tendo um grupo de oradores como centro. Depois cita a produção dos textos: “cada um faz um pouco, um monte de mão”, fazendo uma comparação com a produção de textos em outros grupos, que geralmente é centralizada e até por isso leva mais tempo pra ser feito. A pontuação de Raquel indica mudanças que estão ocorrendo nos sentidos e modos de fazer do engajamento político popular, algo que se propaga como rasuras à racionalidade que preponderou nas militâncias populares. Tal racionalidade ainda segue operando, mas atua com estes deslocamentos, que atraem sujeitos, pensamentos e formas de fazer mais heterogêneos e constroem um elo muito importante na construção dos sentidos do engajamento, os quais se ligam mais assumidamente a aspectos da individualidade e do emocional, sem negligenciá-los como algo separado da “grande política”, tal como me ensinou¹⁶⁶ Janaína ao falar de uma curta experiência em um coletivo feminista, mas que a marcou muito: “Não tinha essa de separar, de achar que as grandes questões são políticas e a nossa vida não é”.

¹⁶⁶ Este trecho é parte da fala de Janaína que está apresentada neste capítulo, item 3.1: Afetos de aproximação.

Considerações Finais

Esta pesquisa investigou - tomando como material de análise interlocuções com mulheres ligadas aos ativismos e militâncias populares nas cidades de Campinas e de São Paulo e a participação em ações coletivas promovidas por grupos que compõem estas práticas – o potencial do envolvimento ativista e militante feminino em contribuir nos processos de tradução e nomeação de estranhamentos a dispositivos de normatização social que naturalizam desigualdades sociais, sejam as relacionadas às dinâmicas de classe como às de gênero, de raça e outras.

Para enfatizar a dificuldade, acentuada no contexto de expansão da racionalidade neoliberal nas interações cotidianas contemporâneas, de nomear e publicizar dissensos a práticas e narrativas que legitimam assimetrias, apontamos no capítulo 1 que a privatização dos espaços públicos, um processo de cerceamento e policiamento do público e também de produção de subjetividades delineadas pelo discurso do auto-empresendedorismo, retira parte dos conflitos sociais da arena pública e os restringem à ordem doméstica (Rancière, 1996a), onde sua discussão coletiva não ocorre. Neste contexto de dificuldade de traduzir e nomear coletivamente as desidentificações com discursos dominantes, as interações que ocorrem nos ativismos e militâncias colocam-se, muitas vezes, como um dos poucos espaços em que se pode traduzir e nomear sensações de angústias relacionadas às assimetrias e violências da vida social. Foi isso o que as experiências das interlocutoras da pesquisa indicaram. Como pontuou Safatle (2016), a racionalidade neoliberal tende a traduzir os estranhamentos às normatizações sociais como desastres, como sinal de adoecimento. Num movimento contrário a este, o envolvimento ativista ou militante, no caso de Sulamita, Ana Piva, Janaína, Jaqueline, Laura, Raquel, Marília, Roberta, Helena e Emília, permitiu que o sofrimento diante da não identificação com narrativas que tentam justificar a ordem desigual dos lugares sociais encontrasse um espaço para ser traduzido e nomeado, tendo assim seu caráter de crítica social assumido.

O engajamento político feminino, mediado por relações decorrentes das mudanças contemporâneas nas dinâmicas de gênero, nas de família e nas que envolvem os ativismos e militâncias populares, possui potencial de renomeação política, no sentido de Rancière (1996), principalmente por dois fatores: primeiro porque contrapõe a “privatização do público” irradiada pela racionalidade neoliberal, ao buscar refletir coletivamente e em espaços públicos conflitos que tendem a se confinar na “ordem doméstica” (Rancière, 1996), onde estariam as questões que não seriam

reconhecidas como algo de interesse público. A segunda erupção relaciona-se à tensão que o engajamento político feminino tende a produzir no centralismo familiar, uma lógica de organização da família em que o tempo de vida de seus integrantes é intensamente regulado pelo grupo, em detrimento do envolvimento em atividades sociais que não remetam especificamente ao grupo familiar.

Para as mulheres, o centralismo familiar acentua o “dispositivo da cuidadora”, aquele que remete ao conjunto de práticas e discursos que atribuem à mulher a responsabilidade central pelos cuidados domésticos e familiares. Os relatos das interlocutoras da pesquisa dão indicativos de que o engajamento político contribuiu na construção dos questionamentos mais incisivos a este dispositivo e ao centralismo familiar. Estas possibilidades políticas, tal como pontuamos através das situações indicadas nos capítulos 4 e 5, existem em conjunto com dispositivos de normatização que operam no social, transpassam os ativismos e militâncias populares e se mostram tanto nas distinções e assimetrias (de classe, gênero e raça e outros marcadores) que se reforçam nas relações entre ativistas quanto nos modos como essas diferenciações hierarquizadas tornam os grupos militantes/ ativistas mais suscetíveis a políticas estatais que são, também nos termos de Rancière, conformações policiais, zonas de cooptação e produção de consensos. O Estado, sobretudo a partir da expansão do neoliberalismo nos anos de 1990, criou parcerias com ONGs, associações comunitárias e grupos empresariais - nos governos de FHC – e também com grupos militantes e ativistas - nos governos do PT – que se configuram como sofisticadas formas de partilha da gestão dos conflitos decorrentes das desigualdades sociais que constituem a sociedade brasileira.

A apropriação de termos construídos nas lutas sociais e seus sucessivos deslocamentos de sentido, como ocorre, por exemplo, com a idéia de participação política, que passa a ser veiculada enquanto colaboração em projetos definidos entre gabinetes de governos e organizações empresariais; políticas sociais que reforçam estigmas, como é o caso do programa Bolsa Família e sua ênfase nas mães como cuidadoras centrais, e que justificam lógicas empresariais como única forma de acesso, mesmo restrito, a direitos. Estas técnicas têm êxitos e produzem pontos significativos de consenso a dispositivos de normatização social, o que gera, em contrapartida, a elaboração de contrapontos, deslocamentos e rupturas a estas formas de captura, no intuito de recriar a capacidade de renomeação política – do “renomear o vivido” – que perfaz o engajamento político popular. São exemplos dessas contraposições a difusão de inúmeros e pequenos coletivos, envolvidos em várias questões que se interseccionam às de classe, a ascensão das críticas tanto à “forma- partido” como às lideranças “iluminadas” e às formas de assimetria que se fazem entre

ativistas/militantes e que foram, por muito tempo, secundarizadas e silenciadas também no interior das esquerdas.

Como reflexão final, podemos indicar, portanto, que variadas “artes de governar” (Foucault, 2008b) – seja as que emanam dos aparatos estatais e também as que se fazem entre diferentes atores sociais - transpassam o engajamento político popular e constituem os inúmeros momentos em que as práticas ativistas e militantes propagam as mesmas lógicas de subalternidade que, em momentos, tentam contestar. Todavia, as governamentalidades que perfazem estas práticas se fazem em consonância com as possibilidades de renomeação de estranhamentos a dispositivos de normatização social que estas interações, aliadas às mudanças nas representações de gênero, nas de família e nas formas de se organizar, propiciam.

Trajetórias e algumas experiências das principais interlocutoras da pesquisa

Ativistas (por ordem de idade)	Experiências Militantes e Ativistas	Escolaridade
Raquel, nasceu em 1955, em São Paulo, próximo a Mooca. Tem 64 anos. É professora universitária aposentada	<ul style="list-style-type: none"> - Movimento estudantil universitário (início anos de 1980) - Movimento de favelados de Campinas/ Assembleia do Povo (anos de 1980) - PT (desde fundação, afastamento a partir de 2004, retorno em 2014) - Marcha Mundial das Mulheres (2015 em diante) - Conselho municipal dos direitos da mulher (2016 em diante) 	Doutora (Universidade Pública)
Helena, nascida em 1963 em Fortaleza numa família de trabalhadora(e)s rurais. Tem 56 anos e hoje mora na periferia de Campinas. Faz vários trabalhos informais e intermitentes como cozinheira, cabeleireira, faxineira.	<ul style="list-style-type: none"> - coletivo de mulheres do bairro (2010) - Marcha Mundial das mulheres (2010) - PT (2015) 	<ul style="list-style-type: none"> - Sem alfabetização - Curso de promotora legal popular - Marcha Mundial das Mulheres
Laura, nascida em 1974 na periferia de Campinas, tem 45 anos, hoje mora em Campinas. Trabalha como motorista, no mercado formal/ informal	<ul style="list-style-type: none"> - Grêmio estudantil (anos 1990) - Ocupação por moradia (MST/MTST) (anos de 1990) - PT (anos de 1990 até hoje) - Coletivo sobre sexualidades (anos de 1990 até hoje) - Frente de Mulheres Negras (2015 até hoje) - Coletivo de dança afro/ jongo (2015 até hoje) 	<ul style="list-style-type: none"> - Graduanda (Prouni) - vários cursos e oficinas sobre direitos humanos e sexualidade
Roberta, nascida em 1974 na periferia de Campinas, tem 45 anos, segue morando em Campinas. É professora de ensino médio e universitário	<ul style="list-style-type: none"> - CEBs e pastoral de jovens católicos (anos de 1980) - Movimento de educação (fins dos anos de 1990) - Movimento negro (fins dos anos de 1990) - PT (sempre próxima, mas filiação se deu em 2001) - Coletivo musical de mulheres (2015) - Frente de Mulheres Negras de Campinas (2015 em diante) 	- Doutora (universidade pública)
Emília, nasceu em 1976 numa região classe média baixa de São Paulo. Tem 43 anos e hoje mora em Campinas. É cozinheira, com um pequeno negócio em casa.	<ul style="list-style-type: none"> - coletivo anarquista (2010 em diante) - movimento de mães contra violência obstétrica (2012 em diante) 	- Graduação não concluída
Ana Piva, nascida em 1976 em região classe média baixa na zona leste, hoje mora em São Paulo. É funcionária pública estadual (iamspe)	<ul style="list-style-type: none"> - movimento de educação (início anos 2000) - coletivo sindical (professores estaduais) de oposição (2010 a 2012) - Movimento Passe Livre Campinas (2013) - coletivo de mulheres poetas/São Paulo (2016) 	Graduada (universidade pública)
Jaqueline, nascida em 1979 na periferia de São Paulo, 39 anos, hoje mora em São Paulo. É professora universitária.	<ul style="list-style-type: none"> - CEBs e movimento de bairro da zona leste (anos 1980 e 1990) - PT (dos anos de 1980 a 2003) - Movimento de Educação (início anos 2000) - PSOL (2004 até hoje) 	Doutora (universidade pública)
Janaína, nascida em 1991 em São Paulo (Jabaquara), 27 anos, hoje mora em São Paulo. É professora na rede estadual	<ul style="list-style-type: none"> - Movimento de educação/ cursinho popular (2010) - coletivo lésbico (2010) - curso de promotoras legais populares (2013) - coletivo de professores estaduais - oposição sindical (2015) 	<ul style="list-style-type: none"> - Graduada (universidade pública) - Curso de promotora legal popular
Sulamita, nasceu em 1995 na periferia de São Paulo, tem 24 anos. Mora em São Paulo. Desempregada no momento da entrevista	<ul style="list-style-type: none"> - Atos de Junho de 2013 - Movimento Passe-livre (2013 em diante) - Coletivo anarcopunk (2014) - PSTU (2015) 	Ensino Médio
Marília, nasceu em 1998 na periferia de Campinas, tem 21 anos. Mora em Campinas. É atendente de call Center.	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupação das escolas paulistas (2015) - Coletivo feminista (2015 em diante) 	<ul style="list-style-type: none"> - Ensino médio - Curso de Promotora legal popular

Bibliografia

ABÍLIO, Ludmila Costhek. A gestão do social e o mercado da cidadania. Em: Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. Cabanes, R; Rizek, C.; Telles, V. (orgs). Boitempo editorial, 2011.

ACÁCIO, Augusto; ROSA, Pablo; RESENDE, Paulo. Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais. *Estud. sociol. Araraquara* v.21 n.40 p.21-37 jan.-jun. 2016

ACQUARO, Juliane. Empreendedorismo feminino ou trabalho por conta própria? Um estudo das trabalhadoras na cidade de São Carlos/ SP. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UFSCAR -São Carlos, 2018.

ADERALDO, Guilherme. Territórios, mobilidades e estéticas insurgentes. Refletindo sobre práticas e representações coletivas de realizadores visuais nas metrópoles contemporâneas. *Cadernos de Arte e Antropologia*, v. 5, n.2/ 2017.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo. *Revista Outra Travessia*, Florianópolis, UFSC, n. 5, 2005.

ALMEIDA, Ronaldo de. Religião e desigualdade urbana. *Intersecções*, vol. 13, n. 1, p. 126-135, jun. 2011

ALVAREZ, Sônia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. Dossiê O GÊNERO DA POLÍTICA: FEMINISMOS, ESTADO E ELEIÇÕES. *Cadernos Pagu* (43), janeiro-junho de 2014.

ANDERSON, Perry. As idéias e a ação política na mudança histórica. Em: A teoria marxistahoje. Problemas e perspectivas Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (orgs.). Gênero, trabalho e família no Brasil. Editora FGV, RJ: 2005

ARAUJO, Clara; SCALON, Celi. Gênero, família e trabalho no Brasil. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2005.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. Anais do Seminário 40 anos do golpe – UFRJ/UFF/CPDOC-FGV e APERJ, março de 2004.

AVELINO, Nildo. Anarquistas: éticas e antologias da existência. Rio de Janeiro. Robson Achiamé Editor, 2004.

_____. Foucault e a racionalidade (neo)liberal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, no 21. Brasília, setembro - dezembro de 2016.

BAIERLE, Sérgio. Um novo princípio ético-político: prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UNICAMP, 1992.

_____. Porto Alegre neoliberal: a decapitação social-capitalista de líderes comunitários e os limites do Novo Gerencialismo Público inclusivo. CIDADE - Centro de Assessoria e Estudos Urbanos. Porto Alegre/RS, dezembro de 2009.

BALBINHO, Jéssica. Pelas Margens: vozes femininas na literatura periférica. Dissertação de mestrado em divulgação científica e cultural. Unicamp, 2016

BAQUEIRO, Carlos e NUNES, Eliene. O inimigo do Rei: imprimindo utopias anarquistas. Rio de Janeiro, Editora Achiamé, 2001.

BARREIRO, Gladys; AURELIANO, Arlei. Características dos ingressantes de universidades públicas do Estado de São Paulo: novos campi, velhas desigualdades? Educere et Educare – Revista de Educação, Vol. 5 – Nº 10 – 2º Semestre de 2010

BARRETO, Andréia. Mulheres no ensino superior: distribuição e representatividade. Cadernos do GEA, n. 6, jul./dez. 2014. Acesso: http://flacso.org.br/files/2016/04/caderno_gea_n6_digitalfinal.pdf

BARROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzales. Salvador, abril de 1998.

BELLO, Carlos Alberto. Orçamento participativo em São Paulo. Em: A era da indeterminação. Oliveira, F. e Rizek, C. (orgs). Boitempo Editorial, 2007.

_____. Percepções sobre a pobreza e o Bolsa Família. Em: As contradições do lulismo: a que ponto chegamos? Singer, André; Loureiro, Isabel (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2016.

BIONDI, Karina. Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC. Tese de Doutorado em Antropologia Social, UFSCAR, 2014.

BIROLLI, Flávia. Família: novos conceitos. Coleção “O que saber”. Editora da Fundação Perseu Abramo, 2014.

BONETTI, Alinne. Entre femininos e masculinos: negociando relações de gênero no campo político. Cadernos Pagu (20) 2003: pp.177-203.

BONETTI, Alinne. Não basta ser mulher, tem de ter coragem. Uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife- PE. Tese de doutorado em Ciências Sociais. IFCH/Unicamp, 2007.

BORBA, Angela, FARIA, Nalu e GODINHO, Tatau (orgs.). Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. Cadernos Pagu (26), janeiro-junho de 2006.

BRUSCHINI, M.A e ROSEMBERG, F. A mulher e o trabalho. Em: Trabalhadoras do Brasil. BRUSCHINI, M.A e ROSEMBERG, F. (orgs). Editora Brasiliense, 1982.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira (org). Corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autentica, 2001

_____. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Civilização Brasileira, 2003.

_____. Regulações de gênero. *Cad. Pagu*, n. 42, 2014.

CAMPOS, Ioneide; ZANELLO, Valeska. Sofrimento Psíquico, gênero e violência: narrativas de mulheres atendidas em um centro de atenção psicossocial (CAPS II). Em: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane (orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017.

CAMPOS, Rebeca R. A ralé vai às compras: transformações econômicas, consumo e conflitos na sociedade brasileira. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, Campus de Araraquara, 2016.

CANEDO, Letícia B. A classe operária vai ao sindicato. Editora Contexto, 1997.

CARVALHO, Marília Pinto de. Vozes masculinas numa profissão feminina. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v. 6, n.2, p. 406-422, 1998.

CASTRO, Eduardo. Vocabulário de Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHALHOUB, Sidnei e SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. Cad. AEL, v.14, n.26, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. Em: Os sentidos da democracia: políticas de dissenso e hegemonia global. OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Célia (orgs). Coleção Zero à Esquerda. Editora Vozes, 1999.

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. Editora Ubu, 2017.

CONNELL, R. e Messerschmidt, J. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. Revista Estudos Feministas, v. 21, n. 1 de 2013.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL: DINÂMICAS DE UMA INTERVENÇÃO POLÍTICA.

COSTA, Cláudia Lima de. O tráfico de Gênero. Cadernos PAGU, n. 11, 1998.

CORREA, Mariza. Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais. RJ. Edições Graal, 1983

DAGNINO, E; OLVERA, A; PANFICHI, A. Por uma outra leitura da construção democrática na América Latina. Em: A disputa pela construção democrática na América Latina. DAGNINO, E; OLVERA, A; PANFICHI, A (orgs). Editora Paz e Terra, 2006.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo. Boitempo: 2016.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho. Estudos de Psicopatologia do Trabalho. Cortez Editora, 1992.

DELEUZE, Guilles. O que é um dispositivo. Em: Dois regimes de loucos. Textos e entrevistas (1975-1995). Editora 34, 2016.

DI GIOVANNI, Júlia R. Artes de abrir espaço. Apontamentos para uma análise do trânsito entre arte e ativismo. Cadernos de Arte e Antropologia, v. 2, n. 2/ 2015.

DURKHEIM, Emile. O suicídio. Editora Martin Claret, 2005.

DOIMO, Ana Maria. Pluralidade religiosa à brasileira, associativismo e movimentos sociais em São Paulo. In: A participação em São Paulo. Avritzer, Leonardo (org). Editora Unesp, 2004.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. Lua Nova, n. 24, 1991.

FELTRAN, G. Deslocamentos – trajetórias individuais, relações entre sociedade civil e Estado no Brasil. Em: Por uma outra leitura da construção democrática na América Latina. Em: A disputa pela construção democrática na América Latina. DAGNINO, E; OLVERA, A; PANFICHI, A (orgs). Editora Paz e Terra, 2006.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011). Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 6, nº 2, 2012.

FACIOLI, Lara R.R. Mídias digitais e horizontes de aspiração: um estudo sobre a comunicação em rede entre mulheres das classes populares brasileiras. Tese de Doutorado em Sociologia. UFSCAR/São Carlos, 2017.

FEMENIAS, Maria Luísa. Cuerpo, poder y violència: algunas intersecciones. In: TORNIQUIST, Carmem Susana et at. Leituras de resistência: corpo, violência e poder. Florianópolis, Editora Mulheres, 2009.

FORMAGIO, Cessimar de C. Experiências, mediações e posições políticas: a luta por moradia no Campo Belo – Campinas/ SP. Dissertação de mestrado em Sociologia. UFSCAR/ São Carlos, 2013.

_____. Sobre resistências populares e imprevistos: a trajetória de Edward Thompson e sua crítica ao marxismo estruturalista. Revista Sinais, n. 21/2, 2017.

FOUCAULT, M. Dois ensaios sobre sujeito e poder. Tradução parcial do texto: Michel Foucault, "Deux essais sur le sujet et le pouvoir", in Hubert Freyfus e Paul Rabinow, *Michel Foucault. Un parcours philosophique*, Paris, Gallimard, 1984, pp. 297-321. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAABvcYAH/dois-ensaios-sobre-sujeito-poder-foucault>.

_____. História da sexualidade I: a vontade de saber. RJ: Graal, 1987.

_____. Hermenêutica do Sujeito. Editora Martins Fontes, 2004.

_____. Microfísica do poder. 28ª.edição. Editora Record, 2014.

_____. Segurança, território, população. Editora Martins Fontes, 2008a.

_____. O nascimento da biopolítica. Curso no College de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. Editora Martins Fontes, 2008b.

_____. O governo de si e dos outros. Editora Martins Fontes, 2011.

FREUD, Sigmund. Mal-estar na civilização. Tradução de Paulo César de Souza. Companhia das Letras, 2011.

_____. O eu e o id. Obras completas ----- V. 16, 2014

FRUGOLI Jr., Heitor. Ativismos urbanos em São Paulo. Caderno CRH, Salvador, v. 31, jan-abril/ 2018.

GALLO, Sílvio. Governamentalidade democrática e o ensino de filosofia no Brasil contemporâneo. CADERNOS DE PESQUISA v.42 n.145 p.48-65 jan./abr. 2012.

_____. Biopolítica e educação: novos dispositivos de subjetivação. Conferência no III Colóquio Internacional de Biopolítica e Educação e o XVII Simpósio Internacional IHU, Saberes e práticas na constituição dos sujeitos na contemporaneidade. Unisinos, setembro de 2015.

GARCIA, Carla C. (Org.). Mulheres, Tempos e Trabalhos. 1ed.São Paulo: Annablume, 2018

GARCIA, I. P. et al., Violência contra a Mulher: feminicídio no Brasil. Instituto de Pesquisa Aplicada. IPEA. 2013. Disponível em: http://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/IPEA_-_Viol%C3%Aancia_contra_a_mulher_-_femic%C3%ADios_no_Brasil.pdf. Acesso em 19.04.2017

GEORGES, Isabel e SANTOS, Yumi. As “novas” políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência: produção local do serviço e relações de gênero. 2016

GOLDEMBERG, Mirian. Mulheres e Militantes. Revista Estudos Feministas – UFSC, v. 5, n. 2, 1997.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GREGORI, Maria Filomena. Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Editora Paz e Terra, 1998.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? Em: Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Silva, Tomas Tadeu (org). Editora Vozes, 2004.

HARVEY, David et al. Occupy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012, 87p

HERINGER, R.; MIRANDA, D. As cores da desigualdade de gênero no Brasil. Em: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (orgs.). Gênero, trabalho e família no Brasil. Editora FGV, RJ: 2005.

HIRATA, Helena. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. Análise, n. 7 de 2015.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. Trabalho feminino e mudanças nas famílias no Brasil (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero. Revista Gênero. Universidade Federal Fluminense. V. 16, n. 2, 2016.

IVO, Anete. Estado Brasileiro e políticas sociais: contribuições para o debate brasileiro. Revista Bahia Análises e Dados, v. 17, n.4, pp 1121-1133, novembro de 2008.

JARDIM, Fabiana A. Explorando as fronteiras do desemprego: reflexões a partir da categoria “desemprego por desalento”. Plural (USP), v. 12, p. 57-78, 2005.

JOSÉ, Emiliano. Em busca da militância perdida. Revista Teoria e Debate, n. 32, julho de 1996.

LAQUEUR, Thomas: Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAURETIS, Tereza de. A tecnologia do gênero. *In*: HOLLANDA, H. B. de. Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LECHNER, Elsa. Subjetividades confiscadas: silêncios e silenciamentos num terreno etnográfico. Revista Fórum Sociológico. Dossiê : Saúde e Multiculturalidade, n. 22, 2012. Acesso em : <https://sociologico.revues.org/690>.

LEVINAS, L.; CORDILHA, A.C; CRUZ, G. Assimetrias de gênero no mercado de trabalho no Brasil: rumos da formalização. Em: Abreu, A. R., Hirata, H; Lombardi, M.R. (orgs). Gênero e trabalho no Brasil e na França. Perspectivas interseccionais, Edição 1, Boitempo, 2016.

LOBO, Elisabeth Souza. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. Editora Brasiliense, 1991.

LOPES, Doraci A. Mulher e Cidade no Plano Diretor de Campinas 2017: uma relação possível? Universalização dos serviços e equipamentos para redução da segregação territorial, social e da violência. SEMINÁRIO Interação Universidade e Sociedade: Contribuições para o Plano Diretor de Campinas, 12 e 13 de maio de 2017.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidade, Sexualidade e estupro: a construção da virilidade. Cadernos Pagu (11) 1998.

MACRAE, Edward. A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura. Editora da Unicamp, 1990.

MARANHÃO, Tatiana de Amorim. O sentido político das práticas de responsabilidade empresarial no Brasil. Em : Saídas de emergência : ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. Cabanes, R ; Rizek, C. ; Telles, V. (orgs). Boitempo editorial, 2011.

_____. Amartya Sen e a responsabilização dos pobres na agenda internacional. Revista Contemporânea, UFSCAR/São Carlos, v. 6, n. 1, 2016.

MARIANO, Silvana ; CARLOTO, Cássia. Gênero e combate à pobreza: o programa Bolsa Família. Revista de Estudos Feministas – UFSC, v. 17, n. 3, 2009.

_____. Cidadania sexuada feminina: a inclusão de mulheres na Política de Assistência Social. Em: Desigualdades de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas. Marcio Ferreira de Souza (org). Editora Argumentum. 2010.

MARICATO, Ermínia. Nunca fomos tão participativos. Texto apresentado na 3ª. Conferência Nacional das Cidades em 2007.

MATOS, Marlise; SIMÕES, Solange. Ideias modernas e comportamentos tradicionais: a persistência das desigualdades de gênero no Brasil. Em: “Desigualdades de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas”. Marcio Ferreira de Souza (org). Editora Argumentum, 2012.

MENDES, Samanta C. O feminino no Anarquismo: as mulheres anarquistas em São Paulo na Primeira República (1889-1930). Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. 08 a 12 de setembro de 2008

MIOTO, Regina C.T. Família e políticas sociais. Em: Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. MIOTO, Regina Célia, Editora Cortez, 2010.

Molyneux, Maxine. “Mothers at the service of the New Poverty Agenda: Progres/Oportunidades, Mexico’s Conditional Transfer Programme”, *Social Policy and Administration*, 40 (4), 2006.

MORAES, Alana et AL. Junho: potência das ruas e das redes. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2014.

MORAES, A.; TIBLE, JEAN. Quando novos personagens entram em cena? In: MORAES, A.; TARIN, B.; TIBLE, J.. (Org.). Cartografias da emergência: novas lutas no Brasil. 1ed.São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2015.

MORAES, Maria Lygia Quartim de e SILVA, Maria Mendes. Vida de Mulher. Editora Marco Zero, RJ: 1981.

MORAES, Wallace dos Santos. As reais diferenças entre o Black-bloc e o PSTU. Revista Caros Amigos, Nov-2013.

MORENO, Rosângela Carrilo e ALMEIDA, Ana Maria. Isso é política, meu! Socialização militante e institucionalização dos movimentos sociais. Pro-Posições, Campinas, v. 20, n. 2 (59), p. 59-76, maio/ago. 2009.

NERY, João. Viagem solitária: memória de um transexual 30 anos depois. Editora Leya, 2012.

NOGUEIRA, Claudia M.O duplo trabalho feminino: o exemplo das teleoperadoras. Confluências (Niterói), v. 10, p. 71-93, 2008

OLIVEIRA, Francisco. Política numa era de indeterminações: opacidade e reencantamento. Em: A era da indeterminação. Oliveira, F. e Rizek, C. (orgs). Boitempo Editorial, 2007.

_____. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. Em: Os sentidos da democracia: políticas de dissenso e hegemonia global. OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Célia (orgs). Coleção Zero à Esquerda. Editora Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Julia G. S. União de Mulheres de São Paulo: feminismo, violência de gênero e subjetividades. Dissertação de Mestrado em História. IFCH/ UNICAMP, 2013.

OLIVEIRA, Roberto Vêras. O sindicalismo e a questão democrática na história recente do Brasil: o que se pode esperar? Em: A era da indeterminação. Oliveira, F. e Rizek, C. (orgs). Boitempo Editorial, 2007.

OLIVEIRA, Zuleica L.C. A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis. Em: Gênero, trabalho e família no Brasil. Clara Araújo e Celi Scalon, 2005.

- ORTELLADO, Pablo. Aproximações ao movimento antiglobalização. Revista Possibilidades: Publicação do Núcleo de Pesquisa Marxista/UEG, 2005.
- ORTELLADO, Pablo; POMAR, M. ; LIMA, L. ; JUDENSNAIDER, E. . Vinte centavos: a luta contra o aumento. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2013
- ORTELLADO, Pablo; RYOKI, A. . Estamos vencendo: resistência global no Brasil. São Paulo: Conrad, 2004.
- ORTNER, Sherry. Subjetividade e crítica cultural. Horizontes Antropológicos, ano 13, n. 28, jul-dez/ 2007.
- PACHECO, Ana Cláudia Lemos. Mulher negra: afetividade e solidão. Salvador: ÉDUFBA, 2013.
- PINSKY, Carla B. Imagens e representações: a era dos modelos rígidos. Em: Nova História das Mulheres no Brasil. Pinsky, Carla e Pedro, Joana M. (orgs). 1ª.edição. Editora Contexto, 2016a
- PINSKY, Carla B. Imagens e representações: a era dos modelos flexíveis. Em: Nova História das Mulheres no Brasil. Pinsky, Carla e Pedro, Joana M. (orgs). 1ª.edição. Editora Contexto, 2016b
- PINTO, Elisabete A. Etnicidade, Gênero e Educação: a trajetória de vida de Da. Laudelina de Campos Mello (1901 – 1991). Editora Anita Garibaldi, 2015.
- PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher. ALGRANTI, L. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos*, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e Cultura, v. 11. N. 2, jul-dez, 2008.
- PONTES, Heloísa. Do palco aos bastidores: o SOS-Mulher (SP) e as práticas feministas contemporâneas. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, 1986.
- RAGO, M.; VIEIRA, P. Foucault, criações libertárias e práticas parresias. Caminhos da História. Revista do Departamento de História da UNIMONTES, v.14.2, 2o. semestre de 2009.
- RAGO, Margareth. A aventura de contar-se. Feminismos, escritas de si e invenções da subjetividade. Editora da Unicamp, 2014.
- RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: A crise da razão. Novaes, Adauto (org). Companhia das Letras, 1996a.
- _____. O desentendimento: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996b.
- _____. Dissenting words : a conversation with Jacques Rancière (interview by Davide Panagia). Diacritics, Baltimore, v. 30, n. 2, 2000.
- _____. O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Coleção “Educação: Experiência e Sentido”. Editora Autêntica. Belo Horizonte, 2002.

RANIERI, Jesus. Alienação e estranhamento: a atualidade de Marx na crítica contemporânea do capital. III Conferencia Internacional La Obra de Carlos Marx y los desafíos del Siglo XXI, La Habana, 2006. Disponível em: http://nodo50.org/cubasigloXXI/congreso06/conf3_ranieri.pdf

REGO, Walquíria Leão. Indivíduo, liberdade e igualdade no pensamento liberal e em Marx. Perspectivas, São Paulo, v. 11, 1988.

RICOLDI, A.M. A experiência das Promotoras Legais Populares (PLPs) em São Paulo: gênero e cidadania. Dissertação de mestrado. FFLCH/USP, 2005.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. *Communicare, Revista de Pesquisa – Fundação Casper Líbero*, São Paulo. Edição Especial: 40 anos do golpe de Estado de 1964, vol. 4, n. 2, 2004.

RIBEIRO, Floriano. Dos sindicatos ao governo: a organização do PT de 1980 a 2005. São Carlos. Editora da UFSCAR, 2010.

RIZEK, Cibele. São Paulo: orçamento e participação. Em: *A era da indeterminação*. Oliveira, F. e Rizek, C. (orgs). Boitempo Editorial, 2007.

_____. Intervenções urbanas recentes na cidade de São Paulo: processos, agentes, resultados. Em: **Saídas de emergência : ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo**. Cabanes, R ; Rizek, C. ; Telles, V. (orgs). Boitempo editorial, 2011.

_____ ; AMORE, C.; CAMARGO, C.M. POLÍTICA SOCIAL, GESTÃO E NEGÓCIO NA PRODUÇÃO DAS CIDADES: o programa Minha Casa Minha Vida “entidades”. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 531-546, Set./Dez. 2014

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Editora UFRGS, 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e educação das mulheres. Em: *Nova História das Mulheres no Brasil*. Carla Bassanezi Plinsky e Joana Maria Pedro (orgs). São Paulo, Editora Contexto, 2016.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. Editora Paz e Terra, 1988.

SAFATLE, Vladimir. Os circuitos dos afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2ª.ed. Editora Autêntica, 2016.

_____. Freud hoje: repensar a liberdade depois do inconsciente. Apresentação no Café Filosófico do Instituto Cultural da CPFL, em março de 2018.

SANTOS, Yumi Garcia. “Interrupções e recomeços: aspectos das trajetórias de mulheres chefes de família monoparental da cidade Tiradentes”. *Saídas de emergência : ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. Cabanes, R ; Rizek, C. ; Telles, V. (orgs). Boitempo editorial, 2011.

SARTI, Chintia. Famílias enredadas. Em: *Família: redes laços e políticas públicas*. Cortez Editora, 2009.

SCOTT, Ana. O caleidoscópio de arranjos familiares. Em: Nova História das Mulheres no Brasil. Carla Bassanezi Plinsky e Joana Maria Pedro (orgs). São Paulo, Editora Contexto, 2016.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. Projeto História (16), fevereiro de 1998.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor. 2017

SENKEVICS, A; CARVALHO, M. Casa, rua e escola: escolarização em setores populares urbanos. Cadernos de Pesquisa v.45 n.158 p.944-968 out./dez. 2015

SIMMEL, Georg. Contribuição para uma sociologia da religião. Em: Religião. Ensaios, v. 2/2. Editora Olho d'água, 2011

SILVA, Maria Mendes da e MORAES, Maria Quartim. Vida de mulher. Coleção Dois Pontos. RJ: Marco Zero, 1981.

SILVA, Michele Lopes da. MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO(S): TRAJETÓRIAS DE VIDA, ATUAÇÃO POLÍTICA E CONSTRUÇÃO DE NOVAS PEDAGOGIAS EM BELO HORIZONTE – MG. Dissertação mestrado em Educação, UFMG, 2007.

SORJ, B. Percepções sobre esferas separadas de gênero. Em: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (orgs.). Gênero, trabalho e família no Brasil. Editora FGV, RJ: 2005

_____; FONTES, A; MACHADO, D. Políticas e práticas de conciliação entre trabalho e família no Brasil. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set-dez de 2007.

_____; Goldenberg, Mirian. Um novo modelo de família: coesão e centramento nos filhos. Papers, 25-encontro-anual-da-anpocs/st-4, 2008

_____; FONTES, Adriana. O care como regime estratificado: implicações de gênero e classe social. Cuidado e Cuidadoras, 2014.

SOUZA, Regina Magalhães de. O fim do protagonismo juvenil e o retorno à política. Entrevista à Revista IHU – Instituto Humanitas Unisinos. Maio de 2017. Acesso: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/568183-o-fim-do-protagonismo-juvenil-e-o-retorno-a-acao-politica-entrevista-especial-com-regina-magalhaes-de-souza>.

SOUZA, Tadeu P; CUNHA, Gustavo T. A gestão por meio da avaliação individualizante e competitiva como elemento comum nas políticas públicas e gerenciais contemporâneas: uma contribuição crítica a partir de Michel Foucault. *Saúde em Debate* • Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 655-663, out/dez 2013

SPIVAK, G. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte. Editora UFMG, 2010.

TEBET, Mani. Percepções de gênero entre casais beneficiários do Programa Bolsa Família. Dilemas. Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social, v. 5, n. 2, 2012.

TELLES, Amelinha. Breve História do Feminismo no Brasil. Editora Brasiliense, 1993.

TEIXEIRA, Marilene. Os avanços e continuidades para as mulheres no mundo do trabalho entre 2004 e 2014. Material do Curso de Formação – Promotoras Legais Populares/ União de Mulheres de São Paulo, 2015.

THOMPSON, Edward. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser. RJ, Zahar Editores: 1978.

_____. A formação da classe operária inglesa. Vol. II: A maldição de Adão. Paz e Terra, 1987.

TIBA, Thaísa M.C. Loucas, certinhos ou incompetentes: uma etnografia do assédio moral entre professoras e professores do Distrito Federal. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal de Brasília, 2014.

TORNQUIST, Carmen Susana e FLEISCHER, Soraya. Sobre a Marcha Mundial das Mulheres: entrevista com Nalu Farias. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril/2012.

VEIGA-NETO, Alfredo; SARAIVA, Karla. Educar como arte de governar. Currículo sem Fronteiras, v. 11, p. 5-13, 2011.

WHYTE, William Foote. 2005 [1943]. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 19-38, 2007.